GLEND A MEZAROBBA

**UM ACERTO DE CONTAS COM O FUTURO
A ANISTIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS – UM ESTUDO DO
CASO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Kugelmas

**SÃO PAULO
2003**

Aos meus pais.

À memória de Regis de Castro Andrade.

Esta dissertação não teria sido concluída sem as muitas e diversas formas de ajuda recebidas ao longo deste projeto. Em especial, quero agradecer:

A Regis de Castro Andrade, que durante dezesseis meses concedeu-me o privilégio de sua orientação lúcida e dedicada em meio a uma convivência intelectual que, estou certa, teria sido ainda mais rica do que inesquecível já foi, não tivesse a morte nos privado de seu convívio.

Ao professor Eduardo Kugelmas, pela acolhida e disposição em dar prosseguimento a um trabalho já iniciado.

Aos professores Fernando Limongi e Gildo Marçal Brandão, pelo apoio, e à professora Teresa Caldeira, pelas sugestões oferecidas na fase inicial deste estudo.

A Andrei Koerner, pela inestimável colaboração em todas as etapas desta dissertação e pelo convite para participar das reuniões do programa Cepid 5, cuja abordagem multidisciplinar da temática dos direitos humanos muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os pesquisadores do Cepid 5, pelo convívio produtivo, e em particular a Guilherme de Almeida, pelas sugestões de bibliografia.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política, pela solicitude.

À Capes, cujo financiamento permitiu-me dedicação exclusiva a este estudo.

À Bizuka Corrêa e José Carlos Ruy, do Departamento de Documentação da Editora Abril, pelo acesso ao noticiário das décadas de 60, 70 e 80.

À Fundação Perseu Abramo, por franquear-me os arquivos dos CBAs.

Aos funcionários anônimos do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, da Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal e dos setores de jurisprudência do STF e do STJ, sempre dispostos a fornecer os dados solicitados.

À Luciane Mezarobba e Manoel Caetano Ferreira Filho, pela consultoria jurídica.

A Eduardo Junqueira, Flávia Varella, Paula Martins e Roger Ferreira, pelas indicações e informações.

E a Roberto. Por tudo.

*La mémoire est nécessaire pour toutes les
opérations de la raison.*

Pascal

*The struggle against power is the struggle
of memory against forgetting.*

Milan Kundera

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
1 A LEI DA ANISTIA	13
1.1 UMA REIVINDICAÇÃO ANTIGA.....	13
1.2 UMA PRERROGATIVA DISPUTADA	24
1.3 UM PROJETO QUESTIONADO	28
1.4 UMA LEI LIMITADA	47
1.5 UM ESQUECIMENTO CONSTRUÍDO	51
2 A LEI DOS DESAPARECIDOS	56
2.1 UMA HISTÓRIA ESCONDIDA NOS ARQUIVOS	56
2.2 UMA PRÁTICA RECORRENTE, MAS SEMPRE NEGADA	63
2.3 UMA LUTA INCESSANTE DOS FAMILIARES	68
2.4 UM SOFRIMENTO SEM FIM.....	72
2.5 UMA SOLUÇÃO EXIGIDA	80
2.6 UMA RESPONSABILIDADE ENFIM ASSUMIDA	90
2.6.1 Controvérsias e Provocações	96
3 A LEI 10.559 E A COMISSÃO DE ANISTIA.....	109
3.1 A LUTA PELO ESTABELECIMENTO DE DIREITOS AOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS.....	109
3.2 O DIREITO À PROMOÇÃO.....	117
3.3 O DIREITO À APOSENTADORIA EM REGIME EXCEPCIONAL.....	120
3.4 O DIREITO À REPARAÇÃO ECONÔMICA	127
3.5 O DIREITO A ALGUMA FORMA DE JUSTIÇA	135
CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS	165
ANEXO A - LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.....	190
ANEXO B - LEI Nº 9.140, DE 4 DE DEZEMBRO 1995	193
ANEXO C - LEI Nº 10.536, DE 14 DE AGOSTO DE 2002.....	196
ANEXO D - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26.....	197
ANEXO E - CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	199
ANEXO F - LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002	200

RESUMO

Aprovada há mais de duas décadas, a anistia foi um marco no processo de abertura do país. Cinco anos depois de sua sanção pelo então presidente do Brasil, general João Baptista Figueiredo, encerrava-se o regime militar-autoritário iniciado em 1964. Tema desta dissertação, a anistia ora em análise não se limita à lei aprovada em 1979, sendo aqui definida como um processo político de longa duração, orientado por legislação federal e composto de três momentos fundamentais. São eles: a lei 6.683 (a Lei da Anistia propriamente dita), a lei 9.140 (Lei dos Desaparecidos) e a lei 10.559. Com a intenção de reconstituir tal processo e a fim de apreender seu sentido político, este estudo parte das primeiras demandas que antecederam cada uma das leis, passa pelos mais importantes acontecimentos históricos relacionados ao tema no período em exame e pelos debates que marcaram o processo até chegar na aprovação da legislação, pelo Congresso Nacional. Além de identificar, caracterizar e analisar o papel dos principais atores sociais que participaram de cada um dos três momentos, reconstitui-se aqui também o papel desempenhado pelas instituições envolvidas, examina-se a entrada em vigor das leis e os efeitos de sua aplicação. Conquanto não se trate de um estudo comparado, contribuem para o entendimento do caso brasileiro experiências semelhantes de outros três países da América do Sul que foram governados por regimes militares e sancionaram anistias: a Argentina, o Chile e o Uruguai. Percorrendo as últimas quatro décadas da história do país, este estudo trata do legado deixado pelo regime militar-autoritário à luz da teoria contemporânea de democracia e do desenvolvimento do conceito de direitos humanos.

Palavras-chave: Anistia; Regime Militar; *Accountability*; Direitos Humanos; Memória.

ABSTRACT

Approved more than two decades ago, amnesty was a landmark in Brazil's democratization process. Five years after its sanction by former Brazilian president, General João Baptista Figueiredo, the military-authoritarian regime initiated in 1964 was reaching its end. In analysis for the scope of this dissertation, amnesty does not limit itself to the law approved in 1979. Amnesty has been analyzed here as a long lasting political process, guided by federal legislation and integrated by three fundamental moments. These moments are: Law 6.683 (Amnesty Law), Law 9.140 (Missing Political Activists Law) and Law 10.559. This study describes and analysis the initial demands that preceded each of the laws. It also incorporates the main historical facts related to the issue and the debates and disputes along the process until the legislation approval by the Congress. Besides identifying, characterizing and analyzing the role of the main social actors that took part in each of the three moments, it also reviews the role issued by the institutions involved, it examines the entrance in force of the laws and their effects on its application. The final goal has been to reconstitute the process in order to understand its political meaning. The similar South American experiences of amnesty in dictatorial Argentina, Chile and Uruguay contribute for a better understanding of the Brazilian case, even though the present study is not a comparative one. Encompassing the last four decades in Brazil's history, this study takes into account the legacy left behind by the military-authoritarian regime in light of the contemporary theory of democracy and the development of human rights' concept.

Key-words: Amnesty; Military Regime; Accountability; Human Rights; Memory.

INTRODUÇÃO

Comumente definida como o ato pelo qual se extinguem as conseqüências de um fato punível e, em resultado, qualquer processo sobre ele, em sentido político e inspirada em razões de Estado a anistia é ordinariamente adotada para a "pacificação dos espíritos" após motins e revoluções ou para pôr fim a guerras civis e insurreições. Não se confundindo com indultos, que se destinam a crimes comuns, é sempre coletiva e se estende não somente às penas, mas também aos fatos que as determinaram, como se o anistiado jamais tivesse sido condenado. Derivado do substantivo grego *amnestía*, o conceito de anistia traz implícitas as idéias de esquecimento e redenção e tem sido adotado desde tempos remotos, fazendo parte da tradição política. Seu primeiro registro data do ano 403 a.C., em Atenas. Lá, depois que os Trinta Tiranos foram depostos do poder, que ocupavam desde o fim da guerra do Peloponeso, e a democracia restaurada, houve uma reforma legislativa e a concessão de anistia. Votada pelo povo em praça pública, a medida necessitava do apoio de seis mil cidadãos para vigorar. Foi aprovada com a maioria dos votos dos atenienses e atingiu todos os envolvidos na guerra civil, à exceção dos tiranos.¹

Expediente decisivo em momentos cruciais da história, a adoção de anistias costuma cercar-se de polêmica, inclusive na teoria, como se infere da obra de pensadores do Estado moderno e juristas. MONTESQUIEU, por exemplo, considerava a anistia um instrumento oportuno e politicamente eficaz, conforme escreveu em "Do espírito das leis": "Esse poder que o Príncipe tem de perdoar, executado com sabedoria, pode ter efeitos admiráveis."² O jurista italiano Cesare BECCARIA, por sua vez, rejeitava-a francamente, para não nutrir nos homens a esperança da impunidade. "A clemência [...] deveria permanecer excluída de uma legislação perfeita onde as

¹ TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 52.

² MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat de. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril,

penas fossem suaves, e regular e ativo fosse o método de julgar", opinou, em sua obra "Dos delitos e das penas".³ ROUSSEAU, depois de dar a entender que era contrário à frequência na concessão do benefício, recusou-se a exprimir sua opinião de forma clara, revelando-se indeciso quanto ao tema. "Os constantes perdões anunciam que logo os delitos se tornarão impunes e mais freqüentes. Mas sinto que meu coração estremece, que minha pena se detém. [...]", anotou em "O contrato social".⁴

Discordantes em seus juízos sobre a questão, esses autores convergiam quanto à dificuldade em determinar em que situações concretas caberia a aplicação da anistia. Para ROUSSEAU, o direito de o soberano agraciar "não está bem definido".⁵ Sobre quando se deve anistiar alguém, MONTESQUIEU dizia: "é uma coisa que é melhor sentir do que prescrever".⁶ De qualquer maneira, na opinião do revolucionário francês Jean Paul Marat, o poder da graça devia ser, nas mãos do Príncipe, uma forma de suplementar a imperfeição da lei. Em "O federalista", Alexander HAMILTON defendeu a adoção do expediente. "Em época de insurreição ou rebelião há muitas vezes momentos críticos, nos quais a concessão oportuna de um perdão a insurretos ou rebeldes será capaz de restabelecer a paz na comunidade. Note-se que esses momentos, uma vez perdidos, nunca mais poderão ser explorados", escreveu no artigo 74, assinado por Publius.⁷

No Brasil, dezenas de anistias políticas foram concedidas antes da promulgação da mais recente, em 1979. Tida como um gesto de alta sabedoria política, no dizer de Rui Barbosa (ele próprio um anistiado da Revolta da Armada, em 1895), a anistia esteve presente em praticamente todos os momentos importantes da história

1973, p. 101.

³ BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Trad. de A. C. Campanha. São Paulo: Bushatsky, 1978, p. 214.

⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Trad. de Antônio de P. Machado. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1971, p. 70.

⁵ *Id.*

⁶ MONTESQUIEU, *op. cit.*, p. 103.

⁷ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, James. **O federalista**. Brasília: UnB, 1984, p. 555.

nacional e em todas as suas fases (Colônia, Reino, Império e República). A tradição foi inaugurada com a anistia de 1654, quando nativos e portugueses que colaboraram com a ocupação holandesa na capitania de Pernambuco foram beneficiados.⁸ Em setembro de 1822, no que viria a se tornar a primeira anistia depois de proclamada a Independência, D. Pedro decretou, de maneira parcial e pouco indulgente:

[...] E porque eu desejo sempre aliar a bondade com a justiça e com a salvação pública, suprema lei das nações, hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado ordenar o seguinte: fica concedida anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até a data deste meu real decreto, excluídos todavia dela aqueles que já se acharem presos e em processo [...].⁹

Em 1930 foi a ocasião do governo provisório de Getúlio Vargas anistiar "todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no país."¹⁰ Vargas voltaria a recorrer ao expediente em 1945, para anistiar "todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934" enquanto Juscelino Kubitschek entraria para a história como o estadista da anistia, tamanha era sua facilidade em conceder o benefício. Patrono do Exército brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, também aparece como referência no assunto. Tido por muitos como o maior defensor, na história brasileira, do instituto jurídico da anistia, foi ele, por exemplo, quem convenceu o imperador a assinar, em 17 de dezembro de 1875, o decreto que anistiou bispos, governadores e outros eclesiásticos das dioceses de Olinda e Pará envolvidos em disputa político-religiosa.¹¹

Objeto de estudo desta dissertação, o processo de anistia que aqui se vai

⁸ LEONZO, Nanci. As conciliações da história brasileira. *Época*, São Paulo, n. 66, 23 ago. 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990823/especialb.htm>> Acesso em 20/08/2002.

⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anistia: legislação brasileira 1822/1979*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1980, p. 21.

¹⁰ *Ibidem*, p. 76.

¹¹ *Ibidem*, p. 47.

analisar inicia-se com a lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Antes de explicitar, contudo, como o tema será desenvolvido, é preciso recuperar o contexto histórico que antecede a concessão do benefício. Neste momento, não se pretende fazer uma descrição detalhada do regime militar-autoritário, mas é preciso ter em mente que, instaurado em 1964, com apoio da sociedade e de algumas de suas mais representativas instituições, ao final da década de 70 vivia uma fase de "lenta, gradativa e segura distensão", nas palavras do principal artífice da liberalização, general Ernesto Geisel. Desde novembro de 1978, os banimentos políticos vinham sendo revogados e o Itamaraty tinha instruções de facilitar a concessão de passaportes e títulos de nacionalidade a brasileiros que viviam fora do país por motivos políticos.¹² A censura arrefecera e a comunidade de segurança e informações estava com suas atividades limitadas. Também já não vigorava mais no país o AI-5, que suspendera a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes contra a segurança nacional e durante dez anos permitiu ao presidente da República fechar o Congresso Nacional, intervir nos governos estaduais e municipais, cassar mandatos, suspender direitos políticos e afastar servidores públicos. A origem primeira da mudança política em curso situava-se no interior do aparelho do Estado.¹³ Isso não significa, obviamente, que todos os militares estivessem de acordo com o processo de distensão ou trabalhassem a seu favor. Como há bastante se sabe, durante todo o regime militar houve importantes divisões nas Forças Armadas e, nesse sentido, a abertura não constituiu momento de exceção.¹⁴ Dentro do próprio governo, havia bastante oposição a ela.

Para levar a distensão adiante, Geisel, que não nutria grande apreço pelo sufrágio universal e via o parlamento com ressalvas, precisou antes recobrar a autoridade de seu cargo, desvencilhando-se de uma característica do regime, que confundia a figura do chefe do governo com a de representante da vontade militar. A

¹² SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 308.

¹³ SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos**: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996; STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à Nova República. 4 ed. Rio: Paz e Terra, 1986.

¹⁴ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, *op. cit.*, p. 30-31.

recuperação do "poder republicano do presidente", na definição do jornalista Elio GASPARI, se deu com a demissão, em outubro de 1977, do ministro do Exército Sylvio Frota, candidato da linha-dura, o grupo militar que se opunha à liberalização, à sucessão presidencial.¹⁵ De acordo com a análise de vários autores, entre eles os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, o objetivo da mudança idealizada por Geisel e pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil que permaneceria no cargo no governo seguinte, era atingir a "normalização institucional", ou seja, "liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária mas para institucionalizá-la."¹⁶ Na prática, como bem observam Gláucio SOARES, Maria Celina D'ARAUJO e Celso CASTRO, tratou-se de "um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças."¹⁷ Segundo GASPARI, pode-se e deve-se atribuir à "grande bagunça" que caracterizava internamente o regime militar a decisão de Geisel e Golbery de desmontá-lo.¹⁸

Não se pode, contudo, descrever o processo "insolitamente prolongado", no dizer de Guilherme O'Donnell, de distensão política como uma curva ascendente, só de avanços, sem retrocessos. Os primeiros tempos do governo presidido pelo general João Baptista de Oliveira Figueiredo, por exemplo, seriam marcados por greves de metalúrgicos no ABC paulista, comandadas por Luiz Inácio Lula da Silva, pela intervenção nos sindicatos e pela apreensão do jornal quinzenal *Em Tempo*, que publicara uma lista com os nomes de 442 torturadores do aparato de repressão.¹⁹ Assim, em virtude de uma nova realidade, em parte decorrente da própria dinâmica de liberalização que, entre outras coisas, reduziu a capacidade de comando do governo, mas decididos a prosseguir na abertura política, Figueiredo e Golbery optaram por

¹⁵ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 35-36.

¹⁶ SALLUM JR., *op. cit.*, p. 22.

¹⁷ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, *op. cit.*, p. 39.

¹⁸ GASPARI. **A ditadura envergonhada** ..., p. 41.

¹⁹ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, *op. cit.*, p. 308.

adotar um padrão diferente do utilizado na gestão anterior. De acordo com o sociólogo Brálio SALLUM JR., era preciso aprofundar as reformas reduzindo a rigidez do sistema político, que agora trabalhava contra eles, diminuindo-lhes o controle sobre o processo de liberalização. Por rigidez do regime político entenda-se "o caráter plebiscitário das eleições e a polarização rígida governo/antigoverno que marcava o sistema partidário" e que fora criada pelo próprio regime.²⁰ É aí, como parte integrante dessa nova estratégia, que entra o tema desta investigação, a anistia.

O general Ernesto Geisel não concedeu a anistia em seu governo porque, segundo ele próprio, o processo deveria ser gradual. Na avaliação do ex-presidente, que declarou não ter se debruçado sobre o tema durante sua gestão, tratava-se de um problema de solução progressiva e era necessário, antes de conceder o benefício, "sentir e acompanhar a reação, o comportamento das duas forças antagônicas: a área militar, sobretudo a mais radical, e a área política da esquerda e dos remanescentes subversivos."²¹ Isso não implica, contudo, que de uma forma ou de outra a questão não tenha sido tratada em seu governo. Em 1975, conforme relato do então deputado federal Thales Ramalho (MDB-PE), o assunto foi abordado durante um encontro dele e do também deputado federal Ulysses Guimarães (MDB-SP) com o general Golbery do Couto e Silva. A reunião fora articulada pelo marechal Cordeiro de Faria. Com duração aproximada de cinco horas, a conversa deu-se em um amplo apartamento de Brasília e foi secreta – a ponto de o endereço do local do encontro ter sido passado aos parlamentares dentro de uma caixa de fósforos. Depois de receber seus interlocutores em nome do próprio Geisel, Golbery tratou da possibilidade de revisão de processos de cassação e prisão políticas, tarefa para a qual pediu ajuda a Ulysses e Ramalho. Justificou-se à sua maneira: [...] "tudo isso só será possível com a ajuda dos senhores. Porque os senhores têm o apoio das ruas. Em 1964, nós tínhamos as ruas. Agora, vocês é que têm."²² Na oportunidade, Golbery chegou a reconhecer que alguns

²⁰ SALLUM JR., *op. cit.*, p. 28.

²¹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 398.

²² MELO, Murilo Fiuza de. **Projeto de anistia do MDB excluía Arraes e Brizola**. 15 ago.

processos haviam sido injustos. Como resposta, ouviu de Ulysses Guimarães e Thales Ramalho que o envio de um projeto de revisão ao Congresso certamente iniciaria uma outra discussão, a da anistia. Estabelecido o impasse, ficou acertado que o tema seria retomado em outros encontros, mas depois de Ulysses Guimarães comparar publicamente Geisel ao então ditador de Uganda, Idi Amin Dada, nenhum novo contato seria feito até o fim de sua gestão.

Dessa forma, com a posse de Figueiredo a anistia passaria a ser assunto da nova administração, no qual Geisel não interferiu. Sequer deixou indicações de como deveria ser abordado. A auxiliá-lo na tarefa, além de Golbery, também comprometido com a liberalização estava o ministro da Justiça, Petrônio Portella.²³ Figueiredo assumiu o poder prometendo fazer do Brasil uma democracia.²⁴ Poucos dias depois, conforme registra a imprensa, já se mostrava disposto a transformar a anistia no primeiro ato político significativo de seu governo. Na ocasião, teria dito: "Essa medida eu posso tomar sozinho, não dependo de mais ninguém e por isso começarei por ela."²⁵ A inspirá-lo, Figueiredo dispunha do exemplo do próprio pai, Euclides de Oliveira Figueiredo. Coronel que lutou na Revolução Constitucionalista de 1932, o pai do presidente foi anistiado parcialmente em duas ocasiões: 1934 e 1945. As restrições da legislação que deveria tê-lo beneficiado fizeram-no declarar, em 1946, como deputado da União Democrática Nacional (UDN), eleito pelo Distrito Federal para a Assembléia Nacional Constituinte, que "esquecimento ou é completo, total, ou não existirá. Tudo quanto possa restringi-lo lembra o crime, é penalidade." Seu descontentamento também levou-o a sugerir à Câmara que fossem abolidas as restrições à anistia concedida por intermédio do decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. "Ao invés de continuarem os anistiados na fila para o reingresso nas suas situações anteriores, à

1999. Disponível em: <www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/08/14/pol834.html> Acesso em: 17/03/2003.

²³ D'ARAUJO; CASTRO. **Ernesto Geisel** ..., p. 432.

²⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 412.

²⁵ A ANISTIA de 1979. **Veja**, São Paulo, p. 20, 27 jun. 1979.

espera de pronunciamento nas comissões de revisão, serão eles prontamente readmitidos nas situações anteriores, nelas aguardando a decisão final."²⁶ Naquele mesmo ano, o pai do presidente Figueiredo seria reintegrado ao Exército com a patente de general e imediatamente transferido para a reserva.²⁷ Mais tarde, conseguiria obter, via Judiciário, o ressarcimento de suas perdas.²⁸

Intrinsecamente relacionada à questão da anistia estava a utilização, desde o início do regime militar-autoritário, de instrumentos excepcionais que reduziram ou suprimiram o direito de defesa dos acusados de crimes cometidos contra a segurança nacional. Constituído para eliminar a subversão interna de esquerda e restabelecer a "ordem" no país, o regime instalado em 1964 classificava de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas idéias. Para reprimi-los, não economizou em punições e extrapolou na violência. Entre as penas adotadas com mais freqüência estavam o exílio, subdividido nas modalidades de confinamento, banimento ou mesmo asilo e refúgio, a suspensão de direitos políticos, a perda de mandato político ou de cargo público, a demissão ou perda de mandato sindical, a perda de vaga em escola pública ou a expulsão em escola particular e a prisão. Embora formalmente não pudesse ser considerada punição, na prática a inclusão dos nomes de opositores do regime nos arquivos dos órgãos da repressão funcionava como tal.²⁹ Havia também a pena de morte. Estabelecida pelo Ato Institucional (AI) de nº 14, oficialmente ela nunca foi utilizada. Para eliminar seus adversários, o governo optou por execuções sumárias ou no decorrer de sessões de torturas, sempre às escuras.³⁰ Em um regime que institucionalizou sistemas capazes de deliberadamente produzir e disseminar o terror, a prática fez a sociedade brasileira, especialmente sua elite política e intelectual,

²⁶ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Brasília, 1982. v. 1, p. 62.

²⁷ CPDOC. **Verbetes biográficos** - Euclides Figueiredo. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_euclidesfigueiredo.htm> Acesso em: 13/03/2003.

²⁸ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia...**, v. 1, p. 189.

²⁹ DALLARI, Dalmo de Abreu. **Anistia e restauração de direitos**. São Paulo: CBA, 197?

³⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 481.

mergulhar em um estado de medo permanente.³¹

Marcada pela inexistência de estado de direito e, portanto, pelo constante desrespeito a princípios jurídicos fundamentais e pela ampla margem de arbítrio de que dispunham as autoridades policiais, a realidade imposta pela doutrina de segurança nacional contava com a ajuda da Justiça Militar para manter-se. Como "fundamento legal" para os abusos praticados havia o Código Penal Militar, o Código de Processo Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária Militar. Decretados em 1969, "regularizavam" os chamados órgãos de segurança, convertendo-os em autoridade competente para ordenar e executar a prisão de qualquer pessoa, redefiniam os crimes contra a segurança nacional e atribuíam à Justiça Militar o julgamento de crimes a ela relacionados como, por exemplo, o de assalto a bancos.³² Promulgado no mesmo ano, outro instrumento do arbítrio era a Lei de Segurança Nacional (LSN), a aplicação prática dos postulados da doutrina de segurança nacional.³³ Para controlar e/ou reprimir a sociedade, o governo valia-se do aparato formado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), dos Centros de Informação do Exército (CIEEX), Marinha (CENIMAR) e Aeronáutica (CISA) e dos Destacamentos de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Em São Paulo, vinculada ao II Exército, para atuar na repressão havia ainda a Operação Bandeirantes (OBAN). Somente no final do governo Figueiredo, com uma portaria reservada do ministro do Exército, as atividades dos DOI-CODIs seriam absorvidas pelas 2^{as} Seções do Exército e destinadas a informações do campo militar.³⁴

Isto posto, parte-se agora para um breve resumo dos capítulos que compõem

³¹ CORRADI, Juan E., FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America**. Los Angeles: University of California, 1992.

³² CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Brasília, 1982. v. 2, p. 524; D'ARAUJO; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 19.

³³ INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos: um debate necessário**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 44.

³⁴ COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 287.

esta dissertação. Esta pesquisa vê a anistia como um processo político de longa duração, que começou em 1979 e vem sendo redefinido desde então. Sob esta perspectiva, a nortear nossa linha de raciocínio, seriam três os momentos principais, definidos em termos de legislação federal e assim constituídos: a lei 6.683 (Lei da Anistia), a lei 9.140 (Lei dos Desaparecidos) e a lei 10.559. Dessa forma, tendo como objetivo reconstituir esse processo, com vistas à compreensão de seu sentido político, este estudo dedica o primeiro capítulo à Lei da Anistia propriamente dita. A abordagem principia pelas primeiras demandas, quando a repressão ainda não havia mostrado sua face mais cruel, passa pela concessão do benefício e se estende até a aprovação da Constituição de 1988. Componentes do primeiro momento, nesse capítulo são tratados os abusos praticados pelo regime, as reivindicações que culminaram na sanção da lei 6.683, o trabalho realizado pelas entidades que tinham a anistia como bandeira e a pressão internacional pelo fim do arbítrio. O aspecto jurídico da questão surge com o debate sobre a prerrogativa do encaminhamento da lei, aprofunda-se durante sua elaboração e se estende até a sua aplicação, já na década de 80. O papel desempenhado por integrantes do Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, antes, durante e depois da aprovação da lei também estão nesse capítulo, que trata ainda dos limites e conseqüências da legislação aprovada e de como a sociedade acolheu-a.

No capítulo seguinte, a atenção se volta à questão dos mortos e desaparecidos políticos. Há a reconstituição histórica da prática durante o regime militar, bem como da luta travada pelos familiares das vítimas pelo conhecimento da verdade, pela localização dos corpos e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos crimes praticados pelo aparato de repressão. Os debates que antecedem a aprovação da Lei dos Desaparecidos, em 1995, sua tramitação no Congresso Nacional, a instalação e o funcionamento da comissão especial destinada a analisar os casos que não foram imediatamente contemplados com a entrada em vigor da legislação e o papel do Executivo no processo também integram o capítulo dois. Por estarem relacionados a aquele que pode ser considerado o segundo momento do processo em análise, junto com os limites e conseqüências da Lei dos Desaparecidos são abordados nesse trecho

do estudo fatos importantes da história recente como a publicação do livro "Brasil: Nunca Mais", a abertura dos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), a punição de médicos envolvidos com a prática da repressão e a investigação e localização de ossadas de desaparecidos políticos.

Organizado em torno do terceiro momento da anistia, que pode ser caracterizado pela aprovação da lei 10.559, em 2002, o terceiro capítulo trata do esforço de vítimas do regime militar, reunidas em entidades de não-anistiados, anistiáveis e anistiados, em conseguir reparação econômica pelos danos sofridos a partir de 1964. A abordagem recupera a questão desde antes da aprovação da Lei da Anistia, em 1979, e trata dos principais debates travados no Congresso em torno do tema, dos pequenos avanços propiciados por uma emenda constitucional de 1985 e pela entrada em vigor da nova Constituição, em 1988. A postura das Forças Armadas no decorrer do período, especialmente o forte *lobby* patrocinado durante a Constituinte, também estão no terceiro capítulo, o mesmo ocorrendo com as medidas-provisórias que antecederam a sanção da lei 10.559 e a comissão de anistia, em funcionamento no ministério da Justiça desde 2001. Por fim, como este estudo trabalha com a hipótese de que ao longo do processo teria havido transformações no sentido político da anistia aprovada em 1979, no desenvolvimento desta dissertação a suposição é testada. Os resultados estão na conclusão. É também no capítulo final desta dissertação que a experiência de outros países recém-saídos do arbítrio é focalizada. Embora não se trate de um estudo comparativo, estão em perspectiva as transições de outros três países da América do Sul que também aprovaram anistias: Argentina, Chile e Uruguai.

Formulada à luz da teoria contemporânea de democracia, em um momento em que a observância dos preceitos de direitos humanos está intimamente vinculada à definição do que vem a ser um Estado democrático moderno, a hipótese aqui experimentada leva em consideração o desenvolvimento do próprio conceito de direitos humanos e sua aplicação. Afinal, foi justamente durante o período analisado que o mundo viu aumentar e aprimorar-se, de forma substancial, as normas, instituições e redes de direitos humanos. Como se sabe, até o início dos anos 70 os

tratados internacionais de direitos humanos não dispunham da força que têm hoje e o poder de normas e instituições correlatas era muito fraco. Há trinta anos, nenhum país havia adotado uma política bilateral de direitos humanos explícita e eram poucas as organizações não-governamentais dedicadas ao tema. A situação só começaria a mudar em 1973. A partir daí e até meados dos anos 80 expandir-se-iam as organizações não-governamentais transnacionais e as redes de defesa de direitos humanos. Junto com os Estados, elas passariam a constituir uma estrutura social internacional de normas e instituições dedicadas à temática, da qual também passaria a fazer parte, por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Na etapa seguinte, depois de 1985, o que se viu foi a rápida disseminação da influência de normas internacionais de direitos humanos, o que concorreria para a modificação de conceitos como o de soberania nacional.³⁵ Enfatizada na Constituição de 1988, no Brasil a temática de direitos humanos tornar-se-ia política oficial de governo em meados dos anos 90. É sob esta perspectiva, que inclui a utilização de novas formas de resposta ao arbítrio do Estado, que vamos analisar o tratamento dado, no Brasil, ao legado do regime militar-autoritário.

³⁵ RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. **The power of human rights: international norms and domestic change.** Cambridge: Cambridge University, 1999.

1 A LEI DA ANISTIA

1.1 UMA REIVINDICAÇÃO ANTIGA

Era grande a pressão pela anistia concedida em 1979. E antiga. Na verdade, a reivindicação começou a ser formulada logo depois do golpe, quando a Junta que reuniu chefes militares das três Armas e se autodenominava Comando Supremo da Revolução editou um Ato Institucional estabelecendo o estado de exceção no país. O primeiro a reclamá-la foi Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. Em dezembro de 1964, durante entrevista a uma emissora de rádio carioca, o escritor católico apelou por anistia ao presidente Castello Branco. Em seguida foi a vez do general Pery Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar (STM), defender a adoção do expediente. Em 1967, um manifesto da Frente Ampla, organizada por líderes da oposição como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pediria "anistia geral, para que se dissipe a atmosfera de guerra civil que existe no país."³⁶ Motivos para isso havia de sobra. Com o AI-1, mandatos eletivos foram cassados e os direitos políticos de centenas de pessoas, suspensos. Em seguida vieram as intimidações, as prisões e a censura à imprensa. A repressão fez desmoronar os valores liberais e democráticos com os quais o governo se dizia identificado. Não demorou muito para que organizações da chamada esquerda revolucionária se lançassem às ações armadas. Em dezembro de 1968, o governo contra-atacou reinstaurando o arbítrio e seus horrores com a edição do AI-5 e o fechamento do Congresso, naquele que ficaria conhecido como o golpe dentro do golpe. Aos poucos, os revolucionários que assaltavam quartéis e seqüestravam embaixadores foram sendo capturados, mortos ou banidos enquanto a tortura, utilizada contra os prisioneiros políticos, generalizava-se.

A maior parte da população não participou de forma direta do embate e, no

³⁶ ANISTIA. **EDIÇÃO S.A.**, São Paulo, abr. 1978, p. 12.

início, parecia não compreendê-lo. Contribuía para essa situação o controle imposto pela força do terror. Força essa, aliás, que para além de suas fronteiras e com crescente vigor passou a ser alvo de denúncias, na Europa e nos Estados Unidos. Em 28 de fevereiro de 1970, por exemplo, o jornal *Washington Post* publicou o editorial "Opressão no Brasil".³⁷ No dia oito do mês seguinte, seria a vez da academia norte-americana denunciar a existência de tortura no país, em carta enviada ao *The New York Times* por pesquisadores como Charles Wagley, Richard Morse, Thomas Skidmore e Stanley Stein. Também condenaria o uso da tortura no Brasil, naquele mesmo mês de março, o papa Paulo VI.³⁸ Pouco tempo depois, começaria a circular nas redações de jornais norte-americanos *Terror in Brazil, a dossier*, em que o professor Ralph della Cava relatava denúncias de prisoneiras da Ilha das Flores, enquanto em Paris Dom Helder Câmara dizia, para dez mil pessoas reunidas no Palácio dos Esportes, que aqui se torturava.³⁹ Constatação semelhante chegara a Comissão Internacional de Juristas. Em relatório sobre o país, a instituição afirmava que a tortura havia se tornado uma arma política e era sistematicamente aplicada.⁴⁰ Por iniciativa do professor Cândido Mendes, no âmbito interno retomara-se a idéia do estabelecimento de uma comissão voltada ao debate de questões envolvendo a Igreja e denúncias de tortura. Surgia aí aquela que ficaria conhecida como Comissão Bipartite. Integrada por hierarcas da Igreja sob a liderança de um dirigente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por representantes das Forças Armadas, do CIE e do SNI, a comissão se reuniu pouco mais de 20 vezes e durou até meados de 1974, sem resultados concretos.⁴¹

Naquele início de década, às vozes que condenavam a violência do Estado brasileiro iria se juntar ainda a Organização dos Estados Americanos (OEA). Por

³⁷ GASPARI. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 280.

³⁸ *Ibidem*, p. 470.

³⁹ *Ibidem*, p. 282, 292.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 297.

⁴¹ GASPARI. **A ditadura envergonhada** ..., p. 309-310.

intermédio de sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a entidade pediria autorização ao governo para investigar indícios de tortura no país – permissão que seria negada pelas autoridades brasileiras.⁴² Em 1972, depois de tentar várias vezes obter autorização do governo brasileiro para também conferir *in loco* as denúncias que recebia, a Anistia Internacional (que só viria a se instalar no Brasil em 1985) publicou, em Londres, o *Report on Allegations of Torture in Brazil*.⁴³ No documento, relacionava 1.081 vítimas de tortura e os nomes de 472 torturadores.⁴⁴ Coube ao senador democrata John Tunney propor aos Estados Unidos que suspendessem a ajuda militar ao país até que as denúncias fossem apuradas.⁴⁵ Em 1973, atendendo a um apelo do movimento, simpatizantes espalhados por todo o mundo enviaram cartas ao governo brasileiro pedindo a libertação do professor Luiz Basilio Rossi, seqüestrado por agentes do regime militar.⁴⁶ Também se sabe hoje que pelo menos desde 1974, por causa de comunicações apresentadas à ONU sobre violações de direitos humanos, o Brasil era objeto de consideração dentro do procedimento confidencial da instituição. A situação brasileira seria mantida sob exame pela Comissão de Direitos Humanos da ONU até 1976.⁴⁷

Enquanto o governo seguia desmentindo denúncias de que no Brasil a tortura era uma política de Estado, sem muito se importar com a pressão internacional, a reivindicação por anistia começava a adquirir um caráter mais amplo. Embora a tese já tivesse sido aprovada em 1967, em um congresso clandestino de um proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), coube ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

⁴² ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **Direitos humanos no Brasil (1988-1998): um desafio à consolidação democrática**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002, p. 32.

⁴³ *Id.*

⁴⁴ GASPARI. **A ditadura escancarada** ..., p. 472.

⁴⁵ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. **Os anos de chumbo** ..., p. 312.

⁴⁶ ANISTIA internacional. **A vida por um fio**. Disponível em: <www.utopia.com.br/anistia/textos/depoim.html> Acesso em: 10/08/2001.

⁴⁷ ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 88-89.

como partido legal, encaminhá-la ao debate nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.⁴⁸ Em 1974, o partido que havia dois anos defendia em seu programa a anistia geral, contava no Congresso Nacional com 16 senadores e 160 deputados, contra seis senadores e 204 deputados da Arena. Um passo decisivo foi dado em 1975, por Terezinha Zerbini. Mulher de um general cassado, naquele ano ela lançou o Movimento Feminino pela Anistia. Além de reunir 20 mil assinaturas de mulheres de todo o país, o movimento também conseguiu entregar uma carta à primeira-dama dos Estados Unidos, Rosalynn Carter (que havia sido nomeada, pelo próprio marido, missionária dos direitos humanos), durante sua visita ao Brasil. No documento, não pedia nada. Apenas saudava a administração Carter pela concessão de anistia aos resistentes de guerra.⁴⁹

Ser preso durante o regime militar significava muito mais do que a privação da liberdade. Constituía uma ameaça à integridade física. Um risco real, de morte iminente como, aos poucos, tornar-se-ia evidente para a sociedade. Em outubro de 1975, 35 presos políticos de São Paulo enviaram uma carta à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) denunciando graves violações de direitos humanos e pedindo providências. Eles não sabiam, mas o drama que viviam nos subterrâneos do poder ganharia contornos mais nítidos antes do final daquele mesmo mês. Prisioneiro em São Paulo, nas dependências do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), dias depois o jornalista Vladimir Herzog apareceria morto em sua cela. Na ocasião, o general Ednardo Dávila Melo, comandante do II Exército, chegou a divulgar a informação de que Herzog teria se enforcado. Um pouco antes, provavelmente começando a se sentir importunado pelas contínuas denúncias de violações de direitos humanos, o governo, por intermédio de uma circular do SNI, orientara as agências dos Correios a retirar do fluxo postal toda a correspondência enviada pela Anistia Internacional a entidades como OAB, Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e

⁴⁸ FREIRE, Roberto. **Pronunciamento feito em 18.08.1999**. Disponível em: <www.senado.gov.br/web/senador/freire/anistia.htm> Acesso em: 17/07/2001.

⁴⁹ VIVEMOS no país do medo. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 418, 8 a 14 jul. 1977.

CNBB.⁵⁰ Na lógica perversa do regime, tentava-se esconder as violações, mas não se acabava com elas. Assim, no início de 1976, outro preso morreria sob a custódia do governo. Era Manuel Fiel Filho, integrante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encarcerado no Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército. Sua morte levaria à exoneração sumária do general Melo pelo presidente Ernesto Geisel.

Em abril de 1976 Clarice Herzog, viúva do jornalista, pleiteou junto ao Poder Judiciário o reconhecimento da responsabilidade da União pela tortura e morte de seu marido. No Brasil, foi a primeira vez que se fez isso em relação a um preso político. Em outubro de 1978, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª Vara da Justiça Federal, em São Paulo, proferiu sua sentença sobre o caso. Nela, a versão de suicídio foi desmontada e a União, declarada responsável pela prisão, tortura e morte de Herzog.⁵¹ Ainda em 1976, a estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, aproveitaria a visita ao Brasil do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, para entregar-lhe documentos denunciando outra morte, a de seu filho, por tortura. Antes disso ela já tinha levado o caso ao senador Edward Kennedy. Stuart Edgar Angel Jones tinha dupla cidadania. Além de brasileiro, era também norte-americano e desapareceu após ser preso em 1971, no Rio de Janeiro. Tinha 25 anos e, segundo testemunhas, foi submetido a todo tipo de suplício (com a boca no tubo de descarga de um jipe, teria sido arrastado pelo veículo) e morto na Base Aérea do Galeão. De acordo com o historiador Hélio Silva, a destituição do então ministro da Aeronáutica, Márcio Souza e Melo, e o afastamento da 3ª Zona Aérea e reforma do brigadeiro João Paulo Burnier estiveram relacionados aos protestos dos Estados Unidos pela morte de Stuart Jones.⁵² No contato com Kissinger, Zuzu Angel informou

⁵⁰ Vargas, 1981 – anexo *apud* OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da democracia**: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil. Recife: Pindorama, 1995, p. 52.

⁵¹ INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos**: um debate necessário. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 38-39.

⁵² MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar**: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 399.

que corria risco de vida. Menos de dois meses depois do encontro, ela própria morreria em um suspeito acidente de carro.

Durante o regime militar brasileiro o esforço em prol da anistia esteve sempre associado à luta pela retomada da democracia, pela volta do estado de direito e pelo reconhecimento e respeito aos direitos humanos. Foi em defesa desses direitos que o jurista Goffredo Telles Júnior proclamou a soberania da Constituição, ao ler, em agosto de 1977, sua "Carta aos Brasileiros", no pátio das arcadas do Largo de São Francisco, em São Paulo. Seu discurso foi um apelo à volta da democracia, ao afirmar que somente o povo, por meio de seus representantes, reunidos em assembléia nacional constituinte, ou por meio de uma revolução vitoriosa, tinha competência para elaborar ou substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isso se fizesse necessário. Em sua fala, Goffredo TELLES JÚNIOR criticou o desrespeito aos direitos humanos em benefício de uma suposta segurança nacional e do desenvolvimento econômico. "Primeiro estão os direitos e a segurança da pessoa humana. [...] Mas queremos a segurança e desenvolvimento dentro do estado de direito", enfatizou.⁵³ As expectativas dos defensores da anistia cresciam à medida que novos segmentos da sociedade sinalizavam apoio à causa ou indicavam uma flexibilização do regime. Um primeiro sinal nesse sentido seria dado no mês de outubro, de forma discreta, pelo brigadeiro Délio Jardim de Mattos. À época ministro do Superior Tribunal Militar, Mattos sugeriu, durante uma conferência em Curitiba, que as "punições revolucionárias" poderiam ser revistas pelo governo.⁵⁴

O ano de 1977 seria marcado por manifestações estudantis em protesto contra prisões e tortura de presos políticos, que logo se tornariam também manifestações em prol da anistia, com os "Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia" e o surgimento dos "Comitês Primeiro de Maio pela Anistia", estes de breve duração.⁵⁵ A

⁵³ TELLES JR., Goffredo. **Carta aos brasileiros, 1977**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/apre_cartabrasileiros.htm> Acesso em: 17/7/2001.

⁵⁴ A ANISTIA de 1979. **Veja**, São Paulo, 27 jun. 1979, p. 20.

⁵⁵ MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: um balanço. **Encontro com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 8, 1979, p. 193.

partir daquele ano, multiplicar-se-iam pelo país os comitês de defesa dos direitos humanos. Em pouco tempo, já haviam aderido à luta por anistia organizações ligadas à ala mais progressista da Igreja Católica como a Comissão de Justiça e Paz e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Colégio Episcopal da Igreja Metodista, além de movimentos populares como o "Panela Vazia" e metalúrgicos do Grande ABC. O fato de o presidente Jimmy Carter (1977-1980) inverter a posição dos Estados Unidos (de apoio ao golpe militar desde o seu início) em relação aos regimes militares latino-americanos e sua insistente defesa dos direitos humanos também contribuíram para chamar a atenção à causa da anistia. Em relatório divulgado no início de 1977, mas elaborado pelo departamento de Estado norte-americano antes da posse de Carter, o Brasil foi fortemente criticado por seu desrespeito aos direitos humanos. Baseado em documentos como os da Anistia Internacional, o relatório sobre direitos humanos era uma exigência legal ao Departamento de Estado para países que recebiam assistência militar dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil.⁵⁶ Exasperado, o governo Geisel considerou o documento uma interferência intolerável o que levaria, até o segundo semestre daquele ano, ao rompimento de todos os acordos de cooperação militar com os Estados Unidos.⁵⁷

Em fevereiro de 1978, para coordenar as ações em prol da anistia, foi fundado no Rio de Janeiro por advogados, familiares e amigos de presos e exilados políticos, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). A iniciativa ficaria marcada por um discurso proferido na ocasião pelo general cassado Pery Constant Bevilacqua, em que ele voltaria a defender a necessidade de concessão de anistia geral e irrestrita. Em sua carta de princípios e em seu programa mínimo de ação, o CBA insistia que a luta por anistia estava inscrita "no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas" e defendia perdão imediato a todos os presos e perseguidos políticos (não-extensivo aos "algozes de suas vítimas"). Também reivindicava o fim

⁵⁶ SKIDMORE. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 383.

⁵⁷ STEPAN, Alfred. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 44.

absoluto das torturas, a libertação dos presos políticos e a volta dos cassados, banidos, exilados e perseguidos, a elucidação dos casos de desaparecimentos e a revogação da Lei de Segurança Nacional.⁵⁸ Em maio, a discussão sobre anistia ampliou-se em conferência nacional da OAB, realizada em Curitiba. Novamente advogados exigiram a volta do estado de direito que, para eles, não se estabelecia somente com o fim dos atos de exceção, mas com "a participação efetiva do povo nos atos de criação e aplicação da ordem estatal."⁵⁹ Para reforçar a necessidade de mudanças, lideranças do governo identificadas com a liberalização chegaram a pedir "mais pressão pública" à OAB. Esse teria sido o caso do ministro da Justiça, Petrônio Portella, ao solicitar ao jurista Raymundo Faoro que intensificasse a publicidade em favor da anistia. "Faoro concordou, a OAB redobrou seus esforços e as reformas foram feitas para facilitar mais adiante a concessão da importante medida."⁶⁰

Naquele mesmo ano, a exemplo do que já havia acontecido em outros momentos do regime militar, uma greve de fome de presos políticos voltaria a alertar a sociedade para a necessidade da anistia. O movimento, que duraria 23 dias, começou com presos de Itamaracá, em Pernambuco, pedindo o fim do isolamento carcerário de Rholino Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, ambos condenados à prisão perpétua, e logo passou a contar com a adesão de presos políticos de outras regiões do país.⁶¹ Entre as várias entidades que se solidarizariam com o movimento mais uma vez estava a CNBB, que não demorou a apelar ao governo pela concessão de anistia. Ao abrir oficialmente a campanha da fraternidade de 1978 o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, já havia pedido urgência para a questão. Não se pode esquecer que muitos religiosos brasileiros foram perseguidos, presos, processados e torturados pelo regime militar e que religiosos estrangeiros chegaram a ser expulsos do

⁵⁸ CBA. CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO. São Paulo, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

⁵⁹ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 391.

⁶⁰ *Id.*

⁶¹ CBA. PRESOS POLÍTICOS. Rio de Janeiro, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

país.⁶² Noites de vigília cívica e atos públicos foram organizados em várias capitais do país, enquanto familiares dos presos políticos preparavam suas reivindicações, depois levadas ao presidente Ernesto Geisel, em Brasília. A greve terminou com a aceitação de proposta formulada pelo juiz auditor para que Cavalcanti e Soares deixassem o isolamento quatro dias por semana e passassem a receber visitas.⁶³

A dimensão da luta por anistia foi reforçada com a "Carta de Salvador", elaborada durante encontro nacional de movimentos pela anistia, realizado em setembro de 1978, na capital baiana. "A luta pela anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas", apontava o documento. Na carta, defendia-se que a anistia deveria ser ampla ("para todos os atos de manifestação de oposição ao regime"), geral ("para todas as vítimas dos atos de exceção") e irrestrita ("sem discriminações ou restrições").⁶⁴ Favorável à apuração das denúncias de torturas e assassinatos de prisioneiros políticos que chegavam ao tribunal, no mês seguinte o general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do STM, pediria a revisão das punições decorrentes da excepcionalidade revolucionária e defenderia a concessão de anistia.⁶⁵ Em novembro, em São Paulo, houve o Primeiro Congresso Nacional pela Anistia, com o apoio de entidades como a OAB, a CNBB, a ABI e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em seu discurso, na abertura do encontro, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, do CBA-SP, disse que o estado de direito havia sucumbido ante o gigantismo do estado policial e que o Brasil tornara-se conhecido no exterior como um dos países que mais aviltavam os direitos humanos. Greenhalgh também enfatizou a rejeição do movimento à proposta de anistia parcial e de revisão de processos, que pretendiam excluir do alcance da anistia os que participaram de movimentos armados, e recusou a possibilidade de uma anistia

⁶² ANISTIA. **EDIÇÃO S.A.**, p. 28.

⁶³ ANISTA. **Nós, mulheres**, São Paulo, n. 8, 1978.

⁶⁴ CBA. ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA – Carta de Salvador. Salvador, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

⁶⁵ MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: um balanço. **Encontro com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 8, 1979, p. 206.

recíproca. Para ele, era "inteiramente imprópria, sem precedentes e extemporânea a utilização do instituto da anistia para quem não foi identificado oficialmente, não sofreu qualquer sanção punitiva, não foi condenado, nem mesmo julgado."⁶⁶ O ano acabaria junto com o AI-5, que expirou em 31 de dezembro. Em 1979, o país reingressaria no estado de direito, ainda que frágil, baseado na Constituição imposta de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969.

A essa altura dos acontecimentos a movimentação era tanta, que a luta por anistia disseminava-se por toda a sociedade. Cartazes e faixas invadiam ruas e campos de futebol, carros exibiam adesivos plásticos nos vidros, panfletos sobre o assunto eram distribuídos nas esquinas e comícios buscavam sensibilizar a opinião pública sobre o assunto. A orientação dos movimentos de anistia era que a bandeira fosse estendida à prática dos sindicatos, das associações de bairro, das entidades profissionais e nos meios estudantis. A idéia era que a luta saísse do âmbito de seus movimentos e, cada vez mais, atingisse amplos setores da sociedade. Em maio de 1979, o deputado federal Thales Ramalho (MDB-PE) tornar-se-ia o primeiro líder da oposição a ter acesso ao projeto do governo, durante um encontro com Petrônio Portella. O texto causou-lhe surpresa porque, conforme seu próprio relato, era mais amplo do que a proposta de anistia idealizada pela ala mais moderada do MDB e incluía Leonel Brizola e Miguel Arraes.⁶⁷ "Petrônio me respondeu que mais cedo ou mais tarde os dois teriam de ser anistiados e que, se não fosse assim, não seria uma anistia", relatou Ramalho, anos depois do encontro.⁶⁸

Em junho, no Rio de Janeiro, foi realizado o 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia. Ao final do evento, um manifesto à nação foi divulgado. Em um de seus trechos, dizia: "As entidades que lutaram pela anistia, reunidas no III

⁶⁶ CBA. CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. São Paulo, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

⁶⁷ MELO, Murilo Fiuza de. **Projeto de anistia do MDB excluía Arraes e Brizola**. 15 ago. 1999. Disponível em: <www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/08/14/pol834.html> Acesso em: 17/03/2003.

⁶⁸ *Id.*

Encontro Nacional, consideram uma vitória do ascenso do movimento popular e democrático o fato de o governo ser obrigado a tratar da anistia. Há poucos meses o próprio regime não admitia tal hipótese."⁶⁹ O documento também fazia uma espécie de inventário da situação dos perseguidos. Os dados divulgados indicavam que, naquela época, eram 55 os presos políticos condenados pela Lei de Segurança Nacional, 122 opositores do regime estavam desaparecidos, 200 haviam sido mortos em decorrência de torturas ou em confrontos com as forças repressivas, 4.877 cassados e, segundo estimativas da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, cerca de dez mil estavam exilados.⁷⁰ Informações divulgadas pela imprensa indicavam que desde o golpe militar 550 cassados haviam perdido seus mandatos eletivos, 1.261 militares das Forças Armadas haviam sido punidos com base em atos institucionais, 2.429 pessoas haviam sido condenadas pela Lei de Segurança Nacional, sendo que 1.729 punidas por crimes políticos, na caracterização da Procuradoria da Justiça Militar, e 700 condenadas por assalto e por atos de terrorismo. À época da elaboração da Lei da Anistia, 166 brasileiros estavam com seus direitos políticos suspensos e outras 960 pessoas já haviam cumprido o período de dez anos de suspensão dos direitos políticos.⁷¹ Outro levantamento, da União dos Estudantes do Estado de São Paulo, de julho daquele mesmo ano, estimava que, no total, mais de meio milhão de pessoas haviam sido presas, banidas, exiladas, cassadas, aposentadas, processadas, indiciadas ou mesmo mortas pelo regime.⁷² No final do mês, pouco antes de o presidente da República enviar seu projeto de lei ao Congresso Nacional, ainda ocorreria, em Roma, uma conferência internacional pela anistia no Brasil, com a participação de cerca de 300 exilados políticos.⁷³

⁶⁹ CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. **Manifesto à nação**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/manifesto_nacao.htm> Acesso em: 17/07/2001.

⁷⁰ *Id.*

⁷¹ **A ANISTIA de 1979** ..., p. 22-23.

⁷² UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES. **Caderno da anistia**. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo, p. 3.

⁷³ A FESTA da anistia. **Veja**, São Paulo, 4 jul. 1979, p. 15.

1.2 UMA PRERROGATIVA DISPUTADA

De um modo geral, cada país tem o poder de anistiar aqueles que contrariam suas leis. Normalmente isso está determinado na Constituição. No caso do regime militar, a Carta de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, e as alterações feitas por várias outras emendas constitucionais entre maio de 1972 e outubro de 1978, apontava, no art. 43, que cabia ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente a concessão de anistia. O item VI do art. 57 previa ser de competência exclusiva do Presidente da República, depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional, a iniciativa de leis que concedessem anistia relativa a crimes políticos.⁷⁴ No governo, era consensual a idéia de que a anistia era prerrogativa exclusiva do presidente da República. Mas isso nunca foi aceito completamente pela oposição. Em vários momentos do regime militar a bancada do MDB tratou de testar os limites impostos.

Em 1968, valendo-se de uma brecha na Constituição, o deputado Paulo Macarini (MDB-SC) apresentou projeto de anistia beneficiando os envolvidos nos acontecimentos que sucederam à morte do estudante Edson Luís de Lima Souto.⁷⁵ Ele foi assassinado no dia 28 de março daquele ano, em conflito com a Polícia Militar, no restaurante Calabouço, no centro do Rio, onde cerca de dois mil estudantes preparavam uma passeata. Naquela ocasião os militares puderam constatar que a bancada da Arena no Congresso talvez não fosse suficiente para evitar a concessão de uma eventual anistia, mesmo sendo majoritária. Preocupada com a questão, a liderança do governo na Câmara buscou traçar normas de ação para impedir o que o noticiário da época classificou como possível "surto de anistia".⁷⁶ Afinal, embora rejeitado por

⁷⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anistia**: legislação brasileira 1822/1979. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1980, p. 14.

⁷⁵ ANISTIA. **EDIÇÃO S.A.**, São Paulo, abr. 1978, p. 12.

⁷⁶ ARENA traça norma para impedir novo surto de anistia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro,

198 votos, o projeto de Macarini obteve mais de 140 votos favoráveis, com pelo menos 35 deles saídos da própria bancada do governo.⁷⁷ Além disso, em agosto de 1968 tramitavam, na Câmara Federal, outros dez projetos de anistia, todos de iniciativa da oposição.

Na verdade, a preocupação do governo já era evidente antes desse episódio, como mostra um editorial do Jornal do Brasil, do segundo semestre de 1967: "A anistia é, de fato, o principal problema relativo à segurança revolucionária que preocupa o governo e o leva a resistir aos apelos dos presidentes da Câmara e do Senado para que libere o Congresso, onde tem maioria esmagadora, a fim de conduzir a revisão geral da Constituição por via democrática – única compatível com as aspirações de estabilidade da nova Carta e de paz social."⁷⁸ Votada por um plenário majoritariamente governista, foi a Constituição de 1967 que tirou do Congresso a exclusividade de legislar sobre a questão, embora o deputado Martins Rodrigues, então líder do MDB, declarasse que a anistia não estava na pauta de reivindicações da oposição. À época, o anteprojeto da Constituição previa que a concessão de anistia seria de competência exclusiva do Congresso Nacional, mas o ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva, mudou-o, atendendo orientação do general Castello Branco.⁷⁹ Com a Emenda Constitucional nº 1, que modificou vários dispositivos da Constituição de 67 e restringiu ainda mais as liberdades públicas, o regime militar radicalizou, tornando prerrogativa exclusiva do presidente da República a iniciativa de leis que concedessem anistia a crimes políticos. Essa foi uma das seis alterações relevantes que a Junta Militar fez ao projeto original da comissão civil de reforma da Constituição, coordenada por Pedro Aleixo.⁸⁰

Em 1975 foi a vez do deputado Florim Coutinho (MDB-RJ) reapresentar um

22 ago. 1968.

⁷⁷ ANISTIA. **EDIÇÃO S.A** ..., p. 14.

⁷⁸ FERRAZ, Jorge. **Anistia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980, p. 13-14.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 13.

⁸⁰ GASPARI. **A ditadura escancarada** ..., p. 132.

projeto de anistia para os banidos. Em vigor desde a edição do AI-13, de setembro de 1969, a pena de banimento foi adotada para punir os 15 presos libertados em troca do embaixador Charles Burke Elbrick, seqüestrado no início daquele mesmo mês, no Rio de Janeiro.⁸¹ Encaminhada inicialmente um ano antes, a iniciativa acabou engavetada nas comissões técnicas. Mesmo sabendo que os militares não consideravam iniciativas desse tipo prerrogativa do Legislativo e que elas não avançariam no Congresso, vários parlamentares insistiam no assunto, alimentando, de certa forma, o debate, ao apresentar projetos que concediam anistia ou alteravam a legislação de exceção, com o objetivo de facilitar o retorno, à atividade política, de pessoas atingidas pelos atos institucionais. O deputado Faria Lima (Arena-SP), por exemplo, propôs a revogação do artigo 185 da Constituição, que tornava inelegíveis todos os que haviam tido seus direitos políticos suspensos. Celso Barros (MDB-PI) encaminhou projeto de anistia restrita, com a finalidade de permitir a filiação partidária dos cassados. Da mesma linha era o projeto de Sérgio Murilo (MDB-PE). Subscrito por Tancredo Neves (MDB-MG) e por Thales Ramalho (MDB-PE), propunha a reaquisição dos direitos políticos dos cassados, estabelecendo até mesmo um cronograma para isso, enquanto a iniciativa do deputado Olivir Gabardo (MDB-PR) pretendia beneficiar estudantes que, a partir de janeiro de 1977, tivessem sofrido qualquer tipo de punição por manifestação política, dentro ou fora do ambiente universitário.⁸²

Embora ciente das restrições impostas pela legislação, o deputado Florim insistia. Acreditava que havia alguma possibilidade de sucesso. Baseava-se em situações outras, em que o governo sancionara leis cuja iniciativa era de sua exclusiva competência, mas foram propostas por parlamentares. Assim, em setembro de 1977 elaborou novo projeto de lei concedendo anistia a todos os brasileiros que, direta ou indiretamente, tivessem sido envolvidos em delitos de natureza política ou, em razão destes, tivessem sofrido punição, entre primeiro de março de 1964 até a data da

⁸¹ CPDOC. **Verbetes biográfico** – Emílio Garrastazu Médici. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_2.asp> Acesso em: 18/02/2003.

⁸² ANISTIA. **EDIÇÃO S.A** ..., p. 14.

publicação da lei. Com a iniciativa, pretendia beneficiar também os que "tendo adquirido o direito de residência no país, participaram desses delitos, ou em decorrência dos mesmos hajam sido castigados." A intenção era assegurar a reversão dos militares e readmissão dos funcionários civis aos postos e cargos dos quais haviam sido afastados. Ficavam de fora dos benefícios da lei de anistia os autores de crimes de corrupção, crimes dolosos contra a vida e contra o patrimônio público ou particular. Na proposta de Florim, ninguém teria direito a vencimentos atrasados, a diferença de vencimentos ou qualquer indenização. A tentativa parlamentar mostrou-se, mais uma vez, infrutífera.⁸³

Na visão da oposição, o Executivo usurpara um poder do Legislativo, contrariando a melhor tradição republicana. Assim, as críticas ao governo refletiam não só as dificuldades em relação à anistia, mas eram dirigidas ao cerne do problema: a ausência de democracia. Na tarefa, um dos autores mais utilizados, especialmente por deputados e senadores, era o jurista Pontes de Miranda, para quem a Justiça não poderia conceder anistia sem contrariar sua própria definição, que é a missão de julgar. "A anistia é medida tipicamente política. Se cabe aos Presidentes, ou se cabe às Assembléias, di-lo o grau de democracia do Estado. É índice", costumavam repetir.⁸⁴ O fato é que, no Brasil, a prerrogativa de concessão de anistia oscilou ao longo das Constituições. A de 1824 estabelecia ao imperador, que exercia o poder moderador, a capacidade de concessão de anistia "em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado."⁸⁵ Na Carta de 1891 ela passou a ser de competência privativa do Congresso Nacional, prerrogativa que foi mantida nas emendas de 1926. A Constituição de 1934, que por intermédio de seu art. 19 concedeu anistia ampla a todos que cometeram crimes políticos até 16 de julho daquele ano, restabeleceu a competência privativa da União. A prerrogativa foi mantida na Carta de 1937, enquanto a Constituição de 1946 tratava do tema em dois artigos. No art. 5º., dizia que

⁸³ *Id.*

⁸⁴ MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. São Paulo: RT, 1967. t. 2, p. 43.

⁸⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anistia** ..., p. 137.

a competência era da União. No 66º., afirmava ser a competência "exclusiva" do Congresso Nacional.⁸⁶

1.3 UM PROJETO QUESTIONADO

No dia 27 de junho de 1979 cerca de 300 pessoas assistiram, no salão leste do Palácio do Planalto, o presidente João Baptista Figueiredo assinar o projeto de anistia que logo em seguida enviaria ao Congresso Nacional. De acordo com jornais e revistas da época, Figueiredo estava exultante e chegou a chorar. Ao abraçar o irmão, o teatrólogo Guilherme Figueiredo, declarou: "Eu não disse que fazia? Eu não disse que fazia? E vou fazer mais!"⁸⁷ Referia-se a um indulto posterior, que deveria beneficiar os que ficariam de fora da Lei da Anistia, ou seja, os condenados pela prática de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. No total, pelos cálculos do Palácio do Planalto, estariam excluídos do projeto 195 condenados, "com uma margem de erro de 5% para mais ou para menos", embora nem mesmo a presidência soubesse quantos já haviam cumprido suas penas e quantos ainda continuavam presos.⁸⁸ Pelas contas do STM, 320 pessoas poderiam ficar de fora da Lei da Anistia.⁸⁹ Na ocasião, o próprio ministro da Justiça, Petrônio Portella, admitiu a limitação do projeto. Segundo ele, a anistia não pôde ser dada nos termos desejados pela oposição porque o Estado não reconhecia o terrorismo como instrumento de luta política.⁹⁰ Embora tenha classificado o projeto do governo de "juridicamente injusto", por discriminar condenados e não condenados, Portella acreditava que o presidente deveria "pensar politicamente", o que

⁸⁶ *Ibidem*, p. 139.

⁸⁷ **A FESTA da anistia** ..., p. 14.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 15.

⁸⁹ STM calcula que 320 pessoas estão fora da anistia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 ago. 1979.

⁹⁰ **A FESTA da anistia** ..., p. 15.

o obrigaria a apresentá-lo daquela forma.⁹¹ Para os ministros do STM, que também criticavam esse aspecto do projeto, o termo "condenados" dizia respeito aos casos cuja tramitação judicial estava encerrada. Para entender o significado dessa discussão um bom exemplo é o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN). Dos quarenta réus considerados culpados no processo referente à organização, 16 condenados que já haviam cumprido ou ainda cumpriam pena não seriam anistiados, mas treze, que haviam sido banidos, e outros onze, que estavam foragidos, teriam direito à anistia, mesmo tendo praticado os chamados "crimes de sangue".⁹²

Além de Portella (ex-presidente do Senado e líder da Arena que costumava encaminhar ao presidente Ernesto Geisel a correspondência sobre presos e desaparecidos políticos que recebia, com frequência, da Anistia Internacional), estiveram diretamente envolvidos na elaboração da lei o ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, o chefe do SNI, Octávio Aguiar de Medeiros, o chefe do gabinete militar, Danilo Venturini, e o secretário particular do presidente, Heitor Ferreira.⁹³ O projeto já estava pronto há algum tempo. Pelo menos uma semana antes uma cópia dele havia sido entregue ao jornalista Elio GASPARI, então editor do Jornal do Brasil, pelo próprio Portella.⁹⁴ Em um documento da mesma época, localizado no arquivo privado de Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira, e provavelmente redigido pelo ministro da Justiça com anotações de Figueiredo, pode-se ler observações acerca da concessão de anistia. Em seu item 3º, o documento trata da impossibilidade do projeto de rever os processos dos servidores públicos. Afora uma justificativa legal para a não-revisão, baseada no art. 3º da emenda constitucional de nº 11, o texto deixa claro que tal expediente não interessava o governo: "[...] E, politicamente, oferece evidentes inconvenientes, pois abriria um foco de debates sobre

⁹¹ **STM calcula que 320 pessoas ...**, *op. cit.*

⁹² LIMITES em discussão. **Veja**, São Paulo, 11 jul. 1979, p. 26.

⁹³ **A FESTA da anistia ...**, p. 15.

⁹⁴ GASPARI. **Entrevista concedida à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 7 fev. 2003.

casos que, com certeza, tumultuam o processo político."⁹⁵ No arquivo, outros dois papéis sem data, mas muito provavelmente elaborados em 1979, contêm esboços da Lei da Anistia, com anotações de Golbery do Couto e Silva. No primeiro deles, é evidente a preocupação do chefe da Casa Civil em encontrar a melhor definição para crimes políticos. As tentativas passam por proposições como "crimes políticos contra a segurança nacional ou por motivação política e ideológica" e "por motivação política ou ideológica (no quadro da segurança nacional) relacionados com a segurança nacional." Nesse rascunho da lei, ainda não apareciam os crimes conexos, presentes no documento seguinte. No segundo esboço, que presume-se mais recente porque mais próximo do texto enviado ao Congresso, Golbery veta a inclusão de algumas práticas que estavam relacionadas no parágrafo 2º, de crimes que não teriam o benefício da anistia, como devastação, saque, incêndio e depredação.⁹⁶

A mensagem presidencial que tratava da Lei da Anistia foi lida em sessão do Congresso Nacional no dia seguinte ao seu envio. Nela, o presidente dizia acreditar que aquele era "o momento propício à pacificação" e que a anistia pressupunha, para cumprir sua destinação política, "o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática".⁹⁷ Para o presidente, a anistia reabria o campo de ação política, ensejava o reencontro, reunia e congregava para a construção do futuro e vinha na hora certa. No texto, Figueiredo sugeria que o projeto de lei que enviava ao Congresso tinha maior amplitude do que os apresentados anteriormente, a título de sugestão ou como proposta de emenda constitucional, e lembrava que não teriam direito à anistia os condenados pela Justiça por crimes que não eram estritamente políticos – na visão do governo era esse o caso dos classificados como terroristas, cuja ação, para os militares, não se dera contra o regime ou o Estado, mas contra a humanidade. O projeto de anistia do governo fundamentava-se no art. 57, item VI, combinado com o parágrafo 2º do art. 51 da Constituição Federal. Previa a

⁹⁵ *Id.*

⁹⁶ *Id.*

⁹⁷ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Brasília, 1982. v. 1, p. 22.

concessão de anistia a todos quantos, no período compreendido entre dois de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao poder público, aos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares. Ao enviar o projeto, o presidente escreveu que o fazia na convicção de que praticava um ato significativo e profundo, "o ato histórico da anistia".⁹⁸

De acordo com o regimento do Congresso, os parlamentares dispunham de oito dias para apresentar emendas à comissão mista encarregada de analisar o projeto do governo, a contar da data de sua instalação, em dois de agosto. Inicialmente, compunham a comissão os senadores Aloysio Chaves (Arena-PA), Dinarte Mariz (Arena-RN), Bernardino Viana (Arena-PI), Helvídio Nunes (Arena-PI), Jorge Kalume (Arena-AC), Moacyr Dalla (Arena-ES), Murilo Badaró (Arena-MG), Pedro Simon (MDB-RS), Nelson Carneiro (MDB-RJ) e Itamar Franco (MDB-MG), além de Teotônio Vilela (MDB-AL). Junto com Ernani Satyro (Arena-PB), a quem coube a relatoria do projeto, representavam a Câmara Federal os deputados João Linhares (Arena-SC), Ibrahim Abi-Ackel (Arena-MG), Francisco Benjamim (Arena-BA), Luiz Rocha (Arena-MA), Leorne Belém (Arena-CE), Tarcísio Delgado (MDB-MG), Benjamim Farah (MDB-RJ), Roberto Freire (MDB-PE), Del Bosco Amaral (MDB-SP) e João Gilberto (MDB-RS). Em sete de agosto, os senadores Moacyr Dalla e Helvídio Nunes deixaram a comissão e foram substituídos por Aderbal Jurema (Arena-PE) e Jutahy Magalhães (Arena-BA). Ernani Satyro, que aceitou o cargo de relator dizendo-se disposto a pacificar a família brasileira, teria até o dia 18 daquele mesmo mês para apresentar seu parecer, enquanto o prazo da comissão se estendia até sete de setembro. A idéia do governo era votar o projeto até o dia seis, para que pudesse ser promulgado no Dia da Independência.

Foi em meio ao clamor da sociedade e a sombria realidade dos perseguidos políticos que Teotônio Vilela (MDB-AL) assumiu, no início de agosto de 1979, a

⁹⁸ *Ibidem*, p. 23.

presidência da comissão mista. Na reunião de instalação, foi escolhido quase por unanimidade. Obteve 15 votos contra um, dado a Nelson Carneiro, além de três em branco. Usineiro alagoano que apoiou o golpe de 64, Vilela foi, em suas próprias palavras, "convocado pelo MDB" (partido para o qual se transferira em abril daquele ano), e não teve dúvidas em apoiar a causa. Em seu discurso de posse, na comissão, declarou que a anistia não era uma questão de Estado, mas um tema a ser resolvido na sociedade, a quem cabia fixar os parâmetros e precisar o alcance da lei. Também criticou a discriminação contida no projeto do governo.

O projeto não exclui os que o regime entende responsáveis pelo terror. Beneficiou alguns para deixar de fora os condenados formalmente. Dois acusados pelo mesmo fato terão tratamento diametralmente oposto. O condenado seguirá na prisão. O que ainda não foi sentenciado recuperará os seus direitos e não responderá pelos atos praticados. Não há argumento lógico, nem princípio ético que justifique tão odiosa desigualdade.⁹⁹

Para o senador, qualificar os personagens para discriminar alguns dos que participaram igualmente, dos mesmos fatos, era algo que chocava a consciência jurídica por desrespeitar o princípio universal da igualdade. "Se há injustiça no projeto o nosso dever é aprimorá-lo e pacificar politicamente a sociedade brasileira. Não somos um poder homologatório."¹⁰⁰

Antes de iniciar a discussão do projeto, no Congresso, Teotônio Vilela percorreu o país, em visitas a presos políticos. Durante 30 dias, conversou também com familiares de desaparecidos e com pessoas atingidas por atos de força do arbítrio, encontrou-se com militares, operários e estudantes, recebeu documentos e ouviu opiniões e reivindicações. Dessa forma, pretendia aperfeiçoar a mensagem do governo. Voltou a Brasília dizendo saber que "os condenados não purgarão sozinhos por erros que são de todos nós."¹⁰¹ Além da iniciativa de Teotônio Vilela, subcomissões foram

⁹⁹ CONGRESSO NACIONAL. *Anistia ...*, v. 1, p. 450.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 451.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 448.

criadas, dentro da comissão mista, com o mesmo objetivo de conversar com os presos políticos, mas a Arena decidiu não integrá-las e não participou das visitas. No presídio do Rio de Janeiro, por exemplo, havia jovens encarcerados desde os 16, 17 anos, conforme relatou, após sua visita, o senador Pedro Simon. Nenhum deles estava preso há menos de cinco anos, condenados em processos sobre os quais pairavam muitas dúvidas. Por sua vez, da visita à penitenciária de Itamaracá, em Pernambuco, o senador Roberto Freire saiu com relatos de tortura e das dificuldades de se obter a liberdade condicional, mesmo para aqueles que já haviam cumprido mais da metade da pena. Encarregado de visitar o presídio de Barro Branco, em São Paulo, o deputado João Gilberto voltou impressionado. "A visita aos presos políticos desarma o espírito de qualquer um que ainda catalogue esses operários-políticos, estudantes e intelectuais como perigosos delinquentes contra a organização geral da sociedade", relatou no Congresso.¹⁰²

Isolados e sem poder participar diretamente do debate, os presos políticos optaram por chamar a atenção da sociedade e demonstrar seu descontentamento com o projeto do governo utilizando um método recorrente no período: a greve de fome. Alguns sem comer desde meados de julho e já bastante debilitados à época da visita dos parlamentares (quase todos terminariam a greve com oito quilos a menos, em média), os presos políticos mantiveram o protesto até 22 de agosto, para que a anistia fosse ampla, geral e irrestrita. Três deles, o engenheiro Haroldo Lima (condenado a oito anos de prisão), o relojoeiro Paulino Vieira (preso havia seis anos) e Theodomiro dos Santos (condenado à pena de morte, depois transformada em prisão perpétua e na época cumprindo metade de sua pena de 16 anos e meio), entregaram uma carta ao senador Teotônio Vilela, durante sua visita ao presídio de Salvador. Nela, atacavam os principais pontos do projeto de lei enviado ao Congresso pelo governo. Ao classificar a anistia de parcial e discriminatória, estimavam que, dos 55 presos políticos do Brasil, apenas 13 seriam anistiados; 15 banidos não teriam como voltar ao país e cerca de 150 condenados continuariam sujeitos a "penas espúrias". Para eles, a anistia proposta era

¹⁰² *Ibidem*, p. 533.

condicional, uma vez que a restauração dos direitos atingidos não era automática, e não tinha sua validade assegurada, já que não se pretendia revogar a Lei de Segurança Nacional. Outro aspecto bastante criticado pelos presos era o fato de a lei garantir uma ampla, geral, irrestrita e prévia anistia aos torturadores do regime ao incluir a expressão "crime conexo ao crime político". Na visão dos três, o projeto do governo fazia parte de outro, maior, "para institucionalizar o arbítrio". A lei, escreveram, "pretende resolver certos problemas não para a livre organização dos políticos, mas para a nova reorganização partidária imposta."¹⁰³

Logo no início dos trabalhos, o senador Nelson Carneiro propôs que, em suas reuniões, a comissão ouvisse entidades da sociedade de alguma forma envolvidas com o tema. A idéia era promover um debate nacional sobre o projeto, mas a proposta foi rejeitada por 13 votos a sete. Mesmo sem esse debate, a insatisfação com o projeto do governo pôde ser sentida em toda a sua dimensão a partir do momento em que as emendas começaram a ser apresentadas. Foram 305 emendas de 134 parlamentares – 26 senadores e 108 deputados federais. Nem todas elaboradas pela oposição. Quarenta e nove desses 134 parlamentares pertenciam à Arena. Integravam, portanto, a bancada do governo. A maior parte das modificações, 83 emendas, tratavam do art. 1º. Outras 80 emendas acrescentavam artigos ao projeto do governo. Também foram apresentados nove substitutivos. Dentre várias alterações, um desses substitutivos, por exemplo, excetuava dos benefícios da anistia, por serem crimes comuns, os atos de sevícia ou de tortura, e queria evitar que ficassem de fora da lei os indivíduos que já haviam sido condenados pela prática de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal; outro queria deixar de fora os que tivessem ordenado ou realizado prisões sem observar as formalidades legais ou de forma abusiva e um terceiro substitutivo pretendia evitar o condicionamento do retorno ou reversão dos servidores públicos à existência de vaga e ao interesse de administração. Em comum, a intenção de ampliar o caráter da anistia, considerado pela oposição como restrito e incompleto. À medida que o trabalho avançava, Teotônio Vilela e os demais parlamentares recebiam milhares

¹⁰³ A ANISTIA oficial e seu plano sinistro. **Movimento**, São Paulo, 6 ago. 1979.

de cartas e telegramas vindos do exterior e de todo o Brasil, de Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, "solicitando todo empenho da comissão na conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita."¹⁰⁴ A seção francesa da Anistia Internacional, por exemplo, enviou mensagem mostrando-se "gravemente preocupada" pela greve de fome dos prisioneiros políticos.

Foram muitas as críticas à lei proposta pelo governo. Reunidos em sessão no final do mês de julho, conselheiros federais da OAB, por exemplo, condenaram, em decisão unânime, o projeto encaminhado por Figueiredo e sugeriram seu aprimoramento em vários pontos.¹⁰⁵ A oposição não economizou adjetivos para classificar a proposta. Chamava-a de restrita, mesquinha, discriminatória, burocrática, casuística, parcial, arbitrária, omissa e até mesmo odienta. Durante dias, deputados e senadores apontaram o que consideravam os enganos da Lei da Anistia. Para muitos, ela se parecia com um indulto coletivo porque excluía certos condenados (punidos com base no que seus próprios autores chamavam de legislação excepcional, como gostava de frisar Tristão de Athayde) e não libertava os presos políticos, alguns encarcerados há dez anos. Para outros, mostrava-se equivocada ao exigir requerimento para o retorno ou reversão aos cargos perdidos, decisão essa que dependeria de existência de vaga e do julgamento de comissão a ser criada, reforçando o poder discricionário da administração – na prática, postergando a anistia e delegando poder ao Executivo para que talvez a concedesse, em um futuro incerto. Parlamentares pediam que a reversão ou o retorno aos cargos fosse automático, independente da existência de vagas. Os limites de abrangência, propostos pelo governo, também desagradavam a oposição. No Congresso, muitos achavam inconcebível que o prazo não se estendesse até a data da publicação da lei. A exclusão de estudantes, professores e funcionários de universidades, todos acusados de terem cometido infrações disciplinares e não crimes, municiava o coro dos descontentes e levou parlamentares a apresentar emendas que permitissem aos estudantes, por exemplo, efetuar novas

¹⁰⁴ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia** ..., v. 1, p. 547.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 449.

matrículas e concluir seus cursos.

Houve quem se preocupasse em evitar que os violadores de direitos humanos acabassem por se beneficiar da lei. Foi o caso do senador Humberto Lucena (MDB-PB) e da seção da OAB em São Paulo, que sugeriu a parlamentares emenda nesse sentido. O deputado Pacheco Chaves (MDB-SP), justificou a iniciativa: "O projeto está, cabe ressaltar, eivado de grave contradição: anistiam-se o homicídio, o constrangimento ilegal, em suma a violência cometida em nome do Estado e praticada nos gabinetes de tortura, sob o manto da impunidade garantida pelo regime de exceção, porém anistiados não são os que, de modo tresloucado, recorreram à violência na luta contra o regime, mas sempre com risco pessoal."¹⁰⁶ Para ele, ou se excluía os torturadores, afastando-se o crime conexo do elenco dos anistiados, ou se estendia a anistia a todos, sem restrições, com a supressão do parágrafo 2º do art. 1º. Havia também críticas ao fato de a Lei da Anistia não conseguir alcançar o amplo espectro dos diversos tipos de punições ocorridas depois de 1964, especialmente no que dizia respeito aos servidores públicos. O caso do Banco do Brasil, onde havia funcionários estáveis demitidos com base no AI 1 (que suspendeu a garantia de estabilidade) e funcionários não estáveis demitidos com ou sem justa causa alegada, mas por motivos claramente políticos, era uma das referências. Estimativas divulgadas pelo deputado Alceu Collares (MDB-RS), à época da votação da lei, indicavam que 40 mil servidores públicos estavam no quadro suplementar da administração, ou seja, recebiam vencimentos entre 50% e 60% menores do que os percebidos pelos que estavam no quadro permanente.¹⁰⁷ Entre as emendas apresentadas, chegou-se a propor a extensão da anistia a aqueles que tiveram seus bens confiscados sem direito a defesa ou recurso junto ao Judiciário, o arquivamento de processos pendentes e o acesso aos arquivos da repressão. A questão dos desaparecidos políticos recebeu atenção de vários parlamentares, que apresentaram emendas propondo o pagamento de pensão a dependentes de pessoas que sumiram depois de terem sido detidas por órgãos de

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 120.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 647.

segurança, a abertura de sindicâncias, pelo Ministério da Justiça, para apurar os desaparecimentos, com prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos, a instauração de inquérito pela Polícia Federal para apuração das circunstâncias dos desaparecimentos e a equiparação do desaparecimento à morte natural.

O governo parecia não se importar com as falhas apontadas em seu projeto, nem em esconder que a anistia proposta era mesmo restrita. Ao fazer a defesa da mensagem encaminhada ao Legislativo por Figueiredo, o deputado Ernani Satyro valeu-se de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, indicando que 62% dos brasileiros com informações sobre a questão queriam ver a anistia adotada com restrições. Realizada pelo instituto Gallup, com exclusividade para a revista *Veja*, a pesquisa ouviu 3.012 pessoas, em 282 cidades do país, e revelou que 80% dos dois terços da população que estava a par do assunto queriam a concessão de anistia. Apenas 8% eram contrários. Entre as restrições defendidas pelos entrevistados estavam a não concessão do benefício a aqueles que participaram de atos violentos (26%), a aqueles que participaram de ações que resultaram em mortes (21%) e a aqueles que foram punidos por corrupção (15%).¹⁰⁸ Assim, quando foi concluído, o relatório de Satyro não chegou a surpreender. Além das emendas apresentadas ao projeto do governo, Satyro também tratou de pareceres proferidos pouco tempo antes, sobre emendas à Constituição apresentadas pelo senador Nelson Carneiro e pelo deputado Ulysses Guimarães (MDB-SP). Segundo ele, a medida foi tomada porque muitas das questões tratadas anteriormente estavam de volta ao debate no Congresso, sob a forma de emendas e discursos, na imprensa e na opinião pública. Enquanto a proposta de emenda à Constituição, formulada por Nelson Carneiro, pretendia exclusividade ao Congresso para legislar sobre a questão, a emenda substitutiva de Ulysses Guimarães iria além, na visão do relator, transformando-se, de certo modo, em uma lei de anistia, através de disposição transitória, em que o benefício seria concedido. Ao refutá-las, Satyro argumentou que "aceitar a emenda Nelson Carneiro

¹⁰⁸ ANISTIA? Só restrita... **Veja**, São Paulo, 18 abr. 1979, p. 20.

seria, para a Arena, uma capitulação."¹⁰⁹ A visão do relator era óbvia e insistia que o presidente da República não poderia ser excluído do processo de anistia: "Não está em causa, no mérito, o problema da anistia. Está em causa a inoportunidade da medida, proposta em termos inadequados, inaceitáveis pela maioria e injustos em relação ao presidente da República. Este e o Congresso deverão elaborar, uníssonos, a anistia reclamada pelos sentimentos de paz e concórdia do povo brasileiro."¹¹⁰

Os argumentos do relator para rejeitar os substitutivos e as emendas apresentadas no Congresso dão bem uma idéia de como o governo via a colaboração da oposição. Observando-se o parecer de Satyro também é possível entender de que maneira o regime militar pretendia levar adiante seu processo de abertura política. Exemplos: "o conceito de anistia do ilustre senador não é o do governo nem o nosso";¹¹¹ "aceitar a data da publicação da lei seria correr um risco, pois, maus elementos poderiam ficar à espreita para, conhecida a redação final do projeto, e antes mesmo da sanção, praticarem crimes, já acobertados previamente pelo manto da lei";¹¹² "pelas razões já expostas em relação a outras emendas, o governo e o seu partido não concordam em anistiar pessoas condenadas por crimes contra a humanidade";¹¹³ "o exílio foi voluntário";¹¹⁴ "a lei de anistia não implica na destruição dos arquivos do país. Não estamos revogando a legislação em vigor"¹¹⁵ e "esta lei não tem por objetivo revogar a Lei de Segurança Nacional"¹¹⁶. Mais conciso, outro argumento recorrente era a observação pura e simples de que se tratava de emenda "impertinente". Mesmo assim, o relator apresentou um substitutivo ao projeto do governo "que se veio a tornar indispensável, diante do apreciável número de alterações

¹⁰⁹ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia** ..., v. 1, p. 362.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 364.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 366.

¹¹² *Ibidem*, p. 368.

¹¹³ *Ibidem*, p. 372.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 376.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 395.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 401.

aceitas."¹¹⁷ Ao acrescentar mais sete artigos ao projeto do Executivo, o substitutivo estendeu o prazo de concessão do benefício até 15 de agosto de 1979, incluiu no art. 1º os crimes eleitorais e não só as ações punidas com base em Atos Institucionais e complementares, mas também as baseadas em "outros diplomas legais", e garantiu aos dependentes de anistiado falecido o direito às vantagens que lhe seriam devidas. Além de prever a possibilidade de familiares de desaparecidos requererem uma declaração de ausência de pessoa, o substitutivo do deputado Satyro também concedeu anistia aos empregados de empresas privadas punidos por participação em greves ou outros movimentos reivindicatórios e estabeleceu que os anistiados inscritos em partidos políticos legalmente constituídos poderiam votar e ser votados.¹¹⁸

Descontente com sua redação final, a bancada do MDB na comissão tornou pública uma declaração de voto em que lamentava o substitutivo apresentado pela Arena, "por suas notórias deficiências, incorreções e incongruências", e o fato de a maioria ter-se mostrado insensível ao aperfeiçoamento do projeto¹¹⁹. Mas o parecer de Satyro foi aprovado na comissão e à oposição só restou lastimar-se. Ao final da reunião, o deputado Pedro Simon, declarando-se frustrado, observou que naquela noite o Congresso Nacional havia sido derrotado e, com ironia, cumprimentou o ministro da Justiça, Petrônio Portella, pelo fato de a orientação dada à bancada do governo ter sido seguida à risca. O senador Teotônio Vilela, por sua vez, encerrou os trabalhos lembrando que a comissão mista era uma comissão técnica e apenas uma etapa dentro do processo legislativo. De fato, o processo só seria finalizado com a decisão do plenário.

Sabe-se hoje que nos bastidores do governo também havia gente preocupada com os limites da legislação. Em um documento redigido no dia 13 de agosto e arquivado sob a rubrica de confidencial, o então secretário da Comunicação Social, Said Farhat, apresentava duas sugestões sobre o que poderia ser feito em relação à

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 366.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 402-404.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 408.

metade dos presos políticos que não deveria ser beneficiada pela lei: "anistiá-los todos (mediante nova mensagem, ou aceitação de emenda) [...]" ou "se a anistia não for possível ou conveniente, sugiro o indulto a todos, no dia 7 de setembro. [...]".¹²⁰ Pautado pela mesma preocupação em relação à amplitude da Lei da Anistia, naqueles dias um outro documento, elaborado por uma cidadã comum, passaria a compor a história do período. Trata-se de uma carta da filha de Otávio Mangabeira, último chanceler da República Velha. Edila Mangabeira Unger decidira fazer um apelo a Figueiredo, a quem conhecia desde os tempos em que ambos visitavam os pais, presos na Casa de Correção, durante o Estado Novo, porque temia por sua filha. A militante comunista Nancy havia sido capturada quando o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) se preparava para o seqüestro do cônsul norte-americano em Recife e sua mãe não se conformava com o caráter limitado do projeto em tramitação no Congresso, em especial pelo fato de excluir aqueles que o governo classificara de terroristas. Na carta enviada a Figueiredo, Edila considerou o projeto "a tal ponto restrito que excluiria também, se vivo fosse, o general Euclides Figueiredo." Corajosa, antes de pedir uma anistia capaz de abranger todos os presos, exilados e banidos, acusou: "Terrorismo, senhor general, é o que ocorreu nas tristes salas de tortura, nos porões dos quartéis, numa das fases mais negras da nossa história."¹²¹

Para tratar da matéria, no dia 21 de agosto houve duas sessões conjuntas no Congresso Nacional. A primeira começou às 9h30 com a presença de 65 senadores e 416 deputados e se estendeu até as 13h30. Na ordem do dia, a discussão em turno único do projeto de lei nº 14, que concedia anistia e dava outras providências, o substitutivo de nº 78 e as emendas ao projeto do governo. Mantida a pauta, quorum idêntico foi observado na segunda sessão, iniciada às 18h30. Durante a sessão, muitos parlamentares fizeram questão de ocupar a tribuna para exprimir suas opiniões acerca do tema enquanto, do lado de fora, na rampa do Congresso, manifestantes realizavam

¹²⁰ GASPARI. Mão esquerda do general merece ser lembrada. **Jornal do Commercio**, 08 ago. 1999. Disponível em: <www2uol.com.br/JC/_1999/0808/ega0808.htm> Acesso em: 17/03/2003.

¹²¹ *Id.*

um ato público em favor da anistia. Mais de mil partidários da ampliação do projeto do governo deixaram seus estados e foram a Brasília. A sessão seguia tensa, mas sem maiores sobressaltos, até a chegada da informação de que a manifestação teria sido dissolvida com o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo. Da tribuna, o deputado Fernando Coelho (MDB-PE) chegou a pedir as mínimas garantias a todos que "nas rampas do edifício-sede do Congresso Nacional, vêm trazer sua palavra de apoio e seu apelo, até patético, por uma lei que, repito, reconcilie a sociedade brasileira."¹²² Da bancada do governo, o deputado Wilson Braga (Arena-PB) apressou-se em informar que o fato ocorrera "sem qualquer colaboração da segurança da Câmara ou do Senado", era inteiramente estranho ao Congresso e merecia a apuração imediata de responsabilidades.¹²³ Também de pronto divulgou-se a informação do senador Alexandre Costa (Arena-MA) de que, de dentro de um Volkswagen com placas frias, duas pessoas haviam lançado duas bombas em direção aos manifestantes. Apesar da confusão, a sessão continuou até as 22h50.

No dia seguinte, em nova sessão conjunta, desta vez com quorum de 67 senadores e 411 deputados, a matéria voltou a ser apreciada. Os trabalhos começaram tensos (mais tarde, houve quem comparasse o clima vivido pelo Congresso naquele dia à sessão de 12 de dezembro de 1968, quando foi negada licença para que o governo processasse o deputado Márcio Moreira Alves e os militares responderam com a decretação do AI-5). Logo no início, o deputado José Costa (MDB-AL) pediu a palavra para uma questão de ordem. Dizia que o MDB tinha informações de que desde as cinco horas da manhã recrutas à paisana esperavam a abertura do Congresso, com a intenção de ocupar as galerias e impedir o acesso do público em geral. Costa queria que a Mesa tomasse providências e mantivesse as portas abertas, independentemente da lotação das galerias, para que todos os interessados pudessem participar da sessão.¹²⁴ De acordo com o deputado Tidei de Lima (MDB-SP), desde as 7h15,

¹²² CONGRESSO NACIONAL. **Anistia** ..., v. 2, p. 79.

¹²³ *Ibidem*, p. 80.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 129.

quando chegou ao Congresso, as galerias já estavam ocupadas. Eram soldados da polícia da Aeronáutica, cerca de 700. "Observa-se claramente que há uma verdadeira operação militar de ocupação desta Casa. É legítimo Sr. Presidente? É legítimo?", perguntava Lima.¹²⁵ A ocupação não impediu o início da sessão, cuja ordem do dia previa votação em turno único do projeto de lei nº 14 tendo parecer, sob nº 78, da comissão mista, favorável nos termos do substitutivo que era oferecido. De acordo com o regimento, o substitutivo da comissão mista tinha preferência para votação, salvo deliberação em contrário. Mas um requerimento de autoria do líder do MDB, Freitas Nobre (SP), pedia que a preferência recaísse sobre o substitutivo que não havia sido acolhido pela comissão mista. Preferência aceita, o substitutivo do MDB (a emenda sete, assinada por Ulysses Guimarães, o próprio Freitas Nobre e pelo senador Paulo Brossard) foi a plenário, com votação nominal, mas acabou rejeitado por 209 votos – recebeu 194 votos favoráveis.¹²⁶

Enquanto o Congresso apreciava o projeto, em grandes capitais do país comitês de anistia promoviam manifestações de rua envolvendo cerca de dez mil pessoas.¹²⁷ No começo da tarde, com a saída dos recrutas da Aeronáutica, as galerias do plenário foram tomadas pelos partidários da anistia ampla, geral e irrestrita. Carregando faixas e cartazes exigindo informações sobre pessoas desaparecidas, eles não perdiam a oportunidade de manifestar suas opiniões. Assim, parlamentares alinhados com a proposta do governo eram vaiados e a oposição, aplaudida. Recebido com gritos de "terrorista" e "assassino", a cada votação o deputado Erasmo Dias (Arena-SP), por exemplo, respondia ao público com gestos obscenos. Ainda mais exaltados, os deputados José Maurício (MDB-RJ) e Nagib Haickel (Arena-MA) esqueceram o decoro e chegaram a trocar socos.¹²⁸ O substitutivo de Satyro foi aprovado em voto simbólico das lideranças da Arena e do MDB, o que não impediu

¹²⁵ *Ibidem*, p. 131.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 158.

¹²⁷ A PÁGINA virada. **Veja**, São Paulo, 29 ago. 1979, p. 21.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 22.

que, no plenário, os líderes do governo tivessem bastante trabalho. Nelson Marchezan (Arena-RS) precisou convencer cerca de duas dúzias de correligionários hesitantes de que a emenda do deputado e jurista Djalma Marinho (Arena-RN) poderia, na visão do governo, arruinar o processo de abertura. Vários governadores e o ministro Petrônio Portella, da Justiça, também foram mobilizados para evitar dissidências na bancada governista. A emenda, que tornava a anistia ampla e irrestrita, foi a alternativa encontrada pela oposição para fugir da aprovação do substitutivo de Satyro e contou com o apoio de 15 parlamentares da Arena. Mas, por apenas cinco votos de diferença (206 votos contra, 201 a favor), foi rejeitada na Câmara, não chegando a ser apreciada no Senado – onde o governo tinha 41 senadores (21 biônicos) e o MDB, 25. Terminada a votação, depois de 33 dias de protesto, os presos políticos encerraram a greve de fome, embora a anistia não fosse ampla, geral e irrestrita como desejavam.¹²⁹

No dia seguinte à votação, o presidente recebeu um telegrama da Anistia Internacional com ressalvas às limitações do projeto, mas informando ser bem acolhida uma lei "que marca um passo positivo em direção à volta do estado de direito."¹³⁰ Com a aprovação do substitutivo do relator, Figueiredo considerou que "sua mão estendida em conciliação" teria sido aceita pelo Congresso Nacional.¹³¹ Assim, confirmava-se o prognóstico de opositores como o deputado Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara. No mês de abril, ele previra que seu partido não criaria nenhuma dificuldade à anistia parcial, embora não renunciasse ao dever de prosseguir "na luta pela anistia ampla e irrestrita."¹³² No dia 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei da Anistia,¹³³ que recebeu o número 6.683, com veto parcial ao caput do art. 1º, retirando a expressão "e outros diplomas legais". Na visão do governo, a expressão ampliava demais o alcance da anistia. Para o relator da comissão mista, deputado

¹²⁹ *Id.*

¹³⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹³¹ VOTAÇÃO dividiu bancada emedebista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1979.

¹³² **ANISTIA? Só restrita...**, p. 23.

¹³³ Anexo A.

Ernani Satyro, o veto representou "excesso de cautela" por parte do governo.¹³⁴ Na opinião de Eduardo Seabra Fagundes, presidente do Conselho Federal da OAB, o veto foi desnecessário já que o núcleo da anistia estava na natureza das infrações ratificadas pelos anistiados. Todas, segundo ele, de caráter político, de modo que com ou sem a expressão vetada jamais seriam alcançados os criminosos comuns. Na ocasião, chegou-se a divulgar que o governo pretendia enviar ao Congresso Nacional outro projeto de lei anistiando os mais de mil punidos que teriam sido excluídos pelo veto presidencial. De acordo com Gualter Godinho, ministro do STM, essa segunda etapa da anistia ocorreria perto do final do ano, depois que o governo avaliasse o comportamento dos que estavam sendo anistiados naquele momento.¹³⁵

Ao STM coube a tarefa de analisar os processos que estavam no tribunal e nas auditorias, para que os alvarás de soltura dos beneficiados pela lei pudessem ser expedidos. Em dois dias os ministros do tribunal realizaram quatro sessões que, juntas, duraram 14 horas. Depois da análise de 47 processos o STM autorizou a libertação de quinze presos que dependiam de seu julgamento e elaborou uma relação oficial de 374 cidadãos incluídos na anistia – constavam da lista o ex-governador Leonel Brizola, o líder comunista Luís Carlos Prestes e vários integrantes do comitê central do Partido Comunista Brasileiro. A semana terminou com 19 presos libertados. Só em Pernambuco foram suspensos a punibilidade e os decretos de prisão preventiva de 101 pessoas acusadas de subversão, entre elas o ex-governador Miguel Arraes, o ex-deputado Francisco Julião e o líder comunista Gregório Bezerra. Em Porto Alegre, Glênio Peres e Marcos Klasman, vereadores cassados em fevereiro de 1977, reassumiram suas vagas na Câmara Municipal, apesar de protestos em contrário.¹³⁶ Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart não foram alcançados pelo benefício da anistia. Morreram sem vê-la aprovada.

¹³⁴ SATYRO reclama excesso de cautela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.

¹³⁵ MINISTRO admite nova etapa para se evitar discriminação. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 1979.

¹³⁶ NAS ASAS da anistia. **Veja**, São Paulo, p. 20-21, 5 set. 1979.

Antes mesmo da votação do projeto da Lei da Anistia, os movimentos a ela ligados já pensavam em que estratégia deveriam adotar, depois de sua aprovação. Considerando que ela seria mesmo parcial, o escritório baiano do CBA defendia o apoio à interpelação judicial e as ações dos familiares em relação aos mortos e desaparecidos, a ênfase na apresentação dos casos de quem não se beneficiaria da lei e a manutenção da luta contra a Lei de Segurança Nacional e o restante da legislação repressiva.¹³⁷ Fazia sentido. Só em 1979 foram registradas 429 greves em todo o país, algumas reprimidas com extrema violência, como foi o caso de uma paralisação organizada por metalúrgicos de São Paulo, no mês de setembro. Durante confronto entre grevistas e a Polícia Militar, o sindicalista católico Santo Dias da Silva acabou baleado e morto na porta de uma fábrica.¹³⁸ Em outubro de 1979, em reunião da coordenação geral do escritório paulista do CBA, ficou definido que a luta por anistia ampla, geral e irrestrita continuaria de acordo com o que havia sido estabelecido anteriormente pela coordenação do Comitê: libertação imediata de todos os presos políticos, esclarecimentos das mortes e desaparecimentos políticos com responsabilização judicial de seus autores, volta imediata de todos os exilados, reintegração social e política de todos os beneficiados pela anistia parcial, revogação da Lei de Segurança Nacional e de todo o aparato repressivo.¹³⁹ Apesar das divergências, no dia 15 de novembro de 1979, começou, em Salvador, o 2º Congresso Nacional pela Anistia. Enquanto os escritórios regionais do CBA seguiam empenhados na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, o Movimento Feminino pela Anistia preocupava-se em defender uma nova bandeira: a da instalação de uma assembléia nacional constituinte.¹⁴⁰

¹³⁷ CBA. III ENCONTRO NACIONAL DOS MOVIMENTOS DE ANISTIA. Rio de Janeiro, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

¹³⁸ COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 268.

¹³⁹ CBA. REUNIÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DO CBA/SP. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

¹⁴⁰ CONGRESSO pela anistia começa com divergências entre os participantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1979.

Em 20 de novembro, o presidente Figueiredo assinou um decreto indultando os cerca de 20 presos políticos que ainda cumpriam pena no país. O indulto de Natal beneficiou todos os condenados a penas de até quatro anos de prisão e que, até 25 de dezembro daquele ano já tivessem cumprido, no mínimo, um terço da pena (no caso dos réus primários) ou metade dela (para os reincidentes). Os condenados a penas superiores, inclusive os punidos com base na Lei de Segurança Nacional, foram beneficiados com a redução dessas mesmas penas – em vários casos isso também significou a liberdade imediata. O decreto alcançava até mesmo os punidos por homicídio qualificado, roubo e seqüestro.¹⁴¹ Ansioso por mover-se em direção ao esquecimento de seus próprios excessos, antes do final do ano o regime militar ainda daria mais um passo nesse sentido. No dia 12 de dezembro, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aprovou proposta preliminar de seu presidente, o ministro da Justiça Petrônio Portella, para que se dedicasse exclusivamente ao exame de violações presentes dos direitos humanos. Com isso, o governo esperava evitar qualquer risco de punição aos violadores que integravam seus quadros, com o arquivamento de processos sobre tortura e desaparecimentos de pessoas ligadas a atividades políticas. A decisão causou protestos. Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, classificou-a como uma confissão pública de co-autoria do governo nos crimes cometidos contra presos políticos. Para ela, o esquecimento proposto pelo ministro da Justiça e aceito pela "maioria submissa do CDDPH" nada mais era do que condescendência criminosa, sugerida por motivos óbvios, e que, um dia, também seria apurada. Presos políticos recém libertados também prometeram manter suas denúncias de tortura porque acreditavam "na inevitabilidade da apuração das mesmas, na medida em que se efetive a democratização no país". Criado em março de 1964, pouco antes do golpe militar, o CDDPH foi instalado em novembro de 1968. Inicialmente sua composição era equilibrada, com representantes da sociedade civil e do governo, mas durante a gestão de Médici foi praticamente desativado. O general alterou a composição do conselho de forma a garantir maioria ao governo e suas reuniões

¹⁴¹ INDULTO beneficia metade dos presos políticos. **O Estado de São Paulo**, 21 nov. 1979.

passaram a ser secretas. Com isso, parlamentares de oposição e a ABI deixaram o CDDPH (a OAB permaneceu denunciando violações de direitos humanos, mas os processos eram sempre arquivados).¹⁴² O conselho não se reuniu durante todo o governo Geisel. Sua reativação deu-se no governo Figueiredo, quando o regime começou a discutir a questão da anistia e o MDB trabalhava para instalar uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as torturas ocorridas em presídios do país, nos últimos anos.¹⁴³

1.4 UMA LEI LIMITADA

Passado um ano da aprovação da lei 6.683, o Comitê Brasileiro da Anistia divulgou um levantamento completo sobre a situação dos militares em relação à legislação. Além das Forças Armadas, que tinham na Marinha o seu maior número de atingidos, o estudo também incluía dados das polícias militares. Naquele momento, soube-se que apenas 34 dos 7.488 militares que deveriam se beneficiar da Lei da Anistia haviam conseguido reintegração ao serviço ativo, enquanto 748 haviam sido reformados ou aposentados. Em relação aos civis, a situação também não era muito diferente. Em estados como Minas Gerais, por exemplo, o governo ainda não havia anistiado nenhum dos cerca de cem funcionários punidos por motivos políticos.¹⁴⁴ Em 1980 foi libertado o último preso político do país. Condenado por assalto a bancos e assassinato, José Sales de Oliveira, então com 38 anos, deixou o quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza no dia sete de outubro. Em maio de 1981, o deputado Juarez Furtado (PMDB-SC) chegou a conseguir a aprovação de um requerimento criando

¹⁴² Cf. Assis Baeta, 1989, passim *apud* OLIVEIRA. Luciano, *op. cit.*, p. 52.

¹⁴³ CARVALHO, Murilo Murça de. Governo faz sua própria anistia para o passado. **O Estado de São Paulo**, 9 set. 1979, p. 36.

¹⁴⁴ ANISTIA só reintegra 34 militares dos 7 mil 488 que foram punidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1980.

uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e avaliar como estava sendo aplicada a Lei da Anistia, mas sua instalação ficou condicionada à existência de vaga. Três anos mais tarde, o presidente Figueiredo vetou, na íntegra, um projeto de lei que beneficiava os punidos por atos de exceção absolvidos pelo Judiciário. O projeto, uma proposição de 1980 do então deputado Célio Borja (PDS-RJ), acrescentava parágrafos ao art. 11 da Lei da Anistia e deveria facilitar o retorno à ativa ou a aposentadoria dos servidores civis e militares que, processados judicialmente, não haviam sido condenados. Apesar de ter sido aprovado em todas as comissões técnicas da Câmara e do Senado, o projeto foi vetado porque, para o governo, tratava-se de assunto de iniciativa exclusiva do Executivo.¹⁴⁵

Em 1984, portanto cinco anos depois de aprovada a Lei da Anistia, dezessete presos ainda cumpriam penas impostas pelo autoritarismo. Em regime de liberdade condicional, eram obrigados a apresentar-se periodicamente à auditoria militar da região em que viviam e continuavam com os direitos políticos suspensos, proibidos, inclusive, de deixar o estado onde haviam sido processados. Em novo levantamento, desta vez realizado pelo Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática, contabilizava-se o número de 11.434 pessoas que aguardavam os benefícios da lei 6.683. Os civis eram 4.730. A maioria, ou 4.691, ex-funcionários da Petrobras. A empresa demitira cerca de cinco mil empregados com base em leis de exceção, mas até aquele momento só havia anistiado 309. Desse total, apenas 14 tiveram seus empregos de volta; 295 foram aposentados. Entre os 117 bancários punidos, 67 conseguiram voltar aos seus empregos, 27 foram aposentados, oito viviam de pensões e 15 ainda aguardavam a anistia. A situação dos 36 radialistas punidos era parecida. Apenas 12 haviam sido reconduzidos aos seus empregos. Nas Forças Armadas, os não-anistiados somavam 6.704. Dos 407 oficiais punidos, 369 estavam na inatividade e 38 aguardavam algum benefício. Dos quase sete mil praças atingidos, 34 voltaram à ativa e 380 estavam inativos. Os demais esperavam a anistia.¹⁴⁶

¹⁴⁵ FIGUEIREDO veta lei igual à que beneficiou seu pai. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 1984.

¹⁴⁶ CINCO anos depois da anistia, excluídos lutam por seus direitos. **Folha de São Paulo**, 29

Um ano mais tarde, já no governo de José Sarney (PMDB), como a situação pouco mudara, a Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNM) decidiu iniciar um movimento de protestos públicos na luta por anistia completa aos militares cassados. Na Cinelândia, no centro do Rio, marinheiros cassados e afastados depois de 1964 recolheram assinaturas para um documento a ser encaminhado ao presidente da República. É importante lembrar que os militares demitidos ou expulsos eram considerados "mortos" pelas Forças Armadas. Isso significa, entre outras coisas, que estavam impedidos de perceber seus soldos. Seus familiares é que recebiam a pensão correspondente ao posto que ocupavam quando foram afastados. Com a lei 6.683, essa situação deveria ter sido revertida uma vez que ela previa a passagem dos militares à condição de reformados e, portanto, aptos a voltar a receber pessoalmente o soldo mensal. Se quisessem, com base na Lei da Anistia, os militares também podiam apresentar pedidos de reintegração. Mas não foi isso que se viu na prática. Assim, para atender os insatisfeitos, em junho de 1985 novo projeto de anistia foi proposto no Congresso Nacional. Apresentado pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), a iniciativa concedia anistia aos que, entre dois de setembro de 1971 e 15 de agosto de 1979, haviam cometido crimes políticos e eleitorais, tinham tido seus direitos políticos suspensos e aos funcionários, civis e militares, das administrações direta e indireta, que haviam sido punidos, com base em Atos Institucionais, também por questões de ordem pública. A justificativa era que a Lei da Anistia não havia sido ampla, geral e irrestrita. Furtado lembrava ainda que nem todos os demitidos haviam conseguido voltar a seus postos e que muitos não tiveram seus prejuízos, relativos principalmente a indenizações e promoções, ressarcidos. A idéia de Furtado era lançar "o véu do esquecimento sobre as opiniões passadas".¹⁴⁷

Presente de forma praticamente constante na cena política brasileira desde o golpe militar de 64, a questão da anistia voltaria às manchetes dos jornais em outubro de 1985, naquela que ficaria conhecida como a primeira grande crise militar do

ago. 1984.

¹⁴⁷ **Câmara Informa**, Brasília, n. 3.384, 20 jun. 1985.

governo de José Sarney (um mês antes, voltara ao país Theodomiro Romeiro dos Santos, considerado o último exilado político brasileiro). Tudo começou três dias antes do recesso parlamentar de julho, quando o presidente enviou ao Congresso uma emenda constitucional convocando a Assembléia Constituinte para 1987. Junto com essa emenda foi também outro texto, que tratava da anistia concedida aos militares punidos a partir de 1964. Foi o suficiente para que se formasse, no Congresso, uma corrente disposta a vincular a anistia à convocação da Constituinte. A tendência dominante, e que incluía parlamentares do PMDB, sugeria a aprovação de uma anistia mais abrangente, que englobasse todos os oficiais e praças punidos pelo regime militar e permitisse sua volta à ativa, com o resgate dos vencimentos não pagos durante o período em que estiveram ausentes. Em oposição a essa corrente, Sarney, os ministros militares e os líderes de partidos articularam uma anistia menos drástica, que se materializou na proposta do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR). Pareciam não contar com a possibilidade de apresentação de emendas, como a elaborada pelo deputado Jorge Uequet (PMDB-RS). Desvinculando a votação da anistia da convocação da Constituinte, a emenda de Uequet estabelecia novos termos para a anistia dos militares punidos, muito diferente daquela que os ministros das Forças Armadas estavam dispostos a aceitar. Como os parlamentares não derrubaram a proposta de votação em separado, o que aumentaria as chances da emenda ser engavetada, o destaque passou com o voto favorável do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e com o apoio do filho do presidente da República, o deputado José Sarney Filho (PFL-MA). Em pouco tempo o clima político voltaria a se tornar tenso.¹⁴⁸

Absolutamente contrários à iniciativa de Uequet, os ministros militares pressionaram o presidente Sarney a agir. Temiam que, confirmada a emenda, cerca de 2.600 militares cassados ou punidos com base em atos administrativos fossem promovidos aos postos que estariam ocupando se tivessem permanecido nas Forças Armadas ou mesmo voltassem à ativa. Tinham medo também que a emenda se tornasse uma espécie de precedente legal e, com isso, praças e oficiais cassados por

¹⁴⁸ A CONSTELAÇÃO da crise. **Veja**, São Paulo, p. 36-40, 30 out. 1985.

supostos delitos disciplinares pudessem requerer benefício idêntico na Justiça. Alegando não terem condições de administrar a aplicação da emenda na Aeronáutica, no Exército e na Marinha, também pressionaram parlamentares no Congresso. Conforme noticiou a imprensa na época, os três ministros levaram suas preocupações a Ulysses Guimarães e ao deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara, durante as comemorações pelo Dia do Aviador, na Base Aérea de Brasília. Mais tarde, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, voltaria a procurar Pimenta da Veiga pelo menos mais uma vez, por telefone, para lembrar-lhe que a questão era "inegociável". Depois de vários dias de discussões e debates intermináveis, a emenda Uequed acabou sendo derrotada no plenário – dessa vez, com a ajuda de Sarney Filho e Ulysses Guimarães. O peemedebista gaúcho não conseguiu o apoio de dois terços dos parlamentares para que fosse possível mexer na Constituição e a decisão foi vaiada por dezenas de militares cassados, que chegaram a montar acampamento dentro do Congresso Nacional para pressionar os deputados.¹⁴⁹

1.5 UM ESQUECIMENTO CONSTRUÍDO

Tendo ignorado ou negado sistematicamente, até 1979, qualquer tentativa de apelo por anistia, ao enviar seu projeto de lei ao Congresso Nacional o governo tratou, mais uma vez, de mitigar o papel da oposição e dos grupos que se organizaram para garanti-la. Em seus termos, a anistia surgia como uma espécie de "dádiva" dos governantes e não uma conquista dos brasileiros. Sabe-se que as coisas não foram tão simples. Para além da pressão da sociedade, construída ao longo de 15 anos, a Lei da Anistia inseria-se em um conjunto de estratégias armadas pelo general Golbery do Couto e Silva. O relato do então líder do governo no Congresso, Jarbas Passarinho, não deixa dúvidas: a idéia era acabar com o bipartidarismo, precedido pela anistia.

¹⁴⁹ *Id.*

Conforme Passarinho, a manobra empolgou Figueiredo. O presidente, que passou a ver no retorno dos exilados uma oportunidade de dividir o MDB, não pretendia trazer de volta, dentro do sistema bipartidário, políticos como Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. Como já desconfiavam na época até mesmo alguns presos políticos, foi assim que o governo tratou de desagregar a oposição, que vinha crescendo e, de certa forma, representava uma ameaça ao regime militar. "Com isso, pretendeu-se fazer a anistia, que eu fui defender no Congresso, como líder", relata Passarinho.¹⁵⁰

Dividir a oposição não era o único objetivo da estratégia traçada por Golbery. De acordo com Brálio SALLUM JR., remetendo-se a Florestan Fernandes, o sentido básico da reforma partidária era "dar mais flexibilidade e elasticidade ao quadro partidário para facilitar a sustentação político-eleitoral do regime autoritário."¹⁵¹ O essencial, segundo o sociólogo, era possibilitar o surgimento de um partido alternativo de situação que não fosse identificado com o governismo.¹⁵² Assim, logo depois de aprovada a Lei da Anistia, em 20 de dezembro de 1979, apesar da oposição do MDB, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos restabeleceu no país o pluripartidarismo, com a extinção da Arena e do próprio MDB. Em 1980, dominavam a cena política siglas como o PMDB, PDS, PT, PP, PDT e PTB. Contudo, ao ser colocado em prática, o projeto concebido por Golbery não conseguiu, nas palavras de SALLUM JR., "romper a lógica excludente do autoritarismo que definia o mundo político em dois campos, o da 'revolução' e o da não-revolução", nem manter sob controle os militares que se opunham ao projeto de liberalização, como demonstrariam episódios futuros.¹⁵³

Extremamente criticada pela oposição, a Lei da Anistia não encontrou unanimidade entre os pares de Figueiredo, o que não chega a surpreender. Afinal, se

¹⁵⁰ DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma. **Histórias do poder**. São Paulo: 34, 2000. v. 1, p. 343.

¹⁵¹ SALLUM JR. **Labirintos**: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 28.

¹⁵² *Id.*

¹⁵³ *Ibidem*, p. 29.

até então não houvera um pensamento único nas Forças Armadas, não seria em 1979, em torno da anistia, que ele se formaria. Para João Paulo Moreira Burnier, um dos organizadores do CISA e seu chefe até 1970, a anistia foi o fato mais grave ocorrido no governo Figueiredo uma vez que sua promulgação permitiu "que terroristas e assassinos voltassem a tomar parte na vida política do país."¹⁵⁴ Na análise de Burnier, que chegou a definir a anistia como "completamente desastrosa",¹⁵⁵ a lei foi antecipada, fora de época e aparentemente dispensável. "Acho que a principal falha dos governos militares foi não ter feito uma redemocratização sem anistia ainda no governo Médici. A anistia precisava ser estudada com mais atenção, com mais vagar."¹⁵⁶ Para o ex-chefe do SNI general Newton Cruz, a anistia se deu, nas condições em que se deu, exclusivamente por causa de Figueiredo. Nas palavras de Cruz, Figueiredo anistiou "em condições que todos que o cercavam pensavam que a anistia não deveria ser naqueles termos, naquela ocasião".¹⁵⁷ José Luiz Coelho Netto, ex-comandante da 4ª Divisão do Exército, parece confirmar essa visão. Em entrevista de 1993, ele critica a condução do processo por Figueiredo. Dizendo-se favorável à anistia, "mas não da forma como foi feita", Coelho Netto considerou que a legislação não foi bem elaborada. "A anistia não podia anular o que o sujeito fizera dez dias, quinze anos antes. Não podia. Fazer isso era uma brincadeira."¹⁵⁸

É preciso lembrar, contudo, que a Lei da Anistia não poria fim ao regime iniciado em 1964. E que aquele governo militar ainda duraria quase seis anos. A repressão e as prisões arbitrárias também. Um exemplo é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de ser seguido, por agentes da Polícia Federal, durante cinco meses, o então líder sindical foi preso em abril de 1980. Passou 31 dias em uma cela do DOPS com outros 16 presos. Até o fim do governo Figueiredo, mais de meia centena de atos

¹⁵⁴ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 216.

¹⁵⁵ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. **Os anos de chumbo** ..., p. 205.

¹⁵⁶ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO. **A volta aos quartéis** ..., p. 220.

¹⁵⁷ COUTO. **História indiscreta** ..., p. 278.

¹⁵⁸ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO. **A volta aos quartéis** ..., p. 202.

terroristas também seriam registrados no país. Um deles, o caso Riocentro, entraria para a história. Foi em 30 de abril de 1981, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Ali, naquela noite, acontecia um show de música popular brasileira em comemoração ao Dia do Trabalho quando uma bomba explodiu dentro de um carro no estacionamento. Mais de vinte mil pessoas assistiam ao espetáculo, mas as explosões atingiram apenas duas, exatamente as que estavam dentro do veículo, ambas ligadas ao DOI-CODI do I Exército. O sargento Guilherme Ferreira do Rosário morreu na hora. O capitão Wilson Luís Chaves Machado ficou gravemente ferido. Meia hora depois da primeira explosão, observou-se outra, na casa de força, sem vítimas. Uma terceira bomba ainda seria encontrada no carro em que estavam os dois militares.¹⁵⁹

Para o general Octávio Costa, ex-comandante da 6ª Região Militar, atentados como o do Riocentro foram obra daqueles que não aceitavam a flexibilização do regime militar. "Foram esses inconformados com a abertura e com a anistia que desencadearam esse processo, o processo das intimidações das bombas e, afinal, o Riocentro, o maior, que acabou por sepultar o governo Figueiredo."¹⁶⁰ A análise do ex-presidente Ernesto Geisel segue na mesma direção: "O Riocentro foi um recrudescimento, uma nova explosão reacionária contra a abertura."¹⁶¹ Um exemplo concreto, na definição do sociólogo Manuel Antonio Garretón, do "medo do vencedor", que costuma dominar a fase de transição de um regime autoritário. "Esse medo leva o aparato de repressão a jogar suas últimas cartas: alguns tentam um golpe preventivo, outros proclamam inocência, outros negociam imunidade de forma a permitir um novo começo", explica GARRETÓN.¹⁶²

O fato é que, com a anistia, como bem observa o historiador Daniel Aarão Reis Filho em "Ditadura militar, esquerdas e sociedade", o país teve a oportunidade de

¹⁵⁹ COUTO. **História indiscreta** ..., p. 286.

¹⁶⁰ DINES; FERNANDES JR.; SALOMÃO, *op. cit.*, v. 1, p. 177.

¹⁶¹ D'ARAUJO; CASTRO (orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 435.

¹⁶² CORRADI; FAGEN; GARRETÓN. **Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America**. Los Angeles: University of California, 1992, p. 22.

exercitar sua memória sobre o passado recente. Surgiram, então, reconstruções históricas que, na análise do autor, constituem-se verdadeiros deslocamentos de sentido:

Um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos. Os partidários da ditadura responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento, acreditaram. Com base nessa tese ("se houve uma *guerra*, os dois lados devem ser considerados"), foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que os torturadores foram anistiados com os torturados. Finalmente, teria lugar uma terceira reconstrução: a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em *corpo estranho*. Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela. Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura.

E assim, mesmo que muito pouca gente o soubesse, [continua Reis], reatualizou-se no Brasil contemporâneo a figura de Ernest Renan, o grande pensador francês de fins do século XIX que dizia, com agudo senso prático e sem nenhum cinismo, que, freqüentemente, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória.¹⁶³

¹⁶³ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.70-71. (os grifos são do historiador)

2 A LEI DOS DESAPARECIDOS

2.1 UMA HISTÓRIA ESCONDIDA NOS ARQUIVOS

Se para boa parte da sociedade brasileira foi conveniente, a partir da Lei da Anistia, construir o esquecimento, para outra parcela só restara uma possibilidade: a de prosseguir exercitando a memória. Foi o que fizeram familiares e defensores da causa dos desaparecidos políticos. A despeito do total desinteresse do regime militar pelo tema – um verdadeiro tabu para ocupantes e ex-ocupantes do poder –, a Lei da Anistia acabou por propiciar, ainda que de forma indireta, uma oportunidade de se avançar um pouco em um terreno minado pela dúvida, por informações desencontradas e, por que não dizer, pela má fé deliberada. Foi depois de sua aprovação, para preparar petições de anistia em nome de clientes presos ou exilados, que advogados puderam ter acesso aos arquivos do STM. Veio então a idéia de vasculhar esses arquivos, usando-os como meio de garantir que os horrores do regime militar não mais se repetissem, como revelaria mais tarde o reverendo Jaime Wright.¹⁶⁴ Para colocá-la em prática, Wright e o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recorreram ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o que tornou mais fácil a tarefa de arrecadação de fundos. A primeira contribuição para o projeto chegou em setembro de 1979, enviada de Genebra por Philip Potter, secretário-geral do CMI. Foram cerca de 25 mil dólares, de um total de 350 mil dólares arrecadados. No início de 1980, uma pequena sala foi alugada em um prédio de escritórios em Brasília para que os primeiros integrantes da equipe começassem a trabalhar. Tudo transcorreu em segredo. Dentro da sala, três fotocopiadoras eram utilizadas dez horas por dia, sete dias por semana, para dar conta dos processos que os doze advogados ligados ao projeto retiravam do STM.¹⁶⁵ Cada

¹⁶⁴ WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 24.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 25.

pasta de processos podia ficar fora do tribunal por um período de, no máximo, 24 horas. Para não chamar a atenção, os prazos eram sempre cumpridos. De Brasília, as fotocópias eram enviadas a São Paulo, para serem analisadas. Três anos depois de iniciados os trabalhos, praticamente o arquivo inteiro havia sido processado. Foram catalogadas mais de um milhão de páginas, cópias da quase totalidade dos processos políticos (707 completos e dezenas de outros incompletos) que transitaram pela Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979.¹⁶⁶

O resultado mais visível desse trabalho, possível graças à obsessão dos militares em manter um registro de tudo o que faziam, inclusive das denúncias de torturas levadas aos juízes militares, pelos presos, foi o projeto B, ou seja, a publicação do livro "Brasil: nunca mais", pela Arquidiocese de São Paulo, em 15 de julho de 1985. A obra, que rapidamente chegaria a 20 edições e entraria para a lista das mais vendidas em toda a história do país, trata do sistema repressivo, da subversão do direito e das diferentes formas de tortura a que os presos políticos eram submetidos (as tabulações do projeto indicam que as denúncias de tortura ocorriam em cerca de 25% dos processos, um número impressionante se levarmos em conta os riscos que tais denúncias ofereciam a quem estava sob custódia do aparato repressivo). Além disso, foram produzidos outros documentos, verdadeiros registros oficiais do período. Reunidos naquele que foi denominado projeto A, com 6.946 páginas, constituem um levantamento abrangente de tudo que foi encontrado no mais de um milhão de páginas.¹⁶⁷ Microfilmadas ou encadernadas, coleções do projeto A foram doadas a universidades do país e do exterior. Em seus doze volumes há mais de 120 tabelas estatísticas e uma vasta categoria de temas. Na seção sobre torturas, por exemplo, está a transcrição literal de todas as 1.843 denúncias de tortura encontradas na coleção.¹⁶⁸ Na que trata dos atingidos estão os nomes dos 17.420 indivíduos que passaram pela

¹⁶⁶ ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 22.

¹⁶⁷ WESCHLER, *op. cit.*, p. 57.

¹⁶⁸ *Id.*

justiça militar¹⁶⁹ enquanto na parte destinada aos mortos estão todos os 144 casos em que alguém testemunhou a morte de um ativista ou prisioneiro político.¹⁷⁰ Presente no projeto A, também consta do livro uma lista de 125 pessoas desaparecidas, boa parte delas no Araguaia.

Um aspecto importante a ser considerado é a distinção entre mortos e desaparecidos. Consideram-se mortos aqueles que o regime assassinou e assumiu, publicamente ou não. O termo morto oficial significa que a morte de determinado indivíduo foi reconhecida de forma notória pelos órgãos repressivos.¹⁷¹ Por desaparecidos entendem-se todos os casos em que se sabe que houve seqüestro e tortura, "mas nada se sabe sobre o destino que lhes foi dado, embora em alguns casos, se tenha a certeza de suas mortes, jamais reconhecidas pelo regime".¹⁷² Prática recorrente nos regimes militares latino-americanos, no Brasil ela era registrada desde 1965, mas entraria para a história em 29 de setembro de 1969, com a prisão de Virgílio Gomes da Silva. Jonas, como era conhecido o militante da ALN, tinha 36 anos quando foi levado algemado e encapuzado à sede da OBAN, em São Paulo, para ser torturado por 12 horas.¹⁷³ Apesar dos testemunhos dos presos políticos Francisco Gomes da Silva e Celso Antunes Horta que, junto com Paulo de Tarso Wenceslau e Manoel Cyrillo, denunciaram às auditorias militares o assassinato de Virgílio Gomes da Silva, sua prisão e morte nunca foram reconhecidas pelo regime militar.¹⁷⁴ A partir desse caso, como bem observa o jornalista Elio GASPARI, alterar-se-ia o significado da palavra desaparecido, que "deixou de designar algo que se perde de vista para

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 58.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 60.

¹⁷¹ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, IEVE, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS RJ E PE. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1995, p. 28.

¹⁷² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem pelo transcurso do 12.º aniversário da Lei da Anistia e às famílias dos desaparecidos políticos brasileiros no período pós-1964**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1992, p. 32.

¹⁷³ MIRANDA; TIBÚRCIO. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar**: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 38.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 39.

qualificar os cidadãos assassinados em guarnições e valhacouts militares cujos cadáveres sumiam."¹⁷⁵ Menos de um ano depois, outra situação representativa da nova realidade imposta pelo regime militar seria protagonizada por Dilma Borges Alves. Casada havia 30 anos com Mário Alves, ela se tornaria a primeira viúva a cobrar o corpo do marido, também um desaparecido político.¹⁷⁶ Principal dirigente do PCBR, Mário Alves foi seqüestrado por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro no dia 16 de janeiro de 1970 e torturado até a morte, na madrugada do dia seguinte.¹⁷⁷ Embora tenha sido visto esvaindo-se em sangue pelo advogado Raimundo Teixeira Mendes e por outros três presos políticos que presenciaram seu suplício e relataram o ocorrido à sua mulher, sua prisão nunca foi admitida pelo governo.¹⁷⁸

De acordo com as informações levantadas nos processos do STM, a maior parte dos desaparecimentos, no Brasil, aconteceu na década de 70. Enquanto nos anos 60 foram registrados três casos, na década seguinte eles subiriam para 123. Os anos de 1973 e 1974 assinalam o auge da utilização desse expediente perverso, com 41 e 36 casos respectivamente. Os primeiros meses do governo Geisel marcaram um período em que os órgãos de repressão optaram por ocultar as prisões seguidas de morte.¹⁷⁹ Nas cidades, a subversão armada já havia sido completamente aniquilada e, no interior, a guerrilha do Araguaia vivia seus momentos finais.¹⁸⁰ O clima era de "distensão", de "abertura política" e maior liberdade de imprensa, o que desgastava versões repetitivas e pouco consistentes de "suicídios", "atropelamentos" e "tentativas de fuga".¹⁸¹ Assim, em um regime deteriorado politicamente, mas com uma clara intenção de continuar reprimindo de forma, digamos, menos oficial, tornaram-se rotineiros os sumiços. Data da época da posse do general Ernesto Geisel, por exemplo,

¹⁷⁵ GASPARI. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 103.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 172.

¹⁷⁷ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 363.

¹⁷⁸ *Id.*

¹⁷⁹ ARNS, *op. cit.*, p. 64.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Luciano, *op. cit.*, p. 45.

¹⁸¹ ARNS, *op. cit.*, p. 64.

o desaparecimento de cerca de duas dezenas de pessoas, presas pelos órgãos de repressão. Apesar das provas de suas detenções, elas jamais seriam localizadas.¹⁸² Tentando encontrá-las, em sete de agosto de 1974 Dom Paulo Evaristo Arns chefiou uma delegação que apresentou ao ministro-chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, documento com os nomes de 22 desaparecidos e informações obtidas junto a pessoas que tinham estado com eles, muitas delas na prisão. Apenas um desses indivíduos havia sumido antes da posse de Geisel. O chefe da Casa Civil prometeu investigar todos os casos e responder de imediato.¹⁸³

Com pessoas de seu círculo político e pessoal, que lhe traziam demandas a respeito de presos políticos, Golbery costumava fazer uma espécie de acordo. Em geral demonstrava interesse em ser informado dos casos, mas de alguma forma sinalizava que não iria prestar contas e nem deveria ser cobrado a respeito.¹⁸⁴ Seu arquivo privado indica que no início de 1975, mais provavelmente no mês de fevereiro, a questão dos desaparecidos foi discutida no Palácio do Planalto. A partir de documentos encontrados nesse arquivo, sabe-se hoje que Golbery queria tornar pública uma nota sobre o assunto, informando que o governo tinha "todo interesse" em "descobrir o paradeiro de alguns dos relacionados, elementos condenados pela nossa justiça, a fim de que venham a cumprir as penas que lhes foram impostas", mas não conseguiu convencer seus pares.¹⁸⁵ Na nota escrita por Golbery, ele observava que o governo lamentava não conseguir poder informar à nação sobre a localização dos "elementos" desaparecidos e afirmava que a política do governo era de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma que a segurança do Estado fosse preservada. Na que parece ter sido a única tentativa em aclarar a questão, o chefe da Casa Civil foi completamente derrotado. Durante o regime militar, a nota nunca seria

¹⁸² *Id.*

¹⁸³ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 331.

¹⁸⁴ GASPARI. **Entrevista concedida à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 7 fev. 2003.

¹⁸⁵ *Id.*

publicada.¹⁸⁶ Alheios ao que se passava nos bastidores do poder, mas preocupados com o destino dos presos políticos, naquele mesmo mês de fevereiro integrantes do MDB e ativistas da Igreja católica voltariam a cobrar do governo o paradeiro dos desaparecidos.¹⁸⁷ Na tentativa recorreu-se novamente ao ministro Golbery, que apesar da nota ensaiada agora descoberta, nunca deu qualquer satisfação.¹⁸⁸

Quando se fala em desaparecido político é preciso ter em mente, como observa com propriedade o projeto Brasil: nunca mais, que tal condição corresponde ao maior estágio do grau de repressão política observada em um determinado país.¹⁸⁹ Afinal, a um caso de desaparecimento não é possível aplicar os dispositivos legais que garantem a liberdade pessoal, a integridade física e a própria vida do indivíduo. Ao valer-se de expedientes desse tipo, regimes autoritários conseguem extrapolar ainda mais a já precária legalidade praticada. Retiram indivíduos da sociedade para torná-los simulacros de uma realidade que, na maioria das vezes, não é dada a conhecer. Como localizar alguém que foi capturado pelo aparato da repressão se o próprio aparato nega a existência de determinada prisão? Como avançar nas buscas sem o acesso às informações oficiais? Como transitar em um mundo artificialmente construído, onde a farsa ignora a dor e confere ainda mais poder à repressão? Na lógica do regime militar, o desaparecido político vira quase uma peça de ficção, um não-ser, como resume a psicanalista Maria Auxiliadora ARANTES: "O desaparecido político é três vezes *negado*: seqüestrado, morto, tem seu nome trocado ao ser enterrado, impedindo sua identificação."¹⁹⁰ Contribuía para isso, como lembra a psicanalista, o fato de, por questões estratégicas e de segurança, os militantes utilizarem nomes falsos. "A identidade clandestina foi usada *contra* o militante pela repressão militar para prender,

¹⁸⁶ *Id.*

¹⁸⁷ COUTO. **História indiscreta da ditadura** ..., p. 172.

¹⁸⁸ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 341.

¹⁸⁹ ARNS, *op. cit.*, p. 260.

¹⁹⁰ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999, p. 62.

matar e fazer desaparecer".¹⁹¹

A importância da publicação da lista com os nomes dos desaparecidos políticos pelo projeto Brasil: nunca mais, para além da visibilidade proporcionada à questão, pode ser destacada em pelo menos dois aspectos: o fato de sistematizar as ocorrências de desaparecimentos a partir de informações obtidas junto a uma fonte oficial – no caso, os processos do STM, ainda que à revelia do tribunal. De qualquer forma, no entanto, a simples publicação não permitiu maiores avanços na luta travada por familiares de desaparecidos. Ao contrário dos exilados, que puderam voltar ao país, ou dos presos políticos que conseguiram a liberdade, a Lei da Anistia não contemplou de forma significativa essas vítimas do regime. No seu artigo de número 6, previa apenas que o cônjuge, qualquer parente ou afim, na linha reta ou na colateral, ou ainda o Ministério Público, poderiam requerer a declaração de ausência da pessoa que, envolvida em atividades políticas, estivesse, até a data de vigência da lei, desaparecida de seu domicílio, sem que dela se tivesse notícias por mais de um ano. Cumpridos os trâmites estabelecidos pela lei, à família restaria uma sentença declarando a ausência do desaparecido, o que geraria a presunção de sua morte para fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva. Muitas famílias, talvez a maioria delas, no entanto, optaram por não recorrer ao instrumento legal do atestado de paradeiro ignorado. Pareceu-lhes por demais doloroso decretar a morte do ente querido e eximir o regime militar de suas responsabilidades. "A anistia não nos trouxe os desaparecidos nem através dos atestados de óbitos", resume, a situação dos familiares, Criméia de ALMEIDA, mulher de André Grabois, desaparecido no Araguaia.¹⁹²

Não foi por falta de luta. Em 20 de julho de 1979, por exemplo, familiares de presos políticos desaparecidos enviaram uma carta ao senador Teotônio Vilela exigindo da Lei da Anistia "o esclarecimento e responsabilização pelas mortes

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 80.

¹⁹² ALMEIDA, Criméia de. **Entrevista concedida pela militante de esquerda à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 9 fev. 2003 e 20 mar. 2003.

obscuras", tal como haviam definido no 3º Encontro Nacional de Movimentos de Anistia.¹⁹³ Outra correspondência, encaminhada em 16 de agosto de 1979 ao presidente Figueiredo, pedia "a elucidação e responsabilização judicial das mortes e desaparecimentos ocorridos".¹⁹⁴ Durante a campanha pela anistia, entidades como os CBAs também defendiam, em seu programa mínimo de ação, o esclarecimento da situação dos desaparecidos. No Congresso Nacional, enquanto tramitou o projeto de lei da anistia, foram apresentados substitutivos e emendas sobre o tema. Uma delas, a de número 246, de autoria do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), sugeria a criação, por parte do Ministério da Justiça, de uma comissão especial destinada a localizar presos políticos desaparecidos até 1979, em um prazo de 90 dias a contar da data do início dos trabalhos.¹⁹⁵ Outra emenda, proposta pelo senador Tancredo Neves (MDB-MG), previa a instauração de inquérito, pela Polícia Federal, para que fossem apuradas as circunstâncias dos desaparecimentos.¹⁹⁶ Havia ainda emendas como a 195, do deputado Carlos Alberto (MDB-RN), que determinavam o pagamento de pensão aos dependentes de pessoas que tivessem desaparecido depois de serem presas.¹⁹⁷ Nenhuma foi aprovada. Desde aquela época os militares temiam que investigações judiciais pudessem incriminá-los por torturas, assassinatos ou qualquer outro excesso cometido pelo regime.

2.2 UMA PRÁTICA RECORRENTE, MAS SEMPRE NEGADA

Na verdade, dentre os temas relacionados à repressão praticada pelo regime

¹⁹³ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia** ..., v. 2, p. 534.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 91.

¹⁹⁵ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia** ..., v. 1, p. 290.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 327.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 239.

militar, a questão dos desaparecidos sempre ocupou um lugar de destaque na lista dos assuntos que mais melindravam o governo. O então líder do MDB na Câmara Federal, deputado Alencar Furtado (PR), teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos depois de abordá-lo durante pronunciamento em um programa do partido em rede nacional de televisão, em junho de 1977.¹⁹⁸ Na ocasião, chamou a atenção sua maneira de referir-se aos familiares de desaparecidos. Eram a esposa do talvez e os filhos do quem sabe.¹⁹⁹ No dia da votação da Lei da Anistia, foi exatamente uma dessas mulheres, Suzana Keniger Lisbôa, que protagonizou uma das cenas mais marcantes do Congresso Nacional, ao exigir, aos gritos, o corpo de seu marido assassinado pela repressão.²⁰⁰ Luiz Eurico Tejera Lisbôa havia sido preso em São Paulo, em circunstâncias desconhecidas, no início de setembro de 1972. Em junho de 1979, tornar-se-ia o primeiro desaparecido político a ser encontrado. Seu corpo foi localizado, enterrado como indigente sob o nome de Nelson Bueno, no cemitério Dom Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo.²⁰¹ Buscando a elucidação de todos os casos, logo depois da aprovação da Lei da Anistia uma comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos do CBA do Rio Grande do Sul chegou a entregar ao senador Teotônio Vilela um dossiê com 339 nomes, 144 deles de desaparecidos.²⁰² Cinco anos mais tarde, lamentando o desinteresse da oposição pela causa, Suzana continuaria a reivindicar a "responsabilização judicial dos culpados pelos desaparecimentos".²⁰³

O regime militar não costumava assumir que os desaparecidos haviam passado pelos órgãos de repressão, muito menos que haviam sido mortos pelo aparato de segurança. Mesmo suspenso desde 1968 com a edição do AI-5, na tentativa de

¹⁹⁸ SOARES; D'ARAUJO; CASTRO. **A volta aos quartéis** ..., p. 304.

¹⁹⁹ DANTAS, Audálio. **Resistência**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1979, p. 123.

²⁰⁰ O PARTO da pequena anistia. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1979, p. 14.

²⁰¹ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 86.

²⁰² **COMISSÃO DE FAMILIARES** ..., p. 29.

²⁰³ **CINCO anos depois da anistia** ..., *op. cit.*

preservar a vida dos presos políticos advogados mantiveram a praxe de ingressar com pedidos de *habeas corpus* em nome de seus clientes, embora tais pedidos nunca fossem aceitos pelos juízes militares. Tratava-se de uma forma de pressão, uma maneira encontrada pelas famílias de avisar aos órgãos de repressão que se sabia do encarceramento de alguém. No caso dos desaparecidos, invariavelmente a resposta era: "encontra-se foragido".²⁰⁴ Em suas raras abordagens do tema, era comum que o regime difundisse a idéia de que eles estavam escondidos como clandestinos ou haviam deixado o país – versões desmontadas pelos familiares das vítimas nas ocasiões em que, por seus próprios esforços, conseguiram descobrir o destino dado aos desaparecidos.²⁰⁵ Se a ação policial era justificada como apropriada e necessária ao combate da ameaça terrorista, a adoção da tortura, prática indissociável do fenômeno dos desaparecimentos, era sistematicamente negada – apenas em meados da década de 90 o ex-presidente Ernesto Geisel, por exemplo, reconheceria sua existência durante o regime militar, mas "não todo o tempo", e diria que ela "em certos casos torna-se necessária, para obter confissões".²⁰⁶

Foi somente com o fim da censura e a redemocratização que fatos ocultos e episódios obscuros começaram a ser revelados. Em abril de 1985, por exemplo, depois que a imprensa divulgou que o coronel Walter Jacarandá, um oficial da Polícia Militar, iria ocupar um cargo de destaque no Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro, descobriu-se que ele era um torturador do regime militar. A denúncia foi feita por ex-presos políticos que identificaram Jacarandá e exigiram a revogação do ato oficial que o nomeara.²⁰⁷ Ao acontecimento, seguiu-se uma discussão sobre os limites do perdão concedido pela Lei da Anistia aos torturadores do regime militar. Como consequência, naquele mesmo mês surgiria, no Rio, o Grupo Tortura Nunca Mais, uma organização não-governamental cuja finalidade inicial era combater a tortura e resgatar a história

²⁰⁴ COMISSÃO DE FAMILIARES, p. 27-28.

²⁰⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Homenagem pelo transcurso do 12º aniversário da Lei da Anistia* ..., p. 31.

²⁰⁶ D'ARAUJO; CASTRO. *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 224-225.

²⁰⁷ OLIVEIRA. *Imagens da democracia* ..., p. 60.

do período, especialmente em relação aos mortos e desaparecidos. Rapidamente o movimento se espalhou por outras capitais do país. A partir daquele ano, para que os abusos do regime militar não caíssem no esquecimento, também foram criadas novas comissões de mortos e desaparecidos políticos. Em 21 de novembro, outra revelação: uma lista com os nomes de 444 torturadores chegava à imprensa e seria divulgada, no dia seguinte, pelos principais jornais do país. Elaborada pela equipe da arquidiocese de São Paulo, a lista tornou-se conhecida pouco depois das primeiras eleições municipais realizadas sob o novo governo civil.²⁰⁸

Com a lista descobriu-se que antigos torturadores ocupavam cargos de destaque em diversas esferas de poder. O general Mário de Mello Matos, por exemplo, tornara-se embaixador do Paraguai enquanto o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra recebia, como adido militar da embaixada brasileira em Montevidéu, seis mil dólares por mês.²⁰⁹ Durante missão oficial ao Uruguai, Ustra já havia sido reconhecido pela deputada federal Bete Mendes (PMDB-SP), como um dos homens que a torturara.²¹⁰ Enquanto alguns dirigentes como o então governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), optaram por demitir sumariamente os indivíduos citados pela lista, outros, como o presidente José Sarney, não tiveram suas ordens cumpridas. Apesar de determinar a transferência de Ustra, ele permaneceu no cargo, ao que parece por decisão do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que alegou: "Aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida."²¹¹ À época, o então consultor-geral da República, Paulo Brossard, chegou a sugerir uma devassa na administração pública, com a finalidade de afastar todos os torturadores da burocracia estatal, mas, a exemplo do que ocorrera com Ustra, a maioria dos acusados permaneceu em seus postos, não sofrendo muito

²⁰⁸ WESCHLER, *op. cit.*, p. 82.

²⁰⁹ *Id.*

²¹⁰ STEPAN. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 539.

²¹¹ *Id.*

mais do que o desprezo público.²¹² No caso do coronel Francisco Antonio Coutinho e Silva, que ocupara o cargo de conselheiro militar durante a gestão do então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (PTB), a divulgação da lista sequer impediu sua promoção. Algum tempo depois ele se tornaria diretor do departamento de transportes da cidade de São Paulo.²¹³

A impunidade não chegou a intimidar os integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais. Passadas quase duas décadas de sua criação, eles seguem denunciando violações de direitos humanos e mantendo viva a memória do período. Nas eleições de 2002, por exemplo, o escritório do Rio de Janeiro chamou a atenção para nomes de candidatos ao Legislativo, como Paulo César Amendola (PL-RJ), Josias Quintal (PSB-RJ), Ronaldo de Souza (PL-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP), que tiveram fortes ligações com o aparato de repressão do regime militar.²¹⁴ O movimento, que desde a sua criação defende e trabalha pela cassação do registro de médicos que colaboraram com o regime militar, também permanece atento e dá visibilidade a decisões a esse respeito. A mais famosa delas, daquele que viria a se tornar o primeiro médico da América Latina a ser punido por participar de atos de tortura, foi a cassação do registro profissional de Amílcar Lobo Moreira da Silva. Também conhecido na época da repressão como Dr. Carneiro, ele foi cassado pelo Conselho Regional de Medicina em nove de março de 1988. No ano seguinte, a decisão seria confirmada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).²¹⁵ Amílcar Lobo foi denunciado internacionalmente em 1973, pela psicanalista Helena Besserman Viana, quando pleiteava uma vaga na Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro. Durante o regime militar ele trabalhou no quartel da Polícia do Exército, no Rio. Foi condenado por usar seus conhecimentos médicos para avaliar os limites de resistência de presos políticos à tortura e autorizar

²¹² WESCHLER, *op. cit.*, p. 82.

²¹³ *Id.*

²¹⁴ TORTURA NUNCA MAIS - RJ. **Eleições hoje**: candidatos participaram da repressão na ditadura militar. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br/Noticias.asp?Codigo=63> Acesso em: 10/01/2003.

²¹⁵ CASSAÇÃO ainda não foi definida. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1997. Caderno Brasil, p. 7.

novas sessões. Em 27 de abril de 1996, no entanto, o Tribunal Regional Federal de Brasília reabilitou-o ao exercício de medicina, ao acatar o argumento da defesa, de que seu crime estava prescrito quando foi julgado.²¹⁶ Em 22 de agosto de 1997, enquanto um recurso especial impetrado pelo CFM contra o médico tramitava no Superior Tribunal de Justiça, Amílcar Lobo morreu.²¹⁷ Depois dele, outros casos se sucederam. Só em 1998, por exemplo, tramitavam no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro processos envolvendo 20 médicos legistas acusados de conivência com torturas e homicídios cometidos durante o regime militar. Todos os processos, de infração à ética médica, foram abertos em 1991, a pedido do Grupo Tortura Nunca Mais. As ações não ocorreram apenas no Rio. Em fevereiro de 2002, o CFM manteve decisão que já havia sido tomada pelo Conselho Regional de São Paulo, de impedir o exercício profissional por parte de Walter Sayeg. Em abril do mesmo ano, decisão semelhante foi tomada em relação ao médico Abeylard de Queiroz Orsini.²¹⁸

2.3 UMA LUTA INCESSANTE DOS FAMILIARES

Na questão dos desaparecidos políticos os poucos avanços observados na década de 80 foram resultado do esforço contínuo de familiares e militantes da causa. Em agosto de 1984, um grupo de familiares de desaparecidos na região do Araguaia foi recebido pelo então candidato à presidência da República, Tancredo Neves (PMDB). Um ano depois, em outro encontro com familiares, Fernando Lyra, ministro da Justiça, recordou a promessa feita por Tancredo de buscar informações sobre a

²¹⁶ MÉDICO cassado por participar de torturas recupera o registro. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 1996. Caderno Brasil, p. 12.

²¹⁷ **CASSAÇÃO ainda não foi definida** ..., p. 7.

²¹⁸ TORTURA NUNCA MAIS. **Conselho federal de medicina cassa registro de médicos legistas**. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br/Noticias.asp?Codigo=55> Acesso em: 10/01/2003.

localização dos corpos daqueles desaparecidos. "Estou aqui para ratificar essa intenção", declarou, prometendo fornecer aos familiares todo o apoio possível.²¹⁹ Na ocasião, Lyra reconheceu a existência, sempre negada pelo regime militar, da Guerrilha do Araguaia, e o direito dos familiares de reivindicar, na Justiça, explicações sobre as mortes.²²⁰ Em 1986, como nada tivesse sido feito, familiares voltaram a reclamar a localização dos corpos, durante sessão na Assembléia Legislativa de São Paulo, da qual participava o presidente José Sarney.²²¹ Em dezembro de 1987, em uma ação de responsabilidade civil movida pela viúva e pela filha do casal, a União seria condenada pela prisão e morte de Mário Alves. Dezesete anos depois da ocorrência do crime, essa se tornaria a primeira vez que o Estado teria reconhecida, pela via judicial, sua responsabilidade em um caso de desaparecimento político.²²²

Apesar de sua curta duração e dos escândalos de toda ordem, a gestão Collor (1990-1992) traria mudanças importantes no posicionamento do governo brasileiro em relação à questão dos direitos humanos, como constata o cientista político Wellington de Almeida. Embora o processo de atualização do país em relação à temática de proteção internacional dos direitos humanos tenha sido começado por José Sarney, que assinou em setembro de 1985 a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis e Degradantes, coube a Fernando Collor de Mello (PRN) impulsioná-lo. Assim, Collor tornou-se o primeiro presidente brasileiro a destacar o papel da comunidade internacional no monitoramento dos direitos humanos, durante discurso na abertura anual da Assembléia das Nações Unidas, em 1990, e também o primeiro a receber oficialmente no país uma delegação da Anistia Internacional.²²³ Ao contrário de Sarney, cujo mandato foi marcado pela defesa incondicional da soberania do Estado

²¹⁹ DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Araguaia.** Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia/16.html> Acesso em: 07/01/2003.

²²⁰ *Id.*

²²¹ *Id.*

²²² MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 364.

²²³ ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **Direitos humanos no Brasil (1988-1998): um desafio à consolidação democrática.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002, p. 16.

brasileiro, Collor recusou seu uso para encobrir violações de direitos humanos.²²⁴ Durante reunião ministerial, o presidente chegou a dizer que a soberania não poderia ser usada como escudo para violadores internos.²²⁵ Com a carta circular de nº 9.867, datada de oito de novembro de 1990, o Itamaraty passaria a orientar seus quadros sobre a nova posição do governo.²²⁶ A partir de então, a postura da diplomacia brasileira seria a de reconhecimento das violações de direitos humanos, não de negar os fatos, mas de mostrar que o governo estava empenhado em apurá-los.²²⁷

Significativa, essa mudança de posicionamento, no entanto, não redundou na elucidação dos casos de desaparecimentos tampouco na punição dos envolvidos. Outro gesto do presidente Collor, a devolução dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo, representaria uma nova esperança para os familiares. Só no arquivo de São Paulo, que estava sob o controle da Polícia Federal desde 1983, havia 1,5 milhão de fichas, 14 mil dossiês e 150 mil prontuários de brasileiros e estrangeiros.²²⁸ Devolvido ao governo do Estado em janeiro de 1992, apenas a partir de 1994 ele pôde ser consultado pelo público em geral. Até então, somente um grupo restrito, de dez representantes dos familiares, depois de muitas negociações teve acesso às pastas.²²⁹ No Rio a situação foi diferente. Entregues ao governo do Estado em agosto de 1992, de imediato os arquivos do DOPS puderam ser utilizados por integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais.²³⁰ Em Pernambuco e no Paraná, os arquivos foram abertos por determinação dos respectivos governadores Carlos Wilson (PMDB) e Roberto Requião (PMDB). No primeiro caso, os documentos mais importantes já haviam sido retirados, e os arquivos pouco contribuíram para o esclarecimento do passado. A

²²⁴ *Ibidem*, p. 62.

²²⁵ *Ibidem*, p. 128.

²²⁶ *Ibidem*, p. 87.

²²⁷ *Ibidem*, p. 122.

²²⁸ ARQUIVO do Dops é aberto para consulta. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 1994. Caderno Brasil, p. 4.

²²⁹ COMISSÃO DE FAMILIARES ..., p. 31.

²³⁰ *Id.*

abertura dos arquivos do Paraná, no entanto, permitiu a investigação de casos como o do ex-deputado Paulo Stuart Wright e o reconhecimento da morte de Virgílio Gomes da Silva. Seus nomes estavam em uma gaveta que continha dezessete fichas de desaparecidos políticos, sob a indicação "falecidos".²³¹ Em Goiás, o governador Iris Rezende (PMDB) também permitiu o acesso aos arquivos, mas como 18 armários com os documentos mais importantes haviam sido retirados, o gesto não teve grande significado.²³² Em Minas Gerais a questão dos arquivos mostrou-se mais complicada. No final de 1990, depois que o governador Newton Cardoso (PMDB) sancionou uma lei permitindo o acesso a eles, descobriu-se que tudo não passara de uma farsa. Os documentos do DOPS, que a lei transferia ao arquivo público do estado, já teriam sido incinerados há mais de dez anos.²³³

Ainda na gestão Collor, outro gesto de aparente boa vontade serviria para aumentar as expectativas de familiares de desaparecidos políticos. Em 21 de agosto de 1991, o ministro Carlos Tinoco chegou a declarar, na Comissão de Defesa Nacional, que o Exército admitia colaborar na localização dos corpos dos desaparecidos. Na ocasião, o general reconheceu o direito que as famílias têm de sepultar seus mortos e de velar por eles, mas pediu que isso fosse feito sem estigmatização, sem revanchismo.²³⁴ A iniciativa não prosperou, apesar de promessa semelhante ter sido feita, menos de uma semana depois, por outro integrante do alto escalão do governo, ele próprio um remanescente do regime militar. Em 27 de agosto, o então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, recebeu familiares, representantes do Grupo Tortura Nunca Mais e parlamentares para tratar da questão e também se mostrou disposto a colaborar. A imprensa chegou a divulgar que os familiares dos desaparecidos iriam poder contar com o auxílio do governo, por intermédio de garantia de policiamento, nas buscas por cemitérios clandestinos na região do Araguaia e que Passarinho pediria o apoio de

²³¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem pelo transcurso do 12º aniversário da Lei da Anistia** ..., p. 21.

²³² *Ibidem*, p. 22.

²³³ *Id.*

²³⁴ *Ibidem*, p. 23-24.

Tinoco para o acesso aos arquivos da Polícia Federal, do SNI e do Exército, mas tudo não passou de promessa.²³⁵

2.4 UM SOFRIMENTO SEM FIM

Além do horror experimentado pelas próprias vítimas, desaparecimentos costumam causar incalculáveis danos aos familiares dos envolvidos. Como observam Sofia Salimovich, Elizabeth Lira e Eugenia Weinstein em *Victims of fear – the social psychology of repression*, desaparecimentos não são apenas episódios inconclusivos, incertos e indefinidamente dolorosos para os familiares. Eles também repercutem no ambiente de trabalho e na própria sociedade, acabando por recair novamente sobre os indivíduos afetados.²³⁶ A experiência geralmente distingue-se por três estágios: o estágio da busca, o da aceitação do fato e o da possibilidade da morte. A tentativa de aceitar o fato quase sempre é acompanhada por sentimentos de medo e insegurança, além de uma sensação de culpa e deslealdade, que pode dominar todas as tentativas de se planejar o futuro.²³⁷ Por mais contraditório que possa parecer, para seus familiares o desaparecido é alguém que, estando morto, ao mesmo tempo vive. Se, por um lado, manter a pessoa viva significa a preservação de sua memória e da esperança, isso também implica no prolongamento da agonia, do isolamento, da deterioração e das torturas, o que torna a alternativa insuportável.²³⁸ De forma consciente, a família também pode decidir assumir a morte do desaparecido, com o objetivo de acabar com a incerteza e uma parte do sofrimento. Nesse caso, enquanto as autoridades se recusam a reconhecer sua prisão e assassinato, a idéia da morte acaba por tornar-se uma

²³⁵ *Id.*; DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Araguaia** ..., *op. cit.*

²³⁶ CORRADI; FAGEN; GARRETÓN, *op. cit.*, p. 80.

²³⁷ *Ibidem*, p. 81.

²³⁸ *Ibidem*, p. 82.

invenção da própria família, uma decisão que não pode ser atribuída à repressão política. Acompanhada pela culpa, a responsabilidade pela morte do desaparecido que essa escolha implica também termina por se transformar em algo intolerável.²³⁹

Aparentemente indiferentes ao sofrimento que qualquer uma das escolhas possa acarretar aos familiares, décadas depois de ocorridos os fatos os militares continuaram escamoteando a realidade. No início dos anos 90, o ex-chefe do SNI general Carlos Alberto da Fontoura, por exemplo, considerava "uma provocação" que se desejasse localizar os corpos dos guerrilheiros do Araguaia.²⁴⁰ Menos taxativo, o ex-ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves preferia atribuir a suposta insolubilidade da questão a razões externas. "Eu gostaria de dizer para esses que procuram os mortos o seguinte: primeiro, há uma dificuldade técnica de encontrar essa gente. [...] Nunca mais se encontra. Não há possibilidade. Aquela mata, com toda a sua vitalidade, cobre, transforma tudo."²⁴¹ Informações divulgadas pela imprensa há muito revelam o que parece ser a inconsistência dessa versão. De acordo com a carta de instrução 01/72, por exemplo, havia todo um procedimento a ser observado nos casos de morte envolvendo perseguidos políticos. Diz o documento: "Os PG (prisioneiros de guerra) falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografia)."²⁴² A mesma observação aparece em outro documento secreto das Forças Armadas, elaborado no mesmo ano. Referente à operação "Papagaio", o documento contém detalhes da estratégia adotada pelos militares no início do combate à Guerrilha do Araguaia. Sobre os mortos, traz mais duas orientações distintas: "Os mortos inimigos serão sepultados na selva, após identificação" e "Os comandantes de todos os escalões de GptOpFFE (grupamentos de operações anfíbias) serão responsáveis pela

²³⁹ *Ibidem*, p. 83.

²⁴⁰ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. **Os anos de chumbo** ..., p. 88.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 240-241.

²⁴² BRASILIENSE, Ronaldo. Militares enterraram guerrilheiros na selva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 dez. 1992. Primeiro caderno, p. 8.

coleta, identificação e evacuação dos mortos."²⁴³

A despeito de todas as dificuldades enfrentadas e do ritmo bastante lento que os primeiros anos de redemocratização imprimiram ao tema, na década de 90 a questão dos desaparecidos obteve avanços significativos. E isso não se deveu apenas a decisões políticas, como a abertura dos arquivos dos DOPS. O acaso também fez sua parte. No dia quatro de setembro de 1990, por exemplo, foram encontradas, em uma vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus, 1.049 ossadas. Descobertas no mesmo cemitério em que, no final dos anos 70, haviam sido localizados os restos mortais de outros militantes, a partir de uma denúncia de Antônio Eustáquio, administrador do local, a Caco Barcelos, repórter da TV Globo que investigava vítimas da violência policial, as ossadas seriam de indigentes, vítimas do esquadrão da morte e de pelo menos seis presos políticos.²⁴⁴ A persistência do Grupo Tortura Nunca Mais levaria à abertura de outras valas clandestinas, em diferentes pontos do país. No cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio, por exemplo, seriam localizados os corpos de 14 presos políticos, enquanto no cemitério de Santo Amaro, em Recife (PE), estavam os despojos dos mortos daquela que ficou conhecida como a chacina da chácara São Bento. Ocorrida em janeiro de 1973 sob o comando do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury, na ação foram mortos seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).²⁴⁵

Para investigar a descoberta da vala de Perus, em setembro de 1990 uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada na Câmara Municipal. Em seguida, foi assinado, por um período de um ano, convênio entre o Estado, a prefeitura de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para que as ossadas fossem identificadas.²⁴⁶ Até o final de 1992, no entanto, apenas os restos mortais de Denis

²⁴³ SOUZA. Exército planejou “cemitério” na selva. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 14.

²⁴⁴ TELES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 222.

²⁴⁵ **COMISSÃO DOS FAMILIARES ...**, p. 31.

²⁴⁶ TELES, *op. cit.*

Antônio Casemiro, militante da VPR assassinado em maio de 1971, e de Frederico Eduardo Mayr, integrante do Movimento de Libertação Popular (Molipo) ferido e preso em fevereiro de 1972, haviam sido identificados. Algum tempo depois, outros três esqueletos retirados de covas individuais também seriam reconhecidos cientificamente. Eram todos de militantes da Ação Libertadora Nacional. Hélber José Gomes Goulart teve seu assassinato anunciado pela imprensa em meados de julho de 1973. A versão oficial, posteriormente desmontada, dizia que o terrorista havia sido morto em tiroteio com agentes dos órgãos de repressão no dia 16 de julho.²⁴⁷ Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones foram torturados e mortos com tiros no tórax, cabeça e ouvido, em São Paulo, no mês de novembro de 1973.²⁴⁸ Em 1993, um memorial em homenagem às vítimas foi erguido no local onde estava a vala. Cinco anos mais tarde, depois de muitas idas e vindas e poucos avanços nos trabalhos, uma comissão especial foi criada com a finalidade de sugerir as providências necessárias à conclusão da tarefa de identificação dos mortos e desaparecidos políticos. Ficou definido que as ossadas seriam transferidas para o instituto Oscar Freire, da Universidade de São Paulo e que um perito internacional participaria dos trabalhos como observador.²⁴⁹ Em maio de 2001, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), autorizou a transferência das ossadas, que ainda estavam na Unicamp, para o cemitério do Araçá, em São Paulo, atendendo reivindicação de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Na ocasião, ficou acertado que peritos do Instituto Médico Legal da cidade retomariam os trabalhos de identificação.²⁵⁰

Assunto proibido no Congresso Nacional desde a aprovação da Lei da Anistia, no início da década de 90 a questão dos mortos e desaparecidos políticos voltaria à baila no Legislativo federal. Foi em 29 de agosto de 1991 com uma sessão solene na Câmara, em homenagem ao 12º aniversário da lei da anistia e às famílias dos

²⁴⁷ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 113.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 119.

²⁴⁹ TELES, Janaína (org.), *op. cit.*.

²⁵⁰ MARTA autoriza transferência de ossadas. **Folha de São Paulo**, 10 maio 2001. Caderno Brasil, p. 13.

desaparecidos políticos. Coube ao deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que junto com Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) organizara a sessão, apresentar um requerimento propondo a criação de uma Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos. Miranda conta que a decisão de propor a formação de uma comissão de representação externa em vez de uma CPI foi estratégica: "Uma CPI poderia ser tomada como algo revanchista."²⁵¹ Caso único no Congresso Nacional, a comissão, destinada a auxiliar o trabalho dos familiares, durou até 1994. Entre os seus 15 integrantes estavam parlamentares de todos os partidos políticos. Além de obter novas informações, seu principal mérito foi permitir que a questão dos mortos e desaparecidos voltasse a ser debatida. Embora não tivesse o poder de obrigar os depoentes a falar, sob a presidência de Miranda a comissão procurou o presidente da República, as Forças Armadas e percorreu o país ouvindo familiares de desaparecidos políticos. Do coronel Pedro Cabral, que participou das manobras de combate à Guerrilha do Araguaia como capitão-aviador, por exemplo, a comissão obteve a informação de que a terceira campanha das Forças Armadas na região foi uma verdadeira caçada.²⁵² Na mais contundente denúncia sobre os assassinatos praticados pelo regime militar na região, Cabral revelou que as ordens de Brasília eram no sentido de que ninguém ficasse vivo e "que não se deixassem vestígios de que o conflito do Araguaia algum dia tivesse existido."²⁵³

A comissão também esteve na Argentina e no Chile, para averiguar casos de mortos e desaparecidos políticos brasileiros. Neste último país, fez descobertas importantes. Encontrou, por exemplo, o atestado de óbito de Nelson de Souza Kohl. Paulista de Marília, Kohl pertencia ao Partido Operário Comunista (POC) e tinha 33 anos quando foi seqüestrado pela Força Aérea Chilena, em setembro de 1973. De acordo com o atestado, elaborado pelo legista Alfredo Vargas, o mesmo que testemunhou a morte de Salvador Allende, Kohl morreu dois dias depois de ser preso,

²⁵¹ MIRANDA. **Entrevista concedida pelo deputado federal à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 12 nov. 2002.

²⁵² MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 196.

²⁵³ *Id.*

em confronto com a polícia.²⁵⁴ Ainda que não constasse do relatório Rettig, que relacionou mortos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet, a pedido da comissão o nome de Jane Vanini, assassinada aos 29 anos, em Concepción, foi incluído no documento. Por causa disso, em janeiro de 1994 o Estado chileno assumiu a responsabilidade pela morte da militante do Molipo e decidiu conceder, como forma de reparação, pensão mensal à sua família.²⁵⁵ No Brasil, a comissão de representação externa conseguiu localizar, no estado do Tocantins, os restos mortais de Arno Preis.²⁵⁶ Também militante do Molipo, o advogado catarinense tinha 37 anos quando foi assassinado, em fevereiro de 1972, em confronto com policiais militares e civis na cidade de Paraíso do Norte, então pertencente ao estado de Goiás.²⁵⁷ Em 15 de outubro de 1993, seus restos mortais foram exumados do Cemitério de Tocantins e levados para o Instituto Médico Legal de Brasília. Depois de ser homenageado na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, os despojos de Preis foram enterrados em nove de abril de 1994, em Forquilha (SC).²⁵⁸

Procurando resolver a questão, o deputado Miranda, ele próprio um ex-militante da Política Operária (Polop) e ex-presos políticos, chegou a elaborar um projeto de lei para que o Judiciário reconhecesse os desaparecidos políticos, mas a iniciativa não foi adiante.²⁵⁹ Em 1993, uma reunião nacional de entidades de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos propôs ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que o Poder Executivo criasse uma comissão especial para estudar todos os casos de mortes e desaparecimentos ocorridos entre 1964 e 1985.²⁶⁰ A idéia era que a comissão, a ser composta por membros do Legislativo e do Judiciário,

²⁵⁴ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 519.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 159.

²⁵⁶ MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

²⁵⁷ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 148.

²⁵⁸ *Ibidem*. p. 149.

²⁵⁹ MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

²⁶⁰ COIMBRA, Cecília. **Cidadania ainda recusada**: o Plano Nacional de Direitos Humanos e a lei sobre mortos e desaparecidos políticos. 1997. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ceciliacoimbra/cecilia2.html> Acesso em: 09/09/2002.

além de representantes da sociedade civil, como os próprios familiares e entidades de direitos humanos, fosse coordenada pelo Ministério da Justiça e investigasse as circunstâncias dos crimes e seus responsáveis. Aceita por Corrêa, a proposta nunca obteve resposta do presidente Itamar Franco.²⁶¹ Não satisfeito, Miranda voltaria a tentar negociar, com o ministério da Justiça, a elaboração de uma outra lei, a ser apresentada pelo Executivo. A legislação, que chegou a ser anunciada pelo presidente Itamar Franco, previa o pagamento de pensão aos familiares de desaparecidos, conforme noticiou a imprensa em abril de 1993, mas não deveria reconhecer que o sumiço de presos políticos se dera quando eles estavam sob a custódia do aparato de repressão, tampouco cogitava a possibilidade de promover indenizações pelas mortes.²⁶² A despeito do declarado desejo do ministro Corrêa de virar uma "página negra" da história brasileira, a iniciativa enfrentou resistência por parte dos militares e acabou sendo vetada por Itamar.²⁶³ Um dos pareceres contrários à iniciativa foi dado pelo general Oswaldo Pereira Gomes, assessor especial do então ministro do Exército, general Zenildo Lucena.²⁶⁴

Das Forças Armadas, a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos ainda conseguiria, naquele ano, obter dados sobre mortos e desaparecidos políticos do regime militar. Embora fossem considerados secretos, o caráter confidencial dos documentos não foi mantido graças à disposição do ministro Corrêa, que cedeu aos apelos da Câmara Federal. As revelações não foram muitas porque o Exército e a Aeronáutica enviaram basicamente informações constantes de recortes de jornal. Ao fornecer dados precisos sob a forma de relatório, a Marinha, no entanto, acabou por confirmar que possuía arquivos referentes ao período.²⁶⁵ Seu relatório tratava das mortes de 43 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e aquela se

²⁶¹ *Id.*

²⁶² DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Araguaia** ..., *op. cit.*

²⁶³ *Id.*; MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

²⁶⁴ GOMES. Os militares e a comissão dos desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 23 out. 1998. Caderno Brasil, p. 4.

²⁶⁵ MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

tornaria a primeira vez que um documento das Forças Armadas reconheceria oficialmente a existência da guerrilha, até então sistematicamente negada.²⁶⁶

Em maio de 1994, com vistas ao novo governo, que deveria assumir o comando do país no ano seguinte, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Grupo Tortura Nunca Mais, que à época lutavam pelo reconhecimento oficial das mortes de 144 opositores do regime militar, divulgaram sua "Carta Compromisso" (a proposta era a mesma feita um ano antes, ao governo Itamar). O documento, que seria enviado aos candidatos à presidência da República, pedia ao eleito que se comprometesse a reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro "pela prisão, tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985" e a imediata criação de uma comissão especial de investigação. Entre outros pontos, também reivindicava que os candidatos assumissem o compromisso de não indicar para cargos de confiança "pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar".²⁶⁷ Em agosto, o jurista Miguel Reale Júnior, representante do então candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), assinou o documento se comprometendo com os pedidos.²⁶⁸ No ano seguinte, pela mesma comissão, seria publicado no país um detalhado levantamento sobre o assunto. Intitulada "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964", a coleção de documentos foi elaborada com o apoio do Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), do Grupo Tortura Nunca Mais e dos governos do estado de São Paulo e de Pernambuco e reúne dados sobre 357 mortos e desaparecidos políticos. Os nomes inventariados no dossiê foram agrupados de acordo com a classificação usada desde os anos 70: mortes oficiais, desaparecidos no Brasil, desaparecidos no exterior, mortes no exílio e outras mortes.²⁶⁹

²⁶⁶ COIMBRA. **Cidadania ainda recusada** ..., *op. cit.*

²⁶⁷ STYCER, Mauricio. Famílias fazem apelo sobre "desaparecidos". **Folha de São Paulo**, 1 jun. 1994. Caderno Brasil, p. 6.

²⁶⁸ COIMBRA. **Cidadania ainda recusada** ..., *op. cit.*

²⁶⁹ COMISSÃO DE FAMILIARES ..., sumário.

2.5 UMA SOLUÇÃO EXIGIDA

Em março de 1995 foi instalada, na Câmara Federal, uma comissão para tratar exclusivamente de questões relativas aos direitos humanos. Fruto de um projeto de resolução do deputado Nilmário MIRANDA, a iniciativa contou com amplo apoio dos demais parlamentares da Casa. Para definir sua agenda de trabalho, logo que foi constituída a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo próprio Miranda, marcou uma audiência pública com o então ministro da Justiça, Nelson Jobim. Na pauta, ocupando um lugar de destaque e contando com o apoio de entidades como a Anistia Internacional, a OAB e a Igreja católica, estava a questão dos mortos e desaparecidos políticos.²⁷⁰ Ex-integrante da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, Jobim ouviu de Nilmário MIRANDA que a comissão esperava do governo o envio, à Câmara Federal, de um projeto de reparação que reconhecesse a chamada responsabilidade objetiva do Estado no assunto.²⁷¹ Embora os familiares dos mortos e desaparecidos desejassem mudar a Lei da Anistia, especialmente no aspecto que acreditavam inviabilizar a punição dos culpados, para o deputado não era mais hora para esse tipo de ação. O momento, em sua avaliação, era de reivindicar uma reparação moral e histórica.²⁷² Recebida a demanda, o ministro Jobim encarregou seu então chefe de gabinete, o ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz José Gregori, de elaborar a proposta do governo. No mesmo mês, a *Human Rights Watch/Americas* encaminharia ao governo federal um documento destacando a necessidade de se fazer justiça para os casos de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Para a entidade, o governo precisava aceitar sua própria responsabilidade na questão, investigar todos os casos e indenizar os familiares das vítimas.²⁷³

²⁷⁰ MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

²⁷¹ *Id.*

²⁷² *Id.*

²⁷³ CAVALLARO, James Louis. Não é presente – é dever. **Folha de São Paulo**, 10 jul. 1995. Caderno Brasil, p. 3.

Antes que o governo apresentasse sua proposta, em abril daquele mesmo ano, durante visita ao Brasil, Pierre Sané, secretário-geral da Anistia Internacional, criticaria de forma vigorosa a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação aos desaparecidos políticos.²⁷⁴ De acordo com Sané, que havia se reunido com o presidente no dia 29 de março, Fernando Henrique não teria demonstrado "entusiasmo" em discutir o assunto por considerá-lo "complicado demais". Em entrevista à imprensa, Sané disse também que o presidente brasileiro parecia não entender que o crime cometido contra os desaparecidos é um crime que não prescreve. Para o secretário-geral da Anistia Internacional, um chefe de Estado não poderia dizer que tem compromisso com um problema como o dos desaparecidos e não resolvê-lo, tampouco poderia querer esquecer o passado. Na visão de Sané, cabia ao governo esclarecer situações desse tipo, para que os responsáveis pudessem ser levados à Justiça e os parentes das vítimas, ser indenizados.²⁷⁵ A resposta do governo foi imediata. Em nota oficial, divulgada pela assessoria de imprensa do Palácio do Planalto, o presidente da República dizia não acreditar "que o senhor Pierre Sané, com a responsabilidade do cargo que ocupa, tenha afirmado algo leviano como isso."²⁷⁶ Não obstante as demandas de Sané no Brasil, antes que o mês acabasse Fernando Henrique Cardoso ainda passaria pela experiência de ser cobrado no exterior. Durante visita a Washington, em uma reunião com intelectuais, o presidente foi questionado pela professora brasileira Ângela Harvaky, da George Mason University, sobre o paradeiro de seu irmão, Pedro Alexandrino de Oliveira.²⁷⁷ Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), atuou na Guerrilha do Araguaia e a última vez em que foi visto pela família foi no Natal de 1969.²⁷⁸ À professora, Fernando Henrique Cardoso disse que as famílias dos desaparecidos tinham o direito de receber

²⁷⁴ SOUZA, Carlos Alberto de. Dirigente mundial da Anistia critica FHC. **Folha de São Paulo**, 12 abr. 1995. Caderno Brasil, p. 11.

²⁷⁵ *Id.*

²⁷⁶ *Id.*

²⁷⁷ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Professora pede "justiça". **Folha de São Paulo**, 22 abr. 1995. Caderno Brasil, p. 6.

²⁷⁸ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 195.

informações, mas que ele não dispunha delas. Também reconheceu o direito dos familiares a uma compensação financeira por parte do Estado.²⁷⁹

Em abril, a recém-criada Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal aprovou um projeto de lei que tratava da questão. À época, 152 pessoas eram consideradas desaparecidas. Elaborado pelo deputado Roberto Valadão (PMDB-ES), o projeto previa, por parte da União, o pagamento de indenização às famílias de desaparecidos políticos. Pela iniciativa, caberia à União o ônus da prova, ou seja, demonstrar a ausência de responsabilidade sobre o sumiço de determinado preso político.²⁸⁰ Nos primeiros dias de maio de 1995, entidades de defesa dos direitos humanos deram início a uma campanha para que o governo reconhecesse formalmente a morte dos desaparecidos políticos.²⁸¹ Também pediam que familiares de desaparecidos fossem recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Jaime Wright, o governo estaria "negligenciando" a situação das pessoas mortas durante o regime militar. O reverendo chamava atenção para o "embaraço legal" que o não-reconhecimento oficial dos desaparecidos causava a seus familiares.²⁸² Na semana seguinte, o jornalista, escritor e dramaturgo Marcelo Rubens PAIVA publicaria, na revista *Veja*, um artigo de duas páginas sobre a questão. Seria a gota d'água. Sob o título "Nós não esquecemos", o filho do ex-deputado Rubens Paiva, preso, torturado e desaparecido desde janeiro de 1971, pedia uma posição oficial da presidência da República "quanto à falta de empenho em dar resposta às famílias dos desaparecidos."²⁸³ Surpreso com o descaso em relação ao tema, por parte de um presidente que fora, inclusive, amigo pessoal de seu pai, Marcelo Rubens PAIVA dizia não entender a frase que Sané teria ouvido do presidente, de que se tratava de um

²⁷⁹ SILVA. Professora pede "justiça" ..., *op. cit.*

²⁸⁰ UNIÃO pode pagar famílias de desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 5 abr. 1995, Caderno Brasil, p. 9.

²⁸¹ NERI, Emanuel. Campanha pede que FHC reconheça mortos. **Folha de São Paulo**, 10 maio 1995. Caderno Brasil, p. 11.

²⁸² *Id.*

²⁸³ PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. **Veja**, São Paulo, 10 maio 1995, p. 106-107.

passado "complicado de remexer, que incomoda muitos setores".²⁸⁴

Naquele mês de maio, com a denúncia do jornal inglês *The Guardian* de que um ex-torturador ocupava um cargo de destaque na embaixada brasileira em Londres, o passado estava mais presente do que nunca. Indicado por Itamar Franco, o coronel Armando Avólio Filho era adido militar da embaixada do Brasil quando teve seu afastamento pedido pela Anistia Internacional.²⁸⁵ O escândalo fez com que o Partido Trabalhista britânico encaminhasse, ao Itamaraty, um pedido formal de explicações sobre o caso. Em conversa com o ministro do Exército, Zenildo Lucena, Fernando Henrique Cardoso disse que a situação do militar em Londres "era insuportável" e que sua manutenção no poder provocaria um desgaste desnecessário à imagem do país. Lucena era favorável à sua saída, mas a maioria dos comandantes não queria que o governo cedesse, alegando que durante o regime militar Avólio fora um oficial subalterno e cumprira ordens. Para esses comandantes, a Lei da Anistia o havia liberado de julgamentos posteriores.²⁸⁶ Exonerado pelo presidente no dia primeiro de junho, o coronel só seria afastado definitivamente do cargo no final de setembro, depois de disputa travada entre o Exército e o Ministério das Relações Exteriores.²⁸⁷

Um dia depois da Anistia Internacional pedir o afastamento de Avólio, as pressões sobre Fernando Henrique Cardoso em relação aos desaparecidos do regime militar surtiram efeito. Em 23 de maio o ministério da Justiça anunciou que o Estado havia decidido reconhecer a morte dos desaparecidos políticos e pagaria uma indenização a seus familiares.²⁸⁸ De acordo com José GREGORI, a idéia de elaborar a lei foi resultado de diversas necessidades. Além de tratar-se de uma questão de direitos humanos, era preciso complementar a Lei da Anistia. Na mesma medida, pesaram na

²⁸⁴ *Id.*

²⁸⁵ NOGUEIRA, Rui; FRANÇA, William. Presidente afasta militar acusado de tortura. **Folha de São Paulo**, 2 jun. 1995. Caderno Brasil, p. 12.

²⁸⁶ ONG diz que documentos desapareceram. **Folha de São Paulo**, 27 set. 1995. Caderno Brasil, p. 14.

²⁸⁷ *Id.*

²⁸⁸ FAMILIARES não pedem punição. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1995. Caderno Brasil,

decisão o papel ativo dos movimentos de familiares de desaparecidos políticos e o artigo escrito por Marcelo Rubens Paiva.²⁸⁹ Vale lembrar que a legislação foi preparada e aprovada no contexto de elaboração e implantação de algo mais amplo, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Aliás, foi exatamente a questão relacionada às cobranças do caso dos desaparecidos políticos que influenciou o presidente a aderir à proposta do PNDH, uma recomendação da Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, realizada em Viena em 1993.²⁹⁰ Gregori conta como isso se deu: "Eu disse ao presidente que a credibilidade do lançamento da proposta necessitava de uma solução para a questão histórica dos desaparecidos políticos. Ele concordou e autorizou a instalação de uma comissão especial para tratar do tema com a participação do Congresso, um representante dos familiares e outro das Forças Armadas."²⁹¹ Também sob a coordenação do então chefe de gabinete do ministério da Justiça, o PNDH foi concluído, entre novembro de 1995 e abril de 1996. Baseava-se em um projeto elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.²⁹² Um ano depois, seria criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Em 26 de maio, seria revelado que o projeto do governo previa o pagamento de indenizações estimadas entre cem mil reais e cento e cinquenta mil reais às famílias de 136 desaparecidos.²⁹³ Em junho, notícias divulgadas pela imprensa, e posteriormente negadas pelo Planalto, indicavam que o governo poderia recuar nas concessões aos familiares. Valendo-se da crise militar no Chile, Fernando Henrique Cardoso recomendaria prudência no trato da questão.²⁹⁴ Antes do final do mês

p. 8.

²⁸⁹ GREGORI. **Entrevista concedida pelo ex-secretário nacional de direitos humanos à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 18 dez. 2002, 20 dez. 2002 e 20 jan. 2003.

²⁹⁰ ALMEIDA. **Direitos humanos no Brasil (1988-1998)** ..., p. 134.

²⁹¹ *Id.*

²⁹² ALMEIDA. **Direitos humanos no Brasil (1988-1998)** ..., p. 131-132.

²⁹³ FAMILIARES não pedem punição. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 8.

²⁹⁴ PORTA-VOZ nega que Planalto tenha recuado. **Folha de São Paulo**, 29 jun. 1995.

seguinte, a mesma imprensa anunciaria que um decreto presidencial, reconhecendo as mortes dos desaparecidos políticos, estava na iminência de ser assinado por Fernando Henrique Cardoso.²⁹⁵ Mais uma vez, tratava-se de alarme falso. No início de agosto foi a vez do deputado federal Jair Bolsonaro (PPR-RJ) anunciar que pretendia apresentar emenda ao projeto do governo. A intenção do capitão de reserva do Exército era estender o direito de indenização aos familiares de militares mortos pela guerrilha.²⁹⁶ Quinze dias mais tarde, o então ministro da Marinha, Mauro César Pereira, criticou as indenizações a serem pagas pelo Estado. Em nota divulgada em seguida, o Exército deixou claro que essa não era a sua posição: informou que não se opunha ao pagamento de indenizações e que o assunto era de competência exclusiva do presidente da República.²⁹⁷ A Aeronáutica também apoiaria o projeto do governo. "É uma boa oportunidade de se virar uma página da história do Brasil", declarou, no dia 25 de agosto, Mauro Gandra, ministro da Aeronáutica.²⁹⁸ Uma semana antes, o presidente Fernando Henrique Cardoso já havia dito que o projeto dos desaparecidos não iria ultrapassar os limites da Lei da Anistia. A declaração, feita em discurso para oficiais do Exército, no Rio, sinalizava às Forças Armadas que o governo não pretendia investigar a responsabilidade sobre as mortes ocorridas durante o regime militar.²⁹⁹ Contrariado com o projeto do governo, no dia 22 de agosto o general Murillo Neves Tavares da Silva, comandante da 7ª Região Militar do Nordeste, pediria transferência para a reserva.³⁰⁰

No período de elaboração do projeto do governo, uma reunião coordenada

Caderno Brasil, p. 12.

²⁹⁵ SECCO, Alexandre. Decreto que reconhece a morte dos desaparecidos já está pronto. **Folha de São Paulo**, 25 jul. 1995. Caderno Brasil, p. 12.

²⁹⁶ **FAMILIARES não pedem punição** ..., p. 8.

²⁹⁷ PINTO; NOGUEIRA. Aeronáutica apóia projeto para pagar indenizações. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 4.

²⁹⁸ *Id.*

²⁹⁹ PRESIDENTE diz que o projeto sobre desaparecidos não extrapola anistia. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 9.

³⁰⁰ NERI, Emanuel. General se opõe a projeto e deixa comando. **Folha de São Paulo**, 23

pelo então secretário de Justiça do estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., realizada na sede da secretaria, em São Paulo, conseguiu juntar José Gregori e os familiares de desaparecidos. Sensibilizado pelos relatos apresentados, Gregori comprometeu-se a inserir no projeto de lei um artigo permitindo a inclusão de novos nomes de desaparecidos. Na ocasião, ficou acertado que esses nomes seriam submetidos ao exame de uma comissão, da qual fariam parte os familiares.³⁰¹ Foi também para atender reivindicação dos familiares, descontentes com o caráter restrito da iniciativa governamental, que Gregori decidiu incluir no projeto a expressão "ou assemelhadas". A idéia era permitir que pudessem ser reconhecidos pelo Estado não só os casos de pessoas que foram mortas em dependências policiais, mas também aqueles ocorridos em locais semelhantes.³⁰² Para elaborar a lei, GREGORI não se baseou em nenhuma outra legislação.³⁰³ Seu trabalho foi influenciado apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, levando-se em consideração dois eixos: a Lei da Anistia e a necessidade de abranger os casos em que a responsabilidade do Estado era evidente.³⁰⁴ Enquanto Gregori e sua equipe se debruçavam sobre o projeto, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal percorria o país ouvindo, em audiências públicas com familiares de desaparecidos políticos, relatos de casos já conhecidos ou novos.³⁰⁵

Finalmente no dia 28 de agosto de 1995, exatos 16 anos depois da entrada em vigor da Lei da Anistia, mais de uma centena de familiares de desaparecidos políticos tomaria conhecimento do conteúdo do projeto de lei 869/95.³⁰⁶ À exceção do ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, nenhum outro ministro militar esteve

ago. 1995. Caderno Brasil, p. 11.

³⁰¹ LISBÔA, Suzana Kêniger. Mortos e desaparecidos políticos - recontando a nossa história. **Relatório Azul**, Porto Alegre, p. 109, 1995.

³⁰² MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³⁰³ GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³⁰⁴ MENEZES, Cynara; SECCO, Alexandre. Gregori propõe indenizar 111 do Carandiru. **Folha de São Paulo**, 3 set. 1995. Caderno Brasil, p. 8.

³⁰⁵ LISBÔA. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 109.

³⁰⁶ *Id.*

presente à assinatura do projeto, no gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso. Além de Gregori, participaram da solenidade o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho.³⁰⁷ Durante a cerimônia, o general Cardoso abraçou Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva. No dia seguinte, o registro do gesto seria publicado na primeira página dos principais jornais do país. Algum tempo depois, o general declararia: "Estamos em um momento de virada definitiva de uma página da história, mas não de forma negativa. [...] Definitivamente, a sociedade está reconciliada."³⁰⁸ Na noite da assinatura do projeto, cerca de 70 familiares de mortos e desaparecidos políticos fizeram vigília em frente ao Congresso Nacional. Com velas acesas, eles lamentavam o fato de o projeto do governo não contemplar a reivindicação de apuração das circunstâncias das mortes dos perseguidos políticos. Pouco antes, o ministro Jobim havia anunciado que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretendia vetar qualquer proposta nesse sentido.³⁰⁹ Na semana anterior, quando esteve reunido com os ministros do Exército e da Marinha, Jobim já havia apelado a "razões humanitárias" que, segundo ele, impossibilitavam o desrespeito à Lei da Anistia, para descartar essa possibilidade.³¹⁰ Durante a vigília, Iara Xavier Pereira, da Comissão Nacional de Familiares dos Mortos e Desaparecidos, havia dito que o movimento não pretendia ultrapassar os limites da Lei da Anistia.³¹¹ "As nossas reivindicações não têm intuito de revanchismo e vingança", declarou. Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio, disse que o que se buscava era justiça. "[...] e fazer justiça é contar a verdadeira história dos desaparecidos que foram mortos como terroristas e subversivos."³¹²

Não se pode dizer que os familiares aprovaram o texto do projeto de maneira

³⁰⁷ **FAMILIARES não pedem punição** ..., *op. cit.*

³⁰⁸ FRANÇA, William. Anistia se sobrepõe a dor das famílias, diz general. **Folha de São Paulo**, 4 set. 1995. Caderno Brasil, p. 4.

³⁰⁹ **FAMILIARES não pedem punição** ..., *op. cit.*

³¹⁰ RAZÕES humanitárias não permitem violação à Lei da Anistia, diz Jobim. **Folha de São Paulo**, 22 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 14.

³¹¹ **FAMILIARES não pedem punição** ..., *op. cit.*

integral. Ainda que reconhecessem a importância da iniciativa, eles reclamaram da falta de critérios objetivos para se distinguir mortos e desaparecidos, do ônus da prova ter sido deixado aos próprios familiares, além da impossibilidade de se examinar as circunstâncias das mortes.³¹³ Também não aceitaram a argumentação do governo, de que essa impossibilidade se devia aos limites impostos pela Lei da Anistia.³¹⁴ De qualquer forma, imaginavam que, no Congresso, poderiam tentar modificá-lo. Estavam enganados. No dia seguinte à assinatura do projeto, familiares de mortos e desaparecidos políticos já acusavam o governo de valer-se de manobras para que o texto não sofresse emendas. A principal foi tentar alterar o trâmite de votação do projeto, que de regime de urgência deveria passar para urgência urgentíssima.³¹⁵ "O governo está com medo da reação militar e quer votar o projeto sem a discussão da sociedade", reclamou, na ocasião, Suzana Keniger Lisbôa.³¹⁶ O protesto dos familiares junto às lideranças partidárias acabou por conseguir que o requerimento de urgência urgentíssima fosse retirado. Depois de passar pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, no dia 13 de setembro o projeto foi a plenário, para discussão em turno único. Aprovada sua redação final, foi enviado ao Senado. Durante todo o mês de outubro, a iniciativa do governo esteve sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Recebeu parecer favorável ao projeto e contrário às emendas, o mesmo ocorrendo na Comissão de Assuntos Econômicos. Em votação no plenário, no dia nove de novembro, foi aprovado. Quatro dias depois, o projeto seria encaminhado à sanção do presidente da República.

De fato, o governo não queria que o projeto fosse modificado. A orientação era de que não houvesse emendas. Várias, inclusive a do deputado Bolsonaro, foram

³¹² *Id.*

³¹³ LISBÔA. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 109.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 110.

³¹⁵ NERI, Emanuel; GONDIM, Abnor. Familiares acusam governo de manobra. **Folha de São Paulo**, 30 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 11.

³¹⁶ *Id.*

apresentadas, mas nenhuma foi aprovada.³¹⁷ À época, comentava-se que as emendas que poderiam ampliar o conceito de reparação e abrangência da lei haviam sido derrotadas por causa de um "limite" que teria sido acordado pelo governo.³¹⁸ Indagado a respeito do suposto limite, GREGORI respondeu: "não houve prejuízo no final, pois os que deveriam receber ou se enquadrar na lei o foram."³¹⁹ De acordo com o então chefe de gabinete do ministério da Justiça, durante a elaboração da lei nenhuma restrição foi sugerida ou imposta pelos militares. "Mas levei em conta, por mim e sem pressões, todas as resultantes políticas de uma lei potencialmente explosiva. Foi preciso muito equilíbrio, prudência e responsabilidade. E intuir reações, evitando-as com cautelas que, aliás, todo legislador deve ter."³²⁰ Conquanto não se opusesse ao pagamento de indenizações, sabia-se que o Exército não era favorável a "qualquer investigação para apuração de responsabilidades" sobre as mortes, como anunciou em nota oficial.³²¹ Postura semelhante tinha o chefe da Casa Militar. Para o general Alberto Cardoso, razões de Estado deveriam se sobrepor a questões pessoais, quando o assunto é a apuração das circunstâncias das mortes de perseguidos políticos. "Há uma anistia, que significa esquecimento, indulgência. Revolver esses casos certamente vai colocar em xeque o efeito dessa anistia. Se por um lado se entende o que as famílias desejam, por outro lado isso não seria benéfico para o clima de união".³²²

³¹⁷ MIRANDA. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³¹⁸ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 15.

³¹⁹ GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³²⁰ *Id.*

³²¹ NERI, Emanuel. General se opõe a projeto e deixa comando. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 11.

³²² FRANÇA, William. Anistia se sobrepõe a dor das famílias, diz general. **Folha de São Paulo**, 4 set. 1995. Caderno Brasil, p. 4.

2.6 UMA RESPONSABILIDADE ENFIM ASSUMIDA

Sancionada no dia quatro de dezembro de 1995, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a lei 9.140 ou Lei dos Desaparecidos³²³ reconheceu de imediato, como mortos, 136 desaparecidos políticos, cujos nomes aparecem listados em seu anexo I. Ao realizar esse reconhecimento legal, como bem fazem notar Nilmário MIRANDA e Carlos TIBÚRCIO, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral pelas violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar como seqüestros, prisões, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos, inclusive contra estrangeiros que viviam no país (entre os desaparecidos listados no anexo I há quatro que não são brasileiros).³²⁴ Dessa forma, os familiares passaram a ter o direito de requerer os atestados de óbito dos desaparecidos e o pagamento de indenizações. Para receber a indenização, os familiares dos 136 desaparecidos arrolados no anexo I precisaram apenas encaminhar um requerimento ao ministério da Justiça. Não foram solicitadas, junto à comissão, as indenizações de quatro desaparecidos: Edmur Péricles Camargo, Francisco Manoel Chaves (ou José Francisco Chaves), Manoel Alexandrino e Rubens Paiva. Após a publicação da lei, descobriu-se que Manoel Alexandrino morreria de causas naturais, muito tempo depois de seu desaparecimento.³²⁵ No caso do ex-deputado, uma ação indenizatória por danos morais e materiais, movida pela família Paiva contra a União, já tramitava na Justiça do Rio desde janeiro de 1991. Em novembro de 2002, sua sentença, condenando a União a pagar cerca de 850 mil reais à família, encontrava-se em fase de execução.³²⁶ Embora tenham encaminhado requerimento ao ministério da Justiça, os familiares de Hélio Luiz Navarro de Magalhães optaram por não receber a indenização a que teriam direito. Estudante de

³²³ Anexo B.

³²⁴ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 14.

³²⁵ *Ibidem*, p. 591.

³²⁶ PAIVA, Eunice. **Entrevista concedida pela viúva de Rubens Paiva à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 6 nov. 2002.

química e música na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edinho, como era conhecido, desapareceu no Araguaia em janeiro de 1974. Tinha 25 anos.³²⁷

A lei também criou uma comissão especial para analisar as denúncias de outras mortes, ocorridas por motivação política e de causas não naturais, "em dependências políticas ou assemelhadas", entre dois de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.³²⁸ Vinculada ao ministério da Justiça, ela foi instalada em nove de janeiro de 1996, e teve seus membros designados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram eles: Suzana Keniger Lisboa (Comissão Nacional de Familiares), general Oswaldo Pereira Gomes (Forças Armadas), Paulo Gonet Branco (Ministério Público Federal), João Grandino Rodas (Itamaraty), deputado Nilmário Miranda (Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal) e Eunice Paiva, substituída em abril de 1996 pelo advogado Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. O jurista Miguel Reale Júnior foi o escolhido para presidir a comissão. Além de proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas que não constavam do anexo I, à comissão ficaram estabelecidas também as tarefas de empregar esforços para a localização dos corpos de desaparecidos no caso da existência de indícios quanto ao local onde pudessem estar depositados (art. 4º, item II) e de emitir pareceres sobre os requerimentos relativos à indenização que viessem a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 da lei (art. 4º, item III). A partir da data da publicação da lei, os familiares de pessoas desaparecidas que não estavam relacionadas no anexo I tiveram 120 dias para apresentar seus requerimentos.

Na reunião de instalação da comissão especial, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, lembrou que a intenção era realizar um ajuste de contas com o futuro e não fazer uma retaliação do passado.³²⁹ No mesmo encontro, com base em um dossiê elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o deputado

³²⁷ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 193.

³²⁸ *Ibidem*, p. 13.

³²⁹ MORINI, Cristiano. **Ata da reunião de instalação da comissão especial**: lei nº 9.140, desaparecidos políticos. Brasília, 9 jan. 1996.

Nilmário Miranda alertou que pelo menos 250 novos casos deveriam ser apresentados à comissão.³³⁰ Ao final da sessão ficou acertado que, de forma prioritária, a comissão iria buscar junto aos cartórios facilitar a obtenção dos documentos de óbito dos desaparecidos. Apesar de não conter informações precisas que indicassem data e local das mortes, nos atestados de óbito o item *causa mortis* também sofreria mudanças, passando a ser preenchido com uma referência à Lei dos Desaparecidos (ex.: João da Silva morto nos termos da lei 9.140).³³¹ E ainda que Suzana Keniger Lisbôa defendesse o interesse das famílias dos mortos e desaparecidos no sentido de que as reuniões da comissão fossem públicas, no encontro de instalação dos trabalhos também ficou definido que elas seriam sempre a portas fechadas.³³²

De acordo com o artigo 11º da Lei dos Desaparecidos, as indenizações, que em hipótese alguma poderiam ser inferiores a cem mil reais, foram fixadas no pagamento do valor único de três mil reais, a ser multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido. O anexo II da lei traz uma tabela para o cálculo das indenizações. A primeira indenização foi paga pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 13 de maio de 1996, mesma data em que lançou o PNDH. O montante de cem mil reais foi recebido por Ermelinda Mazzaferro Bronca, de 90 anos, em compensação ao desaparecimento de seu filho, José Humberto Bronca. Conhecido como Zeca e Fogoió, ele era mecânico de manutenção de aeronaves e integrava a Guerrilha do Araguaia quando desapareceu, no Natal de 1973.³³³ De acordo com relatório da comissão especial, no mesmo ano outros dois decretos presidenciais, um de outubro e outro de novembro, permitiram que também fossem indenizados os familiares de outros, respectivamente, 57 e 76 desaparecidos. Com esses pagamentos, o Estado desembolsou quase quinze milhões de reais, em valores da época. Em 1997, mais três decretos presidenciais, nos meses de junho,

³³⁰ *Id.*

³³¹ COIMBRA. **Cidadania ainda recusada** ..., *op. cit.*

³³² MORINI. **Ata da reunião** ..., *op. cit.*

³³³ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 186.

setembro e dezembro, compensariam 132 familiares de desaparecidos a um custo de aproximadamente quinze milhões de reais. No ano seguinte, dez indenizações foram pagas, num valor total superior a um milhão de reais. Nos anos de 1999 e 2001 não houve pagamentos. Em 2000, familiares de um único desaparecido receberam o benefício de cem mil reais, o mesmo ocorrendo em 2002. Nenhum caso foi contemplado com o valor máximo previsto para a indenização, de 150 mil reais.

Embora reconheça a responsabilidade do Estado pelas atrocidades cometidas durante o regime militar, a Lei dos Desaparecidos não satisfaz completamente as expectativas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Alguns, inclusive, viram na lei apenas uma tentativa de encerrar o assunto. A exemplo do que pensam expressos políticos, muitos juristas, vários parlamentares e entidades de defesa dos direitos humanos, para eles era necessário que a legislação fosse mais abrangente e permitisse uma investigação profunda das circunstâncias em que ocorreram as violações de direitos humanos que levaram os perseguidos políticos à morte.³³⁴ Na visão desses grupos, a lei deveria propiciar a identificação dos responsáveis pelos seqüestros, torturas e mortes e sua conseqüente submissão à Justiça, além de uma ampla divulgação dessas informações à sociedade.³³⁵ Também deveria contemplar as mortes ocorridas em decorrência da generalizada violência política da época, como foram os casos de pessoas baleadas em manifestações de rua, das vítimas de atentados, dos mortos em tiroteios ou na Argentina, Bolívia e Chile (a Lei dos Desaparecidos não prevê o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de brasileiros no exterior).³³⁶ Em janeiro de 2001, o governo chegou a encaminhar, ao Congresso Nacional, projetos de lei propondo o pagamento de pensão especial para vítimas ou familiares de vítimas de atentados ocorridos durante o regime militar, como foi o caso de Orlando Lovecchio Filho. Atingido por uma explosão quando passava em frente ao consulado do Estados Unidos, em São Paulo, no dia 19 de março de 1968,

³³⁴ *Ibidem*, p. 14.

³³⁵ *Ibidem*, p. 15.

³³⁶ *Id.*

LOVECCHIO FILHO teve uma de suas pernas amputadas e não pôde levar adiante sua carreira de piloto comercial. Dois anos depois, entretanto, o projeto que concede pensão mensal de 500 reais ao ex-piloto ainda tramitava no Congresso.³³⁷ Outro aspecto bastante criticado da Lei dos Desaparecidos foi o seu período de abrangência. Na visão dos familiares, o prazo não deveria se encerrar em 1979, mas ser estendido até o final do regime militar, em 1985.

No livro que publicaram sobre os mortos e desaparecidos políticos do regime militar, o mais completo inventário sobre a questão, Nilmário MIRANDA e Carlos TIBÚRCIO criticam o fato de o governo brasileiro não ter montado um esquema amplo de divulgação, capaz de informar e mobilizar as famílias das vítimas, em função da lei 9.140. Exemplificando, citam o caso do Chile, que promulgou leis reparadoras antes do Brasil e as fez acompanhar de campanhas nacionais de rádio e TV.³³⁸ Por causa dessa deficiência, não foram localizadas duas famílias que tinham parentes na lista dos 136 desaparecidos políticos. Outras oito, com parentes identificados na categoria dos mortos oficiais, acabariam por solicitar o exame de seus casos fora do prazo, o que impossibilitou a análise desses processos pela comissão especial.³³⁹ O aspecto mais criticado da lei, entretanto, diz respeito ao ônus da prova. De acordo com a legislação, coube aos familiares demonstrar que o desaparecido político havia sido vítima do regime militar, o que incluiu apontar indícios sobre as circunstâncias das mortes.³⁴⁰ Na tarefa de elaborar requerimentos, reunir depoimentos sobre as vítimas e buscar informações nos arquivos da repressão os familiares puderam contar apenas com o apoio da Comissão Nacional de Familiares, do Grupo Tortura Nunca Mais e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.³⁴¹ A cargo das famílias ficaram missões de grande dificuldade como localizar restos mortais, realizar exumações e refazer laudos

³³⁷ LOVECCHIO FILHO, Orlando. **Entrevista concedida à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.

³³⁸ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 15.

³³⁹ *Id.*

³⁴⁰ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos ...**, p. 20.

³⁴¹ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 15.

policiais, além de testes de DNA.³⁴²

Responsável pelo preparo da legislação, José GREGORI vê a questão de forma diferente. Para ele, "era preciso mostrar que se tratava de uma lei precisa e não frouxa e aberta a todas as situações, por mais vagas e discutíveis que fossem."³⁴³ Assim, na visão de GREGORI, os familiares é que tinham de providenciar o enquadramento para efeito das indenizações. "Nada mais justo que os herdeiros provassem essa condição."³⁴⁴ Dedicada ao tema desde o regime militar, a Comissão Nacional de Familiares acabou por montar um dossiê para cada caso e conseguiu prorrogar o prazo para a entrega de 64 requerimentos de famílias que até então não tinham sido localizadas, inclusive de camponeses da Guerrilha do Araguaia.³⁴⁵ Até o vencimento do prazo final, em 29 de julho de 1996, foram protocolados 373 processos referentes a 366 pessoas (os números não coincidem porque houve processos referentes a mais de um caso e casos com mais de um processo). Excluídos os 136 casos constantes do anexo I da lei, restaram 230 casos a serem analisados. Desse total, 166 pessoas já haviam tido seus casos relatados pelo "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964". Os outros nomes eram de pessoas cujos casos a comissão não conhecia.³⁴⁶ Além dos 136 nomes relacionados no anexo I da lei, até a última reunião para decidir sobre os processos, ocorrida no dia cinco de maio de 1998, a comissão especial reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de mais 148 pessoas.³⁴⁷

³⁴² *Id.*

³⁴³ GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³⁴⁴ *Id.*

³⁴⁵ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 16.

³⁴⁶ *Id.*; Anexo II.

³⁴⁷ *Id.*

2.6.1 Controvérsias e provocações

Os trabalhos da comissão especial foram marcados por uma polêmica: a discussão sobre o que deveria ser entendido, nos termos da lei, por "dependência assemelhada". O debate atingiu seu auge à época da análise dos casos de Carlos Lamarca e Carlos Marighella. Ex-deputado e líder da ALN, uma dissidência do PCB, Marighella foi executado à queima-roupa no dia quatro de novembro de 1969, em um bairro de classe média alta, em São Paulo.³⁴⁸ Passava das oito horas da noite quando ele foi recebido a bala pelos 29 policiais que o aguardavam na alameda Casa Branca. O primeiro tiro atravessou suas nádegas; o segundo atingiu-lhe a virilha. A terceira bala feriu de raspão seu rosto. Caído no chão e imobilizado pelos ferimentos, Marighella foi cercado e assassinado com um quarto tiro, que lhe perfurou o pulmão e a aorta.³⁴⁹ Menos de dois anos depois, em 17 de setembro de 1971, seria a vez de Lamarca ser assassinado pelo aparato de repressão. Capitão do Exército e dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Lamarca estava debilitado por semanas de fuga, no sertão de Bahia, e descansava à sombra de uma árvore, quando foi morto.³⁵⁰ Inicialmente, os processos de Marighella e Lamarca deveriam ter sido apreciados, pela comissão especial, no dia 1º de agosto de 1996, mas a sessão foi adiada em virtude de dois pedidos de vistas ao processo, por parte do general Oswaldo Gomes e de Suzana Keniger Lisbôa.³⁵¹ Ficou acertado que uma nova reunião aconteceria no dia 11 de setembro.

Na data marcada, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, relator do caso Marighella, apresentou seus argumentos. Segundo ele, a morte do líder da ALN não havia se dado em meio a um tiroteio, como sugeria a versão oficial, tampouco na

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 39.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 40.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 418.

³⁵¹ *Ibidem*, 42.

posição que o cadáver havia sido exposto para a imprensa e para os peritos.³⁵² Na análise de Carvalho Filho, Marighella tinha sido morto por um tiro de curta distância, depois de imobilizado por três tiros não-fatais. Desse excesso, na visão do advogado, é que resultaria a responsabilidade do Estado. Na mesma sessão, também foi apreciado o caso Lamarca, cuja relatoria ficou a cargo de Suzana Keniger Lisbôa. Em ambos, a responsabilidade do Estado foi reconhecida pelo mesmo placar: cinco votos a favor e dois contra.³⁵³ Foram votos vencidos o general Oswaldo Gomes e Paulo Gonet Branco. A posição do general era bastante conhecida e não chegou a surpreender. Para ele, seria um "equívoco brutal", uma verdadeira provocação às Forças Armadas reconhecer a responsabilidade do Estado nas duas mortes.³⁵⁴ A do representante do Ministério Público Federal, entretanto, causou espécie. Em uma interpretação que foi considerada restritiva do sentido e da forma da lei, Paulo Gonet Branco não reconheceu que a morte de Lamarca se dera em "dependência assemelhada." Apesar de a própria comissão especial já ter considerado a expressão "ou assemelhadas" como cabível em situações em que o indivíduo estava sob a custódia do Estado, Branco observou, na página 27 de seu parecer, que não bastava que tivesse havido morte em seguida à detenção: era preciso que ela tivesse ocorrido em lugar com características que o assemelhassem a uma dependência policial.³⁵⁵

As reações foram imediatas. Vários juristas protestaram contra o voto de Branco assim como também o fizeram o Conselho Federal da OAB, a Anistia Internacional, a *Human Rights Watch*, a Associação Juízes para a Democracia, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Associação Americana de Juristas.³⁵⁶ Mais tarde, em análise do que chamou "programa de reabilitação dos mortos", Fernando Henrique Cardoso diria que a tarefa desenvolvida a partir da Lei dos

³⁵² *Id.*

³⁵³ *Ibidem*, p. 418.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 42.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 420.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 16-17.

Desaparecidos "não foi fácil".³⁵⁷ Embora, segundo o presidente, tenha havido pouca resistência das Forças Armadas, houve uma certa tensão, especialmente em relação ao caso Lamarca. "Ali estivemos na fronteira da provocação. Não era fácil justificar uma nova reabilitação do Lamarca."³⁵⁸ Indagado se foi favorável à resolução, o presidente disse que, apesar de não ter participado da decisão, defendeu-a: "A lei é essa, criamos uma comissão, a comissão decidiu, está acabado."³⁵⁹ Para ele, entretanto, houve um certo exagero no caso em questão. "[...] Foi uma segunda reparação. Discutiu-se muito se naquele momento ele era prisioneiro ou não. Isso se pode discutir, mas a reparação já tinha sido feita. Foi uma tentativa de cutucar a mim e às Forças Armadas."³⁶⁰

Comoção parecida à observada na análise dos casos de Lamarca e Marighella foi registrada na apreciação do requerimento relativo à morte da estilista Zuzu Angel, em agosto de 1997. Indeferido por cinco votos a dois, sob a alegação do relator de que não havia provas suficientes para se concluir que o acidente de carro que resultou em sua morte tivesse sido um atentado político, o caso voltou a ser analisado depois que novas testemunhas apresentaram seus relatos.³⁶¹ Contribuiu para a elucidação dos fatos a descoberta, no instituto Carlos Éboli, de uma foto da perícia do local do acidente, ocorrido em 14 de abril de 1976. Além do relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, votaram pelo acolhimento do caso Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda. Tendo como absurda a hipótese de considerar dependência policial ou assemelhada uma pessoa dirigindo seu próprio carro, o general Oswaldo Gomes votou contra. Paulo Gonet Branco e João Grandino chegaram a admitir a hipótese de atentado, mas não viam como enquadrar o caso nos termos da Lei dos Desaparecidos e acompanharam o voto do general. Em março de 1998, coube ao presidente da comissão, Miguel Reale Júnior, proceder ao desempate, pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado na

³⁵⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁵⁸ *Id.*

³⁵⁹ *Id.*

³⁶⁰ *Id.*

³⁶¹ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 593.

morte da estilista.³⁶² Para tanto, o jurista alegou que Zuzu Angel tornara-se "uma cidadã indefesa que não tinha como se defender (*sic*) não podia conduzir livremente seu carro, e assim configurou-se uma situação de domínio."³⁶³

A exemplo do que já havia acontecido nos casos de Lamarca e Marighella, ao final do julgamento do caso de Zuzu Angel venceu a tese de que "dependência assemelhada" não seria um conceito físico, referente a determinado local, mas sim jurídico-político.³⁶⁴ Na análise de MIRANDA e TIBÚRCIO, dessa forma prevaleceu, na comissão especial, o argumento de que a responsabilidade do Estado deveria ser reconhecida sempre que a morte não-natural, por motivação política, tivesse ocorrido com a vítima sob custódia de seus agentes, não importando o local que ela estivesse.³⁶⁵ "Foram derrotadas assim não apenas a tese de Paulo Gonet Branco como também a do general Oswaldo Gomes, que defendia a idéia de que haveria naquela época no Brasil uma guerra de fato e de direito e, nessas circunstâncias, não existiriam regras, cabendo aos agentes da repressão atirar primeiro para matar", resumem os dois.³⁶⁶

Indicado, em suas próprias palavras, "para a ingrata missão" pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Benedito Onofre Bezerra Leonel, logo após a votação dos casos de Carlos Lamarca e Carlos Marighella, o general Oswaldo GOMES ameaçou deixar a comissão por sentir-se "revoltado" com uma decisão que, na sua análise, visava a atingir o Exército.³⁶⁷ Rapidamente foi convocado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para uma reunião no palácio da Alvorada, da qual também participou o general Alberto Cardoso. Antes de ir, Gomes ainda tentou localizar o general Zenildo Lucena, ministro do Exército. Não obteve sucesso. Lá chegando, avisou que estava deixando o cargo na convicção de que teria havido

³⁶² *Ibidem*, p. 597.

³⁶³ *Id.*

³⁶⁴ *Ibidem.*, p. 17.

³⁶⁵ *Id.*

³⁶⁶ *Id.*

³⁶⁷ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida pelo representante das Forças Armadas à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 5 nov. 2002, 19 nov. 2002, 11 fev. 2003 e 12 fev. 2003.

interferência da presidência da República para a aprovação da indenização a Lamarca.³⁶⁸ "O presidente negou essa intervenção e determinou a seu porta-voz que fizesse, imediatamente, declaração à imprensa dizendo que Lamarca fora um desertor", relata Gomes. Conforme registram os jornais do dia seguinte à votação, o porta-voz da presidência, Sérgio Amaral, declarou que a decisão havia sido técnica e não um julgamento das figuras de Marighella e Lamarca.³⁶⁹ "Se fosse para julgar, a opinião do presidente coincidiria com a do Exército, que considera Lamarca um traidor", completou o porta-voz.³⁷⁰ Mesmo prevendo "uma revolta surda nos quartéis" Gomes desistiu de abandonar a comissão.³⁷¹

Alguns dias depois, o presidente do Clube Militar, general Hélio Ibiapina Lima, tornaria pública suas críticas ao pagamento das indenizações. Segundo ele, a decisão provocava irritação entre os militares porque o objetivo não era indenizar, mas mexer no assunto "e ninguém sabe até onde isso vai."³⁷² "Fica mal-cheirando uma coisa que a anistia devia ter sepultado", declarou.³⁷³ Em setembro de 1996, durante reunião do Clube Militar que contou inclusive com a participação do ex-presidente João Baptista Figueiredo, foi aprovado um recurso administrativo contra a concessão de indenização às famílias de Lamarca e de "guerrilheiros que mataram soldados nossos".³⁷⁴ Encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelos presidentes do Clube Militar, Naval e da Aeronáutica, o recurso, que considerava inconstitucional a Lei dos Desaparecidos e pedia não só a anulação dos atos praticados pela comissão

³⁶⁸ *Id.*

³⁶⁹ UNIÃO indenizará famílias de Lamarca e Marighella. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 1996, capa.

³⁷⁰ *Id.*

³⁷¹ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³⁷² CLUBE Militar critica reparação a famílias. **Folha de São Paulo**, 25 jul. 1996. Caderno Brasil, p. 12.

³⁷³ *Id.*

³⁷⁴ CLUBE NAVAL, CLUBE MILITAR, CLUBE DA AERONÁUTICA. **Recurso administrativo interposto ao Exmo. Sr. Presidente da República**. Rio de Janeiro, nov. 1996.

especial, mas também sua extinção, acabou sendo engavetado pelo governo.³⁷⁵ Menos de dois anos depois, por decisão do primeiro-ministro italiano Massimo D'Alema, iniciou-se em Roma uma ação judicial para apurar as responsabilidades pelo desaparecimento, na América Latina, de oito cidadãos de origem italiana. Além de cinco generais que comandaram o Chile, a Argentina e o Paraguai, entre os acusados estavam também o ex-presidente Figueiredo e outros dez brasileiros, civis e militares, que chefiaram unidades de repressão política entre 1979 e 1985.³⁷⁶

Durante os trabalhos da comissão especial, novas descobertas foram feitas e várias versões oficiais, desmontadas. Foi assim com Marighella, foi assim também com Lamarca. No primeiro caso, a companheira e o filho de Marighella localizaram, no arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, um laudo feito a pedido de um delegado do DOPS de São Paulo sobre o crime. Dele, constava a declaração de que a arma encontrada com o líder comunista estava com todas as suas balas intactas.³⁷⁷ Outro laudo, elaborado pelo médico-legista Nelson Massini, a pedido do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio, desmentiu a versão de que Marighella teria sido morto no interior do carro. De acordo com o documento, o tiro que o matou foi disparado à queima-roupa, depois de ele ter sido atingido por outros disparos.³⁷⁸ A pedido da família de Lamarca, o legista Massini também examinou a ossada do líder guerrilheiro e outros documentos que foram revelados durante o processo, como um laudo do IML da Bahia. Chegou à conclusão de que o mais provável é que Lamarca estivesse deitado quando foi assassinado e não em pé, como sustentava o relatório da Operação Pajussara, assinado pelo major Nilton Cerqueira.³⁷⁹ Aos poucos, a exemplo do que ocorreu nos casos de Marighella e Lamarca, também foram sendo desconstruídas outras peças de ficção que haviam sido fabricadas pelo regime militar. Assim, casos de

³⁷⁵ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

³⁷⁶ CASADO, José. Caça a ex-caçadores. **Época**, São Paulo, n. 61, 19 jul. 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990719/brasil5.htm>> Acesso em: 20/08/2002.

³⁷⁷ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 41.

³⁷⁸ *Id.*

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 421.

suicídio e mortes por atropelamento revelaram-se, comprovadamente, histórias de assassinato sob tortura.³⁸⁰ Com ajuda de peritos independentes e recursos como a ampliação de fotos cadavéricas, foi possível perceber, entre outras coisas, marcas de algemas e sinais de tortura em corpos de militantes tidos como mortos em confronto com a polícia.³⁸¹

No sentido de avançar na reconstituição dos fatos, a comissão especial também promoveu buscas de restos mortais de guerrilheiros no Paraná e na região do Araguaia. Por duas vezes, familiares de desaparecidos políticos estiveram na região norte do país. Lá, próximo à atual fronteira dos estados do Pará e Tocantins, constituídos na chamada Guerrilha do Araguaia, 58 militantes do PC do B foram mortos em três campanhas organizadas pelas Forças Armadas, até meados da década de 70.³⁸² Em 1991, naquela mesma região, já havia sido localizada e posteriormente foi identificada por uma equipe de médicos legistas da Unicamp, a ossada de Maria Lúcia Petit da Silva. Fuzilada por tropas do Exército em 16 de junho de 1972, seus restos mortais estavam enrolados em um pedaço de pára-quadras.³⁸³ A primeira viagem da comissão, em maio de 1996, foi motivada por reportagens sobre a guerrilha, publicadas pelo jornal O Globo. Nas reportagens havia fotos inéditas de guerrilheiros presos ou mortos e a localização de sete cemitérios clandestinos.³⁸⁴ Inicialmente, a comissão trabalhou na demarcação de 19 cemitérios clandestinos onde as Forças Armadas supostamente teriam enterrado os militantes do PC do B.³⁸⁵ Em junho daquele mesmo ano, auxiliada por uma equipe de antropólogos argentinos, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, a comissão passou a trabalhar na localização e exumação dos corpos de 18 desaparecidos em três cemitérios clandestinos: a fazenda

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 17.

³⁸¹ *Id.*

³⁸² *Ibidem*, p. 167.

³⁸³ *Ibidem*, p. 175.

³⁸⁴ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos ...**, p. 10.

³⁸⁵ CIPOLA, Ari. Comissão investiga dezenove cemitérios. **Folha de São Paulo**, 7 maio 1996. Caderno Brasil, p. 10.

Fortaleza, o pátio do DNER, no Pará, e o cemitério de Xambioá, em Tocantins.³⁸⁶ Um mês depois, a equipe de legistas argentinos não havia conseguido identificar nenhuma das quatro ossadas exumadas.³⁸⁷ Até setembro de 2002, três delas permaneciam guardadas em caixas de biscoito e macarrão no Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, em Brasília.³⁸⁸

Em julho de 2001, nova incursão. Dessa vez, do Ministério Público Federal, que um mês antes havia iniciado, por suas procuradorias no Pará, no Distrito Federal e em São Paulo, inquéritos civis públicos com o objetivo de investigar a localização dos restos mortais de vítimas da Guerrilha do Araguaia.³⁸⁹ Em viagem de investigação acompanhada de perto por representantes dos familiares, foram colhidos mais de 40 depoimentos de moradores das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia, Palestina, Brejo Grande, São Geraldo e Xambioá.³⁹⁰ Nesses relatos, muitos falaram da violência utilizada pelas Forças Armadas, entre 1972 e 1974, quando boa parte da população masculina foi presa e torturada e muitos moradores perderam suas terras e animais.³⁹¹ Durante os depoimentos, os procuradores da República puderam constatar que a população mantinha grande receio em fornecer dados objetivos e sofria ameaças para que não tocassem no assunto.³⁹² Também acabaram por descobrir que o Exército ainda monitorava guias que havia utilizado na época da guerrilha e mantinha um escritório do seu serviço de inteligência, em Marabá. Por decisão judicial, em 25 de julho os documentos do escritório foram apreendidos.³⁹³ Descontente com a atuação

³⁸⁶ EQUIPE tenta achar corpos. **Folha de São Paulo**, 26 jun. 1996. Caderno Brasil, p. 10.

³⁸⁷ LEGISTAS não identificam ossadas. **Folha de São Paulo**, 26 jul. 1996. Caderno Brasil, p. 8.

³⁸⁸ SOMENTE três corpos foram identificados. **Folha de São Paulo**, 24 set. 2002. Caderno Brasil, p. 5.

³⁸⁹ SHELBY, Guilherme Zanina; WEICHERT, Marlon Alberto. Ministério Público e Araguaia – o Estado brasileiro tem uma obrigação jurídica e ética para com todas as famílias de desaparecidos políticos. **Folha de São Paulo**, 2 nov. 2001. Caderno Brasil, p. 3.

³⁹⁰ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 17.

³⁹¹ *Id.*

³⁹² SHELBY; WEICHERT, *op. cit.*

³⁹³ SWANN, Leila. Militares vão auxiliar buscas no Araguaia. **Folha de São Paulo**, 6 set.

do Ministério Público, o Exército protestou durante as comemorações do Dia do Soldado, em "ordem do dia" divulgada por seu comandante, o general Gleuber Vieira.³⁹⁴ Alegando razões humanitárias, em seis de setembro daquele mesmo ano o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, anunciaria que a Aeronáutica iria fornecer helicópteros e auxiliaria expedições de busca dos corpos dos guerrilheiros desaparecidos na região do Araguaia.³⁹⁵ Em novas escavações realizadas durante o mês de outubro, no cemitério de Xambioá, outras cinco ossadas seriam encontradas a partir de indicações de um homem de 74 anos que havia trabalhado como ajudante de coveiro na época da guerrilha.³⁹⁶ Foi também em 2001 que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA aceitou petição, contra o Estado brasileiro, de familiares de guerrilheiros que lutaram no Araguaia.³⁹⁷ Até dezembro de 2002, seu mérito não havia sido julgado.

É consensual, entre os familiares, a idéia de que a comissão especial só não avançou mais na localização e identificação dos corpos e no reconhecimento dos desaparecidos devido à grande dificuldade de se obter dados relativos a aquele período. Na avaliação de MIRANDA e TIBÚRCIO, o que ocorreu foi uma verdadeira sonegação de informações por parte dos órgãos oficiais.³⁹⁸ A prática é antiga. Durante todo o regime militar, familiares de presos e desaparecidos políticos reivindicaram o acesso aos registros policiais e militares. Desde 1982, por exemplo, familiares de guerrilheiros que lutaram no Araguaia mantêm uma ação de responsabilidade junto à Primeira Vara da Justiça Federal, em Brasília. Na ação, movida contra a União, entre outras coisas eles reivindicam o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram

2001. Caderno Brasil, p. 10.

³⁹⁴ SOUZA, Josias de. Exército se embrulha em seus próprios papéis secretos. **Folha de São Paulo**, 2 set. 2001. Caderno Brasil, p. 14.

³⁹⁵ SWANN. **Militares vão auxiliar** ..., p. 10.

³⁹⁶ SIMIONATO, Maurício. Comissão encontra mais 3 ossadas no TO. **Folha de São Paulo**, 24 out. 2001. Caderno Brasil, p. 9.

³⁹⁷ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 363.

³⁹⁸ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 18.

as mortes e a localização dos restos mortais.³⁹⁹ Até hoje, também nunca foram reveladas informações do período contidas nas P-2 (as chamadas seções de informação) das Polícias Militares, no CIEX, CENIMAR ou CISA.⁴⁰⁰ A posição das Forças Armadas tem sido ora de negar a existência de informações oficiais sobre o período em seus arquivos, ora de negar a própria existência dos arquivos. O general Oswaldo Pereira GOMES, representante das Forças Armadas na comissão especial, é um dos que duvida da existência dos documentos: "Tendo sido chefe militar e passado muitos anos junto a cúpula do Exército, posso afirmar que não existem esses documentos de que tanto falaram na comissão e na imprensa."⁴⁰¹ Para ele, o que pode haver é algum arquivo particular, que poderia ser trazido a público somente por iniciativa "dos velhos militares ou de seus descendentes".⁴⁰² A realidade indica, entretanto, que não só os arquivos existem como continuaram a ser utilizados, mesmo depois do término do regime militar.

No final de 2000, por exemplo, revelou-se que o Programa de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), um banco de dados nacional gerenciado e financiado pelo ministério da Justiça, usava amplamente os arquivos montados por órgãos de repressão do regime militar.⁴⁰³ Desatualizado, o programa criado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, continuava a alertar as autoridades judiciais e policiais de todo o país para prender opositores do regime militar, mais de duas décadas depois de aprovada a Lei da Anistia.⁴⁰⁴ Em meados de 2002 o problema persistia. A constatação foi feita por Nilson Furtado, preso político em 70, ao descobrir que continuava no banco de dados como foragido. Na mesma época, Dulce Maia, presa e banida durante o regime militar por sua atuação

³⁹⁹ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 364.

⁴⁰⁰ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*.

⁴⁰¹ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁴⁰² *Id.*

⁴⁰³ MAGALHÃES, Mário. Ministério da Justiça usa arquivos do regime militar. **Folha de São Paulo**, 8 dez. 2000. Caderno Brasil, p. 4.

⁴⁰⁴ *Id.*

em agremiações de esquerda, viveu situação semelhante. Ao tentar obter nova carteira de identidade, acabou tendo o documento confiscado, por causa de sua ficha no programa, enquanto o ex-presos político Manoel Cyrillo quase foi detido.⁴⁰⁵ Além disso, de forma dispersa, desde o fim do regime militar têm surgido, aqui e ali, documentos sobre operações ou rotinas do aparato de repressão. Em outubro de 2000, por exemplo, o pesquisador Pedro da Rocha Pomar encontrou, no acervo que pertencia ao DOPS e agora faz parte do Arquivo Público do Estado de São Paulo, um relatório confidencial do Exército.⁴⁰⁶ Elaborado em 1975, informava que até junho daquele ano 47 militantes políticos presos pelo DOI-CODI de São Paulo e outros três recebidos de outros órgãos de repressão haviam sido mortos. O Relatório Periódico de Informações nº 06/75 contém indícios de que os presos políticos morreram nas dependências do próprio DOI-CODI. Até a descoberta desse relatório, não havia provas documentais sobre as mortes. Os assassinatos nas instalações do DOI-CODI eram conhecidos basicamente por relatos de sobreviventes.⁴⁰⁷

Depois de anos reivindicando o acesso aos arquivos da Polícia Federal, em 23 de setembro de 2002 familiares de mortos e desaparecidos políticos finalmente obtiveram a confirmação de que eles seriam franqueados.⁴⁰⁸ Naquela data, o então ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, anunciou medida permitindo o acesso da comissão especial aos registros mantidos pela instituição entre dois de setembro de 1961 e cinco de outubro de 1988. O expediente já havia sido adotado, ainda que informalmente, em maio do mesmo ano, pelo titular anterior da pasta, Miguel Reale Júnior, mas com a sua saída do ministério a rotina havia sido paralisada.⁴⁰⁹ Algum tempo depois, em direção oposta e de forma contraditória, um

⁴⁰⁵ BERGAMO, Mônica. Lista negra. **Folha de São Paulo**, 3 jul. 2002. Caderno Ilustrada, p. 2.

⁴⁰⁶ MAGALHÃES, Mário. Militares não comentam o documento. **Folha de São Paulo**, 15 out. 2000. Caderno Brasil, p. 8.

⁴⁰⁷ *Id.*

⁴⁰⁸ DANTAS, Iuri. Polícia Federal vai liberar arquivos do regime militar. **Folha de São Paulo**, 24 set. 2002. Caderno Brasil, p. 5.

⁴⁰⁹ *Id.*

decreto editado por Fernando Henrique Cardoso na última semana de seu governo, ampliou, em alguns casos *ad infinitum*, o tempo que um documento de órgão público poderá permanecer em sigilo, o que provavelmente irá dificultar o acesso a informações referentes ao regime militar.⁴¹⁰ Mesmo assim, outra iniciativa do Executivo deverá permitir que mais casos de mortes e desaparecimentos políticos sejam reconhecidos pelo Estado brasileiro. No dia 14 de agosto de 2002 o presidente sancionou a lei 10.536⁴¹¹ que, com sua entrada em vigor, amplia em nove anos o período de abrangência dos casos passíveis de reconhecimento. Se com a Lei dos Desaparecidos foram contemplados apenas os casos ocorridos até 15 de agosto de 1979, com a nova legislação também se tornaram aptos a reivindicar o benefício os casos verificados até a data da promulgação da Constituição, em cinco de outubro de 1988, como defendiam, entre outros, o ministro Miguel Reale Júnior.

De acordo com GREGORI, a decisão mostrou-se necessária depois que todos os requerimentos foram analisados pela comissão especial, quando se constatou que "casos graves" não haviam sido alcançados pela Lei dos Desaparecidos.⁴¹² Até o encerramento do prazo para o envio de requerimentos, em dezembro, familiares de outras 99 pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar haviam encaminhado seus pedidos. Segundo dados da comissão especial, quatro requerimentos chegaram fora do prazo e dois eram de pessoas vivas – excluídas, portanto, dos benefícios dessa legislação.⁴¹³ No caso de Ruy Frazão Soares, cuja responsabilidade do Estado já havia sido reconhecida pela Lei dos Desaparecidos, em outubro de 2002 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, condenando a União a pagar uma

⁴¹⁰ MAGALHÃES, Mário. Lula mantém sigilo 'eterno' de documentos. **Folha de São Paulo**, 20 abr. 2003, p.10.

⁴¹¹ Anexo C.

⁴¹² GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁴¹³ PEREIRA, Francisco Helder Macêdo. **Entrevista concedida pelo assessor da Comissão Especial à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 22 out. 2002, 23 out. 2002, 24 out. 2002 e 21 jan. 2003.

indenização, por danos morais, de cerca de 6,5 milhões reais.⁴¹⁴ Militante do PC do B, Soares desapareceu em maio de 1974, aos 33 anos, em Petrolina (PE).⁴¹⁵ Também no final de 2002, em outra decisão importante, o STJ desconsiderou a imposição quinquenal prescritiva para casos em que se postula a defesa de direitos fundamentais e reconheceu a imprescritibilidade do crime de tortura. A sentença foi dada em uma ação indenizatória por danos morais, movida por João Alberto Einecke, torturado em dois presídios paranaenses, entre 1975 e 1978. Para o tribunal, o art. 14 da Lei dos Desaparecidos reabriu os prazos prescricionais de indenizações postuladas por pessoas que, mesmo não desaparecidas, "sustentem ter participado ou ter sido acusadas de participação em atividades políticas no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e, em consequência, tenham sido detidas por agentes políticos."⁴¹⁶

Antes que o ano acabasse, a Lei dos Desaparecidos ainda contribuiria para que Fernando Henrique Cardoso recebesse, em Nova York, o prêmio Mahbub ul Haq, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O presidente brasileiro foi escolhido por ser o chefe de Estado que, na visão da ONU, conseguiu obter maior êxito na implementação da temática de desenvolvimento humano em seu país. Segundo informações do próprio governo, entre os avanços obtidos durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso que pesaram decisivamente para a homenagem estava o pagamento de indenização aos familiares de vítimas do regime militar.⁴¹⁷

⁴¹⁴ CAMPOS, Ana Maria. **União terá de pagar indenização de R\$ 6,5 milhões para desaparecido no regime militar.** 17 out. 2002. Disponível em: <www.stj.gov.br/webstj/Noticias/detalhes_noticias.asp?seq_noticia=6566> Acesso em: 21/03/2003.

⁴¹⁵ MIRANDA; TIBÚRCIO, *op. cit.*, p. 203.

⁴¹⁶ BRASÍLIA. Superior Tribunal de Justiça. Rec. esp. n. 379.414-PR (2001/0152521-2). Brasília, 26 nov. 2002.

⁴¹⁷ GUERREIRO, Gabriela. **FHC recebe prêmio da ONU por êxito no Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=78198&q=1&editoria> Acesso em: 08/12/2002.

3 A LEI 10.559 E A COMISSÃO DE ANISTIA

3.1 A LUTA PELO ESTABELECIMENTO DE DIREITOS AOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS

Dada a relevância do tema e o número expressivo de atingidos, durante todo o regime militar um aspecto recorrente nos projetos que tratavam da anistia, apresentados no Congresso Nacional, dizia respeito à situação de indivíduos que, punidos pela legislação excepcional, haviam perdido seus postos de trabalho, especialmente os servidores civis e militares. Iniciativas frustradas como a do deputado Florim Coutinho, em 1977, já previam a reversão dos militares e readmissão de funcionários civis aos cargos dos quais haviam sido afastados. Até mesmo o projeto do governo, encaminhado pelo presidente Figueiredo, dedicava boa parte de seus artigos à questão. O problema é que o fazia de maneira equivocada, criticavam a oposição e os beneficiários em potencial da Lei da Anistia. Isso explica porque, no Legislativo, foram muitas as tentativas de modificá-lo. Uma delas, apresentada pelo deputado Alceu Collares (MDB-RS) sob a forma de substitutivo, considerava "inviáveis" as exigências do governo para retorno ou reversão ao serviço ativo, o que acabaria por anular totalmente os efeitos da anistia. Pelos cálculos do parlamentar, a ser mantida a proposta do governo, 90% dos anistiados seriam punidos com a aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma, com proventos insignificantes.⁴¹⁸ Outra iniciativa, a emenda 11, do deputado José Frejat (MDB-RJ), pretendia que a lei também beneficiasse os empregados que, ameaçados ou coagidos por motivos políticos, se viram obrigados a abandonar seus cargos e funções. De acordo com Frejat, embora não tivessem sido submetidos a nenhum processo formal, inúmeros civis e militares, vítimas de perseguições e ameaças, se encontravam nessas

⁴¹⁸ CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Brasília, 1982. v. 1, p. 61.

condições.⁴¹⁹

Tornando ainda mais consistentes os argumentos da oposição e servindo de base para as alterações apresentadas pelos próprios parlamentares, um documento elaborado pela OAB e assinado por seu vice-presidente José Paulo Pertence, criticava, ponto por ponto, o projeto do governo. Em relação aos servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, o documento destacava que a anistia projetada teria apenas o limitado efeito de converter em aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma, as outras sanções aplicadas, e de fazer computar, em qualquer caso, o tempo corrido desde o afastamento para o cálculo dos proventos da inatividade ou da pensão.⁴²⁰ Na análise da instituição, feita um mês depois do envio da mensagem presidencial ao Congresso, a proposta de Figueiredo não assegurava qualquer direito nesse campo, limitando-se a afastar o obstáculo da sanção revolucionária, para que, a requerimento do interessado, e em havendo vaga, pudesse a autoridade competente discricionariamente admitir sua volta ao serviço ativo. Para a OAB, não se tratava de anistia, mas de simples autorização legal para o perdão individual, e sem efeito retroativo, do servidor sancionado.⁴²¹ A sugestão da entidade era de que houvesse uma "inversão radical do procedimento engendrado no projeto: salvo impossibilidade constitucional ou legal, o retorno aos cargos, postos ou empregos se faria através da simples reapresentação do servidor, regulando-se, ademais, fórmula adequada para o reajuste da sua situação funcional à que lhe tocava na carreira, se não fora o afastamento arbitrário."⁴²²

Emenda nesse sentido foi encaminhada ao projeto do governo pelo senador Marcos Freire (MDB-PE). Sua idéia era mudar o texto original a fim de permitir que todos os beneficiados pela anistia, que não se manifestassem em contrário, fossem

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 169.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 435.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 436.

⁴²² *Id.*

reintegrados automaticamente, ao serviço público ou privado. Na visão do senador, "admitir a redação original seria abrir caminho para a discriminação e o arbítrio".⁴²³ Seguia raciocínio parecido a emenda 131, do deputado Marcello Cerqueira (MDB-RJ), para quem as comissões de seleção e a prerrogativa de autoridade para decidir os que voltariam à ativa poderiam se mostrar questionáveis constitucionalmente, algo parecido com tribunais de exceção.⁴²⁴ O tratamento dado pelo governo ao tema foi tão contestado que só aos três principais artigos a ele referentes foram apresentadas 120 propostas de modificações.⁴²⁵ Para parlamentares como o senador Pedro Simon (MDB-RS), exigir que os punidos encaminhassem requerimentos pedindo a reintegração aos seus cargos não era um gesto de reconciliação, mas de humilhação.⁴²⁶ A Simon parecia absurdo que o Congresso não fosse capaz de encontrar uma fórmula para resolver uma questão que, da maneira como estava sendo encaminhada pelo governo, iria criar uma revolta ainda maior entre as vítimas do arbítrio.⁴²⁷ Em discurso proferido na sessão de 21 de agosto de 1979, com argumentação bastante semelhante à utilizada pelo pai de Figueiredo, três décadas antes, o deputado João Gilberto (MDB-RS) lembrou que para quem havia sido demitido, ser anistiado significava ter de volta seu emprego, ou então não haveria anistia. As críticas se estendiam ao substitutivo do relator Ernani Satyro: "Neste projeto e neste substitutivo não temos a anistia para funcionários públicos, servidores e trabalhadores. Há apenas a abertura escassa da possibilidade, controlada, de uma revisão processual. [...] Ora, isto não é anistia, é uma escassa e vergonhosa revisão de processo."⁴²⁸

As apreciações desfavoráveis não se limitavam ao tratamento dispensado aos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Como também ficaram de fora do projeto do governo os estudantes punidos pelo regime militar, novas

⁴²³ *Ibidem*, p. 171.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 184.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 49.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 634.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 635.

⁴²⁸ *Ibidem*, v. 2, p. 30.

modificações foram sugeridas a fim de que eles pudessem ser incluídos na Lei da Anistia. Uma delas, a emenda 42, do deputado Eptácio Cafeteira (MDB-MA), pretendia assegurar aos alunos que tiveram de interromper seus estudos, independentemente da existência de vaga, matrícula no mesmo período que cursavam à época da punição.⁴²⁹ Outra emenda, encaminhada pelo deputado João Gilberto (MDB-RS), pretendia incluir na anistia alunos e professores de escolas e universidades atingidos pelo decreto-lei número 477, de 26 de fevereiro de 1969, ou punidos com base em estatutos e medidas disciplinares.⁴³⁰ Para o deputado Fernando Coelho (MDB-PE), autor da emenda 80, o disparate do projeto do governo era flagrante: "Se esses estudantes, professores e funcionários de universidades tivessem cometido crimes, seriam anistiados. Acusados simplesmente da prática de infrações disciplinares – de grau menor – não serão beneficiados pela anistia proposta pelo governo."⁴³¹ Dados divulgados pelo parlamentar indicavam que 263 estudantes haviam sido atingidos pelo decreto-lei 477 e, em 1977, só na Universidade de Brasília já eram 1 400 os alunos jubilados.⁴³²

Tentando aprimorar o projeto do governo, a seção fluminense do CBA também enviaria correspondência à comissão mista presidida por Teotônio Vilela. Nela, pedia o fim da exigência de "atestado ideológico" em todos os campos das profissões universitárias, prática que já durava 14 anos.⁴³³ A SBPC, por sua vez, encaminhou uma carta ao senador Luís Viana Filho (Arena-BA), presidente do Congresso Nacional, com as várias moções aprovadas em sua assembléia geral, realizada em julho de 1979, em Fortaleza. Por intermédio delas, os sócios da entidade manifestavam-se pela reintegração dos professores aposentados compulsoriamente. Nas moções, pediam "reparação econômica, não como prêmio ou liberalidade do

⁴²⁹ *Ibidem*, v. 1, p. 107.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 143.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 144.

⁴³² *Ibidem*, p. 145.

⁴³³ *Ibidem*, v. 2, p. 377.

governo, mas como justa compensação pelos prejuízos sofridos, bem como para que possam restaurar suas condições de trabalho e para que lhes seja possível viver de modo compatível com seu nível intelectual e com a contribuição que dão ao país."⁴³⁴ Da mesma forma, pesquisadores e professores universitários atingidos pelo arbítrio do regime militar expediram a Teotônio Vilela, em 24 de julho de 1979, seu protesto. Na missiva, assinada entre outros por Elza Berquó, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Paul Singer, Florestan Fernandes, Mário Schenberg e Fernando Henrique Cardoso, escreveram: "A verdadeira anistia não pode excluir nenhuma categoria das vítimas do arbítrio, não intenta abolir a figura do perseguido político na medida em que o conserva de quarentena."⁴³⁵

Os militares punidos também não ficaram satisfeitos com o projeto de anistia do governo. Em documento dirigido à comissão mista do Congresso que analisava a questão, reclamaram: "Os oficiais das Forças Armadas atingidos pelo arbítrio revolucionário entendem que, quanto a eles, o Poder Executivo, em seu projeto de anistia, em vez de esquecimento, procura avivar as más lembranças não permitindo uma pacificação e tornando distante a redemocratização do país."⁴³⁶ Na correspondência, lembravam que haviam sido atingidos por decretos que nunca esclareceram os motivos das punições e criticavam as comissões previstas no projeto do governo, considerando-as como "novos tribunais de exceção para julgar novamente militares absolvidos pelo Poder Judiciário e, muitos outros que, alvos de investigações, nem processados foram."⁴³⁷ No esforço de se fazerem ouvir, os militares punidos listaram seis anistias concedidas anteriormente no país, entre 1897 (Revolução Federalista e Revolta da Armada) e 1961 (Aragarças), que haviam reintegrado oficiais ao serviço ativo.⁴³⁸ Absolvidos pela Justiça, ex-policiais militares de São Paulo

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 461.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 550.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 541.

⁴³⁷ *Id.*

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 542.

acusados de crimes políticos e punidos administrativamente, seguiram a mesma praxe: manifestaram seu desagrado em relação ao projeto do governo e reivindicaram a inclusão de seus casos na Lei da Anistia. Para eles, a arbitrariedade começou em meados de 1975, quando cerca de cem integrantes da Polícia Militar foram presos e conduzidos ao DOI-CODI do II Exército (onde um deles morreria) sob suspeita de serem filiados ao PCB. Desse universo de soldados, cabos, sargentos, subtenentes e oficiais, 38 foram expulsos. Dos 59 arrolados em inquérito policial, no DOPS, 28 foram denunciados pelo Ministério Público Militar. Três foram condenados em 1976 e absolvidos em 1979. No documento que fizeram chegar à comissão, reclamaram: "A Justiça Militar Federal, constitucionalmente competente, concluiu que os ex-policiais militares não pertenciam ao PCB, portanto, não cometeram crime, e, não existindo este, sem sombra de dúvida, não existiu a falta disciplinar. Não obstante, os ex-policiais militares foram expulsos, antes de qualquer decisão da justiça competente."⁴³⁹

De nada adiantaram, entretanto, as críticas dos juristas, os esforços da oposição e a luta dos perseguidos políticos. Apesar do alerta de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, de que a experiência brasileira não recomendava anistias que ficassem a depender de comissões organizadas para a sua execução (referia-se à anistia de 1945, aparentemente ampla, mas que aos poucos tornar-se-ia limitada pelas comissões encarregadas de concedê-la, até que uma campanha conseguisse mudar essa realidade, em 1961), também nesse aspecto a Lei da Anistia foi aprovada da maneira que o governo queria.⁴⁴⁰ Incapaz de abranger todos os distintos tipos de punição do regime militar, a lei 6.683 acabou por condicionar o retorno ou reversão à ativa dos servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados à existência de vaga e ao interesse da administração. A primeira comissão de anistia, criada para tratar da questão, foi instalada no ministério do Trabalho em janeiro de 1980. Para encaminhar seus requerimentos, os candidatos ao benefício dispunham de 120 dias, a contar da data da

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 548.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 457.

publicação da lei. Perseguidos em todas as regiões do país, durante quatro meses os anistiáveis despacharam suas petições aos gabinetes responsáveis, nas esferas federal, estadual ou municipal. Não demoraram a perceber que, como temia a oposição, na prática a obtenção do benefício não seria uma tarefa fácil. Um discurso feito pelo então deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 1988, resume bem o périplo dos que buscaram a anistia, nove anos antes: "Tinham que requerê-la. Tinham que pedir reversão ao serviço ativo. Tinham que se submeter a exame médico cujo resultado deveria ser compatível com o último exame da época anterior à punição. Era preciso que houvesse vaga e, finalmente, que existisse interesse público na reintegração do anistiado."⁴⁴¹ Reynaldo Hélio da COSTA, presidente da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais empresas estatais, conta que petroleiros punidos durante o regime militar encaminhavam seus requerimentos ao Ministério das Minas e Energia, mas não obtinham o benefício. "O ministro César Cals costumava arquivar os pedidos. Ele não os indeferia, apenas deixava de tomar conhecimento, sob a alegação de que não havia nenhuma conotação política nas demissões."⁴⁴² Argumento semelhante foi utilizado pela Marinha que, só em 1964, havia punido, no Rio de Janeiro, 1.509 revoltosos. "A lei previa a anistia aos praças, mas na prática ela não aconteceu porque a Marinha alegava que eles haviam sido expulsos por questões disciplinares", diz Raimundo COSTA, presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania. Em 1981, os marinheiros punidos chegaram a ingressar na Justiça com um mandado de segurança coletivo, pedindo a reintegração, mas ele também não foi deferido.⁴⁴³

Com medo de represálias, não foram poucos os casos de perseguidos políticos que preferiram não solicitar a anistia depois de promulgada a lei 6.683. O temor tinha

⁴⁴¹ **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 16 jun. 1988, p. 11.313.

⁴⁴² COSTA, Reynaldo H. da. **Entrevista concedida pelo presidente da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais empresas estatais à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.

⁴⁴³ COSTA, Raimundo P. **Entrevista concedida pelo presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.

fundamento. Afinal, até 1985 o país continuaria a ser governado pelo regime militar e permaneceria à mercê do arbítrio, ainda que de forma menos intensa. Sem poder contar com o apoio da burocracia houve no Congresso, inclusive entre os aliados do governo, quem tentasse aperfeiçoar a Lei da Anistia, mas as iniciativas não foram adiante – vale lembrar que quase no final de seu mandato o presidente Figueiredo chegou a vetar, na íntegra, projeto de lei que beneficiava os punidos por atos de exceção absolvidos pelo Judiciário. No resguardo dos direitos dos anistiados, dois pareceres de Clóvis Ramalhete, consultor-geral da República, merecem registro. Emitidos no início dos anos 80, eles reconheciam o caráter imperativo da legislação, segundo a qual a condição de anistiado independia de requerimento do interessado ou despacho de autoridade, e assinalavam que a aposentadoria do anistiado não estava subordinada aos pressupostos da legislação previdenciária.⁴⁴⁴ De toda a forma, a situação só começaria a mudar, num ritmo bastante lento e apenas para algumas categorias, no governo de José Sarney. Entre os primeiros beneficiados estavam os petroleiros. Durante um congresso realizado no Rio, em abril de 1985, eles conseguiram sensibilizar o então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para as dificuldades que vinham enfrentando desde que haviam sido punidos por razões políticas. Por intermédio da portaria 762, o ministro determinou a criação de uma comissão para analisar os casos dos anistiados da Petrobras e, seis meses mais tarde, mediante um novo contrato de trabalho, cerca de 500 petroleiros voltariam a exercer suas atividades na estatal.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLÍTICOS. **A verdade sobre a situação dos anistiados**. Brasília, ago. 1999.

⁴⁴⁵ COSTA, Reynaldo H. da. **Entrevista concedida ...**, *op. cit.*

3.2 O DIREITO À PROMOÇÃO

A emenda constitucional nº 26,⁴⁴⁶ de 27 de novembro de 1985, embora ainda mantenha o limite do período compreendido entre dois de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, representaria um avanço na questão da anistia, que viria a se materializar no parágrafo 3º de seu artigo 4º: "aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes." Beneficiários dessa legislação, aos funcionários públicos punidos durante o regime militar restou a tarefa de encaminhar novos requerimentos, solicitando ao governo adequação à norma. As promoções atingiram a maioria dos anistiados onde eles já estavam: na inatividade.⁴⁴⁷ Em 1986, ao despachar petição encaminhada pela Comissão Nacional de Anistiados da Petrobras (Conape), o então consultor jurídico do ministério da Previdência Social, Marcelo Cerqueira, acabaria por estender o benefício previsto na emenda constitucional aos anistiados do setor privado, especialmente os oriundos de empresas de economia mista, em seu parecer de nº 16.⁴⁴⁸

As deficiências da Lei da Anistia voltariam de forma intensa ao debate político com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987. Durante os trabalhos de elaboração da nova Carta constitucional, em um período marcado pela mobilização popular em defesa da ampliação das liberdades democráticas, foram vários os momentos em que se voltou a apelar "à pacificação da família brasileira".⁴⁴⁹ Na sessão do dia 14 de junho de 1988, por exemplo, esse foi o argumento utilizado pelo deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) para justificar a necessidade de se anistiar praças das

⁴⁴⁶ Anexo D.

⁴⁴⁷ NORMANDO, Marcelo. **Entrevista concedida pelo assessor legislativo da liderança do PMDB à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 17 dez. 2002 e 27 jan. 2003.

⁴⁴⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLÍTICOS..., *op. cit.*

⁴⁴⁹ **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 15 jun. 1988, p. 11.271.

Forças Armadas punidos por atos administrativos de motivação política.⁴⁵⁰ Hostis a qualquer mudança que ampliasse a legislação de 1979, no plenário representantes de siglas como PFL, PDS e PTB insistiam que nada mais seria concedido e sistematicamente votavam contra as proposições de integrantes de partidos de esquerda como o PCB, PC do B, PSB, PT e PDT. Um discurso do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), proferido na ocasião, sintetiza o pensamento dominante: "Demos duas anistias aqui, por lei ordinária, em 1979, e em 1985 demos por emenda constitucional. Não temos mais nada a conceder e votamos não."⁴⁵¹ Decididos a não ceder, constituintes como Jarbas Passarinho (PDS-PA) insistiam na tese de que punições como as sofridas pelos marinheiros tinham caráter estritamente administrativo e não se baseavam em legislação de exceção. Da mesma forma, foram rejeitadas emendas como a apresentada pelo deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que propunha indenização especial correspondente à soma dos salários dos últimos cinco anos aos servidores civis e militares anistiados, bem como a proposta elaborada pelo deputado José Maurício (PDT-RJ), prevendo ressarcimento financeiro a todos os parlamentares cassados pelo Executivo.⁴⁵² Mesmo assim, seria na Constituição de 1988 que pela primeira vez se estabeleceria ao anistiado algum tipo de reparação de natureza econômica.

Especificada no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)⁴⁵³ a reparação econômica instituída pelos constituintes atendia a uma situação única e bastante peculiar: a dos aeronautas atingidos por portarias reservadas do ministério da Aeronáutica, em 1964. Impedidos de exercer, na vida civil, a carreira que vinham desenvolvendo no serviço público, para dispor da indenização prevista na nova Carta os aeronautas teriam de aguardar a elaboração de uma lei nesse sentido, de iniciativa do Congresso Nacional. Proposta

⁴⁵⁰ *Id.*

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 11.273.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 11.292.

⁴⁵³ Anexo E.

uma única vez pelo Legislativo, a iniciativa foi vetada pelo governo e, apesar de decisão do Supremo Tribunal Federal, obrigando o Congresso a legislar sobre a questão, ela nunca seria redigida.⁴⁵⁴ Afora esse aspecto particular, o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias permitiu que a questão da anistia avançasse mais um pouco, não só reafirmando o direito à promoção, estabelecido na Emenda 26, como também assegurando esse direito aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, foram punidos durante o regime militar. Com o ADCT, também ampliou-se o período de compreensão do benefício da anistia, que passou a ser de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição. De qualquer maneira, os progressos ficaram bastante aquém do que desejavam a oposição e as vítimas do arbítrio. Mais uma vez, ficaria evidente que a temática estava circunscrita aos limites estabelecidos pelas Forças Armadas, como sintetizou, na ocasião, o deputado constituinte José Genoíno (PT-SP): "Qualquer questão, da menor à maior, que os militares disseram que a Assembléia não podia aprovar, a Assembléia não contrariou. Ela não contrariou em nada as determinações dos militares. Portanto, curvou-se à tutela militar."⁴⁵⁵

Pesquisadores como Eliézer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares compartilham da opinião de Genoíno. Na análise dos dois, a elaboração da Constituição de 1988 fez-se mesmo acompanhar da tutela militar, caracterizada por iniciativas, pressões e ameaças dirigidas pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, contra o governo, a sociedade e o Congresso Nacional. "Esse ministro militar costumava apresentar-se como a garantia de transição política, o *condottiere* que assegurava ao presidente da República e ao sistema político o apoio ao mesmo tempo indispensável e condicional das Forças Armadas", escreveram.⁴⁵⁶ "No

⁴⁵⁴ PAULINO, José Alves. **Entrevista concedida pelo Presidente da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 27 jan. 2003 e 29 jan. 2003.

⁴⁵⁵ **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 17 jun. 1988, p. 11.364.

⁴⁵⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Democracia e forças armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 101.

plano interno, ameaçou partidos, lideranças e congressistas para que as teses militares fossem acolhidas na nova Constituição e identificou como *interesse militar* a preservação do regime presidencialista contra a tendência pró-parlamentarismo."⁴⁵⁷ Assessor especial, jurídico e político, do ministro do Exército à época da Constituinte, o general Oswaldo Pereira GOMES, participou do *lobby* das Forças Armadas e diz que a orientação era clara: deveriam ser derrubadas todas as emendas que alterassem a Lei da Anistia. "Eu estava lá para não deixar emendar a Lei da Anistia."⁴⁵⁸ De acordo com o general, mais do que com os servidores civis, a preocupação das Forças Armadas era com as alterações relacionadas aos próprios militares punidos. Como observa OLIVEIRA, os militares viam nesta possibilidade "não apenas uma negação efetiva e completa do quadro político em que se sustentou (a Revolução e o regime militar), mas também uma ameaça aos princípios da hierarquia e da disciplina."⁴⁵⁹ Para impedir que alterações não desejadas pelas Forças Armadas fossem incluídas no texto constitucional, a instituição valeu-se de um argumento que praticamente virara um bordão, o de que a "anistia possível" já havia sido dada. Assim, inclusive na análise do general GOMES, as mudanças aprovadas foram apenas "cosméticas" e os resultados, os esperados pelas Forças Armadas.⁴⁶⁰

3.3 O DIREITO À APOSENTADORIA EM REGIME EXCEPCIONAL

A situação não sofreria mudanças até meados da gestão de Fernando Collor de Mello quando, com a criação do INSS, os anistiados passaram a ter direito à aposentadoria em regime excepcional. Assim, foi somente em julho de 1991, com a

⁴⁵⁷ *Id.*

⁴⁵⁸ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁴⁵⁹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994, p. 121-122.

⁴⁶⁰ GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

entrada em vigor da lei 8.213, que dispunha sobre os planos de benefícios da Previdência Social, que os perseguidos políticos conseguiram sair do emaranhado de portarias e circulares que regulavam seus vencimentos.⁴⁶¹ Mas ainda era pouco. Durante a homenagem pelo transcurso do 12º aniversário da Lei da Anistia, o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) lembrou que havia muito por fazer. "A demonstrar que a anistia é luta incompleta, inacabada, amontoam-se nas prateleiras dos tribunais centenas de ações que reclamam o reconhecimento, pela Justiça, de anistia negada pela administração", discursou, na ocasião.⁴⁶² As dificuldades agravar-se-iam a partir de 1995 e durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, época em que, de acordo com os próprios anistiados, seus direitos começaram a ser ameaçados e suprimidos. Em novembro de 1996, o então ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, anunciou que o INSS iria revisar os valores das aposentadorias excepcionais concedidas aos anistiados políticos.⁴⁶³ Com isso, o governo pretendia verificar se o cálculo dos benefícios havia sido feito de forma correta e proceder a retificação de eventuais erros. Denúncias publicadas pela imprensa indicavam casos em que a má-fé era evidente e outros em que a aplicação da legislação acabara por produzir distorções. Um exemplo era um grupo de dez bancários (escriturários) demitidos por causa de uma greve e que, com a anistia, havia conseguido se aposentar com salários de gerente de banco.⁴⁶⁴ Na ocasião, divulgou-se que no mês de outubro de 1996 o INSS havia gastado 5,394 milhões de reais (em valores da época) com o pagamento de 2.329 aposentadorias de anistiados e 627 pensões a familiares de perseguidos políticos. Em média, naquele mês, cada anistiado

⁴⁶¹ SAMPAIO, Elmo Santos. **Entrevista concedida pelo assessor da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 12 dez. 2002 e 20 dez. 2002.

⁴⁶² CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem pelo transcurso do 12º aniversário da Lei da Anistia** ..., p. 13.

⁴⁶³ INSS vai revisar benefícios a anistiados. **Folha de São Paulo**, 20 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 12.

⁴⁶⁴ SOUSA, Vivaldo de. Associação quer limites para benefício. **Folha de São Paulo**, 1 dez. 1996. Caderno Brasil, p. 13.

recebera 1.937,11 reais.⁴⁶⁵ À época, o consultor jurídico do ministério José Bonifácio Borges de Andrada ressaltou as dificuldades que envolviam o cálculo das aposentadorias e pensões uma vez que eles eram feitos com base em cargos fictícios que os punidos poderiam ter chegado a ocupar, se não tivessem sido demitidos ou afastados.⁴⁶⁶

Um pouco antes disso, a imprensa publicara que Luiz Inácio Lula da Silva, a exemplo do que ocorria com Fernando Henrique Cardoso, também recebia uma aposentadoria especial como anistiado político, no valor de 2.195,40 reais. Mas, ao contrário do então presidente da República que afastado em 1968 pelo regime militar não pediu reintegração ao cargo de professor catedrático da USP, na época Lula disse que durante cinco anos refletiu sobre a questão até decidir "que deveria reivindicar a aposentadoria para que o Estado ressarcisse o mal que causou aos perseguidos."⁴⁶⁷ "Se não reivindicasse a aposentadoria estaria perdoando todos aqueles que perseguiram a mim e a outras pessoas", declarou.⁴⁶⁸ Lula era dirigente sindical quando, em 1980, foi preso, cassado e demitido das Indústrias Villares, onde trabalhava como torneiro-mecânico havia 17 anos. A revelação de que desde o mês de março estava recebendo o benefício gerou um clima de constrangimento no PT e críticas veladas, dentro do partido, à sua postura. A imprensa chegou a divulgar que os planos de Lula para o futuro estariam comprometidos pela aposentadoria e que sua imagem pública teria sido prejudicada pela aceitação de "privilégio" até então criticado por ele.⁴⁶⁹ Antes do final do ano o presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), Carlos Fernandes, pediria uma reunião com o governo para discutir a questão dos anistiados e

⁴⁶⁵ *Id.*

⁴⁶⁶ *Id.*

⁴⁶⁷ ALVES, Carlos Eduardo. Petista defende aposentadoria. **Folha de São Paulo**, 30 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 4.

⁴⁶⁸ *Id.*

⁴⁶⁹ ALVES, Carlos Eduardo de. Aposentadoria ameaça planos de Lula. **Folha de São Paulo**, 27 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 6.

como evitar fraudes, excessos e injustiças.⁴⁷⁰ Durante o 1º Congresso Brasileiro de Anistia, iniciado em Brasília em 30 de novembro, a fixação de limites para a aposentadoria de anistiados políticos havia sido um dos principais temas discutidos. Dados divulgados pela entidade indicavam que desde a promulgação da Lei da Anistia, e até o final do governo de Itamar Franco, onze mil anistiados políticos passaram a receber aposentadorias excepcionais enquanto nos dois primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso apenas sete anistiados políticos haviam sido aposentados. Outros 1.324 aguardavam uma decisão do ministério do Trabalho.⁴⁷¹

Quase três anos depois, novos dados da ABAP, divulgados em agosto de 1999, mostravam que mais de mil pedidos de reconhecimento da condição de anistiado continuavam à espera de uma decisão do Ministério do Trabalho e Emprego. Relativos a casos de punições ocorridas no setor privado, vinte anos depois de aprovada a Lei da Anistia dependiam de uma resolução do ministério para que o benefício da aposentadoria excepcional pudesse ser obtido. A entidade reclamava que a comissão de anistia, que desde 1995 era interministerial (presidida por um integrante do ministério do Trabalho e Emprego, contava com a participação de representantes dos ministérios da Previdência e Assistência Social e da Justiça), não se reunia há meses e que os processos estavam sendo distribuídos pelo governo a outros ministérios, onde sequer existiam comissões aptas a examiná-los.⁴⁷² Também se queixava de modificações feitas, em 1997, no regulamento da aposentadoria excepcional do anistiado que, na visão da ABAP, violavam o art. 8º do ADCT. Outras fontes de insatisfação eram algumas ordens de serviços, em especial a de nº 569/97, que determinava a revisão das aposentadorias já concedidas.⁴⁷³ Reunidos em Brasília no I Encontro Nacional em Defesa da Anistia, por ocasião dos vinte anos de aprovação da lei 6.683, representantes de mais de duas dezenas de entidades de anistiados tornaram

⁴⁷⁰ SOUSA, Vivaldo de. **Associação quer limites para benefício** ..., p. 13.

⁴⁷¹ VALOR seria limite de aposentadoria. **Folha de São Paulo**, 2 dez. 1996. Caderno Brasil, p. 6.

⁴⁷² **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLÍTICOS** ..., *op. cit.*

⁴⁷³ *Id.*

público, em agosto de 1999, um documento intitulado "A verdade sobre a situação dos anistiados". Nele, reclamavam do descaso federal, denunciavam a desativação de comissões de anistia, que não aceitavam mais em sua composição representantes dos anistiados e o estabelecimento, em todo o país, de comissões de revisão dos benefícios, atitude classificada como caça as bruxas. Também protestavam contra a extinção da aposentadoria excepcional dos anistiados do setor privado, prevista na ordem de serviço de nº 623, de maio daquele mesmo ano.⁴⁷⁴ Citando dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), de dezembro de 1998, o documento encabeçado pela ABAP informava que o valor total dos benefícios de aposentadoria excepcional pagos pelo INSS aos 2.373 anistiados e aos 763 pensionistas, naquele mês, era de cerca de seis milhões de reais (em valores da época) ou 0,13% do total do valor das despesas da Previdência no mesmo período.⁴⁷⁵ Os números da DATAPREV também revelaram que a média mensal dos benefícios dos anistiados, em dezembro de 1998, era de 1.687,43 reais.⁴⁷⁶

Durante o encontro em defesa da anistia, diretores de entidades representativas de militares anistiados como a Associação dos Civis e Militares Aposentados e da Reserva (ACIMAR), Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA) e Associação dos Militares Pró-Anistia (AMPRA) também apresentaram um documento com suas queixas. Nele, acusavam as Forças Armadas de discriminação na concessão dos benefícios. Segundo as entidades, ao contrário dos oficiais e aspirantes a oficial, que receberam as promoções previstas no art. 8º do ADCT, os anistiados graduados não foram elevados aos postos atingidos por seus contemporâneos que permaneceram na ativa.⁴⁷⁷ Outra reclamação dos militares punidos dizia respeito à sonegação de documentos e informações, por parte dos

⁴⁷⁴ *Id.*

⁴⁷⁵ *Id.*

⁴⁷⁶ *Id.*

⁴⁷⁷ **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 19 ago. 1999, p. 35.223.

Comandos Militares.⁴⁷⁸ Classificadas de "sigilosas confidenciais", as normas emitidas para a aplicação dos benefícios da anistia eram de acesso restrito dos Altos Comandos e, de acordo com as entidades, não foram repassadas nem mesmo ao Judiciário, quando este analisava processos relativos à discriminação, o que teria induzindo juízes a erro.⁴⁷⁹ Insatisfeitos com as novas dificuldades que se incorporaram aos problemas enfrentados desde a aprovação da lei 6.683, os anistiados civis e militares aproveitaram as sessões solenes pelos vinte anos da promulgação da Lei da Anistia, organizadas no Congresso Nacional, no dia 18 de agosto, para encaminhar suas reclamações a deputados e senadores.

Na sessão da Câmara Federal, o primeiro orador a falar foi o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) que, junto com Nilmário Miranda, havia proposto a homenagem. Em seu discurso, acompanhado de perto pelo então secretário nacional de direitos humanos, José Gregori, pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo de Castro, pelo representante do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence, e por Ruy Brettas, assessor jurídico e civil da CNBB, Arruda disse que era preciso aprofundar a Lei da Anistia.⁴⁸⁰ "Hoje, quando amadurece a necessidade de correção dos limites impostos pela anistia de 1979, é inaceitável que a Constituinte (*sic*) de 1988 receba novas ofensas, como se vivêssemos já em uma nova ditadura, civil e constitucional, que trata de cercear ainda mais as conquistas de 1979."⁴⁸¹ Miranda, por sua vez, lembrou da existência de "milhares e milhares de servidores civis" que, passados vinte anos da aprovação da Lei da Anistia, ainda não haviam obtido nenhum tipo de benefício e que a lei 6.683 havia excluído "milhares e milhares de marinheiros, cabos e soldados das Polícias Militares", que permaneciam em situação de injustiça.⁴⁸² Na mesma direção foi o discurso de José Genoíno para quem a ampliação da Lei da

⁴⁷⁸ *Id.*

⁴⁷⁹ *Id.*

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 35.220.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 35.221.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 35.224-35.225.

Anistia se mostrava fundamental "para que o Brasil preze, conserve e construa uma democracia real."⁴⁸³ A sessão não acabaria antes que o deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) ocupasse a tribuna e, na condição de líder do governo, aceitasse o desafio de prosseguir com o processo de ressarcimento dos que foram anistiados. Do deputado Jaques Wagner (PT-BA) ele e todo o plenário ouviriam a crítica de que, desde a época de Figueiredo, Fernando Henrique Cardoso havia sido o único presidente que ainda não teria se disposto a receber uma comissão de anistiados.⁴⁸⁴ Virgílio também ouviria um apelo para que, na condição de líder do governo na Câmara, levasse uma comissão de anistiados a uma audiência com o presidente da República.

Na sessão solene do Senado, requerida por Roberto Freire (PPS-PE), viria a resposta do governo ao pedido do deputado Jaques Wagner. Nas palavras de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) o presidente Fernando Henrique Cardoso receberia, naquele mesmo dia, no Palácio do Planalto, uma comissão representativa de anistiados, conduzida pelo deputado Arthur Virgílio.⁴⁸⁵ O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), informaria ainda que o presidente da República estava interessado, se confirmadas as injustiças denunciadas, em repará-las.⁴⁸⁶ Ao término das duas sessões solenes ficaria claro que, tanto para a Câmara quanto para o Senado, era preciso dar continuidade à questão da anistia, talvez mesmo ampliá-la. Não obstante todas as críticas feitas ao governo, até o Executivo parecia disposto a aprimorar o processo, quem sabe com algum avanço – como já havia ocorrido em relação aos mortos e desaparecidos do regime militar. A senha foi dada pelo senador Arruda: "O presidente considera que a anistia não é uma decisão pontual; anistia é um processo que, de fato, teve início em 79, mas pode ainda estar sendo processada (*sic*) em decisões que merecem, portanto, e terão, a atenção do governo."⁴⁸⁷ Ao encontro com o

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 35.230.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 35.245.

⁴⁸⁵ **Diário do Senado Federal**, Ata da 101ª sessão deliberativa ordinária em 18 de agosto de 1999. Brasília, 19 ago. 1999, p. 20.631.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 20.636.

⁴⁸⁷ *Id.*

presidente Fernando Henrique Cardoso compareceram 12 representantes dos anistiados. Participaram também o ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, e os deputados Arthur Virgílio e Nilmário Miranda.⁴⁸⁸ Durante a audiência, as vítimas do regime militar reclamaram ao presidente do tratamento que o governo vinha dando à questão do anistiado político. "Dissemos que aquilo estava denegrindo a imagem dele porque ele também era um anistiado", relata Carlos FERNANDES, presidente da ABAP. Os ex-perseguidos também entregaram ao presidente um texto com os aspectos que gostariam de ver mudados na legislação sobre o assunto. A idéia, segundo Fernandes, era que o material fosse utilizado como base para análise da questão.⁴⁸⁹ Aparentando surpresa, conforme o relato de anistiados presentes ao encontro, Fernando Henrique Cardoso telefonou ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, e pediu-lhe para rever os atos de anistia. Para tanto, foi criada no âmbito do ministério e sob a presidência do próprio Dias, uma comissão especial com vistas ao aperfeiçoamento do processo de anistia.⁴⁹⁰

3.4 O DIREITO À REPARAÇÃO ECONÔMICA

A comissão presidida por Dias para tratar da questão elaborou, com o apoio informal de ex-perseguidos políticos, mas sem a participação dos militares, uma medida provisória (MP) que concedia anistia a civis e militares até então não beneficiados pela legislação em vigor e dava outras providências. Ela ficou pronta em abril do ano 2000, dias antes da saída do próprio Dias do ministério da Justiça. Com a posse de José Gregori no cargo, o texto acabou sendo revisto por uma outra comissão,

⁴⁸⁸ FERNANDES, Carlos. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 3 fev. 2003 e 10 mar. 2003.

⁴⁸⁹ *Id.*

⁴⁹⁰ *Id.*

nomeada pelo novo titular da pasta. A decisão de revisá-lo foi tomada, de acordo com GREGORI, porque "o alcance do projeto era muito grande ou espaçoso e com insuficiências técnicas."⁴⁹¹ O então ministro da Justiça conta que o projeto foi "enxugado" em longas discussões da comissão técnica e, depois de obtido o consenso, encaminhado ao ministro da Defesa, Geraldo Quintão, quando voltou a ser debatido. Na expectativa de que a medida provisória fosse editada antes que se completassem os 21 anos de aprovação da Lei da Anistia, no dia 24 de agosto de 2000 representantes de entidades de anistiados estiveram reunidos com o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio. Dois dias antes, por intermédio dos deputados Sérgio Novais (PSB-CE) e Iara Bernardi (PT-SP), essas mesmas entidades já haviam encaminhado a Virgílio documento em que apelavam ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que assinasse imediatamente a medida provisória. No documento, as entidades também reclamavam que desde abril, quando fora remetido ao ministério da Defesa, o projeto estava engavetado.⁴⁹² Durante o encontro, ouviram de Virgílio o relato da audiência que ele próprio tivera na véspera com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o líder do governo, ainda naquele dia o presidente pretendia conversar com o ministro da Defesa e demais dirigentes militares sobre o assunto. "Eu percebo a sua inclinação em fazer o gesto. O presidente não precisaria ouvir ninguém para tomar essa decisão, mas é normal que ele queira ouvir todos os lados", declarou Virgílio.⁴⁹³

O fato é que o dia 28 de agosto chegou e a data não pode ser comemorada com a edição da MP. Somente nove meses depois, no dia 31 de maio de 2001, a medida provisória nº 2.151 seria assinada por Fernando Henrique Cardoso, durante cerimônia que não contou nem com a presença de Geraldo Quintão nem dos comandantes das

⁴⁹¹ GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁴⁹² BRANDÃO, Márcia. Deputados apelam a líder pelos anistiados. **Agência Câmara**, Brasília, 22 ago. 2000.

⁴⁹³ MENDES, Sâmia. Líder do governo reúne-se com entidades pró-anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 24 ago. 2000.

Forças Armadas.⁴⁹⁴ Quinze dias antes, cerca de cem representantes de vítimas de punições políticas haviam estado reunidos em Brasília para, mais uma vez, tentar sensibilizar o governo. Na ocasião, o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), se comprometeu a interceder pessoalmente junto a presidência da República para que o processo fosse agilizado.⁴⁹⁵ Informações divulgadas pela imprensa na época indicam que houve pressão dos militares para que a MP não fosse muito abrangente ou deixasse margens para interpretações subjetivas e que por sete vezes o texto da medida provisória foi devolvido ao ministério da Justiça, para revisão.⁴⁹⁶ GREGORI atribui a demora no andamento do projeto à complexidade da matéria. E conta não ter notado grandes objeções por parte do ministro da Defesa, "a não ser naquelas anistias que decorrem do que consideram rebelião, especialmente de marinheiros."⁴⁹⁷ "Com duas ou três modificações ele devolveu-me o projeto aprovado que seguiu para a Casa Civil."⁴⁹⁸ Ao regulamentar, quase treze anos depois de promulgada a Constituição, o art. 8º do ADCT, a MP 2.151 pretendia beneficiar cerca de 2.500 militares punidos por infrações disciplinares e encerrar o processo de anistia iniciado em agosto de 1979. Nesse sentido, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou: "Essa medida provisória conclui um longo processo de restabelecimento dos valores fundamentais da democracia, dos direitos humanos e da reparação."⁴⁹⁹

A medida provisória estabeleceu quatro direitos gerais ao anistiado: a declaração da condição de anistiado político; a reparação econômica, de caráter indenizatório; a contagem do tempo em que o anistiado esteve afastado de suas atividades, para fins previdenciários; e a conclusão de curso interrompido ou o

⁴⁹⁴ FRANÇA, William. FHC concede anistia política a militares. **Folha de São Paulo**, 1 jun. 2001. Caderno Brasil, p. 9.

⁴⁹⁵ SANTANA, Kelen. Aécio apóia vítimas de punições políticas. **Agência Câmara**, Brasília, 15 maio 2001.

⁴⁹⁶ FRANÇA, William. FHC concede anistia ..., p. 9.

⁴⁹⁷ GREGORI. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁴⁹⁸ *Id.*

⁴⁹⁹ FRANÇA, William. FHC concede anistia ..., p. 9.

reconhecimento de diploma no exterior.⁵⁰⁰ Mas não agradou completamente os anistiados. "O texto da medida provisória 2.151 era muito ruim", avalia FERNANDES.⁵⁰¹ A principal crítica, de acordo com o presidente da ABAP, era que a MP praticamente remetia todos os ex-perseguidos políticos ao regime de reparação por prestação única, que em hipótese alguma poderia ultrapassar o teto de cem mil reais. Outra crítica freqüente era em relação ao parágrafo 3º do art. 3º, que não permitia o direito à reparação econômica aos anistiados civis ou militares que haviam sido readmitidos ou reintegrados aos respectivos quadros funcionais. Os ex-perseguidos políticos reclamavam também da incidência de contribuição previdenciária sobre o valor do benefício a ser recebido, referente ao período computado para efeito de aposentadoria.

A MP 2.151 foi o principal assunto discutido pelos ex-perseguidos políticos durante o III Encontro Nacional em Defesa da Anistia, realizado em agosto de 2001, em Brasília. A aquela altura dos acontecimentos, a medida provisória já havia sido reeditada três vezes e os anistiados lutavam para que ela fosse aprovada no Congresso Nacional. "Nós não queremos mais ficar sob o pálio de uma medida provisória, que pode durar 30 dias. Medida provisória tem que ser reeditada. Os anistiados políticos querem que o Congresso cumpra a sua parte nessa questão", declarou, na oportunidade, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).⁵⁰²

O processo não seria tão rápido. A comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 2.151-3, adotada em 24 de agosto de 2001 e publicada no dia 27 do mesmo mês, só seria instalada em nove de maio de 2002. Na mesma época, a medida provisória estava, mais uma vez, sendo discutida por anistiados reunidos no auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal. Os cerca de 500 ex-perseguidos políticos queriam sensibilizar a comissão mista da necessidade de ajustes na MP. Entre as

⁵⁰⁰ *Id.*

⁵⁰¹ FERNANDES. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁵⁰² AMORIM, Érica. Anistiados querem aprovação da MP. **Agência Câmara**, Brasília, 30 ago. 2001.

mudanças almejadas pelas entidades estavam a extensão dos direitos a alguns anistiados excluídos da medida provisória e a garantia do direito de indenização a parlamentares cassados e a profissionais perseguidos e readmitidos.⁵⁰³ Em pronunciamento sobre o encontro, durante sessão do Senado Federal, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) apelou ao governo para que atendesse as reivindicações de cerca de mil ex-integrantes da Força Aérea Brasileira que haviam sido punidos durante o regime militar: "Conclamo o presidente Fernando Henrique Cardoso, ele também um ex-perseguido e anistiado, que não se transforme agora em algoz daqueles que como ele lutaram por um Brasil mais justo."⁵⁰⁴ A partir de um acordo de lideranças, ficou acertado que o deputado Cláudio Cajado (PFL-BA) ocuparia a presidência da comissão e Greenhalgh seria seu vice. Com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ficou a relatoria dos trabalhos. Também integrava a comissão o deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ). A missão que cabia ao grupo de parlamentares seria resumida nas palavras do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ): "Esta comissão tem uma tarefa histórica de pôr fim a todo o processo da luta pela anistia. Não pode mais restar nada em relação à anistia após o trabalho dessa comissão."⁵⁰⁵ Na segunda reunião da comissão, menos de uma semana depois, Greenhalgh lembrou que os trabalhos seriam realizados durante um ano eleitoral, atípico portanto, o que exigiria de seus integrantes esforço concentrado para que se desenvolvessem com celeridade.

No final do mês de maio, o relator Renan Calheiros anunciou que 109 emendas haviam sido apresentadas aos 23 artigos da medida provisória e que dessas, na sua avaliação, deveriam ser acatadas 31, além de outras de sua própria autoria, consequência de discussões sobre o tema com parlamentares e entidades representativas dos anistiados.⁵⁰⁶ No dia 19 de junho, o relatório de Calheiros, que

⁵⁰³ MENDES, Sâmia. Anistiados políticos reivindicam mais direitos. **Agência Câmara**, Brasília, 7 maio 2002.

⁵⁰⁴ **Diário do Senado Federal**, Brasília, 9 maio 2002, p. 7.613.

⁵⁰⁵ SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS. **Notas taquigráficas da 1ª reunião (instalação) da MPV 2151-3 em 09/05/2002**. Brasília.

⁵⁰⁶ *Ibidem*. **Ata da terceira reunião, realizada dia 28 de maio de 2002**. Brasília.

concluía por um projeto de lei de conversão, foi aprovado por unanimidade pelos integrantes da comissão mista. Na ocasião, o senador informou que foram mantidos contatos com representantes do governo "objetivando aquilo que aqui em todo momento foi defendido, de trabalharmos no sentido de inibir qualquer possibilidade de veto que existisse."⁵⁰⁷ Por determinação do regimento, a votação do projeto deveria se dar em conjunto nas duas casas, durante sessão do Congresso Nacional. A previsão era que a MP fosse votada antes do recesso parlamentar de julho, mas não foi o que aconteceu. A MP esteve na pauta da sessão do dia 27 de junho e havia voltado no dia dois de julho, véspera da suspensão das atividades do Legislativo, quando se instalou o impasse. Enquanto o governo não concordava que o pagamento dos anistiados políticos fosse retroativo a 1988, como previa o relatório de Calheiros, a oposição condicionava a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) à aprovação da medida provisória da anistia.⁵⁰⁸ A solução, que culminou com o compromisso do governo de editar uma nova medida provisória, resultou de um acordo fechado com a oposição, sob o aval dos ministros Euclides Scalco, da Secretaria-geral da Presidência da República, e Pedro Parente, da Casa Civil. No acordo, ficou estabelecido que a nova MP daria o direito previsto no relatório da comissão aos anistiados que já haviam aderido à proposta do governo. Os demais passariam a receber indenizações referentes aos últimos cinco anos.⁵⁰⁹ Também ficou acertado que, à exceção dos estudantes, os anistiados poderiam escolher se preferiam receber suas indenizações em parcela única ou prestação continuada e que os militares anistiados seriam promovidos por antigüidade e merecimento. Em síntese, nas palavras de Greenhalgh, estava mantido o espírito do relatório do senador Renan Calheiros.⁵¹⁰

Em agosto de 2002, na data em que se comemoravam os 23 anos de

⁵⁰⁷ *Ibidem*. **Ata da quarta reunião, realizada dia 18 de junho de 2002**. Brasília.

⁵⁰⁸ LOPES, Eugênia. Governo e oposição aprovam LDO em votação simbólica. **Agência Estado**, Brasília, 2 jul. 2002.

⁵⁰⁹ CAETANO, Valdez. Acordo garante aprovação da lei orçamentária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2002, p. 10.

⁵¹⁰ LOPES. **Governo e oposição ...**, *op. cit.*

promulgação da Lei da Anistia, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o novo texto da medida provisória que, pela segunda vez, buscava regulamentar o art. 8º do ADCT e dava outras providências. Na ocasião, disse esperar estar encerrando um ciclo, iniciado em 1964: "Não ficaria feliz, agora que estou no fim do meu mandato, se não tivesse completado o ciclo total do restabelecimento dos direitos e garantias, para poder voltar para casa com a satisfação de ter dito que não apenas não persegui ninguém, como reparei injustiças que diziam respeito àqueles que por outros foram perseguidos."⁵¹¹ A MP nº 65 era o resultado do trabalho desenvolvido por uma comissão formada por integrantes do ministério da Justiça, da Casa Civil e do Legislativo que, durante aproximadamente um mês, discutiu a questão.⁵¹² Entidades de anistiados como a ABAP também participaram do processo de elaboração da MP. De acordo com o deputado Cajado, antes de o presidente assinar a medida, seu texto foi submetido a parlamentares que, como ele próprio, haviam tomado parte na comissão mista que analisara a MP 2.151. Dessa vez, conforme Cajado, não houve pressão das Forças Armadas, embora a instituição tivesse dificuldades em relação à equiparação dos militares.⁵¹³ Ao término do prazo regimental, doze emendas haviam sido apresentadas à MP nº 65. No dia 24 de outubro, como ainda não tivesse sido votada, a medida provisória foi prorrogada pelo presidente do Congresso Nacional. A MP só seria apreciada na Câmara depois do fim do período eleitoral, em novembro, quando já estava trancando a pauta da Casa. No dia sete daquele mês, teve seu parecer lido no plenário, pelo relator Luiz Eduardo Greenhalgh, que se posicionou pela rejeição às emendas – havia um acordo com a base do governo para a aprovação do texto original. Na oportunidade, o deputado declarou: "Este é o melhor dos textos de lei de anistia que o Brasil já teve. Beneficiará cerca de sete mil pessoas e é considerado pelo

⁵¹¹ MONTEIRO, Tânia. Nova versão da MP da anistia é 'etapa cumprida'. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 2002.

⁵¹² NORMANDO. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁵¹³ CAJADO, Claudio. **Entrevista concedida pelo deputado federal à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 28 jan. 2003.

movimento de anistiados a verdadeira anistia ampla, geral e irrestrita."⁵¹⁴ Aprovada na Câmara, a MP seguiu para o Senado, onde também foi ratificada. Em 13 de novembro de 2002 o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), como presidente da mesa do Congresso Nacional, promulgou a Lei 10.559.⁵¹⁵

Com a Lei 10.559 finalmente regulamentou-se o art. 8º do ADCT. Dividida em cinco capítulos, ela alcança os que foram prejudicados por atos políticos inclusive anteriores ao regime militar. Seu período de abrangência vai de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da atual Constituição, em outubro de 1988 e, com ela, o anistiado passa a ter direito a reparação econômica, de caráter indenizatório, e a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que esteve afastado de suas atividades profissionais. A legislação também permite a conclusão de curso ou o registro de diploma obtido no exterior. Outro direito assegurado pela Lei 10.559 é a reintegração aos cargos ocupados anteriormente de todos aqueles que foram afastados em processos administrativos instalados com base na legislação de exceção, sem direito à própria defesa. Para evitar que alguns perseguidos políticos não tivessem seus direitos resguardados, a lei explicita de forma minuciosa todos os tipos de punição que permitem a alguém ser declarado anistiado político. Assim, cabem na definição não apenas os atingidos por atos institucionais ou de exceção, mas muitos outros como os que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos. O art. 9º da lei também garante que os valores pagos por anistia não serão objeto de contribuição ao INSS. Da mesma forma, os valores pagos a títulos de indenização a anistiados políticos estarão isentos do Imposto de Renda. De acordo com a lei, as despesas com reparação econômica correrão por conta do Tesouro Nacional, cabendo ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuar pagamentos relativos às anistias de civis e, ao ministério da Defesa, as anistias concedidas aos militares. Um aspecto bastante destacado da Lei

⁵¹⁴ SETE mil anistiados serão atendidos com MP aprovada. **Jornal da Câmara**, Brasília, a. 4, n. 883, p. 3, 8 nov. 2002.

⁵¹⁵ Anexo F.

10.559 é o caráter de racionalidade administrativa que ela deve conferir aos benefícios da anistia. Conforme determina a legislação, até meados de fevereiro de 2003 todos os processos de anistia política, deferidos ou não e inclusive os arquivados, deveriam ter sido transferidos ao ministério da Justiça, que passa a concentrar as decisões sobre o assunto.

3.5 O DIREITO A ALGUMA FORMA DE JUSTIÇA

A edição da medida provisória 2.151, em 31 de maio de 2001, previa a criação, no âmbito do ministério da Justiça, de uma comissão de anistia. Destinada a examinar requerimentos não acolhidos pelo governo e a assessorar o ministro em suas decisões, a comissão foi instalada em 29 de agosto de 2001 e, desde então, vem funcionando em Brasília. Integram-na dez conselheiros, encarregados de analisar os pedidos de indenização formulados por aqueles que foram impedidos de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, desde 18 de setembro de 1946 até outubro de 1988. Seus membros são todos juristas e exercem a tarefa sem receber remuneração. Apenas dois deles são representantes legais, os demais, de livre designação. Um representa os anistiados e outro, Vanderlei de Oliveira, o ministério da Defesa. A presença de Oliveira na comissão se deve às especificidades da carreira militar o que, na sua própria avaliação, torna a anistia desses punidos muito mais difícil e de características peculiares. Sabe-se, por exemplo, que para os militares as promoções não têm apenas implicações financeiras, mas também resultam em direitos como o de portar armas e obrigações, inclusive constitucionais, o que continua gerando uma certa polêmica. "Quem vai conceder as promoções? Legalmente devem ser as próprias Forças Armadas, porém se trata de promoção atípica, em que as pessoas

não cumpriram requisitos de carreira", observa OLIVEIRA.⁵¹⁶

O primeiro presidente da comissão foi Petrônio Calmon Filho, procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal que assumiu o cargo evocando a concórdia. "Esta é uma comissão da paz. Não vou tratar de feridas passadas, mas apenas restabelecer o direito e indenizar pessoas por eventuais prejuízos."⁵¹⁷ Designado pelo então ministro José Gregori, ficou nove meses no cargo e, segundo seu próprio relato, encontrou muitas dificuldades na execução da tarefa como "total falta de apoio administrativo, moral e pessoal por parte dos órgãos administrativos do ministério da Justiça, especialmente a secretaria executiva e a subsecretaria executiva." Também sentiu-se pressionado: "[...] o Ministério do Planejamento fez muita pressão para não deferir muitas anistias porque não haveria dinheiro para pagar, pois o FMI estava impondo superávit primário ao país."⁵¹⁸ Afora isso, diz que teve ampla liberdade de atuação. "A surpresa foi o total apoio dos comandos militares. Apoio moral, pessoal e político. Não encontrei nenhum tipo de barreira ou dificuldade por parte deste importante setor."⁵¹⁹ Em maio de 2002, a presidência da comissão passou a ser ocupada pelo procurador regional da República José Alves Paulino. Convidado pelo então ministro Miguel Reale Júnior, ele calcula em cerca de quarenta mil o número total de requerimentos que deverão ser encaminhados à comissão, por vítimas de arbítrio de todo o país. Mais de 90%, portanto a ampla maioria dos casos, referem-se a punições sofridas durante o regime militar iniciado em 1964. Até o final de janeiro de 2003, aproximadamente vinte mil requerimentos já haviam sido protocolados na comissão, fora as cerca de 3.200 aposentadorias excepcionais que, saídas do INSS,

⁵¹⁶ OLIVEIRA, Vanderlei de. **Entrevista concedida pelo representante das Forças Armadas na Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 2 fev. 2003 e 9 fev. 2003.

⁵¹⁷ MONTEIRO, Tânia. Anistia ampla de FHC irrita militares. **Agência Estado**, 8 set. 2001. Disponível em: <www.jt.estadao.com.br/editorias/2001/09/08/pol006.html> Acesso em: 12/02/2003.

⁵¹⁸ CALMON FILHO, Petrônio. **Entrevista concedida pelo ex-presidente da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 29 jan. 2003, 30 jan. 2003 e 4 fev. 2003.

⁵¹⁹ *Id.*

deveriam passar à sua esfera de competência.⁵²⁰

Solicitar reparação econômica é tarefa relativamente simples. Basta encaminhar, pelo correio, requerimento ao presidente da comissão, sem que para isso seja necessário constituir advogado. Ao pedido devem ser anexados todos os documentos que comprovem a alegação do requerente, como, por exemplo, provas da atividade profissional exercida na época da punição e de que o afastamento se deu por motivação política. A anistia pode ser requerida inclusive pelos herdeiros das vítimas de arbítrio, nos casos em que o ex-perseguido político já tenha falecido. Não há um prazo-limite para o envio de requerimentos. Como cerca de 95% dos pedidos dizem respeito a casos de pessoas com mais de 60 anos de idade, prioritariamente são analisados os processos dos mais idosos e daqueles que sofrem de enfermidades graves.⁵²¹ A comissão de anistia atua inclusive nos casos em que já existem ações judiciais, não sendo necessário nenhum tipo de desistência, apenas a comunicação da existência do processo. Entretanto, como só trata da reparação de perdas em decorrência do impedimento do exercício de atividades econômicas, para o dano moral o único caminho possível permanece sendo a justiça comum. Na apreciação dos casos, não são poucas as vezes em que a comissão precisa solicitar, aos respectivos órgãos competentes, informações acerca de determinadas punições. Em outras ocasiões, as informações chegam à comissão por intermédio das próprias vítimas do arbítrio e surpreendem pelo seu conteúdo. De acordo com o relato de José Alves PAULINO, já foram observados casos de fichas do DOPS que mais do que comprovam as perseguições e o impedimento do exercício da atividade profissional. Descrições detalhadas sobre ações policiais, algumas inclusive assinadas por agentes da repressão, nelas se pode constatar toda a seqüência de tortura e agressões sofridas por indivíduos que buscaram a reparação econômica.⁵²²

⁵²⁰ PAULINO, José Alves. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁵²¹ COMISSÃO DE ANISTIA. **Dúvidas.** Disponível em: <www.mj.gov.br/anistia/duvidas.htm> Acesso em: 07/03/2002.

⁵²² PAULINO. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

Pouco mais de um ano depois de sua criação, a comissão que também emite atos declaratórios de anistia política passou a contar com o apoio de três câmaras especializadas. Idealizadas com o objetivo de agilizar o processo de concessão das indenizações, elas se dividem na análise dos casos de acordo com o setor profissional em que o anistiando desempenhava suas funções. Com o novo arranjo, as decisões não são mais tomadas em plenário, com o parecer de todos os conselheiros, mas em reuniões de grupos de três juristas. Assim, requerimentos formulados por indivíduos provenientes da iniciativa privada são analisados pela primeira câmara. Casos da administração pública indireta, de autarquias, empresas públicas e de economia mista ficam sob a jurisdição da segunda câmara enquanto a terceira trata dos pedidos do setor militar bem como de suas forças auxiliares. Com o novo arranjo, ao plenário, órgão máximo da comissão, integrado por todos os conselheiros, cabe apreciar apenas eventuais recursos.⁵²³ O trabalho parece infundável, mas, de acordo com PAULINO, a similaridade de muitas punições permite às câmaras apreciá-las em bloco. Exemplificando ele cita o caso dos cerca de 3.500 cabos e soldados de primeira classe que foram expulsos da Aeronáutica com o fechamento da associação Casa de Cabos de Guaratinguetá, no início do regime militar. Como todas essas punições dizem respeito a uma mesma iniciativa do regime, o presidente da comissão acredita que os cerca de 2.000 pedidos de reparação econômica a ela referentes poderão ser apreciados em conjunto. O mesmo deve ocorrer com mais ou menos 600 punições observadas na Petrobras ou com estimadas outras 380, verificadas entre os empregados do Programa Nacional de Alfabetização. "Nesses casos, reúnem-se todos os requerimentos relativos a aquele ato, desenvolve-se uma fundamentação jurídica única e só vamos diferenciando os cargos", explica.⁵²⁴

Fichados pelos órgãos de repressão e afastados das carreiras que haviam escolhido pelo arbítrio do regime militar, os perseguidos políticos comumente eram vistos no mercado de trabalho como pessoas não-confiáveis, o que limitava ainda mais

⁵²³ *Id.*

⁵²⁴ *Id.*

suas escolhas profissionais e, com frequência, os colocava na informalidade. Em consequência, muitos tiveram suas vidas marcadas por dificuldades econômicas que muito provavelmente não teriam enfrentado se não fossem as punições e o preconceito delas decorrentes. Assim, inclusive entre aqueles que nunca desistiram de lutar pelos seus direitos, as possibilidades abertas pelo início dos trabalhos da comissão são vistas com muita expectativa. "Jamais poderia imaginar que cidadãos pobres como eu teriam o benefício da anistia", diz Aeudson Gomes NOGUEIRA,⁵²⁵ militar da Aeronáutica punido em 1973 e presidente da Associação dos Não-anistiados de Pernambuco, entidade que já encaminhou mais de mil pedidos de anistia à comissão. Na verdade, há um clima de otimismo entre os anistiados, que receberam de maneira positiva a instalação da comissão e com pouquíssimas ressalvas a entrada em vigor da nova legislação. "A lei 10.559 é a lei que se queria em 1979. Ampla, geral e irrestrita", resume Manoel Anísio GOMES,⁵²⁶ presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC. Até mesmo o representante das Forças Armadas, Vanderlei de OLIVEIRA, acredita que a comissão está conseguindo fazer justiça em relação aos militares punidos. Sua única reserva diz respeito ao que considera liberalidade da legislação. "O fato da lei 10.559 se apresentar tão generosa certamente ocasiona uma injustiça para com os militares que trabalharam durante 30 anos, fizeram cursos e mais cursos e se submeteram a avaliações rigorosas para conseguir suas promoções e, agora, são ultrapassados por pessoas sem currículo militar que vão ter mais direitos do que eles."⁵²⁷

A realidade, no entanto, mostra que, na prática, a aplicação da lei pode não se dar de forma tão simples. Em dezessete meses de funcionamento a comissão julgou menos de 10% do montante de requerimentos recebidos, ou 2.280 casos de reparação econômica. Indeferiu cerca de 25% deles, basicamente porque seus proponentes não

⁵²⁵ NOGUEIRA, Aeudson G. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação dos Não-Anistiados de Pernambuco à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 21 jan. 2003.

⁵²⁶ GOMES, Manoel Anísio. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 21 jan. 2003.

⁵²⁷ OLIVEIRA. **Entrevista concedida ..., op. cit.**

conseguiram demonstrar de forma categórica o motivo político por trás das alegadas punições. Até o final de janeiro de 2003, com o pagamento das reparações o governo havia desembolsado 22 milhões de reais, todos destinados a requerimentos encaminhados por civis.⁵²⁸ Devido a entraves burocráticos, nenhum pagamento referente a indenizações de militares, cuja responsabilidade compete ao ministério da Defesa, havia sido efetuado, embora Vanderlei de Oliveira defenda celeridade nas reparações. "São pessoas sofridas, já na faixa dos 60, 70 anos, que lutam há 30, 40 anos por um direito. Por isso luto tanto para que as Forças Armadas paguem logo suas reparações econômicas, deixando as demais questões que vão gerar discussões jurídicas para depois." Além da grande quantidade de processos sob a responsabilidade da equipe de dez juristas, a crônica escassez de recursos públicos é outra ameaça que paira sobre a comissão. Tão logo tomou posse, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nomeou um novo presidente para a comissão, o advogado Marcello Lavenère Machado, e, conforme noticiou a imprensa, começou a estudar mudanças no cálculo das indenizações devido à necessidade de conter gastos. Também anunciou que os processos julgados seriam revistos. De qualquer forma, a administração federal não colocou em dúvida o direito dos anistiados. "Vamos rever as formas de pagamento, mas não mudaremos a lei", declarou, na ocasião, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.⁵²⁹ Uma idéia cogitada seria a de impor um teto aos valores retroativos. Em fevereiro, somente o pagamento desses retroativos chegava a 520 milhões de reais, sem previsão orçamentária para 2003.⁵³⁰

⁵²⁸ PAULINO. **Entrevista concedida** ..., *op. cit.*

⁵²⁹ LUIZ, Edson; MONTEIRO, Tânia. Planalto pode rever indenização de anistiados. **O Estado de São Paulo**, 6 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/02/06/pol011.html>> Acesso em 07/02/2003.

⁵³⁰ DANTAS, Iuri. Lula quer diminuir valor pago a anistiado. **Folha de São Paulo**, 7 fev. 2003. Caderno Brasil, p. 11.

CONCLUSÃO

Passadas mais de duas décadas desde a sua aprovação, verifica-se hoje que a Lei da Anistia apenas iniciou um processo de longa duração, que vem sendo redefinido desde 1979, com mudanças em seu significado político. Para entender por que isso ocorreu e como vem se prolongando foi necessário observar as demandas e as respostas dadas a elas pelos principais atores sociais envolvidos na questão, desde antes da reinserção do país na democracia. Detalhado ao longo desta dissertação, o comportamento desses agentes revela muito da dinâmica que cerca a questão da mais recente anistia política concedida no país. Nesta análise, viu-se que a luta por anistia começou quinze anos antes da promulgação da lei, por uns poucos expoentes do meio político e intelectual, e teve uma trajetória ascendente dentro da sociedade, ao final envolvendo boa parte dos brasileiros. Reivindicada em um contexto de retomada da democracia, da volta do estado de direito e de reconhecimento e defesa dos direitos humanos, ela contou com o apoio indireto de personalidades e grupos internacionais, mas essa pressão, exercida junto ao governo, não repercutiu da forma esperada, embora tenha conseguido resultados expressivos na divulgação internacional dos horrores do arbítrio. Naquele que parece ser o momento de máximo descontentamento com esse tipo de "interferência externa", os militares, que nunca desmontariam completamente o aparato de repressão, responderam com o rompimento de acordos de cooperação internacional. Obviamente não se pode dizer que o regime militar estivesse alheio à pressão externa. Sabe-se que a prática de desaparecimentos pode ser vista, em última instância, como um desdobramento da preocupação internacional em relação às violações de direitos humanos. Da prisão e execução em praça pública, promovida por tiranos do passado para desencorajar possíveis dissidentes, na segunda metade do século XX, em especial na América do Sul, passou-se aos assassinatos camuflados e sempre negados, em uma tentativa de se evitar a condenação internacional.

Assim, em um contexto de abertura política, quando já pesava sobre o Estado

brasileiro a responsabilização pela morte de Vladimir Herzog e o pluripartidarismo interessava ao regime militar, começou-se efetivamente a pensar em anistia. Se o momento era, de alguma forma, "propício à pacificação" como sugeriu Figueiredo ao enviar o projeto do governo ao Congresso, não parece verdadeiro que o desarmamento dos espíritos se daria "pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática". Como reza a tradição autoritária, praticamente não houve troca de idéias com a sociedade, tampouco com os potenciais beneficiários da legislação. Enquanto os CBAs pediam o fim das torturas, a elucidação dos casos de desaparecimento e não admitiam a hipótese de que a lei pudesse beneficiar os "algozes" das vítimas do regime, presos políticos faziam greve de fome para que a anistia fosse "ampla, geral e irrestrita". Alheio a isso tudo, para não criar um "foco de debate", o governo recusava-se a aceitar até mesmo a revisão de casos de punições administrativas e, usurpando o discurso da oposição, de defesa dos direitos humanos, avisava que os terroristas ficariam de fora da Lei da Anistia porque haviam praticado crimes contra a humanidade. Sua escassa disposição para o diálogo tornar-se-ia evidente quando da apreciação das emendas ao projeto, no Congresso Nacional, e no dia da votação da Lei da Anistia, com a ocupação das galerias por centenas de recrutas da Aeronáutica.

Ninguém, nem mesmo o presidente da República, sabia quantas pessoas seriam beneficiadas pela Lei da Anistia, mas meses antes de sua aprovação o líder da oposição já tinha certeza que ela seria parcial, convicção compartilhada por CBAs dispostos a seguir em defesa das reivindicações não atendidas. Embora de grande significado no processo de democratização do país, a lei 6.683 se deu basicamente nos termos que o governo queria, mostrou-se mais eficaz aos integrantes do aparato de repressão do que aos perseguidos políticos e não foi capaz de encerrar a escalada de atrocidades iniciada com o golpe de 1964. Em outras palavras, a Lei da Anistia ficou restrita aos limites estabelecidos pelo regime militar e às circunstâncias de sua época. Além de adaptar-se à dimensão da lei, à oposição restou apenas trabalhar pela volta da democracia uma vez que até o final do governo Figueiredo nenhuma tentativa de ampliar a legislação seria aceita pelos militares. Dessa forma, naquele primeiro momento, em 1979, pode-se dizer que a anistia significou uma tentativa de

restabelecimento das relações entre militares e opositores do regime que haviam sido cassados, banidos, estavam presos ou exilados. A legislação continha a idéia de apaziguamento, de harmonização de divergências e, ao permitir a superação de um impasse, acabou por adquirir um significado de conciliação pragmática, capaz de contribuir com a transição para o regime democrático. Conquanto se mostrasse capaz de tornar possível a convivência entre diferentes e pudesse aventar alguma possibilidade de justiça, ao prever, por exemplo, a hipótese de retorno ou reversão ao serviço ativo de servidores civis e militares afastados pelo arbítrio, de forma alguma a Lei da Anistia se dedicou ao estabelecimento da verdade. Nenhum de seus quinze artigos previa qualquer iniciativa nesse sentido e a sociedade, de um modo geral, parece não ter se importado com a idéia de esquecimento que a legislação impunha.

A primeira, e até hoje mais importante, tentativa de se revelar as atrocidades cometidas pelo aparato de repressão durante o regime militar se daria após a morte de Tancredo Neves e a assunção de José Sarney à presidência da República, com o lançamento do livro "Brasil: nunca mais". Como por aqui não houve a criação de uma comissão de verdade e justiça, a obra acabaria por se tornar a única versão "oficial" dos fatos, embora tenha sido elaborada à revelia do governo e trate apenas de episódios registrados em processos do STM. No rastro dessas revelações, a publicação dos nomes de 444 torturadores que agiram nos porões do poder também chocou a sociedade, mas não despertou nenhuma reação em grande escala pelo fim da impunidade aos violadores de direitos humanos. A exceção, mais uma vez, ficaria por conta de ex-perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que defendiam a responsabilização dos envolvidos nos excessos praticados pelo regime. Quando, naquele mesmo ano de 1985, pela primeira vez o Executivo tomou a iniciativa de mexer na anistia, a conjuntura era de governo civil, o primeiro depois de 21 anos, mas os militares ainda retinham muito poder. Em tal grau, que alterações encaminhadas à emenda constitucional proposta por Sarney provocariam uma crise com os ex-mandatários da nação, tão logo a questão começou a ser apreciada no Congresso Nacional. Incapaz de resolver as pendências da maioria dos ex-perseguidos políticos, que pressionavam por mudanças, naquele momento a Lei da Anistia pouco

variaria. Seus limites também se manteriam muito próximos aos originais durante a Assembléia Nacional Constituinte em virtude do forte *lobby* organizado pelas Forças Armadas, que impossibilitaria qualquer avanço significativo na questão.

Como se viu, ao longo de todo o processo vítimas do arbítrio e familiares de desaparecidos ou mortos durante o regime militar permaneceriam constantemente empenhados na luta por alterações na anistia, pleiteando direitos e pressionando governantes, mas a situação só começaria a mudar com a gradual perda de poder dos militares, o fortalecimento da democracia no Brasil e a crescente incorporação dos direitos humanos na agenda nacional. Assim, a mobilização dos grupos interessados na questão passaria a dar resultados a partir de 1995, com a promulgação da Lei dos Desaparecidos. Vários fatores contribuíram para o atendimento da demanda que, de alguma forma, se arrastava desde os primeiros sumiços registrados no país. Além da mobilização dos familiares, o fato de Fernando Henrique Cardoso ser, ele próprio, um anistiado e um político comprometido em aprimorar os mecanismos de promoção dos direitos humanos tornaria as reivindicações mais plausíveis. Sem dúvida alguma a pressão internacional foi de grande importância para que os avanços se concretizassem na primeira gestão do governo do PSDB. Constrangido pelas críticas a ele dirigidas por Pierre Sané, da Anistia Internacional, o então presidente da República também não resistiu aos apelos públicos que lhe foram feitos pelo escritor Marcelo Rubens Paiva. A exemplo do que já havia ocorrido com Figueiredo, a quem a oposição sempre tentara sensibilizar lembrando o fato de ele ser filho de um anistiado político, Fernando Henrique Cardoso não ignorou a forte amizade que o unira no passado ao pai do escritor, o ex-deputado Rubens Paiva.

Aprovada dez anos depois de encerrado o último dos governos de exceção, a Lei dos Desaparecidos provocou reações isoladas de alguns militares, que temiam a possibilidade de ver o passado remexido, mas Fernando Henrique Cardoso conseguiu, com a promessa de que os limites da Lei da Anistia seriam mantidos, moderar os descontentamentos. Assim, naquele que pode ser considerado o segundo momento da anistia, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelas mais graves violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e, em alguma

medida, procedeu ao resgate moral de vítimas do arbítrio. Ao agir dessa maneira, reforçou o caráter de conciliação da legislação de anistia e avançou na busca por justiça, posteriormente explicitada no pagamento de indenizações, ainda que de valores simbólicos, aos familiares de mortos e desaparecidos. De certa forma indicativa do grau de democracia alcançado pelo país, além de significar um compromisso com a norma violada, a lei acabou por reiterar princípios como o da continuidade do Estado, segundo o qual novos governantes herdam a responsabilidade legal de seus antecessores desde a época em que determinada violação ocorreu e até que seja declarada ilegal, embora não tenha propiciado ao Estado cumprir outra de suas obrigações internacionais, que é a de levar à Justiça perpetradores de crimes contra a humanidade.⁵³¹ E, ainda que ao término dos trabalhos da comissão especial muitas versões antigas tenham sido derrubadas e fatos novos, revelados, permaneceu de fora dessa segunda etapa do processo de anistia talvez a mais antiga reivindicação de ex-perseguidos políticos e familiares das vítimas: o conhecimento da verdade, necessidade tão mais importante quão mais clandestinas foram as práticas do arbítrio.

O terceiro momento da anistia começou a ser definido em 1996 quando ex-perseguidos políticos reunidos em entidades diversas em diferentes unidades da federação decidiram juntar suas forças e afinar o discurso. Em um trabalho desenvolvido ao longo de cinco anos, em 2001 eles conseguiram que o governo enviasse ao Congresso Nacional medida provisória tratando da reparação econômica daqueles que foram impedidos de exercer suas atividades por causa do arbítrio do regime militar. A exemplo do que aconteceu com a Lei dos Desaparecidos, a promulgação da lei 10.559 também não foi uma resposta do Estado a uma demanda da sociedade. Aliás, a despeito da continuidade do processo e dos desdobramentos da legislação, nunca mais a questão da anistia conseguiria sensibilizar os brasileiros como ocorrera no final dos anos 70. De toda a forma, a reivindicação era legítima e sua acolhida pelo Estado permitiu avanços significativos à questão. Assim, com a entrada

⁵³¹ ROBERTSON, Geoffrey. **Crimes against humanity**: the struggle for global justice. New York: The New Press, 2000.

em vigor da lei 10.559 e a instalação da Comissão da Anistia, no ministério da Justiça, a dimensão da anistia seria ampliada com a possibilidade de o Estado proceder a reparação econômica de ex-perseguidos políticos que a lei 6.683 não conseguiu reabilitar. Resultado exclusivo da atuação de entidades de anistiados e anistiáveis com o apoio de deputados e senadores e praticamente toda elaborada nos termos desejados pelas vítimas do regime militar, que nunca se conformaram com a promessa de justiça sugerida, mas não cumprida pela primeira lei, a nova legislação reafirmou o caráter de conciliação presente na Lei da Anistia e conferiu novo significado político ao processo. Em seu aspecto mais relevante, o Estado se mostra empenhado em compensar os prejuízos causados a milhares de pessoas pelo uso discricionário do poder. Ao esforçar-se em corrigir erros do passado, com a iniciativa o Estado brasileiro também reitera princípios de *accountability* e, dessa forma, reafirma sua convicção na democracia.

De seu caráter inicial de conciliação pragmática, observa-se que a anistia viu seu significado evoluir para o reconhecimento da responsabilidade do Estado em graves violações de direitos humanos e depois para a reparação econômica das perdas sofridas por ex-perseguidos políticos. Até aqui, a trajetória percorrida pelo Estado não deixa dúvidas de que o investimento principal foi feito em justiça administrativa, especialmente aquela forma restauradora, voltada à compensação financeira, que busca reparar atos desarrazoados e efetuar mudanças corretivas no registro dos fatos, nas relações entre o Estado e a sociedade, representada pelas vítimas, e no comportamento futuro.⁵³² Não houve empenho em buscar a verdade, tampouco punição. Em relação a outro objetivo almejado pela anistia em 1979, o de esquecimento dos excessos cometidos durante o regime militar, a realidade indica que, por motivos distintos, os desdobramentos se deram de forma muito parecida entre aqueles que estiveram diretamente envolvidos na questão. Permanentemente assombrados pela possibilidade de reconstituição do passado, os militares continuam se mostrando os mais

⁵³² MINOW, Martha. **Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence**. Boston: Beacon Press, 1998.

interessados em não lembrar os abusos ocorridos a partir de 1964, evidenciando que ainda hoje não lhes foi possível esquecer. Da mesma forma, a duradoura necessidade de recordar, movida por reivindicações nunca atendidas, verdades desconhecidas e pelo desejo de que aquele sofrimento não mais se repita, tem oposto as vítimas do arbítrio e seus familiares à possibilidade de olvidar. Desprendida do debate segue, alheia, a sociedade. Parece ser a única que, de fato, conseguiu construir o esquecimento.

Estabelecidas pela mão de ferro do regime militar, ao longo desse processo de ressignificação política as fronteiras legais da anistia vêm sendo ampliadas. Embora a Lei dos Desaparecidos enuncie que a aplicação de suas disposições e todos os seus efeitos serão orientados pelo princípio de reconciliação e pacificação nacional expressos na lei 6.683 e o governo de Fernando Henrique Cardoso tenha insistido na manutenção das balizas originais, parece incontestável que os limites jurídicos da Lei da Anistia há muito foram excedidos. Senão, vejamos em dois exemplos: a legislação inicial explicitava, em seu artigo de número 11, que nenhum outro direito além daqueles nela expressos seriam gerados. Isso compreendia inclusive direitos relativos a salários, indenizações, promoções ou ressarcimentos. O limite começou a ceder com as promoções previstas na emenda constitucional de número 26 e ruiu de vez com a promulgação da lei 10.559, que expressamente revoga o artigo dois, o parágrafo cinco do artigo três e os artigos quatro e cinco da Lei da Anistia. Na questão dos sumiços de pessoas envolvidas "em atividades políticas", a Lei da Anistia estabelecia apenas a possibilidade de concessão de uma declaração de ausência, mas com a aprovação da Lei dos Desaparecidos essas vítimas do regime militar passaram a ter direito a atestados de óbito e seus familiares puderam receber indenizações de um Estado que admitiu não apenas sua responsabilidade pelas mortes, mas, em um visível movimento de expansão das fronteiras legais originais, reconheceu o aspecto civil de sua obrigação jurídica decorrente dos excessos. Até agora, não foram ultrapassados, contudo, dois limites da anistia de 1979. Um deles, o que tem impossibilitado que se avance na busca da verdade, sequer é enunciado na primeira lei, embora implícito no acordo de então. O outro diz respeito aos crimes conexos, basicamente a tortura, e será

tratado a seguir.

Reconhecidos juristas brasileiros como Dalmo de Abreu Dallari e Fábio Konder Comparato há muito defendem a idéia de que é preciso reconsiderar a validade e o alcance da anistia em relação aos que violaram direitos humanos durante o regime militar. Em 1992, Dallari já dizia que "os torturadores homicidas, aqueles que mataram suas vítimas, nunca foram anistiados, não podendo se esconder atrás da Lei da Anistia para fugir à punição."⁵³³ Sua argumentação baseava-se em dispositivo da Constituição de 1967, em vigor na época da concessão do benefício. Segundo ele, aquela Constituição estabelecia, expressamente em seu artigo de número 153, que os crimes dolosos contra a vida seriam julgados pelo Tribunal do Júri. Dessa forma, ao ser concedida por meio de legislação ordinária, a anistia de 1979 não teria validade jurídica, por contrariar a Carta Magna. Em 1995, durante os debates que antecederam a promulgação da Lei dos Desaparecidos, Comparato voltaria ao tema. Ao tratar da definição de crimes políticos, o jurista lembrou que à época da anistia eles diziam respeito aos crimes cometidos contra a segurança nacional, definidos e apenados por uma lei de 1953 e dois decretos-lei, um de 1967 e outro de 1969. De acordo com Comparato, "nenhum desses diplomas legais incluiu, entre os crimes contra a segurança nacional, o homicídio praticado por agentes policiais ou militares, a tortura de presos, ou desaparecimento forçado de pessoas".⁵³⁴ Em resumo, também para ele estariam de fora do benefício da anistia esses violadores de direitos humanos. Citando o professor Goffredo Telles Jr., na ocasião Comparato lembrou que não pode ser considerado anistiado de determinado crime quem nunca foi oficialmente acusado de sua prática, como é o caso dos agentes estatais do regime militar.⁵³⁵ Por sua vez, o jurista britânico Geoffrey ROBERTSON insiste no princípio de que o Estado pode conceder anistia para os indivíduos que violaram suas leis, mas nunca quando estes indivíduos agiram em nome do próprio Estado. "O Estado, como vítima, pode perdoar,

⁵³³ TELES. **Mortos e desaparecidos políticos** ..., p. 32.

⁵³⁴ *Ibidem*, p. 61.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 67.

mas quando é cúmplice do perpetrador, não pode ser perdoado."⁵³⁶ Dessa forma, agentes da repressão que torturaram e mataram não apenas estariam excluídos da anistia como deveriam responder criminalmente pela violência cometida.

No entanto, como bem observa ROBERTSON e fica evidente na análise do caso brasileiro, muitas vezes o real propósito de uma lei de anistia não é exatamente promover a "reconciliação nacional" ou diminuir o desejo de vingança em uma sociedade em processo de democratização, mas possibilitar que representantes do governo, militares e policiais escapem da responsabilidade pelos crimes que cometeram contra a humanidade. "O que emerge da história legal e política recente da América Latina é que o período de transição de uma ditadura militar para um governo democrático não é o tempo de punir crimes contra a humanidade. Uma justiça de transição é contraditória em seus próprios termos. A democracia pode ser necessária, mas certamente não é condição suficiente de punição."⁵³⁷ Há muito considerados atos políticos de fundação e reconhecidamente capazes de estabelecer uma linha divisória entre regimes, nem sempre os julgamentos são desejáveis ou ocorrem na fase inicial de um novo governo. No Brasil, por exemplo, eles nunca aconteceram. Não contribuíram, portanto, para a deslegitimação do regime militar, para o descrédito da ideologia que deu sustentação a aquele regime e para o reconhecimento de que o novo governo pudesse não representar a continuidade. Tampouco colaboraram para um inequívoco estabelecimento dos excessos do passado o que certamente teria ajudado na construção do legado político do regime militar e da memória do período.⁵³⁸ Da mesma forma, não concorreram para separar a responsabilidade coletiva da responsabilidade individual e, com isso, possibilitar o rompimento de ciclos sem fim de recriminações de grupo.⁵³⁹ Ao optar por não levar a julgamento agentes do Estado acusados de violar direitos humanos, o país acabou por desperdiçar uma oportunidade de criar registros

⁵³⁶ ROBERTSON, *op. cit.*, p. 259.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 270-271.

⁵³⁸ TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. New York: Oxford University Press, 2000.

⁵³⁹ HESSE, Carla; POST, Robert. **Human rights in political transitions: Gettysburg to Bosnia**. New York: Zone Books, 1999.

duradouros da tirania do Estado – lacuna parcialmente suprida por iniciativas como a do projeto Brasil: nunca mais.

Sabe-se que processos de *accountability* estão intimamente relacionados ao tipo de transição política vivida pelas nações, ao legado deixado pelo regime autoritário, ao grau de tradição democrática de suas instituições e à pressão desenvolvida por grupos específicos ou por toda a sociedade. Pesquisadores como Alexandra Barahona de BRITO, Carmen GONZALÉZ-ENRÍQUEZ e Paloma AGUILAR sustentam que quanto mais uma transição implica em derrota da antiga elite autoritária e repressiva, mais amplo será o seu escopo para a adoção de políticas de verdade e justiça.⁵⁴⁰ Por sua vez, estudiosos como Adam PRZEWORSKI lembram que é particularmente difícil lidar com legados de ditaduras cuja transição foi conduzida por intermédio de negociações entre grupos autoritários pró-reforma e a oposição moderada.⁵⁴¹ O exemplo brasileiro, em que a antiga elite garantiu a manutenção de boa parte de seu poder até pelo menos o final do governo Sarney, evidencia essa dificuldade. Aqui, além de a anistia ter sido concedida muito antes do término do regime militar, também não houve uma forte pressão social por verdade ou punição o que contribuiu para que fossem evitadas políticas de *accountability* que pudessem colocar em risco a transição.⁵⁴² Situação bem diferente da observada em outro país da região, a Argentina. Derrotados pela Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, lá os militares deixaram o poder enfraquecidos (1976-1983) e rapidamente foram levados a julgamento.

Na Argentina, as primeiras medidas em direção à verdade e à justiça foram tomadas pelo recém-empossado presidente Raúl Alfonsín. Em outubro de 1983, ele libertou 43 presos políticos e anulou a Lei Nacional de Pacificação, a anistia que os

⁵⁴⁰ BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; AGUILAR, Paloma. **The politics of memory**: transitional justice in democratizing societies. New York: Oxford University, 2001.

⁵⁴¹ PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market**: political and economic reforms in eastern Europe and Latin America. New York: Cambridge University, 1991, p. 67.

⁵⁴² BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*

militares haviam acabado de promulgar. Entre 15 mil e 30 mil pessoas desapareceram durante o regime militar argentino. Para investigar esses casos, dois meses mais tarde foi criada a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas que, ao final de 1984, publicaria o relatório "Nunca Mais". Em dezembro de 1985, oito meses depois de um juiz da Corte Federal de Apelações ter iniciado os procedimentos legais contra as juntas militares, nove de seus ex-integrantes já haviam sido julgados e condenados por 709 crimes cometidos contra a humanidade. Alguns, como o general Jorge Videla e o almirante Emilio Massera, receberam a pena máxima, de prisão perpétua. A punição exemplar dos graduados militares não foi suficiente para abrandar o desejo de justiça dos argentinos. Um ano mais tarde, tramitavam nos tribunais do país cerca de seis mil casos envolvendo aproximadamente 600 oficiais, o que levou o governo a sancionar a Lei do Estatuto das Limitações, ou Lei do Ponto Final.⁵⁴³ Idealizada para limitar a quantidade de processos no Judiciário, a lei fixou o prazo de 60 dias para que a justiça citasse os acusados, mas não atingiu o objetivo desejado. Mesmo em recesso, ao final dos dois meses o Judiciário tinha conseguido ouvir cerca de 400 oficiais e concluiu vários processos. Para evitar que oficiais de baixo escalão fossem processados, em junho de 1987 o Congresso aprovou outra lei, a da Obediência Devida, que provocaria a ira do movimento de direitos humanos do país.⁵⁴⁴ Em novo recuo, depois de sua posse o presidente Carlos Menem emitiria, via decreto-lei, perdões aos oficiais que haviam sido presos por violações de direitos humanos, devolvendo-lhes a liberdade. Alguns, como Videla e Massera, voltariam à prisão no final dos anos 90, pelo seqüestro de crianças desaparecidas durante o regime militar. Em 1995, uma confissão pública feita pelo capitão-de-corveta Adolfo Francisco Scilingo levaria à reabertura das investigações sobre o desaparecimento de perseguidos políticos argentinos. Na ocasião, Scilingo revelou detalhes dos chamados "vôos da morte", prática que consistia em dopar e arremessar prisioneiros políticos sobre o mar e que teria custado a vida de cerca de duas mil pessoas. Em uma decisão que agitaria o

⁵⁴³ *Ibidem*, p. 121-124.

⁵⁴⁴ D'ARAUJO; CASTRO. **Democracia e forças armadas** ..., p. 298.

país e as Forças Armadas da Argentina, logo depois da confissão de Scilingo o comandante do Exército, general Martín Balza, fez um pronunciamento rejeitando os métodos utilizados na "guerra suja". Aquela se tornaria a primeira vez que um militar latino-americano pediria desculpas pelos excessos cometidos durante um governo de exceção. Em março de 1998, por decisão da Câmara dos Deputados, tanto a Lei do Ponto Final quanto a da Obediência Devida foram derogadas. Além da punição de militares comprometidos com a violação de direitos humanos, até o início do mesmo ano o governo argentino já havia gastado cerca de 655 milhões de dólares em reparações às vítimas e familiares de vítimas do regime militar.⁵⁴⁵

No Uruguai, com o término do regime militar (1973-1985), José Maria Sanguinetti assumiu o poder declarando que não pretendia desenvolver nenhuma política oficial que assegurasse justiça às vítimas do aparato de repressão, embora não se opusesse ao ingresso de ações nos tribunais do país. No dia de sua posse, apresentou um projeto para abolir a Lei de Segurança Nacional, anistiar os prisioneiros políticos que não haviam cometido homicídios e criar uma comissão nacional de repatriação, destinada a receber de volta os exilados. Quinze dias depois todos os 338 presos estavam em liberdade. Em dezembro de 1986, quando 734 casos de violações de direitos humanos estavam sendo investigados no país, o Senado uruguaio aprovou a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado por intermédio da qual o Estado abdicava de sua capacidade de punir violadores de direitos humanos. Com a iniciativa, todos os militares foram anistiados, evidenciando-se a preferência pelo esquecimento dos erros do passado. Assim como no Brasil, no Uruguai o fim do regime de exceção também se deu de forma negociada (Pacto do Clube Naval), com os militares retendo considerável capacidade de pressão sobre as elites. A anistia apenas refletiu essa dinâmica. Em 1987, apesar da intensa pressão do governo e de militares, familiares de desaparecidos políticos e militantes de esquerda conseguiram reunir número suficiente de assinaturas para que fosse convocado um plebiscito com a finalidade de analisar a lei da anistia. Aparentemente convencidos pelo governo e pelos militares de que

⁵⁴⁵ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 137-140.

buscar justiça seria retroceder no processo de transição, em 16 de abril de 1989 a legislação seria ratificada por 53% dos votantes.⁵⁴⁶ Em 1998, contestando decisões judiciais, o governo uruguaio, que já havia rejeitado a possibilidade de investigar os desaparecimentos ocorridos durante o regime militar, também não aceitaria proceder à compensação financeira das vítimas de tortura e dos familiares de mortos pelo arbítrio.⁵⁴⁷ Cerca de 160 cidadãos uruguaios desapareceram nos doze anos em que durou o regime de exceção – a maioria, na Argentina.⁵⁴⁸

Ao término do regime militar chileno (1973-1990), estima-se que cerca de três mil pessoas estavam desaparecidas. Logo no início de sua gestão, para lidar com esse e outros legados do autoritarismo, o presidente Patricio Aylwin criou a Comissão de Verdade e Reconciliação. Nove meses depois, a comissão publicaria seu relatório final, que foi adotado como verdade oficial. Atendendo a recomendações do relatório, em janeiro de 1992 foi aprovada a Lei de Reparações, que deveria beneficiar cerca de sete mil pessoas. No mês seguinte, criou-se a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação que, além de administrar os processos e esclarecer muitos casos pendentes, legalmente estabeleceu o "direito inalienável" dos familiares de encontrar os desaparecidos. Com os trabalhos da comissão, o número total de denúncias elevou-se a 4.750. Sete meses mais tarde, perto de 80% das famílias que tinham direito aos benefícios já os estavam recebendo. Até junho de 1999, cerca de 95 milhões de dólares haviam sido gastos com as vítimas e seus familiares, no pagamento de pensões e benefícios, de forma temporária também estendidos a 58 mil funcionários públicos demitidos entre 1973 e 1990. Embora fizesse parte da plataforma eleitoral da coalizão que saiu vitoriosa das eleições de 1989, a lei de anistia aprovada pelo regime militar em 1978 não foi revogada pelo governo.⁵⁴⁹

A exemplo do Brasil, a transição no Chile também foi negociada, com os

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 127-131.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 144-145.

⁵⁴⁸ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Democracia e forças armadas ...**, p. 304.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 131-136.

militares retendo o mais alto grau de poder e legitimidade da região – a ponto de o ex-presidente general Augusto Pinochet permanecer no comando das Forças Armadas. Não chega a surpreender, portanto, que em janeiro de 1990, ao aprovar a Lei Constitucional Orgânica, o Congresso se tornasse impedido de investigar o antigo regime. Mesmo assim, durante o governo de Eduardo Frei, em março de 1994, quinze membros da unidade de inteligência dos Carabineiros foram condenados pelo assassinato de três militantes do Partido Comunista, em 1985. Um deles, o general Rodolfo Stange, era, por ocasião do veredicto, diretor daquela polícia e foi convidado a deixar o cargo pelo presidente da República, mas se recusou a sair, o que levou à renúncia do ministro do Interior. A situação mudaria de maneira significativa a partir do final dos anos 90, quando a Suprema Corte chilena começou a fixar jurisprudência da primazia da legislação internacional sobre a anistia autoconcedida pelos militares. Em casos de desaparecimentos, por exemplo, isso significou reconhecer que se tratava de um crime em andamento até o corpo ser localizado, não sujeito a nenhum tipo de anistia pelo menos até ser resolvido.⁵⁵⁰ Em 1998, depois de assumir uma cadeira no Congresso chileno como senador vitalício, Pinochet foi detido em Londres pela polícia britânica, a pedido da Justiça espanhola, sob a acusação de envolvimento no assassinato de cidadãos espanhóis durante o regime militar.⁵⁵¹ Sua prisão traria novos avanços no cenário de direitos humanos do Chile. Logo depois do episódio, cinco generais e cerca de trinta oficiais que integraram o antigo regime também foram presos por violações de direitos humanos e em setembro de 1999 eram 43 os processos contra Pinochet no país.⁵⁵² Indiciado por genocídio, terrorismo e tortura pelo juiz espanhol Baltasar Garzón, no ano 2000 Pinochet foi libertado pelo Reino Unido. De volta ao Chile e denunciado como autor intelectual de crimes cometidos durante seu governo, cumpriu prisão domiciliar até 2001, quando a acusação foi rebaixada para

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 146-149.

⁵⁵¹ D'ARAUJO; CASTRO. **Democracia e forças armadas** ..., p. 327.

⁵⁵² BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 150.

acobertamento dos crimes.⁵⁵³

Desde o final dos anos 80, a validade de leis de anistia vem sendo questionada em diversas instâncias internacionais. Em ensaio sobre o modo como leis de anistia promulgadas em países do Cone Sul têm sido interpretadas à luz do direito internacional, Cláudia PERRONE-MOISÉS, especialista em direito internacional, observa que a resposta recorrente "parece ser no sentido de que a anistia interna não produziria efeitos na ordem internacional e, sendo assim, não haveria impedimento para que se desconsiderassem as leis de anistia quando a questão fosse analisada do ponto de vista do direito internacional."⁵⁵⁴ Nas Américas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem desempenhado um papel importante, ao prover suporte legal e político a esforços contra a impunidade. Em relação às anistias concedidas em países como El Salvador, Chile, Uruguai e Argentina, a comissão já alertou que tais iniciativas violam as condições da Convenção Americana de Direitos Humanos.⁵⁵⁵ Nessas decisões, a comissão considerou incompatíveis com a citada convenção leis que impeçam a punição dos responsáveis por crimes como tortura, desaparecimento e assassinato político.⁵⁵⁶ No mesmo sentido, a OEA, que reconhece a validade de leis de anistia promulgadas por instituições eleitas democraticamente, não admite como legítimas as chamadas auto-anistias sancionadas por regimes autoritários, como foi o caso do Brasil. Assim, a jurisprudência firmada entre 1988 e 1992, pela Comissão e pela Corte Interamericana a respeito das leis de anistia e o direito internacional têm sido fundamentais, destaca Cláudia PERRONE-MOISÉS, para a busca da verdade e o fim da impunidade em relação às graves violações de direitos humanos, como as ocorridas durante os regimes militares na América Latina. "Percebemos que, ao sustentarem demandas nos tribunais internos", explica ela, "as normas de direito

⁵⁵³ PINOCHET anuncia saída da política. **Folha de São Paulo**, 6 jul. 2002, p. 11.

⁵⁵⁴ PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Leis de anistia face ao direito internacional: "desaparecimentos" e "direito à verdade". In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional**: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 288.

⁵⁵⁵ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 42.

⁵⁵⁶ PERRONE-MOISÉS, *op. cit.*, p. 293.

internacional vêm adquirindo prevalência em relação às normas internas, como é o caso das leis de anistia, quando se trata de graves violações de direitos humanos."⁵⁵⁷

Decisões como as da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e as adotadas no caso Pinochet sinalizam o declínio de uma visão da legislação internacional baseada na soberania e o predomínio do paradigma dos direitos humanos, capaz de limitar o poder soberano do Estado.⁵⁵⁸ No seu aspecto mais prosaico, depois da prisão do general chileno, por exemplo, não foram poucos os casos de antigos oficiais latino-americanos que desistiram de viajar para os Estados Unidos ou Europa, temerosos da possibilidade de serem denunciados. Como noticiou a imprensa, até mesmo o ex-secretário norte-americano Henry Kissinger tem evitado deixar seu país. Dessa forma, processos judiciais em andamento no exterior e organizações de direitos humanos, empenhadas em oferecer evidências a tais processos, têm conseguido recolocar nas agendas nacionais assuntos que antigos dirigentes pensavam haver conseguido deixar para trás.⁵⁵⁹ Um exemplo concreto dos resultados que podem ser obtidos a partir do suporte legal e político fornecido por normas de direito internacional foi dado pelo Judiciário argentino, em outubro de 1997. Citando a Convenção Americana de Direitos Humanos na forma interpretada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um tribunal do país ordenou a abertura de novas investigações sobre crimes cometidos em um centro argentino de tortura e detenção clandestina, o Clube Atlético. Para o tribunal, o direito à verdade teria criado uma obrigação sobre o Estado no sentido de providenciar a elucidação de desaparecimentos lá ocorridos, em meados da década de 70.⁵⁶⁰

Em relação a perseguições cometidas pelo Estado contra seus próprios cidadãos é importante lembrar que ao final da Segunda Guerra Mundial o tribunal de Nuremberg já fixara jurisdição a respeito, codificando-as na categoria de crimes contra

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 304.

⁵⁵⁸ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 51.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 55.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 43.

a humanidade – que incluem ações de tortura, deportação, assassinato e perseguições políticas, raciais e religiosas.⁵⁶¹ Como recorda Ruti TEITEL, ao violar leis de todas as nações, tais ofensas foram consideradas crimes que transcendem as fronteiras da legislação nacional e são passíveis de julgamento em tribunais internacionais, constituindo o chamado "princípio da universalidade".⁵⁶² Outro aspecto a ser ressaltado é que, de um modo geral, a interpretação de crimes contra a humanidade tem sugerido que eles estão sujeitos a punição com ou sem legislação prévia e não são atingidos por limitações de tempo. No debate da ONU sobre a Convenção de Não- Aplicabilidade de Limitações Estatutárias para Crimes de Guerra e Contra a Humanidade, em 1966, a suspensão dos limites de tempo foi justificada com base na extraordinária atrocidade desses crimes.⁵⁶³ "Em resumo", observa Robertson, "a legislação internacional agora impõe sobre os Estados uma obrigação *erga omnes* de investigar e processar crimes contra a humanidade, mesmo que isso signifique a anulação de leis de anistia e ofereça algum risco de contra-revolução."⁵⁶⁴ De acordo com a legislação internacional, portanto, está estabelecido que crimes contra a humanidade não podem ser anistiados e são imprescritíveis.

A despeito da existência de instrumentos legais, da jurisprudência firmada pela Comissão e pela Corte Interamericana e do fato de o Brasil ter ratificado, ainda em 1951, a Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, por aqui não se tem notícia da condenação de nenhum agente da repressão, seja ele civil ou militar. É verdade que em abril de 1980 tramitava no STM um pedido de punição aos três torturadores que cegaram, em fevereiro de 1976, em um presídio de Aracaju, o então preso político Milton Coelho de Carvalho. Mas tendo sido julgado improcedente pelo juiz auditor da VI Circunscrição Militar, o processo acabaria por se tornar o primeiro caso de aplicação da Lei da Anistia para impedir a punição de violadores de

⁵⁶¹ TEITEL, *op. cit.*, p. 60, 65.

⁵⁶² *Ibidem*.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 61-62, 64.

⁵⁶⁴ ROBERTSON, *op. cit.*, p. 264.

direitos humanos do regime militar, embora a violência praticada contra Carvalho estivesse comprovada nos autos e fosse reconhecida até na sentença da auditoria militar e do próprio STM.⁵⁶⁵ Ao contrário da Argentina e do Chile, países em que desde o fim do regime militar o uso sistemático da tortura e de outras práticas de violência tem levado à prisão ex-agentes do terror, no Brasil o aprofundamento da democracia não propiciou, até agora, nenhuma mudança no quadro de não-punição que garantiu a liberdade a torturadores e assassinos. Para o historiador Daniel Aarão REIS FILHO, a explicação pode estar no fato de que as bases sociais que ao fim do regime militar asseguraram a impunidade estejam "mais firmes do que nunca". Ou no desinteresse dos revolucionários dos anos 60 pelo assunto.⁵⁶⁶ A verdade é que à exceção de um pequeno, mas ativo grupo, composto basicamente por familiares de mortos e desaparecidos políticos, a punição dos responsáveis pelo arbítrio deixou de figurar entre as principais reivindicações das vítimas do regime, em apatia semelhante à que, de modo generalizado, tem imobilizado a sociedade desde a promulgação da Lei da Anistia. Tamanha indiferença parece estar relacionada ao fato de historicamente a sociedade brasileira estar acostumada a altos níveis de violência e impunidade e conseqüentemente não dimensionar a importância da punição de agentes estatais envolvidos no arbítrio.⁵⁶⁷

Além da impunidade e da ameaça que ela representa em relação a abusos futuros, no caso brasileiro tem-se claro que até o presente momento o país também não conseguiu se desfazer de todo legado autoritário construído ou mantido ao longo do arbítrio. Embora em 1996 tenha sido sancionada a lei 9.299, que transferiu da Justiça militar para a Justiça comum a competência para julgar policiais militares acusados da prática de crimes dolosos contra a vida e, três anos mais tarde, a criação do ministério

⁵⁶⁵ JOSÉ, Otto. Os torturadores anistiados – Como está sendo aplicada a Lei de Anistia. **Movimento**, São Paulo, 14 a 20 abr. 1980.

⁵⁶⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Os muitos véus da impunidade**: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv94.htm> Acesso em: 24/02/2003.

⁵⁶⁷ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*

da Defesa tenha propiciado algum tipo de controle civil sobre as Forças Armadas, há dispositivos, como a LSN, que ainda persistem. Incompatível com a Constituição de 1988 e de caráter extremamente autoritário, tal legislação permanece em vigor, em total conflito com a prática democrática. Da mesma forma, continua em uso, contra presos comuns, em delegacias e presídios de todo o país, o suplício da tortura. Anterior ao regime militar e constituinte da história brasileira, sua prática aprimorou-se nos porões do arbítrio e se mantém até hoje, mesmo após a sanção da lei 9.455, que desde 1997 tipifica o crime de tortura, o que apenas confirma a noção de que nenhuma democracia pode (ou consegue) colocar um fim definitivo em um passado repressivo.⁵⁶⁸

Na verdade, como nos lembra o cientista político Felipe Agüero, demandas originadas em períodos autoritários e, portanto, relacionadas à questão dos direitos humanos, ainda por muito tempo devem continuar a ser aquela pedra no sapato, sempre pronta a incomodar. "[...] estes são problemas que, por mais que se legisle, por mais que se anistie, por mais que haja *punto final* e *obediência debida* e tudo o mais, não vão desaparecer. Não desaparecerão até que se saiba onde estão os desaparecidos e até que haja um pedido oficial de perdão, um reconhecimento oficial de culpa."⁵⁶⁹ Ainda que soe pessimista, se correto o prognóstico de Agüero indica que o Brasil tem um longo caminho a percorrer. Ao contrário do Chile, onde o presidente Aylwin ocupou o estádio Nacional, um símbolo da repressão desde que serviu de prisão para milhares de perseguidos políticos para, em nome do Estado, desculpar-se perante o povo de seu país pelos horrores cometidos no regime anterior, e da Argentina, onde o comandante do Exército demonstrou arrependimento pelos desatinos praticados, no Brasil nenhum pedido oficial de perdão foi feito até hoje. Conquanto a prática da tortura venha sendo admitida progressivamente por oficiais das diferentes Armas, ainda que de forma enviesada, como ação isolada de uns poucos descontrolados e não uma política de Estado, as quase duas décadas de democracia não constituíram tempo

⁵⁶⁸ *Id.*

⁵⁶⁹ D'ARAUJO; CASTRO. **Democracia e forças armadas** ..., p. 271.

suficiente para que as Forças Armadas brasileiras se penitenciassem publicamente dos excessos promovidos a partir de 1964. De um modo geral, os militares permanecem unidos e não expressam arrependimento.

Sendo o perdão um poder mantido pelos vitimizados, não um direito a ser reivindicado, ainda menos pelo Estado, não há dúvidas de que quando governos usurpam o direito exclusivo das vítimas de perdoar seus opressores, como acontece nas anistias autoconcedidas, falham em relação a aqueles que sofreram o arbítrio.⁵⁷⁰ Talvez por isso mesmo, vários autores insistam na necessidade de um pedido formal de desculpas, especialmente por parte dos responsáveis pela repressão. Incapaz de livrar alguém de suas responsabilidades e culpas, como lembram a historiadora Carla HESSE e o jurista Robert POST, a força do perdão reside em sua capacidade de reafirmar determinada norma comum que foi transgredida.⁵⁷¹ Defensor de seu valor simbólico e de seu efeito de longo termo, o advogado e especialista em direitos humanos José Zalaquett concorda: "O perdão para uma sociedade nunca é um ato isolado ou gratuito. É um processo designado a restaurar a ordem moral, ao reafirmar a validade da norma que tem sido violada." Para ele, não há reconciliação possível sem que os agentes da repressão admitam o que fizeram ou aceitem o que os outros dizem a esse respeito, até compensar aqueles que foram ofendidos. "Quem errou não deve apenas admitir o crime, mas também reconhecer que aquilo era errado."⁵⁷² Por intermédio do perdão, acredita a jurista Marta MINOW, as vítimas do arbítrio também podem reafirmar seu próprio poder e restabelecer sua própria dignidade já que desculpas oficiais são capazes de corrigir registros públicos, de permitir o reconhecimento de uma violação, de determinar responsabilidades e de reafirmar a base moral para definir ofensas a normas fundamentais. "Na teoria, o perdão não toma e nem deve tomar o lugar da justiça ou da punição. O perdão assinala uma mudança em como o ofendido se sente em relação à pessoa que cometeu a afronta, não uma

⁵⁷⁰ MINOW, *op. cit.*

⁵⁷¹ HESSE, Carla; POST, Robert. **Human rights in political transitions**: Gettysburg to Bosnia. New York: Zone Books, 1999.

⁵⁷² *Ibidem*, p. 197.

mudança nas ações a serem tomadas pelo sistema judiciário."⁵⁷³

De todo o modo, embora no Brasil os aspectos de verdade, perdão e punição permaneçam latentes e a reconciliação propiciada pelo momento inicial, ao incorrer no desrespeito a direitos individuais e coletivos, tenha soado pouco verdadeira e colocado em oposição interesses imediatos e possibilidades de futuro, não há dúvidas de que a anistia concorreu para o restabelecimento do estado de direito e que só a partir daí foi possível avançar mais. "A anistia pode às vezes ser necessária para a criação de uma ordem legal legítima e por essa razão não pode ser vista simplesmente como ausência de punição. Punição e anistia permanecem como caminhos alternativos ao que deveria constituir o objetivo fundamental, que é a transição para o estado democrático que governa pela lei e por seu intermédio salvaguarda os direitos humanos", lembram HESSE e POST.⁵⁷⁴ Ao substituir o reinado da força pelo estado de direito, quando as relações sociais passam a ser mediadas não mais por privilégios ou pelo arbítrio de quem ocupa o poder, mas exatamente pela noção de direitos, regimes democráticos esforçam-se por implementar princípios como o da *accountability*, em que todos, inclusive o Estado e especialmente seus governantes, respondem por seus atos. Como acentua o escritor Michel Feher, só princípios como esse são capazes de assegurar que, no futuro, nenhum grupo de cidadãos será responsabilizado com base em determinada identidade ou beneficiado com a vantagem da impunidade.⁵⁷⁵ Não se pode esquecer, contudo, que o fim do arbítrio não representa condição suficiente para que se instale um estado de direito democrático, a exemplo do que demonstram inúmeros estudos de casos latino-americanos.

País que tem entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, conforme expressa a Constituição federal, e nutre, entre seus objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o Brasil, ao contrário do que se chegou a imaginar durante a transição, quando se pensava que um

⁵⁷³ MINOW, *op. cit.*, p. 15, 116.

⁵⁷⁴ HESSE; POST, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 325.

governo civil e uma sociedade civil forte bastariam para mudar radicalmente a realidade, tem falhado em promover *accountability* e ainda não possui um estado de direito consistente.⁵⁷⁶ Aqui, um alto grau de ilegalidade permeia as relações entre o Estado e seus cidadãos e a exclusão parece ser a regra, o que apenas torna ainda mais saliente a necessidade de ações capazes de invocar e reforçar o estado de direito. Dessa forma, assim como não se pode ignorar o papel desempenhado pela anistia em 1979 também não se pode ficar indiferente à relevância de iniciativas como a Lei dos Desaparecidos e a lei 10.559 para a reafirmação dos princípios do estado de direito. Pode-se mesmo dizer que a adoção de tais medidas tem contribuído para expressar a mensagem normativa de transformação política do Estado, voltada à promoção da democracia, e para a criação de uma cultura legal, de respeito aos direitos humanos. Com a nova legislação, e dentro de um contexto mais amplo, que inclui o PNDH, o Estado brasileiro indica o início de um processo de inversão de sinais, passando, em alguns aspectos, de transgressor a promotor de direitos humanos, como exige a prática das democracias modernas e nos cobram tratados e convenções internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos, ratificado pelo país em janeiro de 1992.

Nesse sentido, se no Brasil parece que muito se deixou de fazer na questão da anistia, também é preciso não capitular diante da idéia de que a hora de agir já passou. Como nos vem ensinando a história, o presente pode ser o tempo ideal de reparar injustiças, sejam elas remotas, como a prática da escravidão, ou recentes, como as perseguições a minorias étnicas ou políticas. Mais do que no período de transição, sugere a cientista política Alexandra Barahona de BRITO, é exatamente no contexto de pós-transição que a luta por verdade e justiça pode ser especialmente relevante à democratização: "Ela pode ser parte de uma ampla batalha para dar aos cidadãos poder real e desenhar instituições responsáveis e eficazes, eliminando assim enclaves autoritários e democratizando as relações entre Estado e sociedade", escreve.⁵⁷⁷ No

⁵⁷⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Democratic governance, violence, and the (un) rule of law. *Journal of the American Academy of Arts and Science*, Cambridge, v. 129, n. 2, p. 119-143, spring 2000.

⁵⁷⁷ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 151-152.

caso brasileiro, por exemplo, tal luta poderia contribuir para tornar o Judiciário mais permeável às obrigações internacionais de direitos humanos, já reconhecidas como legislação doméstica pela Constituição de 1988.⁵⁷⁸ Como bem observa BRITO, embora políticas oficiais estabelecidas com o objetivo de lidar com as violações do passado não sejam indispensáveis para assegurar a consolidação democrática de um determinado país, a democratização depende do amplo processo que envolve a construção de uma efetiva cidadania e isso passa pela eliminação dos legados autoritários.⁵⁷⁹ Passa também, sustentam BRITO, GONZALÉZ-ENRÍQUEZ e AGUILAR, por políticas de memória, pela maneira como determinada sociedade interpreta e se apropria de seu passado, numa tentativa progressiva de moldar seu futuro. "O que e de que forma as sociedades escolhem lembrar e esquecer amplamente determina suas opções futuras", escrevem.⁵⁸⁰ Assim, ainda que também não seja garantia de existência ou consolidação de uma democracia, exercitar a memória política, como lembra a pesquisadora Rachel Sieder, depois de um período de sistemáticas violações de direitos humanos por parte do Estado, representa os essenciais primeiros passos em direção à sua constituição.⁵⁸¹

Ao encerrar esta análise do caso brasileiro, em perspectiva com eventos semelhantes verificados na Argentina, Chile e Uruguai, o que se pode concluir é que as trajetórias foram diversas e que cada um desses países conduziu a questão de maneira peculiar, ao utilizar, entre as várias linguagens disponíveis, as que julgou mais apropriadas ao momento da transição e ao longo da redemocratização. Assim, decisões tomadas em meio a grande incerteza e com base nos riscos, custos e benefícios inerentes à anistia permitiram a adoção de enfoques históricos, em que prevaleceu a preocupação com a verdade, ou de políticas mais voltadas à justiça e sua defesa da compensação e punição. Dada à existência de demandas ainda não atendidas, ou

⁵⁷⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democratic governance...**, op.cit.

⁵⁷⁹ BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 151-152.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 38.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p. 189.

atendidas de maneira insatisfatória, também se pode inferir que todos os processos seguem em aberto. A partir do que sugere a realidade e demonstram os resultados obtidos no estudo feito por BRITO, GONZALÉZ-ENRÍQUEZ e AGUILAR, pode-se afirmar que aparentemente não existe uma correlação direta entre a implementação de políticas retrospectivas de verdade e justiça e o funcionamento das democracias em análise, conquanto os próprios autores reconheçam que a adoção de tais políticas tem tido um impacto exemplar na maneira como as pessoas percebem o novo regime o que, sustentam eles, pode contribuir para o fortalecimento de sua legitimidade.⁵⁸² Característico do exemplo nacional, contudo, parece ser o fato de que embora tenha demorado a iniciar as mudanças no significado político da anistia e essa ressignificação venha se dando de forma gradativa, o Brasil segue em trajetória ascendente de sua curva de ação. Mesmo não sendo possível antecipar aonde esse movimento chegará, a partir de declarações feitas por representantes do Partido dos Trabalhadores durante a última campanha eleitoral pode-se acreditar que avanços tendem a ocorrer. Em setembro de 2002, o PT manifestou seu desejo de intensificar as investigações sobre mortos e desaparecidos do regime militar, com ênfase especial na localização dos corpos, e de ampliar o número de casos passíveis de indenização. Conforme noticiou a imprensa na época, alguns setores do partido, que agora tem no governo um número expressivo de ex-perseguidos políticos e anistiados, inclusive o presidente da República, também voltaram a defender uma reinterpretação da Lei da Anistia, capaz de permitir o julgamento de torturadores.⁵⁸³ O aprofundamento da democracia política e o caminho percorrido até aqui sugerem que a ênfase continuará sendo no diálogo e na negociação. Se as mudanças efetivamente virão, caberá ao tempo revelar seu novo significado político.

⁵⁸² BRITO; GONZALÉZ-ENRÍQUEZ; AGUILAR, *op. cit.*, p. 312-314.

⁵⁸³ ZANINI, Fábio; HAMA, Lia. PT pretende ampliar indenização a vítimas da repressão sob militares. **Folha de São Paulo**, 13 set. 2002. Caderno especial, p. 3.

REFERÊNCIAS

- 1 A ANISTIA coloca Constituinte em risco. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 2 A ANISTIA de 1979. **Veja**, São Paulo, p. 20-32, 27 jun. 1979.
- 3 A ANISTIA encarcerada. **Veja**, São Paulo, p. 130, 15 ago. 1979.
- 4 A ANISTIA no alvo. **Veja**, São Paulo, p. 24-25, 29 jul. 1979.
- 5 A ANISTIA oficial e seu plano sinistro. **Movimento**, São Paulo, 6 ago. 1979.
- 6 A CONSTELAÇÃO da crise. **Veja**, São Paulo, p. 36-40, 30 out. 1985.
- 7 A FESTA da anistia. **Veja**, São Paulo, p. 14-17, 4 jul. 1979.
- 8 A LISTA de matérias que trancam a pauta do plenário. **Agência Câmara**, Brasília, 25 out. 2002.
- 9 A PÁGINA virada. **Veja**, São Paulo, p. 20-23, 29 ago. 1979.
- 10 ACORDO garante edição de nova MP para anistiados. **Jornal da Câmara**, Brasília, a. 4, n. 812, p. 3, 3 jul. 2002.
- 11 AGÜERO, Felipe; STARK, Jeffrey. **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Miami: North-South, 1998.
- 12 ALBALA-BERTRAND, Luis (org.). **Democratic culture and governance: Latin America on the threshold of the third millenium**. [s.l.]: UNESCO/HISPAMERICA, 1992.
- 13 ALMEIDA, Criméia de. **Entrevista concedida pela militante de esquerda à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 9 fev. 2003 e 20 mar. 2003.
- 14 ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **Direitos humanos no Brasil (1988-1998): um desafio à consolidação democrática**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.
- 15 ALVES, Carlos Eduardo. Aposentadoria ameaça planos de Lula. **Folha de São Paulo**, 27 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 6.
- 16 _____. Petista defende aposentadoria. **Folha de São Paulo**, 30 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 4.
- 17 ALVES, J. A. Lindgren. **A arquitetura internacional dos direitos humanos**. São Paulo: FTD, 1997.
- 18 _____. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- 19 AMORIM, Érica. Anistiados querem aprovação da MP. **Agência Câmara**, Brasília, 30 ago. 2001.
- 20 ANISTA. **Nós, mulheres**, São Paulo, n. 8, 1978.

- 21 ANISTIA – Militares vão debater situação no Congresso. **Relatório Reservado**, 10 a 16 jun. 1985, p. 3.
- 22 ANISTIA é aprovada sem a emenda Marinho. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979.
- 23 ANISTIA internacional. **A vida por um fio**. Disponível em: <www.utopia.com.br/anistia/textos/depoim.html> Acesso em: 10/08/2001.
- 24 ANISTIA possível. **Veja**, São Paulo, p. 44, 23 out. 1985.
- 25 ANISTIA só reintegra 34 militares dos 7 mil 488 que foram punidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1980.
- 26 ANISTIA, ano 20. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 70-75, out. 1999.
- 27 ANISTIA. **EDIÇÃO S.A**, São Paulo, abr. 1978.
- 28 ANISTIA: Arena recua da visita a presos. **Folha de São Paulo**, 4 ago. 1979.
- 29 ANISTIA? Só restrita... **Veja**, São Paulo, p. 20-23, 18 abr. 1979.
- 30 ANISTIADO desaparecido é declarado ausente e mulher pode requerer benefício. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 maio 1980.
- 31 ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.
- 32 ARAÚJO, Lúcia Rodrigues de. Direitos para todos. **Veja**, São Paulo, p. 16, 18 dez. 1996.
- 33 ARAÚJO, Luís Edmundo. **Memória dos porões**. Disponível em: <www.terra.com.br/istoegente/36/reportagens/rep_helena.htm> Acesso em: 13/01/2003.
- 34 ARENA traça norma para impedir novo surto de anistia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1968.
- 35 ARENISTAS falam sob vaia. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979.
- 36 ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 37 ARQUIVO do Dops é aberto para consulta. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 1994. Caderno Brasil, p. 4.
- 38 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLÍTICOS. **A verdade sobre a situação dos anistiados**. Brasília, ago. 1999.
- 39 AUDITOR liberta anistiados e revoga prisão de Arraes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.
- 40 AVILA, Marcelo. **La Lucha contra la impunidad como garantia del estado de derecho**. KO'AGA ROÑE'ETA se.iii (1997). Disponível em: <www.derechos.org/koaga/iii/avila/html> Acesso em: 25/04/2002.
- 41 BATISTA, Nilo. Aspectos jurídico-penais da anistia. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 195-206, jan. 1980.
- 42 BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Trad. de A. C.

- Campanha. São Paulo: Bushatsky, 1978.
- 43 BENEFICIADOS fazem reciclagem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1980.
 - 44 BENITZ, Gizele. Congresso deve instalar comissão da MP da anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 31 ago. 2001.
 - 45 BERGAMO, Mônica. Lista negra. **Folha de São Paulo**, 3 jul. 2002. Caderno Ilustrada, p. 2.
 - 46 BISPO ainda espera extensão da medida. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
 - 47 BORNEMAN, John. **Settling accounts**: violence, justice, and accountability in postsocialist Europe. Princeton: Princeton University, 1997.
 - 48 BRANDÃO, Márcia. Deputados apelam a líder pelos anistiados. **Agência Câmara**, Brasília, 22 ago. 2000.
 - 49 _____. FHC deve receber hoje movimento pela anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 22 ago. 2000.
 - 50 _____. Líder do governo apóia MP da anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 22 ago. 2000.
 - 51 _____. Medida provisória amplia anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 30 ago. 2002.
 - 52 BRANDÃO, Marco Antônio Diniz. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: monumento permanente. In: KONRAD-ADENAUER STIFTUNG. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 1998. p. 11-21.
 - 53 BRASÍLIA. Superior Tribunal de Justiça. Rec. Esp. n. 379.414-PR (2001/0152521-2). Brasília, 26 nov. 2002.
 - 54 BRASILIENSE, Ronaldo. Militares enterraram guerrilheiros na selva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 dez. 1992. Primeiro caderno, p. 8.
 - 55 BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; AGUILAR, Paloma. **The politics of memory**: transitional justice in democratizing societies. New York: Oxford University Press, 2001.
 - 56 BRIZOLA lamenta a limitação da lei. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
 - 57 CAETANO, Valdez. Acordo garante aprovação da lei orçamentária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2002, p. 10.
 - 58 CAJADO, Claudio. **Entrevista concedida pelo deputado federal à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 28 jan. 2003.
 - 59 CALHEIROS, Renan. **Parecer sobre a MP 2151**. Brasília, 18 jun. 2002.
 - 60 CALMON FILHO, Petrônio. **Entrevista concedida pelo ex-presidente da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 29 jan. 2003, 30 jan. 2003 e 4 fev. 2003.

- 61 CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anistia**: legislação brasileira 1822/1979. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1980.
- 62 _____. **Homenagem pelo transcurso do 12^o aniversário da Lei da Anistia e às famílias dos desaparecidos políticos brasileiros no período pós-1964**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1992.
- 63 **Câmara Informa**, Brasília, n. 3.384, 20 jun. 1985.
- 64 CÂMARA rejeita o projeto de anistia por 198 a 145 votos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1968.
- 65 CAMPOS, Ana Maria. **União terá de pagar indenização de R\$ 6,5 milhões para desaparecido no regime militar**. 17 out. 2002. Disponível em: <www.stj.gov.br/webstj/Noticias/detalhes_noticias.asp?seq_noticia=6566> Acesso em: 21/03/2003.
- 66 CAPITÃO só aceita ser coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1980.
- 67 CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de entrega do prêmio nacional de direitos humanos por ocasião da comemoração do dia internacional dos direitos humanos**. Disponível em: <www.radiobras.gov.br/integras/02/integra_1212_2htm> Acesso em: 13/12/2002.
- 68 _____. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- 69 CAROS AMIGOS. **Chumbo grosso**. maio 1999. Disponível em: <www.carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/rubens_paiva.asp> Acesso em: 21/11/2002.
- 70 CARTA, Mino. **A anistia profética**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/minocarta.htm> Acesso em: 17/07/2001.
- 71 CARVALHO, Murilo Murça de. Governo faz sua própria anistia para o passado. **O Estado de São Paulo**, 9 set. 1979, p. 36.
- 72 CASADO, José. Caça a ex-caçadores. **Época**, São Paulo, n. 61, 19 jul. 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990719/brasil5.htm>> Acesso em: 20/08/2002.
- 73 CASSAÇÃO ainda não foi definida. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1997. Caderno Brasil, p. 7.
- 74 CAVALLARO, James Louis. Não é presente – é dever. **Folha de São Paulo**, 10 jul. 1995. Caderno Brasil, p. 3.
- 75 CBA. A CPI DOS DIREITOS HUMANOS. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 76 _____. **BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DOS MOVIMENTOS DE ANISTIA**. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 77 _____. **CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

- 78 _____. CARTA CONVOCATÓRIA. São Paulo, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 79 _____. CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO. São Paulo, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 80 _____. CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. São Paulo, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 81 _____. ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA – Carta de Salvador. Salvador, 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 82 _____. II CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. Salvador, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 83 _____. III ENCONTRO DOS MOVIMENTOS DE ANISTIA – DOCUMENTO FINAL. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 84 _____. III ENCONTRO NACIONAL DOS MOVIMENTOS DE ANISTIA. Rio de Janeiro, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 85 _____. IV ENCONTRO NACIONAL DOS MOVIMENTOS PELA ANISTIA. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 86 _____. JUSTIÇA MILITAR PROCESSA PARTIDOS E ENTIDADES DEMOCRÁTICAS. Juiz de Fora, 198?. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 87 _____. PESQUISA SOBRE ANISTIA. São Paulo. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 88 _____. PRESOS POLÍTICOS. Rio de Janeiro, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 89 _____. REUNIÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DO CBA/SP. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 90 CERQUEIRA, Marcello. **Em defesa dos presos políticos**. Por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- 91 CÉSAR, Luciana. MP regulamenta direito de anistiados. **Agência Câmara**, Brasília, 23 set. 2002.
- 92 CINCO anos depois da anistia, excluídos lutam por seus direitos. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1984.
- 93 CIPOLA, Ari. Comissão investiga dezenove cemitérios. **Folha de São Paulo**, 7 maio 1996. Caderno Brasil, p. 10.
- 94 _____. Criméia vai a suposto cemitério. **Folha de São Paulo**, 11 maio 1996. Caderno Brasil, p. 10.
- 95 CLÁUDIO Cajado vê avanços na MP dos anistiados políticos. **Jornal da Câmara**, Brasília, a. 4, n. 888, p. 4, 18 nov. 2002.
- 96 CLUBE Militar critica reparação a famílias. **Folha de São Paulo**, 25 jul. 1996. Caderno Brasil, p. 12.

- 97 CLUBE NAVAL, CLUBE MILITAR, CLUBE DA AERONÁUTICA. **Recurso administrativo interposto ao Exmo. Sr. Presidente da República**. Rio de Janeiro, nov. 1996.
- 98 COELHO, João Gilberto Lucas. **O grito do povo**. Brasília: Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1984.
- 99 COELHO, Thales Machado. **Entrevista concedida pelo ex-presidente da Comissão de Anistia do Ministério do Trabalho à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 27 jan. 2003.
- 100 COIMBRA, Cecília. **Cidadania ainda recusada: o Plano Nacional de Direitos Humanos e a lei sobre mortos e desaparecidos políticos**. 1997. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ceciliacoimbra/cecilia2.html> Acesso em: 09/09/2002.
- 101 COMANDO GERAL PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. **Queremos anistia ampla, geral e irrestrita**. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 102 COMISSÃO de anistia vai rever processos. **Folha de São Paulo**, 27 fev. 2003. Caderno Brasil, p. 9.
- 103 COMISSÃO DE ANISTIA. **Ata da 1ª sessão ordinária**. 29 ago.2001.
- 104 _____. **Dúvidas**. Disponível em: <www.mj.gov.br/anistia/duvidas.htm> Acesso em: 07/03/2002.
- 105 COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, IEVE, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS RJ E PE. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1995.
- 106 COMISSÃO ESPECIAL. **Indenizações pagas até abril de 2002**. Brasília, Ministério da Justiça – gabinete do ministro.
- 107 _____. **Processos que já receberam indenização**. Brasília, Ministério da Justiça – gabinete do ministro.
- 108 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório anual 2000 – relatório nº 33/01 – Caso nº 11.552 Guerrilha do Araguaia**. 6 mar. 2001. Disponível em: <www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/11552.htm> Acesso em: 09/09/2002.
- 109 COMISSÃO marca atos de protesto em todo o país. **Folha de São Paulo**, 16 maio 1995. Caderno Brasil, p. 13.
- 110 COMO OS MILITARES reagiram. **O Estado de São Paulo**, 2 set. 1979, p. 3.
- 111 CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. **Manifesto à nação**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/manifesto_nacao.htm> Acesso em: 17/07/2001.
- 112 CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Brasília, 1982. v. 1-2.
- 113 CONGRESSO pela anistia começa com divergências entre os participantes.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 nov. 1979.

- 114 CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões – histórias secretas do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- 115 CORRADI, Juan E., FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America**. Los Angeles: University of California, 1992.
- 116 COSTA, Raimundo P. **Entrevista concedida pelo presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.
- 117 COSTA, Reynaldo H. da. **Entrevista concedida pelo presidente da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais empresas estatais à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.
- 118 COUTINHO, Florim. **Anistia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- 119 COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- 120 _____. **Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- 121 CPDOC. **Verbetes biográfico** – Emílio Garrastazu Médici. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_2.asp> Acesso em: 18/02/2003.
- 122 _____. **Verbetes biográfico** - Euclides Figueiredo. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_euclidesfigueiredo.htm> Acesso em: 13/03/2003.
- 123 _____. **Verbetes biográfico** – João Baptista Figueiredo. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_thm/2016_8.asp> Acesso em: 18/01/2003.
- 124 CPI para a Lei da Anistia. **O Estado de São Paulo**, 13 maio 1981.
- 125 CUYA, Esteban. **Las comisiones de la verdad en América Latina**. Disponível em: <www.derechos.org/nizkor/doc/verdad/html> Acesso em: 23/04/2002.
- 126 D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- 127 _____.; CASTRO, Celso. **Democracia e forças armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- 128 _____.; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- 129 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Anistia e restauração de direitos**. São Paulo: CBA, 1979.
- 130 _____. **Direitos humanos no Brasil: uma conquista difícil**. In: KONRAD-

- ADENAUER STIFTUNG. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 1998. p. 33-51.
- 131 DANTAS, Audálio. **Resistência**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1979.
- 132 DANTAS, Iuri. Governo retém R\$ 400 mi de pagamentos a anistiados. **Folha de São Paulo**, 22 jan. 2003. Caderno Brasil, p. 10.
- 133 _____. Lula quer diminuir valor pago a anistiado. **Folha de São Paulo**, 7 fev. 2003. Caderno Brasil, p. 11.
- 134 _____. Mais de 11 mil pedidos de anistia aguardam decisão. **Folha de São Paulo**, 29 out. 2002. Caderno Brasil, p. 4.
- 135 _____. Mudar lei de anistia é retrocesso, diz comissão. **Folha de São Paulo**, 9 fev. 2003. Caderno Brasil, p. 9.
- 136 _____. Polícia Federal vai liberar arquivos do regime militar. **Folha de São Paulo**, 24 set. 2002. Caderno Brasil, p. 5.
- 137 DAUDT, Alfredo Ribeiro. Justiça para os cassados. **Veja**, São Paulo, p. 150, 26 ago. 1987.
- 138 DE FATO – especial. **TEXTUAL**, Belo Horizonte, ed. especial, abr. 1978.
- 139 DENÚNCIA e tumulto prejudicam votação. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979.
- 140 DEOPS mantém exilado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 141 DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Araguaia**. Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia/16.html> Acesso em: 07/01/2003.
- 142 _____. **Anistia ampla, geral e irrestrita: uma luta de 20 anos**. Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br/anistia/20anos.html> Acesso em: 31/10/2002.
- 143 **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 20 fev. 1987, p. 365.
- 144 _____. Brasília, 2 jun. 1988, p. 10.916.
- 145 _____. Brasília, 10 jun. 1988, p. 11.159.
- 146 _____. Brasília, 15 jun. 1988, p. 11.228, 11.269-11.294.
- 147 _____. Brasília, 16 jun. 1988, p. 11.307, 11.313, 11.318-11.342.
- 148 _____. Brasília, 17 jun. 1988, p. 11.364.
- 149 **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 19 ago. 1999, p. 35.218-35.246.
- 150 **Diário do Senado Federal**, Brasília, 10 nov. 1995, p. 2.668-2.675.
- 151 _____. Brasília, 29 ago. 2002, p. 165.111.
- 152 _____. Brasília, 9 maio 2002, p. 7.613-7.614.
- 153 _____. Ata da 101^a sessão deliberativa ordinária em 18 de agosto de 1999.

- Brasília, 19 ago. 1999, p. 20.623-20.639.
- 154 DIAS, José Carlos. A marcha e a democracia. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 1999. Caderno Brasil, p. 8.
- 155 DIAS, Otávio. Anistia critica projeto do governo e pede investigação sobre mortes. **Folha de São Paulo**, 6 set. 1995. Caderno Brasil, p. 8.
- 156 DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma. **Histórias do poder**. São Paulo: 34, 2000. v. 1-3.
- 157 ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA. **Carta de Salvador**. Disponível em: www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/carta_salvador.htm Acesso em: 17/07/2001.
- 158 EQUIPE tenta achar corpos. **Folha de São Paulo**, 26 jun. 1996. Caderno Brasil, p. 10.
- 159 EXÉRCITO formaliza saída de adido em Londres. **Folha de São Paulo**, 27 set. 1995. Caderno Brasil, p. 14.
- 160 EXIBIÇÃO de papéis do Araguaia é suspensa. **Folha de São Paulo**, 12 dez. 2001. Caderno Brasil, p. 7.
- 161 FAGUNDES, Aldo. **Porventura sou eu o guardador do meu irmão?** Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- 162 FAGUNDES: medida não era necessária. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 1979.
- 163 FAIXA de risco. **Veja**, São Paulo, p. 34-35, 15 ago. 1979.
- 164 FALCÃO, Daniela. 'Contribuinte paga a farra'. **Folha de São Paulo**, 12 set. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 165 FAMILIARES não pedem punição. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 8.
- 166 FAMILIARES vão a Jobim pedir emendas. **Folha de São Paulo**, 4 set. 1995. Caderno Brasil, p. 6.
- 167 FARHAT: Congresso aceitou conciliação. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
- 168 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- 169 FERNANDES, Carlos. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 3 fev. 2003 e 10 mar. 2003.
- 170 FERRAZ, Jorge. **Anistia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- 171 FHC condena 'desatino e revanchismo'. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 9.

- 172 FHC vai vetar investigações sobre mortes. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 8.
- 173 FIGUEIREDO acha que sua mão foi aceita. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1979.
- 174 FIGUEIREDO sanciona anistia com veto parcial. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 1979.
- 175 FIGUEIREDO sanciona lei da anistia com o nº 6683. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.
- 176 FIGUEIREDO veta lei igual à que beneficiou seu pai. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 1984.
- 177 FILHO, Expedito. Acerto póstumo. **Veja**, São Paulo, 18 set. 1996, p. 38-39.
- 178 FORTES, Leandro. Contradições de um general. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 maio 2002, p. 3.
- 179 FRANÇA, William; FALCÃO, Daniela. Passa indenização a Lamarca e Marighella. **Folha de São Paulo**, 12 set. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 180 _____. Anistia se sobrepõe a dor das famílias, diz general. **Folha de São Paulo**, 4 set. 1995. Caderno Brasil, p. 4.
- 181 _____. Familiares de vítimas podem vir a receber benefício da Previdência. **Folha de São Paulo**, 19 jan. 2001. Caderno Brasil, p. 6.
- 182 _____. FHC concede anistia política a militares. **Folha de São Paulo**, 1 jun. 2001. Caderno Brasil, p. 9.
- 183 _____. MAISONNAVE, Fabiano. "Vagabundos" são os "marajás", diz FHC. **Folha de São Paulo**, 14 maio 1998. Caderno Brasil, p. 6.
- 184 FREIRE, Roberto. **Pronunciamento feito em 18.08.1999**. Disponível em: <www.senado.gov.br/web/senador/freire/anistia.htm> Acesso em: 17/07/2001.
- 185 FREITAS, Janio de. A ameaça. **Folha de São Paulo**, 12 set. 1996. Caderno Brasil, p. 5.
- 186 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995**. Brasília: FUNAG, 1995.
- 187 FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Cronologia da repressão e da anistia (1964-1995)**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/cronologia/periodo04.htm> Acesso em: 10/02/2003.
- 188 GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 189 _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 190 _____. **Entrevista concedida à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 7 fev. 2003.
- 191 _____. Mão esquerda do general merece ser lembrada. **Jornal do Commercio**,

- 08 ago. 1999. Disponível em: <www2uol.com.br/JC/_1999/0808/ega0808.htm>
Acesso em: 17/03/2003.
- 192 GENERAIS desejam "feliz retorno". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 193 GOLDMAN, Alberto. **Ditadura: 3º tempo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.
- 194 GOMES, Manoel Anísio. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 21 jan. 2003.
- 195 GOMES, Oswaldo Pereira. **Entrevista concedida pelo representante das Forças Armadas na Comissão Especial à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 5 nov. 2002, 19 nov. 2002, 11 fev. 2003 e 12 fev. 2003.
- 196 _____. Março de 1964 e os militares de hoje. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 1999. Caderno Brasil, p. 3.
- 197 _____. O revanchismo e a lei dos desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 26 mar. 1998. Caderno Brasil, p. 3.
- 198 _____. Os militares e a comissão dos desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 23 out. 1998. Caderno Brasil, p. 4.
- 199 GONTIJO, Márcio. **Entrevista concedida pelo representante dos anistiados na Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 27 jan. 2003.
- 200 GOVERNADORES mobilizados para evitar dissidências. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
- 201 GOVERNO corrigirá erro. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 1979.
- 202 GREENHALGH, Luiz Eduardo. **Abertura do I congresso nacional pela anistia**. Disponível em:
<www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/abertura_congresso.htm> Acesso em:
17/07/2001.
- 203 GREGORI, José. **Entrevista concedida pelo ex-secretário nacional de direitos humanos à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 18 dez. 2002, 20 dez. 2002 e 20 jan. 2003.
- 204 _____. Os Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: KONRAD-ADENAUER STIFTUNG. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 1998. p. 23-28.
- 205 _____. Um pacto não escrito. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 1999. Caderno Brasil, p. 16.
- 206 GREVES são suspensas. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
- 207 GRILLO, Cristina. Médico Amílcar Lobo morre aos 58 no Rio. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1997. Caderno Brasil, p. 7.

- 208 GUERREIRO, Gabriela. **FHC recebe prêmio da ONU por êxito no Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=78198&q=1&editoria Acesso em: 08/12/2002.
- 209 GUERZONI FILHO, Gilberto. **Entrevista concedida pelo consultor legislativo à Glenda Mezarobba.** São Paulo, 13 dez. 2002.
- 210 GUIBU, Fábio. General quer indenização para famílias de militares. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 4.
- 211 GUTIÉRREZ CONTRERAS, J. C.; VILLEGAS DÍAZ, Myrna. **Derechos humanos y desaparecidos en dictaduras militares.** KO'AGA ROÑE'ETA se.vii (1999). Disponível em: www.derechos.org/koaga/vii/contreras.html Acesso em: 25/04/2002.
- 212 HAMBER, Brendon. **How should we remember?** Issues to consider when establishing commissions and structures for dealing with the past, paper presented at conference on Dealing with the Past: reconciliation processes and peace-building. Belfast, 09 jul. 1988. Disponível em: www.incore.ulst.ac.uk/publications/conference/thepast/hamber.html Acesso em: 02/05/2002.
- 213 _____. Living with the legacy of impunity: lessons for South Africa about truth, justice and crime in Brazil. **Unisa Latin American Report**, Pretória, v. 13 n. 2, p. 4-16, 1997b.
- 214 _____. **Repairing the irreparable: dealing with double-binds of making reparations for crimes of the past.** In: THE AFRICAN STUDIES ASSOCIATION OF THE UK BIENNIAL CONFERENCE "COMPARISONS AND TRANSITIONS" AT SOAS. University of London, Londres, set. 1998. (Paper).
- 215 _____. **When should society tire of the voice of the past?** Disponível em: www.disappearances.org/othdoc/other1.html Acesso em: 02/05/2002.
- 216 HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, James. **O federalista.** Brasília: UnB, 1984.
- 217 HESSE, Carla; POST, Robert. **Human rights in political transitions: Gettysburg to Bosnia.** New York: Zone Books, 1999.
- 218 HOLLANDA, Eduardo. Recuo estratégico. **Istoé**, São Paulo, 7 ago. 1996.
- 219 INDULTO beneficia metade dos presos políticos. **O Estado de São Paulo**, 21 nov. 1979.
- 220 INSS vai revisar benefícios a anistiados. **Folha de São Paulo**, 20 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 221 INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos: um debate necessário.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- 222 IPLICJIAN, Thierry. **Hacia la construcción del otro**. KO'AGA ROÑE'ETA se.viii (1997). Disponível em: <www.derechos.org/koaga/viii/l/iplicjian.html> Acesso em: 25/04/2002.
- 223 ITAMARATY vence Exército e adido acusado de tortura deixa embaixada. **Folha de São Paulo**, 23 set.1995. Caderno Brasil, p.9.
- 224 ITAMARATY. A práxis brasileira da Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Brasília, a. 2, n. 6, p. 11-14, maio/ago. 1996.
- 225 _____. O Brasil e o sistema internacional dos direitos humanos. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Brasília, a. 2, n. 6, p. 15-23, maio/ago. 1996.
- 226 JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. **Constructing democracy: human rights, citizenship, and society in Latin America**. Boulder: Westview, 1996.
- 227 JOSÉ, Antônio. **Anistia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- 228 JOSÉ, Otto. Os torturadores anistiados – Como está sendo aplicada a Lei de Anistia. **Movimento**, São Paulo, 14 a 20 abr. 1980.
- 229 KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, NY: Cornell University, 1998.
- 230 KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- 231 KOWARICK, Lucio. Direitos humanos no Brasil: declaração vs. degradação. **Temas IMESC**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 49-60, 1985.
- 232 LAVORATTI, Liliana. Falta de acordo ameaça aprovação da LDO. **O Estado de São Paulo**, 28 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/06/28/pol020.html>> Acesso em 29/06/2002.
- 233 LECHNER, Norbert (org.). **Estado y política en América Latina**. Madri: Siglo Veintiuno de España, 1986.
- 234 LEGISTAS não identificam ossadas. **Folha de São Paulo**, 26 jul. 1996. Caderno Brasil, p. 8.
- 235 LEI de Figueiredo recebeu críticas de todos os lados. 15 ago. 1999. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/08/14/pol832.html> Acesso em: 17/03/2003.
- 236 LEONZO, Nanci. As conciliações da história brasileira. **Época**, São Paulo, n. 66, 23 ago. 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990823/especialb.htm>> Acesso em 20/08/2002.
- 237 LEVES enxertos. **Veja**, São Paulo, p. 38, 22 ago. 1979.
- 238 LIMA, Tidei de. **Anistia: uma conquista – reforma partidária: um retrocesso**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

- 239 LIMITES em discussão. **Veja**, São Paulo, p. 25-27, 11 jul. 1979.
- 240 LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- 241 LISBÔA, Suzana Keniger. **Entrevista concedida pela representante dos familiares na Comissão Especial à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 31 out. 2002.
- 242 _____. Mortos e desaparecidos políticos - recontando a nossa história. **Relatório Azul**, Porto Alegre, p. 107-116, 1995.
- 243 _____. Mortos e desaparecidos políticos. **Relatório Azul**, Porto Alegre, p. 181-190, 1996.
- 244 LOPES, Eugênia. Governo e oposição aprovam LDO em votação simbólica. **Agência Estado**, Brasília, 2 jul. 2002.
- 245 _____. Governo faz acordo para aprovar LDO. **O Estado de São Paulo**, 3 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/07/03/pol016.html>> Acesso em 04/07/2002.
- 246 LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 77-100, fev. 2000.
- 247 LOVECCHIO FILHO, Orlando. **Entrevista concedida à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 20 jan. 2003.
- 248 LUIZ, Edson; MONTEIRO, Tânia. Planalto pode rever indenização de anistiados. **O Estado de São Paulo**, 6 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/02/06/pol011.html>> Acesso em 07/02/2003.
- 249 LULA afirma que benefício paga "crime do Estado". **Folha de São Paulo**, 9 nov. 1996. Caderno Brasil, p. 5.
- 250 MACHADO, Cristina P. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera de anistia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- 251 MACIEL admite: fez "apelos". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 252 MADUEÑO, Denise. Ação judicial pede documentos do Dops. **Folha de São Paulo**, 30 set. 1995. Caderno Brasil, p. 14.
- 253 MAGALHÃES, Mário. Lula mantém sigilo 'eterno' de documentos. **Folha de São Paulo**, 20 abr. 2003, p.10.
- 254 _____. Militares não comentam o documento. **Folha de São Paulo**, 15 out. 2000. Caderno Brasil, p. 8.
- 255 _____. Ministério da Justiça usa arquivos do regime militar. **Folha de São Paulo**, 8 dez. 2000. Caderno Brasil, p. 4.
- 256 _____. Para Ministério, os equívocos são culpa dos Estados. **Folha de São**

- Paulo**, 8 dez. 2000. Caderno Brasil, p. 4.
- 257 _____. Projeto amplia indenização a vítimas. **Folha de São Paulo**, 22 jun. 2001. Caderno Brasil, p. 7.
- 258 _____. Relatório do Exército revela mortes em SP. **Folha de São Paulo**, 15 out. 2000. Caderno Brasil, p. 8.
- 259 MARCHEZAN: a Arena evitou um novo 68. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 260 MARCÍLIO, Benedito. **Combatendo as injustiças e defendendo os trabalhadores**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- 261 MARCÍLIO, Maria Luiza; PUSSOLI, Lafaiete (coord.). **Cultura dos direitos humanos**. São Paulo: LTR, 1998.
- 262 MARINHO diz que o Brasil precisa esquecer passado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 263 MARK, Osiel. Dialogue with dictators: judicial resistance in Argentina and Brazil. **Law and Social Inquiry**, Chicago, v. 20, n. 2, p. 481-560, 1995.
- 264 MARTA autoriza transferência de ossadas. **Folha de São Paulo**, 10 maio 2001. Caderno Brasil, p. 13.
- 265 MARTINS FILHO, João Roberto. **O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás**. Disponível em: <www.crab.rutgers.edu/~goertzel/martins.html> Acesso em: 01/10/2002.
- 266 MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: um balanço. **Encontro com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 187-207, 1979.
- 267 McADAMS, A. James. **Transitional justice and the rule of law in new democracies**. South Bend: University of Notre Dame, 1997.
- 268 MÉDICO cassado por participar de torturas recupera o registro. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 269 MEIRELLES NETTO, Togo. **Rescatando la memoria brasilera**. KO'AGA ROÑE'ETA se.iii, v.iii (1996). Disponível em: <www.derechos.org/koaga/iii/3/meirelles.html> Acesso em: 02/05/2002.
- 270 MELO, Murilo Fiuza de. **Projeto de anistia do MDB excluía Arraes e Brizola**. 15 ago. 1999. Disponível em: <www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/08/14/pol834.html> Acesso em: 17/03/2003.
- 271 MENDES, Sâmia. Anistiados políticos reivindicam mais direitos. **Agência Câmara**, Brasília, 7 maio 2002.
- 272 _____. Líder do governo reúne-se com entidades pró-anistia. **Agência Câmara**, Brasília, 24 ago. 2000.
- 273 MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **The (Un) rule of law and the underprivileged in Latin America**. South Bend:

- University of Notre Dame, 1999.
- 274 MENEZES, Cynara; SECCO, Alexandre. Gregori propõe indenizar 111 do Carandiru. **Folha de São Paulo**, 3 set. 1995. Caderno Brasil, p. 8.
- 275 MESA recebe projeto sobre desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 14 abr. 1995. Caderno Brasil, p. 9.
- 276 MICHAEL, Andréa. Exército monitora até hoje guias que usou na guerrilha. **Folha de São Paulo**, 25 jul. 2001. Caderno Brasil, p. 8.
- 277 _____. Fotos sugerem destino de desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 16 set. 2001. Caderno Brasil, p. 8.
- 278 MILITARES consideram a emenda inaceitável. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 279 MILITARES ocuparam galeria da Câmara. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
- 280 MINISTRO admite nova etapa para se evitar discriminação. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 1979.
- 281 MINOW, Martha. **Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence**. Boston: Beacon Press, 1998.
- 282 MIRANDA, Nilmário. **Entrevista concedida pelo deputado federal à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 12 nov. 2002.
- 283 _____. TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- 284 MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. São Paulo: RT, 1967. t. 2.
- 285 MJ. **Governo amplia período que reconhece desaparecidos políticos**. 15 ago. 2002. Disponível em: <www.mj.gov.br/ACS/releases/2002/agosto/RLS150802-desaparecidos.htm> Acesso em: 22/10/2002.
- 286 _____. **Ministro anuncia abertura dos arquivos secretos do regime militar**. 26 jan.2000. Disponível em: <www.mj.gov.br/ACS/releases/2000/janeiro/RLSI012600%20-%20Abertura%20> Acesso em: 22/10/2002.
- 287 MONTEIRO, Tânia. Anistia ampla de FHC irrita militares. **Agência Estado**, 8 set. 2001. Disponível em: <www.jt.estadao.com.br/editorias/2001/09/08/pol006.html> Acesso em: 12/02/2003.
- 288 _____. Nova versão da MP da anistia é ‘etapa cumprida’. **O Estado de São Paulo**, 29 ago. 2002.
- 289 MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat de. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril, 1973.
- 290 MONTORO, Franco. Cultura dos direitos humanos. In: KONRAD-

- ADENAUER STIFTUNG. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 1998. p. 1-10.
- 291 MORINI, Cristiano. **Ata da reunião de instalação da comissão especial: lei nº 9.140, desaparecidos políticos**. Brasília, 9 jan. 1996.
- 292 NA REUNIÃO, Sarney até esmurra a mesa. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 293 NÃO queremos punições. **Folha de São Paulo**, 17 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 14.
- 294 NAS ASAS da anistia. **Veja**, São Paulo, p. 20-24, 5 set. 1979.
- 295 NASCIMENTO, Sayonara Alves do. **Entrevista concedida pela secretária da Comissão de Anistia do Ministério do Trabalho e Emprego à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 3 fev. 2003 e 14 fev. 2003.
- 296 NERI, Emanuel. Campanha pede que FHC reconheça mortos. **Folha de São Paulo**, 10 maio 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 297 _____. Ex-delegado omitiu dados sobre desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 3 jun. 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 298 _____. FHC recua nas concessões a desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 27 jun. 1995. Caderno Brasil, p. 12.
- 299 _____. General se opõe a projeto e deixa comando. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 300 _____. GONDIM, Abnor. Familiares acusam governo de manobra. **Folha de São Paulo**, 30 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 301 NOGUEIRA, Aeudson G. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação dos Não-Anistiados de Pernambuco à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 21 jan. 2003.
- 302 NOGUEIRA, Rui. Para militar, decisão é ‘sapo’ histórico. **Folha de São Paulo**, 12 set. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 303 _____. FRANÇA, William. Presidente afasta militar acusado de tortura. **Folha de São Paulo**, 2 jun. 1995. Caderno Brasil, p. 12.
- 304 NORMANDO, Marcelo. **Entrevista concedida pelo assessor legislativo da liderança do PMDB à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 17 dez. 2002 e 27 jan. 2003.
- 305 NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA, COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA. **Os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: NEV/CTV, 1995.
- 306 ENTERRO dos fantasmas. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 20 fev. 1998.
- 307 PARTO da pequena anistia. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1979, p. 14-15.

- 308 O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice/RT, 1988.
- 309 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.
- 310 _____. **Reparações**. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/lacasa/eliezer/Cp9631.htm> Acesso em: 15/01/2003.
- 311 OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil**. Recife: Pindorama, 1995.
- 312 OLIVEIRA, Vanderlei de. **Entrevista concedida pelo representante das Forças Armadas na Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 2 fev. 2003 e 9 fev. 2003.
- 313 ONG diz que documentos desapareceram. **Folha de São Paulo**, 27 set. 1995. Caderno Brasil, p. 15.
- 314 OPINIÃO sobre atual governo era crítica. **Folha de São Paulo**, 26 dez. 1999. Caderno Brasil, p. 6.
- 315 PAIVA, Eunice. **Entrevista concedida pela viúva de Rubens Paiva à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 6 nov. 2002.
- 316 PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. **Veja**, São Paulo, 10 maio 1995, p. 106-107.
- 317 PARA TEATRÓLOGO, "sinistra ilusão". **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979, p. 5.
- 318 PARA UNS, tímida: para outros, ampla. **O Estado de São Paulo**, 2 set. 1979, p. 3.
- 319 PASSARINHO, Jarbas. A desculpa dos vencedores. **O Estado de São Paulo**, 24 set. 2002. Disponível em: <http://www.estado.com.br/editorias/2002/09/24/aberto002.html> Acesso em 25/09/2002.
- 320 PAULINO, José Alves. **Entrevista concedida pelo Presidente da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 27 jan. 2003 e 29 jan. 2003.
- 321 PEREIRA, Francisco Helder Macêdo. **Ata da XXVIII reunião ordinária**: dia 3 de outubro de 2001. Brasília.
- 322 _____. **Ata da XXIX reunião ordinária da Comissão Especial**: dia 9 de maio de 2002. Brasília.
- 323 _____. **Entrevista concedida pelo assessor da Comissão Especial à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 22 out. 2002, 23 out. 2002, 24 out. 2002 e 21 jan. 2003.
- 324 PÉREZ AGUIRRE, Luis. **La impunidad impide la reconciliación nacional**. KO'AGA ROÑE'ETA se.iii, v.iii (1996). Disponível em: www.derechos.org/koaga/iii/3/perez.html Acesso em: 25/04/2002.

- 325 PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Leis de anistia face ao direito internacional: "desaparecimentos" e "direito à verdade". In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 285-305.
- 326 PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 45-56, mar./maio 1991.
- 327 _____. Democratic governance, violence, and the (un) rule of law. **Journal of the American Academy of Arts and Science**, Cambridge, v. 129, n. 2, p. 119-143, spring 2000.
- 328 _____. Direitos humanos: claro-escuro. **Folha de São Paulo**, 12 dez. 2002. Caderno Brasil, p. 3.
- 329 _____. Direitos humanos: contra o poder. **Calendário de Cultura e Extensão**, São Paulo, p. 10-11, jul. 1999.
- 330 _____. Estado e terror. In: NOVAES, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura. 1992. p. 191-204.
- 331 _____. O estado de direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 11-29.
- 332 _____. Sociedade civil: democracia exige cidadania. In: SARNEY, José (org.). **O livro da profecia**. Brasília: Senado Federal, 1997. v. 1, p. 703-710. (Coleção Senado)
- 333 _____. Violência e cultura. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco C.; BENEVIDES, Maria Victoria. **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: TAQ, 1981. p. 30-63.
- 334 _____. MESQUITA NETO, Paulo de. Direitos humanos no Brasil: perspectivas no final do século. In: KONRAD-ADENAUER STIFTUNG. **Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer Stiftung, 1998. p. 53-70.
- 335 _____. POPOVIC, Malak El-Chichini; KAHN, Tulio. Pobreza, violência e direitos humanos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 39, p. 189-208, jul. 1994.
- 336 _____. SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 77-95, 1985.
- 337 PINOCHET anuncia saída da política. **Folha de São Paulo**, 6 jul. 2002, p. 11.
- 338 PINTO, Paulo Silva; NOGUEIRA, Rui. Aeronáutica apóia projeto para pagar indenizações. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 4.
- 339 _____. NOGUEIRA, Rui. FHC entrega indenização e lança plano. **Folha de São Paulo**, 13 maio 1996. Caderno Brasil, p. 9.
- 340 PION-BERLIN, David. To prosecute or pardon? Human rights decisions in the

- Latin American Southern Cone. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, n. 1, p. 105-130, fev/1994.
- 341 PIOVESAN, Eduardo; CANUTO, Luiz Cláudio; DINIZ, Clauder. Câmara votou 19 medidas provisórias nesta semana. **Agência Câmara**, Brasília, 7 nov.2002.
- 342 PMDB procura saída. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 343 POPKIN, Margaret; BHUTA, Nehal. Latin American amnesties in comparative perspective: can the past be buried? **Ethics and International Affairs**, New York, n. 13, p. 99-122, 1999.
- 344 PORTA-VOZ nega que Planalto tenha recuado. **Folha de São Paulo**, 29 jun. 1995. Caderno Brasil, p. 12.
- 345 PRECIOSO, Vinícius. Relatório cita papéis do Exército. **Folha de São Paulo**, 6 dez. 2001. Caderno Brasil, p. 15.
- 346 PRESAS comemoram liberdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.
- 347 PRESIDENTE diz que o projeto sobre desaparecidos não extrapola anistia. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 9.
- 348 PRESTES diz que volta foi risco calculado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1979.
- 349 PROFESSORES preferem não voltar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1980.
- 350 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2000**. Lisboa: Trinova, 2000.
- 351 PROJETO de anistia sofreu pressão interna e externa. **O Estado de São Paulo**, 2 set. 1979, p. 3.
- 352 PROMOÇÕES só até coronel. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 353 PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market**: political and economic reforms in eastern Europe and Latin America. New York: Cambridge University, 1991.
- 354 RATNER, Steven R.; ABRAMS, Jason S. **Accountability for human rights atrocities in international law**: beyond the Nuremberg legacy. New York: Oxford University Press, 2001.
- 355 RAZÕES humanitárias não permitem violação à Lei da Anistia, diz Jobim. **Folha de São Paulo**, 22 ago. 1995. Caderno Brasil, p. 14.
- 356 REIS FILHO, Daniel Aarão. **Os muitos véus da impunidade**: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv94.htm> Acesso em: 24/02/2003.
- 357 _____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

- 2000.
- 358 REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice/RT, 1988.
 - 359 RESPOSTA do Exército não faz menção ao tema. **Folha de São Paulo**, 20 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 10.
 - 360 RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. **The power of human rights: international norms and domestic change**. Cambridge: Cambridge University, 1999.
 - 361 ROBERTSON, Geoffrey. **Crimes against humanity: the struggle for global justice**. New York: The New Press, 2000.
 - 362 ROTH-ARRIAZA, Naomi; GIBSON, Lauren. The developing jurisprudence on amnesty. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, n. 4, p. 843-884, nov/1998.
 - 363 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Trad. de Antônio de P. Machado. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1971.
 - 364 SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.
 - 365 SAMPAIO, Elmo Santos. **Entrevista concedida pelo assessor da Comissão da Anistia à Glenda Mezarobba**. São Paulo, 12 dez. 2002 e 20 dez. 2002.
 - 366 SANÇÃO ainda não tem data. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
 - 367 SANÉ, Pierre. Tempo de reflexão, tempo de ação. **Folha de São Paulo**, 10 dez. 1995. Caderno Brasil, p. 3.
 - 368 SANT'ANNA, Vanya. **A campanha da anistia**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/historia.htm> Acesso em: 17/07/2001.
 - 369 SANTANA, Kelen. Aécio apóia vítimas de punições políticas. **Agência Câmara**, Brasília, 15 maio 2001.
 - 370 SATYRO reclama excesso de cautela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.
 - 371 SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR/CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tramitação da lei 10.559**. Brasília.
 - 372 SECCO, Alexandre. Decreto que reconhece a morte dos desaparecidos já está pronto. **Folha de São Paulo**, 25 jul. 1995. Caderno Brasil, p. 12.
 - 373 SEIS ficarão livres em SP. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
 - 374 SEIXAS, Ivan. Desaparecidos políticos: a falta de vontade política de FHC. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 12-15, jul. 1995.
 - 375 SENADO FEDERAL. **Ata da sessão do plenário do Senado de 12 de novembro de 2002**. Disponível em: <<http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=gfkp1h.1.26>> Acesso em:

06/01/2003.

- 376 SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS. **Ata da quarta reunião, realizada dia 18 de junho de 2002.** Brasília.
- 377 _____. **Ata da segunda reunião, realizada dia 15 de maio de 2002.** Brasília.
- 378 _____. **Ata da terceira reunião, realizada dia 28 de maio de 2002.** Brasília.
- 379 _____. **Notas taquigráficas da 1ª reunião (instalação) da MPV 2151-3 em 09/05/2002.** Brasília.
- 380 SETE mil anistiados serão atendidos com MP aprovada. **Jornal da Câmara,** Brasília, a. 4, n. 883, p. 3, 8 nov. 2002.
- 381 SETE mil buscam anistia completa. **Fatos,** 27 maio 1985.
- 382 SETÚBAL: foi o melhor. **O Estado de São Paulo,** 23 ago. 1979, p. 5.
- 383 SHELBY, Guilherme Zanina; WEICHERT, Marlon Alberto. Ministério Público e Araguaia – o Estado brasileiro tem uma obrigação jurídica e ética para com todas as famílias de desaparecidos políticos. **Folha de São Paulo,** 2 nov. 2001. Caderno Brasil, p. 3.
- 384 SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Professora pede "justiça". **Folha de São Paulo,** 22 abr. 1995. Caderno Brasil, p. 6.
- 385 SILVA, Eumano. Ministro defende indenização. **Correio Braziliense,** Brasília, 7 dez. 2001. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-12-07/mat_23757.htm> Acesso em 21/11/2002.
- 386 SIMIONATO, Maurício. Comissão encontra mais 3 ossadas no TO. **Folha de São Paulo,** 24 out. 2001. Caderno Brasil, p. 9.
- 387 SINDICALISTA questiona pensão de jornalista. **Folha de São Paulo,** 25 maio 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 388 SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 389 SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- 390 _____. D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- 391 SOARES, Teresa Cristina. MP dos anistiados é tema de encontro. **Agência Câmara,** Brasília, 28 ago. 2001.
- 392 SOMENTE três corpos foram identificados. **Folha de São Paulo,** 24 set. 2002. Caderno Brasil, p. 5.
- 393 SOUSA, Vivaldo de. Associação quer limites para benefício. **Folha de São Paulo,** 1 dez. 1996. Caderno Brasil, p. 13.
- 394 _____. Entenda a legislação do caso. **Folha de São Paulo,** 1 dez. 1996.

- Caderno Brasil, p. 12.
- 395 _____. Ex-combatentes recebem mais de R\$ 11 mil. **Folha de São Paulo**, 1 dez. 1996. Caderno Brasil, p. 12.
- 396 SOUZA, Carlos Alberto de. Dirigente mundial da Anistia critica FHC. **Folha de São Paulo**, 12 abr. 1995. Caderno Brasil, p. 11.
- 397 SOUZA, Daniel; CHAVES, Gilmar. **Nossa paixão era inventar um novo tempo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1999.
- 398 SOUZA, Josias de. 'Informantes' contestam militares. **Folha de São Paulo**, 2 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 6.
- 399 _____. Arquivo revela ação secreta do Exército. **Folha de São Paulo**, 2 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 6.
- 400 _____. Exército fere lei ao manter papéis secretos. **Folha de São Paulo**, 20 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 10.
- 401 _____. Exército não fala sobre apreensão de documentos. **Folha de São Paulo**, 2 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 6.
- 402 _____. Exército planejou "cemitério" na selva. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 2001. Caderno Brasil, p. 14.
- 403 _____. Exército se embrulha em seus próprios papéis secretos. **Folha de São Paulo**, 2 set. 2001. Caderno Brasil, p. 14.
- 404 STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 405 _____ (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 406 STM calcula que 320 pessoas estão fora da anistia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 ago. 1979.
- 407 STM nomeia comissão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1979, p. 4.
- 408 STM: a anistia em três etapas. **O Estado de São Paulo**, 1 set. 1979.
- 409 STYCER, Mauricio. Famílias fazem apelo sobre "desaparecidos". **Folha de São Paulo**, 1 jun. 1994. Caderno Brasil, p. 6.
- 410 SUBSTITUTIVO divide o MDB. **O Estado de São Paulo**, 23 ago. 1979.
- 411 SWANN, Leila. Militares vão auxiliar buscas no Araguaia. **Folha de São Paulo**, 6 set. 2001. Caderno Brasil, p. 10.
- 412 _____. Ossadas foram achadas em 1996. **Folha de São Paulo**, 16 set. 2001. Caderno Brasil, p. 8.
- 413 TAVARES, Celma. **Mortos e desaparecidos políticos sob a visão da imprensa**. Disponível em: www.torturanuncamais.org.br/mtnm_pub/pub_ensaios/pub_ens_celma1f.htm Acesso em: 07/07/2002.

- 414 TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. New York: Oxford University Press, 2000.
- 415 TELES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- 416 TELLES JR., Goffredo. **Carta aos brasileiros, 1977**. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/campanha/apre_cartabrasileiros.htm> Acesso em: 17/7/2001.
- 417 TORTURA NUNCA MAIS - RJ. **Eleições hoje**: candidatos participaram da repressão na ditadura militar. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br/Noticias.asp?Codigo=63> Acesso em: 10/01/2003.
- 418 _____. **Conselho federal de medicina cassa registro de médicos legistas**. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br/Noticias.asp?Codigo=55> Acesso em: 10/01/2003.
- 419 TORTURA Nunca Mais-MG denuncia coligação com torturador. Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br/noticias/torturador_mg.html> Acesso em: 31/10/2002.
- 420 TOSTA, Wilson. RJ pode cassar 20 leigistas até fim do ano. **Folha de São Paulo**, 6 abr. 1998. Caderno Brasil, p. 8.
- 421 TREVISAN, Cláudia. Anistiados políticos chegam ao poder. **Folha de São Paulo**, 23 ago. 1999. Caderno Brasil, p. 7.
- 422 UM GENERAL admite: há pressões de radicais. **O Estado de São Paulo**, 8 set. 1979.
- 423 UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES. **Caderno da anistia**. São Paulo, 1979. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.
- 424 UNIÃO indenizará famílias de Lamarca e Marighella. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 1996, capa.
- 425 UNIÃO pode pagar famílias de desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 5 abr. 1995, Caderno Brasil, p. 9.
- 426 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência e Comissão Teotônio Vilela, 1995.
- 427 VALOR seria limite de aposentadoria. **Folha de São Paulo**, 2 dez. 1996. Caderno Brasil, p. 6.
- 428 VERDUGO, Patrícia. **A caravana da morte**. Trad. Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- 429 VEREADORES cassados reassumem os seus mandatos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.
- 430 VETO causa dúvidas no Congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1979, p. 4.

- 431 VETO disciplinar e técnico. **O Estado de São Paulo**, 24 out. 1985.
- 432 VIEIRA, Marceu. A primeira luz no fim do túnel. **Época**, São Paulo, n. 66, 23 ago. 1999.
- 433 VIVEMOS no país do medo. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 418, 8 a 14 jul. 1977.
- 434 VOTAÇÃO dividiu bancada emedebista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1979.
- 435 WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 436 WILSON defende ampliação de anistia para militares. **Jornal do Senado**, Brasília, a. 8, n. 1.493, 9 maio 2002, p. 11.
- 437 ZANINI, Fábio; HAMA, Lia. PT pretende ampliar indenização a vítimas da repressão sob militares. **Folha de São Paulo**, 13 set. 2002. Caderno especial, p. 3.

ANEXO A - LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta Lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes dos Policiais Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art 3º O retorno ou reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

§ 2º O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do servidor ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art 10 - Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art 11 - Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art 12 - Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art 13 - O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

ANEXO B - LEI Nº 9.140, DE 4 DE DEZEMBRO 1995.

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Art. 2º A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia.

Art. 3º O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente, ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta Lei e de seus anexos.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será admitida justificação judicial.

Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao reconhecimento de pessoas:

- a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;
- b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados;

III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

Art. 5º A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

1º Dos sete membros da Comissão, quatro serão escolhidos:

I - dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

II - dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;

III - dentre os membros do Ministério Público Federal; e

IV - dentre os integrantes das Forças Armadas.

2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.

Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.

Art. 7º Para fins de reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I desta Lei, os requerimentos, por qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, serão apresentados perante a Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da data da publicação desta Lei, e serão instruídos com informações e documentos que possam comprovar a pretensão.

1º Idêntico procedimento deverá ser observado nos casos baseados na alínea *b* do inciso I do art. 4º.

2º Os deferimentos, pela Comissão Especial, dos pedidos de reconhecimento de pessoas não mencionadas no Anexo I desta Lei instruirão os pedidos de assento de óbito de que trata o art. 3º, contado o prazo de cento e vinte dias, a partir da ciência da decisão deferitória.

Art. 8º A Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias de sua instalação, mediante solicitação expressa de qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, e concluindo pela existência de indícios suficientes, poderá diligenciar no sentido da localização dos restos mortais do desaparecido.

Art. 9º Para os fins previstos nos arts. 4º e 7º, a Comissão Especial poderá solicitar:

I - documentos de qualquer órgão público;

II - a realização de perícias;

III - a colaboração de testemunhas;

IV - a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para a obtenção de informações junto a governos e a entidades estrangeiras.

Art. 10. A indenização prevista nesta Lei é deferida às pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:

I - ao cônjuge;

II - ao companheiro ou companheira, definidos pela Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994;

III - aos descendentes;

IV - aos ascendentes;

V - aos colaterais, até o quarto grau.

1º O pedido de indenização poderá ser formulado até cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei. No caso de reconhecimento pela Comissão Especial, o prazo se conta da data do reconhecimento.

2º Havendo acordo entre as pessoas nominadas no *caput* deste artigo, a indenização poderá ser requerida independentemente da ordem nele prevista.

3º Reconhecida a morte, nos termos da alínea *b* do inciso I do art. 4º, poderão as pessoas mencionadas no *caput*, na mesma ordem e condições, requerer à Comissão Especial a indenização.

Art. 11. A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido, levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.

1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2º A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta Lei.

Art. 12. No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé.

Art. 13. Finda a apreciação dos requerimentos, a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.

Parágrafo único. Enquanto durarem seus trabalhos, a Comissão Especial deverá apresentar trimestralmente relatórios de avaliação.

Art. 14. Nas ações judiciais indenizatórias fundadas em fatos decorrentes da situação política mencionada no art. 1º, os recursos das sentenças condenatórias serão recebidos somente no efeito devolutivo.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da União pela Lei Orçamentária.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO C - LEI Nº 10.536, DE 14 DE AGOSTO DE 2002

Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 4º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, passam a vigorar com as seguintes alterações:

" Art 1º São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias." (NR)

" Art. 4º[..]

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

[...]" (NR)

Art. 2º Os prazos previstos nos arts. 7º e 10 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, serão reabertos, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO D - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26

Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL , nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art 1º Os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art 2º. O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

§.2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no "*caput*" deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no "*caput*" deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do "*caput*" deste artigo.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as

características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

Art 5º A alínea "c" do § 1º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assim estipulado:

- 1) Governador e Prefeito - seis meses;
- 2) Ministro de Estado, secretário de Estado, Presidente, Diretor, Superintendente de órgão, da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista - nove meses; quando candidato a cargo municipal - quatro meses;
- 3) ocupante de cargo previsto no numero anterior, se já titular de mandato eletivo - seis meses;"

BRASÍLIA, em 27 de novembro de 1985

ANEXO E - CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, forem atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 1º. O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2º. Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3º. Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5, será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4º. Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

§ 5º. A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

ANEXO F - LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 65, de 2002, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DO ANISTIADO POLÍTICO

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;

IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e

V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência

do termo;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência;

III - punidos com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho ou inerentes às suas carreiras administrativas;

IV - compelidos ao afastamento da atividade profissional remunerada, para acompanhar o cônjuge;

V - impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5;

VI - punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes e representantes sindicais, nos termos do § 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII - punidos com fundamento em atos de exceção, institucionais ou complementares, ou sofreram punição disciplinar, sendo estudantes;

VIII - abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969;

IX - demitidos, sendo servidores públicos civis e empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações públicas, empresas públicas ou empresas mistas ou sob controle estatal, exceto nos Comandos militares no que se refere ao disposto no § 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

X - punidos com a cassação da aposentadoria ou disponibilidade;

XI - desligados, licenciados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum, ou decorrentes de expedientes oficiais sigilosos;

XII - punidos com a transferência para a reserva remunerada, reformados, ou, já na condição de inativos, com perda de proventos, por atos de exceção, institucionais ou complementares, na plena abrangência do termo;

XIII - compelidos a exercer gratuitamente mandato eletivo de vereador, por força de atos institucionais;

XIV - punidos com a cassação de seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo;

XV - na condição de servidores públicos civis ou empregados em todos os níveis de governo ou de suas fundações, empresas públicas ou de economia mista ou sob controle estatal, punidos ou demitidos por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão de trabalhadores;

XVI - sendo servidores públicos, punidos com demissão ou afastamento, e que não requereram retorno ou reversão à atividade, no prazo que transcorreu de 28 de agosto de 1979 a 26 de dezembro do mesmo ano, ou tiveram seu pedido indeferido, arquivado ou não conhecido e tampouco foram considerados aposentados, transferidos para a reserva ou

reformados;

XVII - impedidos de tomar posse ou de entrar em exercício de cargo público, nos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo, em todos os níveis, tendo sido válido o concurso.

§ 1º No caso previsto no inciso XIII, o período de mandato exercido gratuitamente conta-se apenas para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social.

§ 2º Fica assegurado o direito de requerer a correspondente declaração aos sucessores ou dependentes daquele que seria beneficiário da condição de anistiado político.

CAPÍTULO III

DA REPARAÇÃO ECONÔMICA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

Art. 3º A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, correrá à conta do Tesouro Nacional.

§ 1º A reparação econômica em prestação única não é acumulável com a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

§ 2º A reparação econômica, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia de que trata o art. 12 desta Lei.

Seção I

DA REPARAÇÃO ECONÔMICA EM PRESTAÇÃO ÚNICA

Art. 4º A reparação econômica em prestação única consistirá no pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição e será devida aos anistiados políticos que não puderem comprovar vínculos com a atividade laboral.

§ 1º Para o cálculo do pagamento mencionado no caput deste artigo, considera-se como um ano o período inferior a doze meses.

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor da reparação econômica em prestação única será superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Seção II

DA REPARAÇÃO ECONÔMICA EM PRESTAÇÃO MENSAL, PERMANENTE E CONTINUADA

Art. 5º A reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será assegurada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, à exceção dos que optarem por receber em prestação única.

Art. 6º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual ao da remuneração

que o anistiado político receberia se na ativa estivesse, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas.

§ 1º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será estabelecido conforme os elementos de prova oferecidos pelo requerente, informações de órgãos oficiais, bem como de fundações, empresas públicas ou privadas, ou empresas mistas sob controle estatal, ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o anistiado político estava vinculado ao sofrer a punição, podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado.

§ 2º Para o cálculo do valor da prestação de que trata este artigo serão considerados os direitos e vantagens incorporados à situação jurídica da categoria profissional a que pertencia o anistiado político, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º As promoções asseguradas ao anistiado político independem de seu tempo de admissão ou incorporação de seu posto ou graduação, sendo obedecidos os prazos de permanência em atividades previstos nas leis e regulamentos vigentes, vedada a exigência de satisfação das condições incompatíveis com a situação pessoal do beneficiário.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se paradigma a situação funcional de maior frequência constatada entre os pares ou colegas contemporâneos do anistiado que apresentavam o mesmo posicionamento no cargo, emprego ou posto quando da punição.

§ 5º Desde que haja manifestação do beneficiário, no prazo de até dois anos a contar da entrada em vigor desta Lei, será revisto, pelo órgão competente, no prazo de até seis meses a contar da data do requerimento, o valor da aposentadoria e da pensão excepcional, relativa ao anistiado político, que tenha sido reduzido ou cancelado em virtude de critérios previdenciários ou estabelecido por ordens normativas ou de serviço do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, respeitado o disposto no art. 7º desta Lei.

§ 6º Os valores apurados nos termos deste artigo poderão gerar efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1988, considerando-se para início da retroatividade e da prescrição quinquenal a data do protocolo da petição ou requerimento inicial de anistia, de acordo com os arts. 1º e 4º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

Art. 7º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, não será inferior ao do salário mínimo nem superior ao do teto estabelecido no art. 37, inciso XI, e § 9º da Constituição.

§ 1º Se o anistiado político era, na data da punição, comprovadamente remunerado por mais de uma atividade laboral, não eventual, o valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual à soma das remunerações a que tinha direito, até o limite estabelecido no caput deste artigo, obedecidas as regras constitucionais de não-acumulação de cargos, funções, empregos ou proventos.

§ 2º Para o cálculo da prestação mensal de que trata este artigo, serão asseguradas, na inatividade, na aposentadoria ou na reserva, as promoções ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito se estivesse em serviço ativo.

Art. 8º O reajustamento do valor da prestação mensal, permanente e continuada, será feito quando ocorrer alteração na remuneração que o anistiado político estaria recebendo se estivesse em serviço ativo, observadas as disposições do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 9º Os valores pagos por anistia não poderão ser objeto de contribuição ao INSS, a caixas

de assistência ou fundos de pensão ou previdência, nem objeto de ressarcimento por estes de suas responsabilidades estatutárias.

Parágrafo único. Os valores pagos a título de indenização a anistiados políticos são isentos do Imposto de Renda.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 10. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos fundados nesta Lei.

Art. 11. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, inclusive os que estão arquivados, bem como os respectivos atos informatizados que se encontram em outros Ministérios, ou em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O anistiado político ou seu dependente poderá solicitar, a qualquer tempo, a revisão do valor da correspondente prestação mensal, permanente e continuada, toda vez que esta não esteja de acordo com os arts. 6, 7, 8º e 9º desta Lei.

Art. 12. Fica criada, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos referidos no art. 10 desta Lei e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.

§ 1º Os membros da Comissão de Anistia serão designados mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça e dela participarão, entre outros, um representante do Ministério da Defesa, indicado pelo respectivo Ministro de Estado, e um representante dos anistiados.

§ 2º O representante dos anistiados será designado conforme procedimento estabelecido pelo Ministro de Estado da Justiça e segundo indicação das respectivas associações.

§ 3º Para os fins desta Lei, a Comissão de Anistia poderá realizar diligências, requerer informações e documentos, ouvir testemunhas e emitir pareceres técnicos com o objetivo de instruir os processos e requerimentos, bem como arbitrar, com base nas provas obtidas, o valor das indenizações previstas nos arts. 4º e 5º nos casos que não for possível identificar o tempo exato de punição do interessado.

§ 4º As requisições e decisões proferidas pelo Ministro de Estado da Justiça nos processos de anistia política serão obrigatoriamente cumpridas no prazo de sessenta dias, por todos os órgãos da Administração Pública e quaisquer outras entidades a que estejam dirigidas, ressalvada a disponibilidade orçamentária.

§ 5º Para a finalidade de bem desempenhar suas atribuições legais, a Comissão de Anistia poderá requisitar das empresas públicas, privadas ou de economia mista, no período abrangido pela anistia, os documentos e registros funcionais do postulante à anistia que tenha pertencido aos seus quadros funcionais, não podendo essas empresas recusar-se à devida exibição dos referidos documentos, desde que oficialmente solicitado por expediente administrativo da Comissão e requisitar, quando julgar necessário, informações e assessoria das associações dos anistiados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13. No caso de falecimento do anistiado político, o direito à reparação econômica transfere-se aos seus dependentes, observados os critérios fixados nos regimes jurídicos dos servidores civis e militares da União.

Art. 14. Ao anistiado político são também assegurados os benefícios indiretos mantidos pelas empresas ou órgãos da Administração Pública a que estavam vinculados quando foram punidos, ou pelas entidades instituídas por umas ou por outros, inclusive planos de seguro, de assistência médica, odontológica e hospitalar, bem como de financiamento habitacional.

Art. 15. A empresa, fundação ou autarquia poderá, mediante convênio com a Fazenda Pública, encarregar-se do pagamento da prestação mensal, permanente e continuada, relativamente a seus ex-empregados, anistiados políticos, bem como a seus eventuais dependentes.

Art. 16. Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, vedada a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, facultando-se a opção mais favorável.

Art. 17. Comprovando-se a falsidade dos motivos que ensejaram a declaração da condição de anistiado político ou os benefícios e direitos assegurados por esta Lei será o ato respectivo tornado nulo pelo Ministro de Estado da Justiça, em procedimento em que se assegurará a plenitude do direito de defesa, ficando ao favorecido o encargo de ressarcir a Fazenda Nacional pelas verbas que houver recebido indevidamente, sem prejuízo de outras sanções de caráter administrativo e penal.

Art. 18. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuar, com referência às anistias concedidas a civis, mediante comunicação do Ministério da Justiça, no prazo de sessenta dias a contar dessa comunicação, o pagamento das reparações econômicas, desde que atendida a ressalva do § 4º do art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. Tratando-se de anistias concedidas aos militares, as reintegrações e promoções, bem como as reparações econômicas, reconhecidas pela Comissão, serão efetuadas pelo Ministério da Defesa, no prazo de sessenta dias após a comunicação do Ministério da Justiça, à exceção dos casos especificados no art. 2, inciso V, desta Lei.

Art. 19. O pagamento de aposentadoria ou pensão excepcional relativa aos já anistiados políticos, que vem sendo efetuado pelo INSS e demais entidades públicas, bem como por empresas, mediante convênio com o referido instituto, será mantido, sem solução de continuidade, até a sua substituição pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, instituído por esta Lei, obedecido o que determina o art. 11. Parágrafo único. Os recursos necessários ao pagamento das reparações econômicas de caráter indenizatório terão rubrica própria no Orçamento Geral da União e serão determinados pelo Ministério da Justiça, com destinação específica para civis (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e militares (Ministério da Defesa).

Art. 20. Ao declarado anistiado que se encontre em litígio judicial visando à obtenção dos benefícios ou indenização estabelecidos pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é facultado celebrar transação a ser homologada no juízo competente. Parágrafo único. Para efeito do cumprimento do disposto neste artigo, a Advocacia-Geral da

União e as Procuradorias Jurídicas das autarquias e fundações públicas federais ficam autorizadas a celebrar transação nos processos movidos contra a União ou suas entidades.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados a Medida Provisória nº 2.151-3, de 24 de agosto de 2001, o art. 2, o § 5º do art. 3, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República

SENADOR RAMEZ TEBET Presidente da Mesa do Congresso Nacional